



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

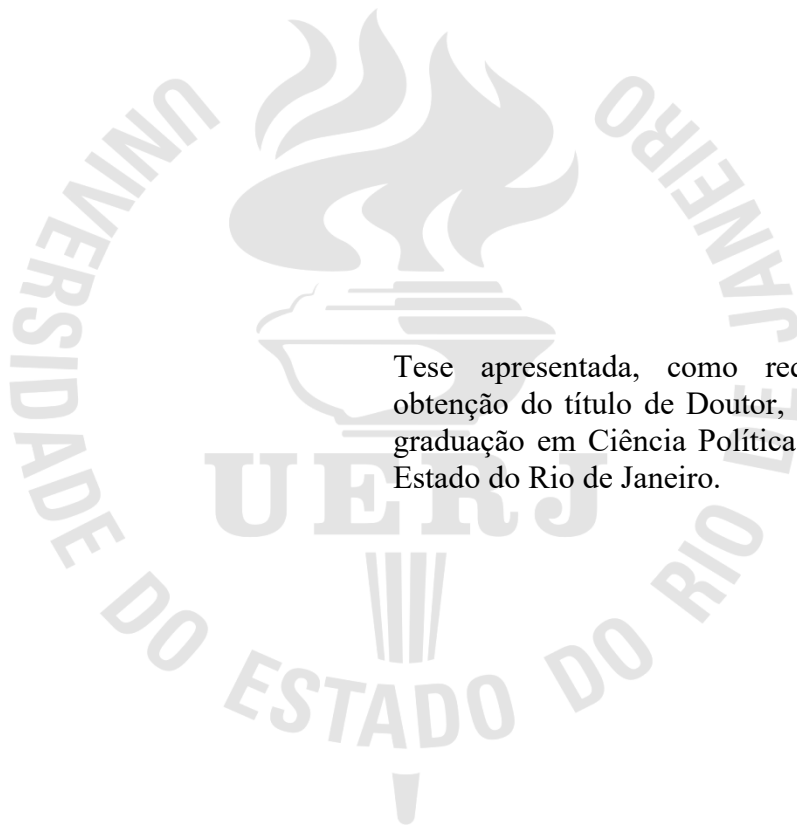
Pablo de Moura Nunes de Oliveira

“Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais

Rio de Janeiro
2020

Pablo de Moura Nunes de Oliveira

**“Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas
hiperlocais**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. San Romanelli Assumpção

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

O48 Oliveira, Pablo de Moura Nunes de.
Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais / Pablo de Moura Nunes de Oliveira. – 2020.
188f.: il.

Orientador: San Romanelli Assumpção.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Movimentos sociais urbanos - Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Políticas públicas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Segurança pública – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 4. Violência urbana – Teses. 5. Redes sociais – Teses. I. Assumpção, San Romanelli. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 308(815.3)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pablo de Moura Nunes de Oliveira

“Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 10 de junho de 2020.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. San Romanelli Assumpção (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Dorian Borges
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Samira Bueno
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Prof. Dr. Jonas Medeiros
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Prof. Dr. Márcio Moretto Ribeiro
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a professora e amiga San Romanelli Assumpção pela parceria e sensibilidade durante a orientação desta tese. Seu trabalho atencioso e incansável foi indispensável para que este trabalho seja motivo de orgulho para mim. Além da orientação exemplar, pude contar com sua amizade e seu companheirismo desde minha entrada no IESP. Agradeço ao professor João Feres Júnior por abrir as portas do instituto para mim e por me apresentar aquela que viria a ser minha orientadora. Agradeço também a todo corpo docente do IESP com o qual aprendi enormemente durante esses últimos anos. Em especial, gostaria de agradecer aos técnicos administrativos e também às equipes de limpeza e de segurança, que passaram por momentos difíceis durante a crise financeira pela qual o estado do Rio de Janeiro atravessa até hoje.

A minha trajetória acadêmica e profissional não seria a mesma sem o feliz encontro que tive com Sílvia Ramos, que tem sido minha chefe, inspiração, parceira e amiga desde quando eu era um mestrando. Por ter confiado em mim, ter me aberto portas e oportunidades, por ter sido a primeira a enxergar uma tese nas minhas ideias confusas, meu muito obrigado. A toda equipe do CEsC pela parceria de trabalho e pelas trocas cotidianas, em especial agradeço a Leonarda Musumeci e a Julita Lemgruber por coordenarem pesquisas fundamentais para o Rio de Janeiro e o Brasil, e ao Pedro Paulo Santos Silva pelo trabalho e companheirismo diários. A equipe da Rede de Observatórios da Segurança, em especial às pesquisadoras que realizam de maneira incansável o trabalho de traduzir os acontecimentos diários em números e análises instigantes, e por me fazerem rir todos os dias.

Agradeço aos meus familiares, em especial a Mariza e ao Mauro, meus pais, por todo o esforço que fizeram para me incentivar nos meus estudos. Agradeço também ao Luã, ao João Pedro e a Maria Eduarda, por serem meus irmãos e amigos. A Lara, minha sobrinha, que em menos de um ano me encheu de alegria e esperança. A minha avó Ignez por ter me instigado o gosto pela leitura bem no início da minha vida, quando juntava selos de jornal para trocar por enciclopédias e livros, minha primeira biblioteca. A minha avó Etel que mesmo tendo partido cedo da minha vida, deixou muitas lembranças e ajudou a moldar meu caráter. Agradeço enormemente a minha enorme família, em especial minhas tias que foram e são verdadeiras amigas e são pilares fundamentais do que sou hoje. As primas e primos e parentes mais chegados, agradeço também. A Bruno Reis por ter dado nova cor ao meu dia-a-dia, por dividir os choros e as alegrias, e por todas as discussões interessantes que tivemos sobre a esta tese.

Estas poucas linhas são insuficientes para agradecer seu apoio, seu carinho e sua dedicação para comigo. Por fim, aos meus amigos, antigos e novos, por estarem ao meu lado em todos os momentos.

RESUMO

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. *“Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais*. 2020. 188f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese trata de um uso particular de páginas do Facebook por moradores de bairros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: páginas denominadas hiperlocais, que funcionam como espaços de troca de informações e publicização de fatos ocorridos na vizinhança, frutos da expansão do acesso à internet e da facilidade de uso das redes sociais. Defendemos que tais veículos são inovações em termos de comunicação e provocam um alargamento do conceito de interesse público. Ao seletivamente evidenciar fatos ocorridos em apenas uma área, e não em outras, o jornalismo tradicional contribuiu para que casos de violência e outras violações ocorridos nas periferias não fossem de conhecimento geral e, quando o fossem, que tivessem uma caracterização muito distinta da que lhes seria dada por habitantes destas áreas urbanas. Esta negligência constrói os fatos de segurança pública ocorridos na Zona Sul como fatos de interesse público e, os ocorridos em favelas, ou como parte de interesses privados dos seus moradores ou caracterizados de uma perspectiva externa aos entendimentos e interesses destes cidadãos. Assim, a tese questiona a ideia de público presente na teoria habermasiana da esfera pública, demonstrando as normatividades embutidas que diminuem a capacidade analítica e a capacidade normativa do conceito. Ao analisar as páginas hiperlocais, demonstramos como, apesar dos limites e das críticas às redes sociais em relação a uma degeneração do debate público, esses veículos constituem uma inserção de novos atores e novas perspectivas no debate público. São muitas e plurais estas novas perspectivas, mas, esta tese se debruça especificamente sobre perspectivas periféricas urbanas sobre sua própria realidade social e política cotidiana, por meio de uma pesquisa empírica que levantou e analisou 236 páginas hiperlocais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, seus mais de 90 mil posts e os comentários recebidos por estes posts.

Palavras-chave: Esfera pública. Redes sociais. Violência. Segurança pública

ABSTRACT

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. *"What's up neighbor!" The outskirts in the public sphere and urban violence in hyperlocal pages.* 2020. 189f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis deals with a particular use of Facebook pages by residents of neighborhoods in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro: pages called hyperlocal, which function as spaces for exchanging information and publicizing events that have occurred in the neighborhood, as a result of the expansion of internet access, and the ease of use of social networks. We argue that such vehicles are innovations in communication and cause an extension of the concept of public interest. By selectively evidencing facts that occurred in only one area and not in others, traditional journalism contributed to the fact that cases of violence and other violations that occurred in the peripheries were not generally known and when they were, that they had a very different character from that which inhabitants of these urban areas would give. This negligence constructs the public security facts that occurred in the South Zone as facts of public interest and those that occur in favelas, either as part of its residents' private interests or characterized from a perspective external to the understandings and interests of these citizens. Thus, the thesis questions the idea of the public present in the habermasian theory of the public sphere, demonstrating the embedded normativity that decreases the analytical and normative capacity of the concept. By analyzing the hyperlocal pages, we demonstrate how, despite the limits and criticisms of social networks concerning a degeneration of public debate, these vehicles constitute an insertion of new actors and new perspectives in the public debate. These new perspectives are many and plural, but this thesis focuses specifically on peripheral urban perspectives on its own daily social and political reality, through empirical research that raised and analyzed 236 hyperlocal pages of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, its more than 90 thousand posts and the comments received by these posts.

Keyword: Public sphere. Social networks. Violence. Public security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Tiragem Média de Jornais Impressos (Rio de Janeiro - 1981-2014).....	41
Figura 2	Fontes de notícias - Brasil (%) (2013-2019).....	90
Figura 3	Usuários do Facebook ativos (em milhões).....	92
Figura 4	Número de páginas hiperlocais analisadas por bairros do Rio de Janeiro e pelos municípios da RMRJ	103
Figura 5	Número de posts por mês (2018).....	104
Figura 6	Número de páginas por quantidade de posts.....	104
Figura 7	Tipos de posts.....	105
Figura 8	Engajamento nas páginas hiperlocais por mês e taxa por post.....	106
Figura 9	Engajamento por tipo de post e taxa.....	107
Figura 10	Nuvem de palavras de todos os posts.....	108
Figura 11	As 10 palavras mais utilizadas.....	109
Figura 12	Os sete tópicos sobre violência e segurança pública nos posts das páginas hiperlocais.....	111
Figura 13	Engajamento mensal nas páginas hiperlocais por tópicos.....	112
Figura 14	Nuvem de palavras - Tópico 46.....	113
Figura 15	Temática do roubo de veículos e o número de veículos roubados no Rio de Janeiro (2018).....	114
Figura 16	Temática do roubo de veículos e o número de veículos roubados na Pavuna (2018).....	115
Figura 17	Nuvem de palavras - Tópico 45.....	118
Figura 18	Temática dos crimes contra a vida e a Letalidade violenta no Rio de Janeiro (2018).....	118
Figura 19	Temática dos crimes contra a vida e o registro de letalidade violenta para o município do Rio de Janeiro (2018).....	119
Figura 20	Nuvem de palavras - Tópico 55.....	121
Figura 21	Roubos a transeuntes, roubos em coletivos e roubos de celulares no estado do Rio de Janeiro.....	123
Figura 22	Nuvem de palavras - Tópico 24.....	124
Figura 23	Meme postado em página hiperlocal.....	125
Figura 24	Temática dos assaltos e o indicador de roubos de rua no município de Belford Roxo.....	125

Figura 25	Nuvem de palavras - Tópico 3.....	127
Figura 26	Temática da violência armada e o registro de tiroteios e disparos de armas de fogo na RMRJ.....	128
Figura 27	Temática do patrulhamento e o número de patrulhamentos monitorados no Rio de Janeiro.....	131
Figura 28	Nuvem de palavras - Tópico 30.....	132
Figura 29	Postagem da página “Baixada ao vivo Rj”.....	133
Figura 30	Postagem da página Gardênia Azul Notícias.....	135
Figura 31	Nuvem de palavras - Tópico 40.....	136
Figura 32	Grafo das páginas hiperlocais.....	138
Figura 33	“Likes” nas páginas Hiperlocais por mês e taxa por post.....	146
Figura 34	Média de “likes” mensais nos posts dos tópicos selecionados.....	147
Figura 35	Proporções dos tipos de postagem por tópicos.....	148
Figura 36	Compartilhamento nas páginas hiperlocais por mês e taxa por post.....	149
Figura 37	Média de compartilhamentos mensais nos posts dos tópicos selecionados....	150
Figura 38	Cascata social nas páginas hiperlocais do Facebook.....	153
Figura 39	Post e comentários da página Voz das Comunidades.....	154
Figura 40	Post da página Vila da Penha Notícias.....	155
Figura 41	Chamado à manifestação em Belford Roxo.....	159
Figura 42	Nuvem de palavras por polaridade.....	162
Figura 43	Análise de sentimentos nos comentários das páginas hiperlocais por tópicos.	163
Figura 44	Soma das polaridades das palavras utilizadas nos comentários em cada tópico por mês (2018).....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Esquema dos domínios e esferas da sociedade, segundo Habermas.....	23
Tabela 2	Proporção de palavras por polaridade para os tópicos selecionados.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPM	Boletim de Ocorrência da Polícia Militar
EPDA	Esfera Pública Digital Alternativa
GIF	Gabinete de Intervenção Federal
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISP	Instituto de Segurança Pública
MVI	Mortes Violentas Intencionais
ONG	Organização Não-governamental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
STM	Structural Topic Model
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP	Unidades de polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	ESFERA PÚBLICA, MÍDIA E VIOLÊNCIA.....	20
1.1	O conceito de esfera pública e sua crítica.....	21
1.1.1	<u>Mudança estrutural da esfera pública.....</u>	21
1.1.2	<u>Os contrapúblicos subalternos.....</u>	26
1.1.3	<u>Público e contrapúblico.....</u>	30
1.1.4	<u>Esfera pública e imprensa.....</u>	33
1.2	Jornalimos e imprensa.....	35
1.2.1	<u>Agenda-setting e enquadramento.....</u>	37
1.2.2	<u>A violência enquanto notícia.....</u>	42
1.2.3	<u>Outros jornalimos.....</u>	46
1.3	Interesse público, perspectivas sociais e presença.....	52
1.4	Conclusão.....	55
2	ESFERA PÚBLICA CONECTADA.....	57
2.1	Internet e mudanças na esfera pública.....	58
2.1.1	<u>A #República.....</u>	61
2.1.1.1	Cascatas.....	65
2.1.1.2	Filtros e algoritmos.....	68
2.1.1.3	Bolhas e polarização.....	71
2.1.2	<u>Pós-Habermas.....</u>	75
2.1.2.1	Neodemocracias.....	79
2.1.2.2	Esfera pública digital alternativa.....	84
2.2	#RioDeJaneiro conectado e violento.....	89
2.2.1	<u>Dos jornais de bairro à Favela.com.....</u>	93
2.2.2	<u>A violência urbana nas redes como objeto de estudo.....</u>	95
2.3	Conclusão.....	99
3	PÁGINAS HIPERLOCAIS NO FACEBOOK E AS PERSPECTIVAS SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO.....	101
3.1	A vizinhança digital.....	101
3.2	Conteúdo, alcance e preferências.....	103
3.3	Crime e Segurança Pública nas páginas do Facebook.....	110

3.3.1	<u>Roubo de veículos</u>	113
3.3.2	<u>Os crimes contra a vida</u>	117
3.3.3	<u>Operações policiais</u>	120
3.3.4	<u>Roubos e arrastões</u>	123
3.3.5	<u>Tiroteios e disparos de armas de fogo</u>	126
3.3.6	<u>Patrulhamento e pequenas operações</u>	130
3.3.7	<u>Boletins de Ocorrência Digitais</u>	134
3.4	Comunidade das páginas hiperlocais	137
3.5	Conclusões	140
4	O ENGAJAMENTO DOS “MORADORES” E OS USOS DAS PÁGINAS HIPERLOCAIS	143
4.1	O engajamento nas páginas hiperlocais	144
4.1.1	<u>Efeito cascata na caixa de comentários</u>	151
4.1.2	<u>Apurando os fatos</u>	156
4.2	Os sentimentos dos “moradores” nos comentários	160
4.3	Conclusões	165
	CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICE – Notas metodológicas	184

INTRODUÇÃO

Esta tese trata de um uso peculiar que cidadãos do Rio de Janeiro fazem das páginas de Facebook. Denominamos de páginas hiperlocais estes espaços em que moradores de vários bairros das cidades que compõem a Região Metropolitana¹ trocam informações, debatem, constroem narrativas e se informam dos acontecimentos locais. Por anos tais preocupações e temas foram negligenciados pelo jornalismo tradicional, dito de “referência”, que concentra até hoje sua atenção nas zonas mais abastadas da cidade. Para se informar, o cidadão de bairros periféricos contava com algumas iniciativas de jornais de bairro, rádios comunitárias e a própria rede de relações. As páginas hiperlocais preenchem essa demanda ao serem criadas em uma rede social muito popular, de fácil acesso e uso, o que significou o engajamento de muitos usuários. Além dos efeitos internos aos bairros, as páginas hiperlocais incluem no debate público uma série de perspectivas sociais que até o momento apareciam de maneira tímida no espaço público.

Por muito tempo, a imprensa através de seus jornais, rádios e canais de televisão, era entendida como a principal forma de se obter informação, principalmente sobre os assuntos relacionados à política, economia e entretenimento. Circulavam por seus veículos aquilo que seria tema de conversas e debates nos dias seguintes, por isso, o que não estava nas páginas e nas telas dos jornais, não seria conhecido pela massa. Se não era conhecido, o assunto não seria tema de debates dos cidadãos, e, de certa forma, seria inexistente para o público amplo, ficando confinado na esfera daqueles diretamente afetados ou interessados no tópico. Nesse sentido, o que era apresentado nos grandes jornais era compreendido como o assunto público, ou seja, aquilo que é de interesse comum a todos os cidadãos.

O que ficou claro, com o tempo, é que poucos são aqueles que conseguem introduzir suas questões dentro da agenda da imprensa, que, notadamente, inclina-se a ouvir autoridades públicas, políticos, acadêmicos, atrizes, escritores, e outras figuras que, em sua maioria, circulam nas camadas mais abastadas da população. Como os veículos de imprensa são poucos em relação à multiplicidade de questões e acontecimentos que emergem todos os dias na sociedade, a seleção é inevitável. São vários os elementos que tornam o fato ou questão

¹ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta de 22 municípios. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em 20 fev. 2020.

noticiável ou não, mas a definição mais básica daquilo que a que o jornalismo se dedica é: o interesse público.

“Interesse público” é um dos termos, como “serviço público”, “opinião pública”, “bem público”, entre outros, que se baseiam na ideia de público. Em geral, e muitas vezes de forma irrefletida, utiliza-se o termo público para se referir a todos, a universalidade de indivíduos. Apesar disso, a ideia de público sempre carrega uma normatividade embutida, que se pretende invisível, mas que produz narrativas, ideias e teorias enviesadas do ponto de vista daqueles a que o “público” se refere. No caso da imprensa de referência, o interesse público poderia ser compreendido como aqueles acontecimentos e ações tomadas pelos governantes, por agentes do mercado, ou por grandes produtores culturais. São esses os principais temas dos jornais por décadas.

Esta tese se propõe a investigar uma das formas pelas quais a ideia de público é confrontada com novas presenças e perspectivas que foram aos poucos conquistando espaço no debate público. Para isso analisaremos a teoria habermasiana da esfera pública, investigando sua estrutura e funcionamento dentro do contexto histórico alcançado pela teoria do autor. Esta teoria, que até hoje possui muita influência, vai ser criticada por vários autores, mas, em especial, daremos ênfase aos questionamentos de Fraser (1992) relativos aos limites que a ideia de público habermasiano possuía, deixando de fora grupos minoritários, com foco nas mulheres e na luta feminista.

A autora, ao lançar luz sobre as ausências de certos grupos sociais na esfera pública habermasiana, propõem não que haja um alargamento da ideia de público, mas sim que se conformem contrapúblicos subalternos, espaços em que esses grupos poderiam debater e dialogar sobre os seus interesses públicos. que muitas vezes eram enxergados como questões privadas para o público habermasiano (a violência doméstica, a autora pontua, por muito tempo foi visto como um problema privado e não uma questão pública). Mas, defenderei, ao criar a ideia de contrapúblicos que se relacionam de forma subalterna com o público situado no homem, branco, heterossexual, Fraser (1992) cristaliza a hierarquia entre dominantes e subalternos.

Os limites técnicos que foram entraves e justificativas para que certos grupos fossem afastados dos espaços da mídia de massa, passaram a ser desafiados pelo surgimento da internet. A partir do advento dos blogs, mas principalmente com a emergência da chamada Web 2.0, baseada nas interações em redes sociais, um número cada vez maior de indivíduos que não possuíam formas de se expressar para um grande público passaram a ter acesso a ferramentas

fáceis e gratuitas que possibilitariam que suas perspectivas, opiniões e demandas circulassem para muitas pessoas.

Apesar dos avanços e das promessas positivas, as mídias sociais passaram desde muito cedo a ser objeto de preocupações relevantes, das quais destacamos as apontadas por Sunstein (2017). Por meio dos seus feeds personalizados por algoritmos, cada indivíduo poderia em tese criar um cardápio personalizado de informações, temas e fontes para consumo diário, evitando ter contato com elementos contrários ao seu ponto de vista, uma perspectiva que pode ser cada vez mais privadas e menos públicas. Em razão da tendência humana para a homofilia, a internet também foi apresentada como fator fundamental na criação de câmaras de ressonância ou bolhas, em que grupos com a mesma mentalidade se reúnem, trocam informações alinhadas a suas concepções e, em última instância, radicalizam suas opiniões e visões de mundo. Por fim, um último efeito potencializado pela internet são as chamadas cascatas informacionais, comportamento que se popularizou como “viralizar”, quando uma informação, meme, vídeo etc. é compartilhado ou recebe muito engajamento dos usuários por um efeito de repetição acrítica.

Todos estes são efeitos deletérios à democracia apresentados por Sunstein (2017), se entendemos a democracia como uma forma política em que os cidadãos possuem alguma influência sobre as tomadas de decisões coletivas e possuem alguma base informacional e de liberdade de consciência, expressão, informação e imprensa para formar preferências políticas². Esses efeitos também são fundamentais frente à concepção de dissenso que Sunstein apresenta em *Why societies need dissent* (2003), como sendo a rejeição dos pontos de vista da maioria das pessoas (2003:7), fundamental, segundo o autor, para a tomada de decisões mais corretas. Para este trabalho, são também relevantes uma vez que os grupos que emergem nas páginas hiperlocais representam a possibilidade de aumento da controvérsia e da discordância dentro do debate público. Apesar disso, como veremos, estudos empíricos revelam que por mais que estes elementos estejam presentes na internet, seus efeitos prejudiciais são bem menos relevantes do que se imaginava.

² As teorias da democracia possuem concepções muito distintas do que é a democracia e qual seu componente normativo central (eleitoral-representativo, participativo, deliberativo ou outro), mas todas as teorias democráticas entendem que se trata de uma concepção de poder político legítimo que atribui algum papel político aos cidadãos comuns (o voto, a participação, a deliberação ou outro). E esse papel político depende da concepção que a teoria carrega sobre como são formadas as preferências políticas dos cidadãos. Esta não é uma tese de teoria democrática, mas, assenta-se sobre o lastro de cultura política democrática que considera que uma sistema político, para ser democrático, deve ser, de algum modo responsivo aos cidadãos e à opinião pública.

A possibilidade de se imaginar uma esfera pública conectada, alargada em seus limites geográficos e com a inclusão cada vez maior de atores e grupos, foi tema de estudos importantes que revisitaram o trabalho de Habermas (2014) e as críticas a ele. Novas esferas públicas transnacionais conectadas, neodemocracias e Esferas Públicas Digitais Alternativas são algumas das propostas de compreender a esfera pública em um contexto de mundo conectado pela internet. Cada proposta apresenta elementos interessantes para pensar e lançar luz sobre o objeto deste estudo, as páginas hiperlocais, e serão explicadas e debatidas ao longo desta tese.

Se é possível pontuar um marco referente ao surgimento e a popularização das páginas hiperlocais no Rio de Janeiro, este seria o momento em que tropas policiais e militares realizaram uma grande operação no Complexo do Alemão, bairro que reúne 15 favelas localizadas na Zona norte do Rio de Janeiro, em novembro de 2010. Na ocasião, Renê Silva passou a divulgar em tempo real os desdobramentos da operação, que geraram imagens que circularam nacional e internacionalmente. Estando em campo, em área onde os jornalistas dos grandes jornais foram proibidos de entrar, Renê era a voz com mais legitimidade, pautou a cobertura da imprensa de referência e chamou atenção para as potencialidades das redes sociais. Hoje Renê continua à frente da sua iniciativa de comunicação, o Voz das Comunidades, que contam com site, páginas de Facebook, Twitter e Instagram e até um aplicativo mobile.

Apesar de, à primeira vista, o tema da violência e da segurança pública parecer muito específico para a discussão aqui proposta, a história do Renê e do Complexo do Alemão, revelam elementos que justificam nossa escolha por esses temas. O Rio de Janeiro é, por décadas, reconhecido não só pelas suas belezas naturais e festas, mas também pela violência urbana. É comum nas páginas dos jornais de outros estados que o Rio seja o tema da maior parte das matérias dedicadas ao tema do cotidiano e das cidades (RAMOS; PAIVA; NUNES, 2017).

Sucessivos governos desde a redemocratização propuseram diferentes estratégias para a área da segurança pública: umas com foco na redução dos confrontos e fomento das resoluções de conflitos de forma não violenta, outras que apostaram na tolerância zero contra o crime, apelando para a narrativa da guerra contra a criminalidade, e ainda houve a total leniência em relação a pasta, relegando às polícias autonomia completa para o desenvolvimento de suas ações, sem coordenação ou estratégias em conjunto. Desde Brizola, primeiro governador eleito no contexto de abertura democrática, as políticas de segurança pública se comportaram como um pêndulo, indo das estratégias que evitavam o conflito, até as estratégias de guerra contra o crime.

Nestes mais de 30 anos assistimos às chacinas da Candelária e de Vigário Geral, as 26 mortes ocorridas em Nova Brasília, favela que compõem o Complexo do Alemão, que levaram o estado brasileiro ao lugar de réu na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo condenado em maio de 2017. No final dos anos 2000, se iniciou o que viria a ser conhecido como Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), projeto que se baseou nos princípios do policiamento de proximidade, com maior interlocução com os moradores e sem a ostentação de armamento pesado por parte dos policiais. Durante esse período, o Rio de Janeiro registrou as maiores quedas históricas de boa parte dos registros criminais, o que levou a expansão do projeto das UPPs de maneira desorganizada para atender interesses políticos. Após o término do período em que a cidade recebeu grandes eventos esportivos mundiais (Olimpíadas e Copa do Mundo), o projeto que já vinha apresentando desgaste após quase uma década, foi praticamente abandonado em seus princípios.

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, que assumiu após o impeachment de Dilma Rousseff, foi decretada a Intervenção Federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Esse expediente previsto na Constituição (apesar das “novidades” jurídicas incluídas no decreto de Michel Temer, como o papel militar do interventor e o foco na segurança pública), nunca antes tinha sido utilizado. Na prática significou a retirada temporária das prerrogativas do governador à época, Luiz Fernando Pezão, sobre a área de segurança pública. Durante 10 meses, um general esteve à frente da pasta de segurança pública do estado, autorizando uma série de grandes operações, com mobilização de milhares de agentes, veículos blindados e armamento pesado. Neste período, Marielle Franco foi morta, no centro da cidade, em crime até o momento sem solução, Marcos Vinícius, estudante morador da Maré, foi morto por policiais quando estava indo para a escola entre outros acontecimentos que marcam até hoje a história da cidade. No ano de 2018, a letalidade policial atingiu patamares inéditos, sendo os policiais responsáveis por mais de 20% de todas as mortes violentas ocorridas no estado.

É ainda no ano conturbado de 2018 que tivemos as eleições de Jair Bolsonaro para presidência da República e de Wilson Witzel para governador do Rio de Janeiro. Ambos fizeram suas campanhas baseadas em promessas de tolerância zero com o crime e execuções sumárias. É do governador Witzel o termo “tiro na cabecinha”, que ilustra sua política de segurança pública para o estado. O tema da segurança pública foi tomado por esses candidatos que foram vistos como possíveis respostas a um contexto de insegurança e deterioração da confiança nas instituições da justiça.

Para compreender a importância e o papel das páginas hiperlocais na exposição e inclusão de certas perspectivas sociais, principalmente relacionadas à segurança, na esfera pública, a tese

abordará no primeiro capítulo a teoria habermasiana da esfera pública e suas críticas. Neste capítulo também serão apresentadas algumas teorias do jornalismo e como estas mudanças no enquadramento do papel do consumidor de notícias serviram de base para o surgimento de iniciativas de comunicação como as páginas hiperlocais.

No segundo capítulo, serão analisadas as preocupações de Sunstein (2017) referentes a ameaças que as mídias sociais representariam à saúde da democracia, bem como trabalhos empíricos que demonstram que essas ameaças existem, mas são apenas um componente de um complexo sistema de circulação e consumo de informações. Além disso, serão apresentadas outras teorias que procuram verificar a possibilidade de se haver uma esfera pública na internet. No final do capítulo, serão trazidos elementos empíricos que constroem o cenário de surgimento das comunicações digitais no Brasil, mais especificamente sobre o tema da violência e da criminalidade bem como serão analisadas as iniciativas de comunicação vindas das favelas do Rio de Janeiro.

Nos dois últimos capítulos, será abordada a produção das 236 páginas hiperlocais selecionadas para este estudo. No capítulo três, serão analisados os posts publicados, o seu alcance, seus principais temas relacionados à segurança pública e à forma pela qual essas páginas estão ligadas em termos de interesse temático umas com as outras. No capítulo seguinte, serão examinados os comentários dos usuários nas postagens das páginas hiperlocais, investigando comportamentos de cascata, como nos casos de “investigação” de casos rumorosos de crimes ocorridos na vizinhança. Também serão analisados os sentimentos mobilizados pelos indivíduos nos comentários das páginas hiperlocais, procurando compreender quais temas mobilizam sentimentos mais negativos ou positivos e seu comportamento durante o tempo. Para finalizar, uma conclusão irá retomar alguns pontos do trabalho, com o intuito de recapitular a relação entre teoria e empiria desenvolvida ao longo da tese, além de apontar questões para trabalhos futuros.

1. ESFERA PÚBLICA, MÍDIA E VIOLÊNCIA

O objetivo deste estudo é analisar como novas formas de exercício da opinião pública e participação na construção do debate na esfera pública exigem mudanças teóricas no entendimento destes conceitos. Estas inovações sociais, que requerem reformulações teóricas para serem bem compreendidas, são expressões e condições necessárias para que grupos antes fora do debate possam se colocar e expressar suas perspectivas e preocupações. A teoria habermasiana da esfera pública trata o público de maneira que faz com que ele coincida teoricamente com certos grupos dominantes. Em crítica a esse entendimento, o conceito de contrapúblico subalterno coloca luz sobre indivíduos fora do debate dominante e fora da teoria habermasiana, mas os mantém em relação de subalternidade.

O objeto desta análise é uma expressão dessas novas formas de exercício da opinião pública, que é a esfera formada dentro das páginas hiperlocais do Facebook no Rio de Janeiro. É constituída de um ambiente de troca de informações e discussões de assuntos do cotidiano relacionados a formas de gerir o espaço urbano, os serviços públicos e, notadamente, a segurança pública. Nestes espaços, os problemas do bairro são pontuados e discutidos pelos próprios moradores, soluções são construídas coletivamente, investigações são levadas a cabo por grupos de cidadãos etc.

Defendemos que a existência dessas páginas altera a composição das perspectivas sociais presentes na esfera pública e na opinião pública. Por isso, é necessário visitar os conceitos presentes na teoria da esfera pública para remover centramentos em determinadas perspectivas sociais, que introduziram normatividades em conceitos que deveriam descrever, interpretar e explicar. Construiremos uma leitura teórica desta esfera que remonta à teoria habermasiana de esfera pública.

Para compreender então os aspectos teóricos em que se assentam as páginas hiperlocais do Facebook, serão discutidos ao longo deste capítulo a teoria habermasiana da esfera pública, suas críticas e suas derivações. Assim como Habermas (2014) empreendeu seu método de uma perspectiva sociológica e histórica concomitantemente, tais passos serão seguidos nesse estudo. Sendo assim, este capítulo discutirá contribuições de Habermas (2014) contidas em seu conceito de esfera pública, para em seguida retomar as críticas de Fraser (1992) e sua proposta de contrapúblicos.

Um dos aspectos históricos fundamentais que ancoram a discussão de Habermas (2014) é o papel da prensa móvel na emergência de um mercado literário e, em consequência, a imprensa enquanto principal forma de circular informações de interesse público em uma sociedade de massas. Serão discutidas neste capítulo algumas teorias sobre a mídia e seu papel na circulação de casos de violência e crime na sociedade. Por fim, uma síntese dos pontos levantados neste capítulo será realizada ao final.

1.1. O conceito de esfera pública e sua crítica

1.1.1. Mudança estrutural da esfera pública

Habermas (2014) discute o contexto social e político na passagem do século XVIII para o XIX, na Europa (Inglaterra, França e Alemanha), focando na mudança estrutural da esfera pública. Naquele período, diversas alterações na sociedade, provocadas pelo crescimento exponencial das cidades e pela complexificação da estrutura societal, permitiram a emergência de um grupo de indivíduos que gozavam de liberdade de expressão, de reunião e de associação. A burguesia, passa então a se reunir em cafés e outros espaços para discutir e se informar sobre os assuntos relativos à vida cotidiana e política da sociedade. Nesse sentido, a esfera pública burguesa se forma pela necessidade de se consumir informações as mais variadas possíveis para que os negócios realizados por essa classe de comerciantes fossem feitos com maiores vantagens.

A invenção da prensa móvel, na metade do século XV, e sua difusão nos anos subsequentes, provocou mudanças profundas na Europa, sendo condição fundamental para a Reforma Protestante (simbolizada pela publicação das 95 Teses de Martinho Lutero, em 31 de outubro de 1517), para o Século das Luzes e para a Revolução Francesa. É também por meio da prensa móvel que surge a primeira forma do que se entende como imprensa. Jornais, panfletos e outras formas de comunicação impressa se popularizam na medida em que os custos de replicar textos reduziram-se pela disseminação desta nova ferramenta.

A invenção da prensa móvel propiciou a emergência de um grupo de letrados consumidores de literatura que, a partir da Revolução Francesa, passam a se interessar por assuntos políticos. A partir de então, há:

Uma ‘politicização da vida social’, a ascensão de uma imprensa opinativa e a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a mudança de função da rede expandida da comunicação pública até a metade do século XIX. (HABERMAS, 2014:39)

Uma esfera pública literária surge então como um espaço em que interessados em artes plásticas, teatro, literatura etc., em sua maioria vindos das elites aristocráticas da época, se reuniam para discutir, comentar e circular informações sobre as suas preferências artísticas. A esfera pública burguesa política se formará da síntese entre aqueles provenientes da sociedade aristocrata e humanista, que participavam da esfera pública literária, com a camada intelectual da burguesia, que, à época, estava em franca ascensão.

É importante caracterizar essa esfera pública em seus elementos mais fundamentais, para que se possa assim, ao final, ser possível traçar pontos de comparação com outros conceitos derivados do trabalho de Habermas. Não é desconhecido o fato de que durante sua trajetória intelectual, Habermas irá modificar o conceito de esfera pública para reposicioná-lo no seu esquema teórico mais amplo (DA SILVA, 2001). Para fins deste estudo, serão tomados o conceito tal como formulado no livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” e as respostas às críticas feitas principalmente por Fraser (1992) e publicadas no Prefácio à edição de 1990.

Em linhas gerais, a ideia de esfera pública se refere a um corpo de pessoas privadas reunidas para discutir assuntos de interesse público ou interesse comum. Essa esfera pública seria inclusiva, ou seja, todos os indivíduos interessados em participar seriam incluídos e a principal exigência tácita era de que naquele espaço as discussões se dessem por meio de argumentos racionais e transparentes em sua formulação. Esses argumentos, que podem ser dados por meio da fala, mas também por meio de textos escritos nas revistas, jornais e livros que municiavam a esfera de informação, eram julgados pela sua racionalidade e pela superioridade em relação aos outros. Ou seja, dentro desses espaços, a condição social do indivíduo era “esquecida” uma vez que o único fator relevante para a deliberação era a racionalidade dos argumentos e não as condições econômicas e sociais do emissor.

A ação da esfera pública não pode ser caracterizada como pacífica, mas tampouco o pode sê-lo como uma guerra: na esfera pública, indivíduos iguais são levados a discutir e lançar argumentos racionais relativos a determinado assunto, com vias de construir uma síntese ou um consenso, dentro das regras de inclusão, equidade, transparência e racionalidade.

É interessante notar que, na esfera pública burguesa, qualquer tópico pode ser abordado e questionado por qualquer pessoa presente. Desta maneira, temas que antes eram discutidos apenas no âmbito do Estado ou da Igreja, passam a ser abordados por outros indivíduos fora dessas instituições, rompendo os monopólios existentes até então. Ou seja, através da discussão

de questões e problemas sociais na esfera pública se “seculariza a publicidade de representação da corte e do púlpito: o interesse geral passa a ser acessível e passível de discussão, pelo menos em princípio, por parte de todos quantos sejam por ele afetados” (DA SILVA, 2001).

O Estado, enquanto ente detentor do poder, se manteve acima da sociedade, mantendo privilégios dentro de uma casta muito restrita de indivíduos. Aos não pertencentes a esta casta era vetada a participação política. Ou seja, era garantida a liberdade civil, mas não havia liberdade política. Os interesses que circulavam na esfera pública só poderiam ganhar funções políticas na medida em que os cidadãos conseguissem universalizar seus interesses, por meio do convencimento, e dessa forma torná-los efetivos a ponto do Estado ser apenas um meio por onde os interesses universalizados encontrariam institucionalização. Nesse sentido, o que era discutido nos cafés e salões ganhava status de universal, ou seja, não particular em dois sentidos: na sua validade e significado e também na sua acessibilidade.

A esfera pública, nesse sentido, funciona como um mecanismo de filtragem das demandas sociais. Na medida em que o convencimento por argumentos racionais é uma exigência inerente à dinâmica da esfera pública, apenas aquelas demandas, preferências, opiniões e reclamos que fossem assimilados por todos, ou por boa parte dos integrantes, ganhava relevância para o poder estatal:

Tabela 1- Esquema dos domínios e esferas da sociedade, segundo Habermas

<i>Domínio Privado</i>		<i>Esfera do poder público</i>
Sociedade civil (domínio da circulação de mercadorias e do trabalho social)	Esfera pública política Esfera pública literária (clubes, imprensa)	Estado (domínio da “polícia”)
Espaço interno da família conjugal (intelectualidade burguesa)	(mercado de bens culturais) “Cidade”	Corte (Sociedade cortesã aristocrática)

Fonte: HABERMAS, 2014, p.140

A esfera pública política, como deixa claro o esquema acima proposto por Habermas (2014:140), faz a mediação entre as necessidades da sociedade como um todo e o Estado. Sendo assim, os indivíduos ou grupos de indivíduos que não conseguissem expressar suas

necessidades de maneira racional a ponto de conquistar o consenso do público, não veriam suas demandas serem levadas ao Estado por meio da opinião pública.

O esquema proposto por Habermas e a própria estrutura da esfera pública serão abalados por mudanças sócio históricas profundas. O mundo começa a experimentar mudanças na forma de produção, urbanização e proletarização, que tornam necessárias políticas sociais crescentes, o que leva a várias construções nacionais de tipos de Estado de bem-estar social. É nesse contexto de urbanização, com aumento populacional, que as sociedades ocidentais passam a cada vez mais serem entendidas como sociedades de massa. A produção mecanizada e em série passa a ser uma norma no contexto capitalista de aumento da demanda. Essa produção em série vai atingir também os mercados literário e de jornais.

Surgem então grandes empresas de produção, impressão e distribuição de materiais literários e jornalísticos. A imprensa, assim, se torna um campo de disputas acirrado, uma vez que a demanda cresce e a concorrência acompanha esse processo de crescimento. Grupos de interesses voltados ao mercado de mídia começam a surgir e se estruturar, propagandas para conquistar novos consumidores passam a fazer parte integrante das peças impressas:

A história dos grandes jornais diários na segunda metade do século XIX mostra que a imprensa se torna manipulável à medida que se comercializa. A partir do momento que a venda da parte do que é redigido interage com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, até então uma instituição de pessoas privadas como público, torna-se uma instituição de determinados participantes do público como pessoas privadas – ou seja, torna-se porta de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública (HABERMAS, 2014:402)

Em “Mudança estrutural da esfera pública”, Habermas sustenta uma posição pessimista quanto à possibilidade do público, agora transformado em consumidor, oferecer resistência à manipulação midiática, devido à entrada de interesses privados privilegiados. Para Habermas, os princípios das democracias de massa do Estado de bem-estar social podem se manter apenas:

se assumirem seriamente o imperativo de uma esfera pública politicamente ativa. Nesse caso, porém, é preciso mostrar como deveria ser possível, em nosso tipo de sociedade, que “o público, mediatizado pelas organizações, deve pôr em movimento, por meio delas mesmas, um processo crítico de comunicação pública”. (ibidem:2014:64)

Além do processo de manipulação midiática, Habermas enxerga outras questões desafiadoras no que se refere às sociedades de massas. Neste contexto, não há mais como supor “uma homogeneidade de convicções” entre os cidadãos, nem mesmo é possível afirmar haver um “interesse comum de classe”. No lugar, as “sociedades pós-tradicionais” deram lugar “a um pluralismo intransparente de formas de vida, que competem em igualdade de direitos” (2014:69). Este ponto da complexificação social e a “impossibilidade” de se atingir consensos será retomado por Sunstein (2017), e será tratado no próximo capítulo.

No novo contexto, a soberania do povo é diluída comunicativamente e encontra um ponto de concentração nos discursos públicos, que tentam traduzir essa miríade de vontades, interpretando-a sob o intuito de influenciar nas decisões. Assim, surgem indivíduos que conseguem interpretar as vontades e valores da sociedade, e contribuem para a solução de problemas, na medida em que conseguem assumir “uma forma nas decisões das corporações constituídas democraticamente” (HABERMAS, 2014:79). Mas esses discursos públicos são apenas um instrumento:

Os discursos não dominam. Eles produzem um poder comunicativo que não substitui o poder administrativo, mas pode apenas influenciá-lo. Essa influência limita-se a dar e retirar legitimação. O poder comunicativo não pode substituir o sentido próprio das burocracias públicas, às quais ele procura influenciar “na forma do sítio”. (2014:80)

Nesse contexto, surgem novos atores importantes para a conformação da opinião pública:

Ao contrário da grande maioria dos partidos políticos estatizados, [As associações formadoras de opinião] não pertencem ao sistema administrativo, porém obtêm eficácia política graças a sua influência publicística, seja porque participam diretamente da comunicação pública, seja por causa do caráter programático de suas atividades, como no caso de projetos alternativos, que, com seu exemplo, contribuem implicitamente para a discussão pública. De modo semelhante, Offe atribui às relações de associação a função de formar contextos adequados para uma comunicação política que, com argumentos suficientemente bons, leve os cidadãos a “agir de modo responsável”. (2014:82-83).

A análise de Habermas (2014) sobre a esfera pública e suas mudanças termina de maneira pessimista quanto à possibilidade desta esfera manter sua autonomia e a sua relação entre o privado e o público. Estes indivíduos componentes de um público mediatizado pelas organizações de imprensa, possuem menos informações sobre os conteúdos que consomem em um contexto de manipulação da informação por interesses privados.

De certa forma, como será discutido no próximo capítulo, o surgimento da internet e a inclusão digital de parcelas cada vez maiores da população mundial não é um contexto que Habermas (2014) possuía no horizonte ao criar sua teoria da esfera pública. A possibilidade de um grupo cada vez maior de indivíduos ter em mãos dispositivos conectados, onde se pode consumir notícias, trocar informações e publicar conteúdos próprios altera a relação de poder entre a imprensa de massa e seu público consumidor. A partir do surgimento das mídias sociais, a imprensa perde certa parcela de importância na produção e circulação de informações, e, com isso, a sua capacidade de manipular o debate público é modificada e, em certos casos, reduzida. Nesse novo contexto, novas formas de manipulação e direcionamento do debate público surgem, além de preocupações sobre radicalização de posições, “bolhas” e “câmaras de ressonância”, questões que serão tratadas no próximo capítulo.

1.1.2. Os contrapúblicos subalternos

Diversas foram (e continuam sendo) as críticas ao conceito habermasiano de esfera pública e às suas reconfigurações. Segundo Melo (2015), duas correntes procuram reconstruir o conceito de esfera pública: a primeira enfoca nos princípios morais embutidos no conceito de esfera pública habermasiano (publicidade, justiça, reciprocidade, igualdade, equidade) e às práticas participativas e deliberativas inscritas no conceito (2015:17). A segunda enfoca nas explicações de cunho empírico, apresentando um espaço público dominado social e politicamente pela elite conservadora, pela burocracia do Estado e pela “indústria cultural” que corrobora para a formação de opiniões não esclarecidas (2015:18).

A ideia de um outro generalizado, ou seja, um grupo de indivíduos privados e iguais, discutindo livremente em busca de uma síntese ou consenso é alvo de críticas. A universalização dos procedimentos envolvidos na deliberação apaga as peculiaridades e diferenças dos indivíduos, que possuem suas trajetórias e interesses específicos:

Crítica à universalização de procedimentos intersubjetivos em que os participantes dos discursos são concebidos meramente como pessoas morais com capacidades racionais iguais, sem levar em consideração as pessoas em sua singularidade, suas disposições individuais, carências, desejos e concepções de bem. Desse modo, critérios normativos de crítica social, com amplas consequências políticas, deveriam ser sensíveis ao ponto de vista do “outro concreto”, considerar o indivíduo com uma história e identidade concretas, com uma constituição afetiva e emocional (MELO:2015:21).

É para grupos distantes desse outro generalizado que Nancy Fraser (1992) lança luz em sua crítica à Habermas. O primeiro ponto a ser destacado é o fato de que Habermas (2014) não deixou suficientemente explicitado o conceito de esfera pública pós-burguesa, sendo de difícil compreensão a divisão entre o que era contingente e histórico e o que se deu a partir da “mudança estrutural”. Em certa medida, a metodologia utilizada por Habermas, que conjuga teoria normativa e explicativa, explica em grande medida essas ambiguidades que surgem no desenvolvimento de seu argumento: “Outra particularidade do método resulta da necessidade de proceder, ao mesmo tempo, de modo sociológico e histórico” (2014:90).

Em primeiro lugar, Fraser (1992) reconstrói o conceito de esfera pública habermasiana para chamar atenção a certos pressupostos e características intrínsecas que não encontram respaldo factual. A ideia de que a esfera pública seria uma mediação entre Estado e sociedade, responsabilizando o Estado por meio da publicidade de seus atos e normas, pressupõe que as informações sobre o funcionamento do Estado sejam facilmente acessíveis a todos os que quiserem delas usufruir.

Mais importante, Nancy Fraser (1992) chama atenção a descobertas da historiografia sobre várias exclusões presentes na ideia e nas experiências estudadas por Habermas (2014). Segundo Joan Landes, citada por Fraser (1992), a exclusão principal era por meio do gênero, fazendo com que o espaço público fosse ocupado pelos homens enquanto os salões pelas mulheres. Havia a ideia de que a cultura dos salões era mais “afeminada”, “artificial” e “aristocrática” em oposição a “um estilo tido como ‘racional’, ‘virtuoso’ e viril” (1992:114). A esse respeito, no Prefácio à edição de 1990, Habermas (2014) inclui uma pequena reflexão sobre a exclusão das mulheres da esfera pública política:

Torna-se patente nisso que a exclusão das mulheres foi também constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada pelos homens não apenas de modo contingente, mas foi determinada também em termos de gênero em sua estrutura e sua relação com a esfera privada. Diferentemente da exclusão dos homens subprivilegiados, a exclusão das mulheres tinha uma força estruturante. (HABERMAS, 2014:46)

Os marcadores de gênero são importantes para a exclusão de parcela significativa da população, mas além destes, marcadores sociais também eliminaram parte da sociedade da esfera pública. A burguesia, classe social em ascensão e de recente formação à época, criou uma cultura própria baseada em distinções, que a definia como uma elite emergente, longe das antigas elites aristocráticas e tão pouco próxima das classes populares e plebeias (1992:114).

Para ficar nos exemplos citados por Fraser (1992), eram contemporâneos ao público burguês, o público nacionalista, o público camponês popular, o público de mulheres da elite e o público das classes populares (1992:115). São o que Fraser denomina de contrapúblicos, grupos de indivíduos excluídos da esfera pública burguesa, mas que desenvolviam atividades de discussão e reflexão sobre suas condições e suas preferências. A relação entre essas esferas e a burguesa sempre foi conflituosa, já que os contrapúblicos contestavam as formas de exclusão inerentes à esfera pública burguesa e traçavam alternativas às atividades e formas de falar sobre política:

Não podemos mais assumir que a concepção burguesa da esfera pública era simplesmente um ideal utópico não realizado; era também uma noção ideológica masculinista que funcionava para legitimar uma forma emergente de regra de classe³. (FRASER, 1992:115)

Fraser então pontua que a esfera pública burguesa é uma ferramenta de uma nova forma de dominação política por parte da burguesia, consolidando o estrato social como o detentor e criador das regras a serem universalizadas para toda a sociedade. Ou seja, a “esfera pública

³ Original: “We can no longer assume that the bourgeois conception of the public sphere was simply an unrealized utopian ideal; it was also a masculinist ideological notion that functioned to legitimate an emergent form of class rule.”

oficial era, então, e é de fato, o principal local institucional para a construção do consentimento que define o novo modo hegemônico de dominação⁴” (FRASER, 1992:117).

O ideal de inclusão habermasiano na esfera pública, que apagaria os marcadores sociais dos indivíduos, importando apenas seus argumentos racionais, é criticado também por Fraser, uma vez que mesmo que não haja impedimentos formais a participação de qualquer indivíduo na esfera pública, há impedimentos informais que representam um desafio ao conceito. No caso das mulheres, são fartos os estudos que comprovam o quanto a fala de uma mulher tende a ser interrompida ou deturpada pelos homens; em se tratando de grupos marginalizados, são fartos os exemplos de dificuldades encontradas para expressar seus argumentos com as palavras e a construção “racional” mais correta. Neste caso, a esfera pública habermasiana seria “a-cultural” na medida em que:

Essa concepção pressupõe que uma esfera pública seja ou possa ser um espaço de cultura de zero grau, totalmente desprovida de qualquer ethos específico, a fim de acomodar com perfeita neutralidade e igual facilidade as intervenções expressivas de todo e qualquer ethos cultural⁵. (FRASER, 1992:120)

Essas características que dificultam que grupos marginalizados participem ativamente da esfera pública burguesa são, de certa maneira, potencializadas pela forma como a mídia se constrói enquanto empresa privada. O tema foi abordado por Habermas (2014) e constituiu uma de suas preocupações: a manipulação da opinião pública por meio da mídia. Mas Fraser chama a atenção para o fato de que os grupos marginalizados são os mais atingidos pela forma na qual a economia política se estrutura e possibilita a existência de grandes conglomerados midiáticos.

Na impossibilidade de existir uma esfera pública inclusiva e igualitária em termos habermasianos, Fraser (1992) defende a ideia dos contrapúblicos subalternos, que seriam:

arenas em que membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos para formular outras interpretações sobre suas identidades, interesses e necessidades⁶. (FRASER, 1992:123)

Fraser (1992) exemplifica com o contrapúblico subalterno feminista, que, nos EUA, no final do século XX, articulou-se em diversas instituições, como livrarias, editoras, congressos etc., onde foram desenvolvidos termos e formas de pensar as questões relativas às mulheres.

⁴ Original: “The official public sphere, then, was, and indeed is, the prime institutional site for the construction of the consent that defines the new, hegemonic mode of domination”

⁵ Original: “This conception assumes that a public sphere is or can be a space of zero degree culture, so utterly bereft of any specific ethos as to accommodate with perfect neutrality and equal ease interventions expressive of any and every cultural ethos.”

⁶ Original: “arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs.”

Outros contrapúblicos podem ser citados, como no caso da população LGBTI+ que se reunia em bares, livrarias e fóruns.

É importante notar que Fraser (1992) deixa claro que os contrapúblicos subalternos nem sempre são virtuosos. Podem ser espaços de articulação de ideias antidemocráticas e anti igualitárias, como os grupos de extrema-direita, neonazistas e outros. Além desses exemplos de grupos em que princípios antidemocráticos estão no cerne de sua existência, outros contrapúblicos que, na maioria das vezes são norteados por princípios democráticos podem ser levados a momentos contrários a esses princípios.

A defesa de múltiplos contrapúblicos subalternos não significa a defesa de um separatismo ou um enclausuramento de cada grupo. Pelo contrário, Fraser (1992) defende que tais contrapúblicos são guiados pelo ideal de publicidade, tal como defendido por Habermas, ou seja, são espaços públicos e não enclaves por definição. As esferas públicas não podem ser consideradas apenas como os espaços para a formação de opinião pública, mas também são: “arenas para a formação e representação de identidades sociais⁷.” (FRASER, 1992:125).

O conceito habermasiano de esfera pública tem no interesse público um de seus pilares. A esfera pública é composta de indivíduos privados que discutem questões de interesse público. Interesse público é um conceito também em disputa. Como determinar o que é interesse público e o que é interesse privado? É muito improvável que um público amplo e complexo concorde sobre a lista de preocupações que os move a discutir e atuar politicamente. Fraser (1992) dá o exemplo da violência doméstica, que era compreendida como uma questão de domínio privado e só ganhou o debate público a partir de uma série de lutas políticas das feministas. De certa forma, a ideia de bem comum, incluída no conceito de esfera pública, recai sobre o mesmo problema, uma vez que é improvável haver acordo entre os participantes sobre o que é bom para todos: “Mas se a existência de um bem comum não pode ser presumida com antecedência, não há justificativa para impor restrições sobre que tipos de tópicos, interesses e opiniões são admissíveis na deliberação⁸” (FRASER, 1992:130-131).

Fraser (1992) também critica o conceito de esfera pública habermasiana porque este se dá na suposição de que uma esfera pública democrática necessita de uma sociedade civil apartada do Estado (1992:132). O ponto chave da crítica é pontuar que um Estado separado da sociedade civil é a defesa do liberalismo clássico, onde os indivíduos livres da intervenção do

⁷ Original: “they are arenas for the formation and enactment of social identities.”

⁸ Original: “But if the existence of a common good cannot be presumed in advance, then there is no warrant for putting any strictures on what sorts of topics, interests, and views are admissible in deliberation”

Estado podem negociar no “livre mercado”. Para Fraser (1992), insistir em uma sociedade sem regulação do Estado na economia é permitir a reprodução das desigualdades socioeconômicas, entrave para a deliberação e a participação equânime na esfera pública (1992:133). Sendo assim, Fraser (1992) conclui:

Resulta dessas considerações que uma separação clara da sociedade civil (econômica) e do Estado não é uma condição necessária para uma esfera pública que funcione bem. Pelo contrário, e acompanhando a concepção burguesa, é precisamente algum tipo de interligação dessas instituições que é necessário⁹. (1992:133)

A separação entre Estado e sociedade civil também produz “públicos fracos” (“weak publics”) ou seja, grupo de indivíduos privados que se reúnem para discutir assuntos públicos, mas que não possuem força na tomada de decisão ou na formulação de políticas públicas voltadas para as questões em discussão. O papel desses “públicos fracos” é de apenas formar opinião (FRASER, 1992:134). Em contraposição, os parlamentos soberanos são denominados por Fraser (1992) como “públicos fortes” (“strong publics”), pois esta instituição discute os assuntos públicos e também participa da tomada de decisão. No tocante a este ponto, Baumgartner e Jones (2009) demonstraram a importância da “opinião” na mudança de legislação e na influência direta na política americana, seus achados serão retomados mais à frente.

1.1.3. Público e contrapúblico

A noção de contrapúblico subalterno, desenvolvida por Fraser (1992), trouxe para o debate o problema teórico de que grandes parcelas da população ficaram de fora do arcabouço conceitual da teorização de Habermas (2014) sobre a esfera pública burguesa. Ao fazê-lo, buscou-se enfatizar o caráter elitista da esfera pública burguesa, centrada basicamente no perfil de homem, branco, heterossexual e com certa renda. O público, para Habermas, na crítica de Fraser (1992), é composto por uma elite de homens, com interesses e perspectivas específicos, que colaboram para a falta de avanços nos direitos de outras populações excluídas da esfera pública, como as mulheres.

⁹ Original: “It follows from these considerations that a sharp separation of (economic) civil society and the state is not a necessary condition for a well-functioning public sphere. On the contrary and pace the bourgeois conception, it is precisely some sort of interimbrication of these institutions that is needed”.

A forma teórica encontrada por Fraser (1992) para incluir indivíduos excluídos da esfera pública foi criar o conceito de contrapúblicos subalternos, ou seja, outros grupos formando espaços de debate e circulação de ideias. Nesta concepção, ainda haveria um público nos moldes habermasianos e vários contrapúblicos subalternos tensionando alguns limites, com debates e perspectivas distintas ao da elite. A proposta de Fraser (1992) acomoda as demandas dos grupos excluídos da esfera pública burguesa, acessando, por meio do conceito de contrapúblicos, novos espaços onde essas perspectivas pudessem ser expressas. Dessa forma, não se disputa o sentido do que é o público, mantendo a relação de subalternidade inalterada. O conceito de contrapúblico utilizado por Fraser (1992) para explicar os círculos de debates das feministas acaba por reforçar o caráter normativo masculino-centrado do “público” presente no trabalho de Habermas (2014).

Este “público”, tal como expresso na teoria da esfera pública habermasiana e ao que os contrapúblicos se contrapõem, é uma “idealização” do “público”. Seguindo as categorias de “abstração” e “idealização” de O’Neill (1988), um conceito é “abstrato” quando abstrai do concreto, selecionando apenas algumas características do concreto com um propósito teórico, e um conceito é uma “idealização” quando, em vez de abstrair do concreto, lhe atribui características que ele não possui, “idealizando-o”. O que é afirmado como “público” pela parcela da elite burguesa de Habermas (2014), pretende-se uma “abstração”, uma categoria neutra, que se quer universal, mas opera diversas exclusões de perspectivas e conteúdos. Ao operar exclusões, este público só é abstratamente público para os pertencentes à burguesia, sendo uma “idealização” do público quando se leva em consideração todo o corpo de cidadãos. Frente a todo o corpo de cidadãos, este público contem acréscimos em vez de abstrações, idealizando o corpo de cidadãos como o grupo de homens, brancos, héteros, da elite burguesa e a seus interesses. Diferentemente, o público realmente abstrato não coincide com uma posição social:

Um relato ou teoria idealizada não apenas omite certos predicados verdadeiros do assunto a ser considerado, mas adiciona predicados falsos do assunto a ser considerado. A idealização requer abstração, mas elas não são a mesma coisa¹⁰.
(O’Neill, 1988:712)

O que então é de fato o “público”? Ao negar a possibilidade do universal habermasiano, Fraser (1992) constrói sua teoria dos contrapúblicos subalternos, sem disputar a idealização do “público”, e, de certa forma, posicionando-os de forma subordinada a este. Defende-se então

¹⁰ Original: “An idealized account or theory not merely omits certain predicates that are true of the matter to be considered but adds predicates that are false of the matter to be considered. Idealization requires abstraction, but they are not the same thing.”

que haja uma acomodação dos diferentes sujeitos e temas em outros espaços de diálogo e debate, onde é possível construir suas lutas e identidades para que, posteriormente, as demandas sejam levadas ao que Fraser (1992) chama de “públicos dominantes”. A pergunta que se faz é: novas perspectivas sociais (YOUNG, 2000) e novas presenças (PHILLIPS, 1998) são elementos que alteram normativa e explicativamente o que deve ser entendido como público ou devem ser compreendidos como sendo contraposições ao público?

Preferimos defender que o universal habermasiano é concebido com visão curta e centrado demais na posição social, sendo idealista nos termos de Onora O’Neill. Mas pode ser corrigido por uma maneira mais abstrata e menos centrada em posições dominantes de se conceber o que é o “público”. A idealização do público deve ser desafiada pelas emergências de novos indivíduos e perspectivas sociais, provocando seu alargamento em direção à abstração do público verdadeiramente universal.

As mudanças provocadas pela internet e sua rápida expansão desafiaram o entendimento do que era o “público” na medida em que proporcionaram a emergência de novas vozes no debate, que se impuseram em determinados assuntos, subvertendo certas lógicas assentadas em idealizações do público. Expressão mais bem acabada desse processo são os políticos e governantes que guiam suas políticas e ações por meio da expressão de indivíduos em mídias sociais. Novos grupos, à direita e à esquerda, fora da circunscrição das elites tradicionais, se expressam, dialogam, constroem narrativas e tensionam o que é de interesse público, o que é de relevância política e, assim, o que deve ser tratado como relevante no debate.

Iremos sustentar, ao longo desse trabalho, que a internet tem como uma de suas potencialidades tornar o público (idealizado) mais público (abstratamente), ou seja, a internet permite dar passos largos em direção de um público mais amplo, mais inclusivo, mais próximo do universal. Evidentemente, é apenas uma potencialidade, que convive com o seu oposto, a potencialidade de que as exclusões ganhem força em discursos de ódio e intolerância contra as parcelas tradicionalmente incluídas ou excluídas da concepção tradicional idealizada de público¹¹. No capítulo três iremos abordar essas mudanças proporcionadas pela emergência de novos atores e perspectivas sociais por meio da democratização e liberalização da internet.

¹¹ Esta ressalva é apenas para enfatizar que os potenciais aqui positivados de inclusão de populações negras, de mulheres, de LGBTs e classes socioeconomicamente desfavorecidas convivem com os potenciais que fizeram surgir novas vozes pela exclusão, das quais o bolsonarismo é um exemplo.

1.1.4. Esfera pública e imprensa

Qual o papel da imprensa e do jornalismo na esfera pública? Na teoria habermasiana, o surgimento da imprensa foi fundamental na criação de um público consumidor de informações e, conseqüentemente, nos debates e conversas na esfera pública burguesa. Segundo Habermas (2014:395), a imprensa é a instituição mais proeminente da esfera pública desde os primórdios, quando servia de mera reunião de fatos relativos à política e à economia, até mesmo quando passou a ser a portadora e a condutora da opinião pública (2014:396):

Uma imprensa que se desenvolvia a partir da discussão mediante razões compreendida pelo público, a qual ela apenas prolongava, continuou a ser inteiramente uma instituição desse próprio público: agia como uma espécie de mediador e amplificador, e não mais apenas como mero órgão de transporte de informações, tampouco como um *medium* da cultura do consumo. (HABERMAS, 2014:398-399)

Se aceitamos que Nancy Fraser (1992) também entende que a imprensa é a instituição mais proeminente da esfera pública, tal como defende Habermas (2014), podemos dizer que sua proposta de múltiplos contrapúblicos subalternos demandaria um mesmo volume de “contra-jornais subalternos”.

Se jornalismo é parte fundamental da esfera pública, é importante compreender qual a sua natureza e quais são as suas funções. Jornalismo pode ser definido como “realidade mediada”:

o jornalismo é sempre um relato fabricado do real, não o real em si, que surge para encontrar aceitação no mercado de informações somente após a conclusão de vários processos de produção¹². (MCNAIR, 2005:42)

Segundo McNair (2005:26), o jornalismo teria três funções básicas: ser uma fonte de informações necessárias para os indivíduos e grupos monitorarem o que ocorre na sociedade; um apoio, um recurso e parte integrante da vida pública e do debate público, a base discursiva da esfera pública habermasiana; e, por fim, um meio de educação, esclarecimento e entretenimento. A notícia, base do fazer jornalístico, é um fato ou uma ideia que interessa a um público amplo. O que é ou não passível de virar notícia responde a critérios de noticiabilidade, que são reconhecidos como “valores-notícia”:

¹² Original: “I began by defining journalism as mediated reality to highlight the fact that, although presented by its authors as more or less true, new, and so on, journalism is always a manufactured account of the real, not the real itself, which emerges to find acceptance in the information marketplace only after a number of production processes have been gone through.”

Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valores-notícia” (*newsworthiness*). (TRAQUINA, 2013:61)

A noticiabilidade, assim, pode ser entendida como o opaco conceito de “interesse público”, sobre o qual Fraser (1992) lança importantes indagações relacionadas à violência doméstica, que antes era compreendida como um assunto privado e, posteriormente (com o trabalho das feministas), passou a ser entendida como assunto de interesse público. Os valores-notícias, em sua definição, são expressões de contextos geográficos, culturais e históricos. O fato de que a violência doméstica passou do status de não ser compreendida como um assunto público, para a compreensão de que esta violência é parte integrante e estrutural da sociedade – e por isso, um assunto de interesse público – demonstra a responsividade dos valores-notícias às demandas da sociedade. Segundo Traquina (2013:92)

os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição de noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2013:93)

A emergência de novas perspectivas sociais e novas presenças altera alguns dos valores-notícia, notadamente o de proximidade. Entendida como proximidade em relação a distâncias geográficas, mas também proximidade em relação ao que é mais semelhante ao indivíduo, seu cotidiano, suas crenças etc. O predicado da noticiabilidade, em conjunto com as demandas de contrapúblicos que não se veem na ideia de público habermasiano nem se veem retratados no jornalismo de referência, promoveu uma série de experimentos jornalísticos a partir da década de 1960, que buscaram reorientar as relações entre jornalismo e o seu público.

É fundamental compreender qual a relação entre o jornalismo e suas diferentes vertentes (que serão abordadas posteriormente) com os diferentes públicos ou contrapúblicos. Sua relação se dá em pelo menos três formas: como expressão de públicos e contrapúblicos, ou seja, como ferramentas de divulgação e exteriorização de certas perspectivas sobre determinados assuntos – tanto perspectivas quanto assuntos determinados pelo próprio público e contrapúblico; enquanto provedores de conteúdos, argumentos e narrativas para o consumo interno do público ou contrapúblico; e, derivada deste último, os jornalisismos como formadores de posições e identidades políticas.

O papel central do jornalismo e da imprensa nas teorias da esfera pública analisadas anteriormente impõe algumas reflexões acerca de sua constituição e, principalmente, de algumas de suas ferramentas de reportar informações ao público. Por isso, serão abordadas

algumas teorias do jornalismo que são importantes para este estudo. Além disso, serão analisados alguns estudos sobre a relação entre a imprensa e a violência, objeto em questão nesta tese. Serão abordadas também formas de jornalismo assentadas em outras formas de relação com o seu público consumidor, mudando o entendimento do que seja interesse público e colocando em questão o valor-notícia de proximidade.

1.2. Jornalismo e imprensa

Á época, os panfletos e jornais ainda possuíam certa precariedade no que se refere aos aspectos formais: uma vez que este mercado estava emergindo de forma mais estruturada, inexistiam métodos compartilhados de atuação, código de ética profissional, e, de certa forma, o papel da imprensa ainda estava obscuro. Seus códigos e normas foram aos poucos sendo construídos e compartilhados entre os diferentes veículos e o grupo profissional de jornalistas, editores, gráficos etc. Seu primeiro uso se localizou entre as necessidades da classe burguesa dos centros urbanos, interessados de forma mais específica em assuntos econômicos e políticos. Enquanto os veículos jornalísticos cresciam de maneira lenta, mas contínua, seus proprietários passaram a registrar aumento de seus lucros, formando um novo grupo de proprietários:

Embora os primeiros jornais europeus tivessem apenas liberdade limitada na prática e, às vezes, fossem órgãos de autoridade, a imprensa não poderia ter se desenvolvido sem reivindicar tanto a liberdade de publicação quanto a liberdade econômica. A imprensa escrita cresceu lentamente, com seu destino ligado ao desenvolvimento econômico e à liberdade política¹³. (CHRISTIANS et al, 2009)

A partir dos desenvolvimentos já comentados, relativos ao aumento da circulação dos jornais e a conseqüente criação de uma massa de leitores, criou-se uma ponte entre aquele jornalismo embrionário e de nicho, com suas especializações e a verdadeira mídia de massa, que comunica de poucos para muitos. O jornal comercial pretendia ser verdadeiramente popular e para todos os setores da sociedade. De fato, seus proprietários tinham como principal objetivo obter retorno financeiro e, em alguns casos, exercer influência política sobre os assuntos de seu interesse. Enquanto os veículos crescem, fomentados pelos lucros cada vez maiores e pela

¹³ Original: “While early European newspapers had only limited freedom in practice and were sometimes organs of authority, the press institution could not have developed without making some claim both to freedom of publication and to economic freedom. The newspaper press grew slowly, its fortunes bound up with economic development and the reigning degree of political freedom. It was more vigorous in northern Europe and in North America than elsewhere.”

ampliação do número de consumidores, os jornais consolidam um papel importante dentro da sociedade urbana, de veículos de informação, elementos da formação de preferências dos indivíduos, peças de jogo político etc. Com isso, o interesse pelo estudo desses seus múltiplos papéis passa a ser cada vez maior.

Por muito tempo, os veículos de imprensa gozaram sozinhos do papel de disseminação para as massas de informações relevantes à vida social. Funcionavam como um porteiro (*gatekeeper*), centralizando em si a decisão de qual informação ou qual ator seria conhecido pela massa da população (ALEXANDER, 1981). Em sua formação, a imprensa focalizou a escuta de fontes e atores com certo grau de autoridade, seja ela política, econômica, artística, intelectual etc. (GITLIN; TUCHMAN, 1980). Essa escolha, apesar de justificável tendo em vista os primórdios da imprensa, afastou das páginas vozes dissonantes e aquelas de fora dos círculos das elites (DAVIS, 2003; HALL et al., 1978). É bem verdade que a grande imprensa, apesar de sua clara relevância social, nunca foi a única voz da sociedade, tendo convivido com outras práticas jornalísticas alternativas, como rádios comunitárias, fanzines e jornais de bairro (HERBST, 1996, p. 129).

Antes de discutir alguns pressupostos e conclusões dos estudos aqui analisados, é importante circunscrever qual o conceito de mídia focado nesta tese. De fato, existem diversos conceitos de mídia, como o utilizado por Lima (2004) que entende a mídia como:

[...] o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa. (LIMA, 2004).

Entendo que, para os fins propostos neste trabalho, é necessário que se recorte o conceito, de forma que se inclua nas análises e discussões os meios de comunicação não ficcionais e os que se estabelecem como um canal de comunicação cotidiano, ou seja, jornais, canais de televisão e conteúdo de rádio.

1.2.1. Agenda-setting e enquadramento

O conceito de agenda auxilia na compreensão da forma pela qual a construção do discurso jornalístico contribui para pautar determinadas questões no debate público. Para este estudo, compreenderemos a agenda como:

a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades [...] Assim, o processo de estabelecimento da agenda reduz o conjunto de temas possíveis a um conjunto menor, que de fato se torna foco de atenção. Queremos compreender não apenas por que a agenda é composta dessa forma em um certo momento, mas também como e por que ela muda de um momento para outro. (KINGDON, 2007:222).

Focando no papel da mídia enquanto agente construtor de realidades, as pesquisas baseadas no agenda-setting buscam compreender como ela seleciona e veicula certos assuntos e fatos, influenciando no debate público ao operar recortes do real (WOLF, 1999). Nesse processo, não só o que é veiculado torna-se importante na análise, mas também a omissão de diferentes assuntos, atores e grupos sociais, que são silenciados pelas escolhas do corpo editorial (WOLF, 1999).

O estudo seminal de McCombs e Shaw (1972), que constrói a ideia de agenda-setting, analisa o efeito da mídia sobre o resultado das eleições. Os autores descobriram que o modo da mídia selecionar e divulgar certas informações acerca da esfera política contribui para indicar sobre quais temas os indivíduos da esfera pública devem discutir. O entendimento de que a mídia possui papel central na formação da opinião pública será questionado por uma série de investigações nas décadas seguintes, que irão entender os efeitos da mídia como limitados (LAZARFELD, BERELSON; GAUDET, 1944; KATZ, 2001). As críticas que são fundamentais para essa nova forma de entender o papel da mídia se deram basicamente pela dificuldade de se provar empiricamente os efeitos da cobertura midiática na opinião pública. O campo teórico irá reposicionar a mídia no centro do debate sobre a formação da opinião pública décadas após o trabalho de McCombs e Shaw (1972), com a publicação do trabalho de Zaller (1992) que será discutido brevemente no próximo capítulo.

Em resumo, a mídia constrói a realidade que será tomada e discutida pelos indivíduos e instituições na esfera pública. Nesse processo de construção, pontos de vistas são valorizados em detrimento de outros, o que impacta profundamente a noção de realidade que os leitores de determinado meio de comunicação terão. Adicionalmente a esse caráter de construção, pode-se

afirmar que a política, entendida como o conjunto de atividades que organizam a vida coletiva humana, também é impactada pela imagem da política que a mídia entrega para seus leitores:

Ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo o que aconteceu, a mídia impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Decretando seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência. Nesse sentido, o menu da mídia — porque é o único temerário comum de agentes sociais em comunicação — é o que apresenta maior incidência nas comunicações interpessoais. (FILHO; PRAÇA, 2014).

Sendo assim, entender a relação entre mídia, política e seus atores é de suma relevância, pois, como alguns estudos pontuam (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; FERES JÚNIOR et al., 2015; MIGUEL, 2003), a cobertura que a mídia realiza do cenário político, principalmente no período das eleições, contém inclinações expressas em seus juízos sobre candidatos e governos. A mídia em si age como uma plataforma de valorização de determinadas políticas e atores políticos enquanto reprova outros. Aqui se evocam os estudos sobre o impacto da cobertura da mídia nas eleições, porque esse corpo de investigações possui elementos relevantes para a análise desenvolvida nesta tese.

Do ponto de vista político, a construção da agenda é central. Baumgartner e Jones (2009), por exemplo, ao estudarem a política americana e sua relação com a opinião pública, concluíram que a disputa de narrativas e a construção de imagens públicas pela sociedade civil são fundamentais para a elaboração de políticas públicas, o que de certa forma dialoga com a distinção entre “públicos fracos” (weak publics) e “públicos fortes” (strong publics) proposta por Fraser (1992). Do ponto de vista dos autores, apesar da sociedade civil não estar incluída na tomada de decisão, suas imagens e a agenda de questões que elencam são fundamentais no enquadramento da produção legislativa e das decisões governamentais.

Os autores pontuam que as discussões acadêmicas sobre processo político têm negligenciado o fato de que as elites políticas estão em arranjos que pressupõem e são construídos por ideias que podem vir a sofrer modificações ao longo do tempo. Por isso, os arranjos entre as elites são sempre frágeis a longo prazo, havendo reconstrução contínua. Isso significa dizer que, em um certo momento, em que as questões a serem resolvidas estão dadas e conhecidas, assim como os atores sociais relevantes e interessados, haverá estabilidade. Para Baumgartner e Jones (2009) o processo de agenda-setting implica na não-possibilidade de equilíbrios longos dentro da política, porque a geração de novas ideias faz com que muitos monopólios políticos¹⁴ sejam instáveis a longo prazo (2009:4).

¹⁴ Um “monopólio político”, segundo os autores, é composto de um entendimento compartilhado sobre determinada política de interesse e um arranjo institucional que reforce essa compreensão (BAUMGARTNER; JONES, 2009:6).

Um dos pontos mais importantes da argumentação de Baumgartner e Jones (2009) é a discussão sobre o papel da construção de imagens políticas e sua institucionalização. A construção dessa imagem é produto de reflexões de estudiosos e especialistas que tornam as questões políticas mais palatáveis para uma população de leigos. Interessa criar um discurso o mais abrangente possível para aumentar a pressão popular, ou um discurso focalizado em um grupo específico de atores-chave para a implementação da política. Essas estratégias podem ser utilizadas de forma concomitante. A ideia é criar um discurso que seja lido enquanto “verdade”, para que seja defendido pelo maior número de pessoas. Desta forma, quanto maior o número de pessoas arregimentadas, maior a pressão e maior a possibilidade de que a política seja implementada.

As imagens políticas são compostas de fatos empíricos e, muitas vezes, incluem apelos emotivos, que podem ser também uma fundamentação normativa sobre determinada questão. De acordo com a construção e o objetivo a que ela se dedica, a imagem terá um “valor” que é entendido por Baumgartner e Jones como o “tom”. Essa categoria se assemelha ao “enquadramento” ou “framing”, no sentido de que é ela a responsável por dar um significado simples ao fato, elencando os atores envolvidos e ligando-os aos processos implicados na imagem.

O enquadramento (*framing*) de uma questão provê uma ideia central ou linha de raciocínio que organiza e dá sentido a um conjunto de eventos, tecendo uma conexão entre eles. O enquadramento sugere qual a controvérsia dentro dos eventos e a essência da questão (GAMSON; MODIGLIANI apud TRAQUINA, 2011). Um exemplo dessa simplificação pode ser visto pelo trabalho de Morris (2008) sobre a crise financeira que abateu o mundo no início do Século XXI. Segundo o autor, foi importante criar uma história simplificada sobre o que ocorreu, quem foi o culpado e o que precisaria ser feito para a resolução, porque o destinatário era o cidadão comum, que não consegue compreender a complexidade que envolve o mercado de capitais. Há ainda a necessidade de aproximar o conteúdo do leitor/espectador, que segundo Iyengar (1991) é sanada por um frame de personalização que simplifica questões complexas envolvendo política e economia em narrativas mais simples e personificadas. É por esses motivos que os frames são específicos e ad hoc (TRAQUINA, 2011). Eles capturam a essência da questão e somente desta questão. Não há como transportar um frame de um caso para outro.

O estudo de enquadramento feita por Campos (2009) acerca de dois veículos de comunicação brasileiros mostra que eles criaram “condição de fundo importante” para que os debates sobre a redução da maioria penal ganhassem força dentro do Congresso Nacional. Ao analisar como esses dois veículos noticiaram dois casos de assassinato, o autor conclui que

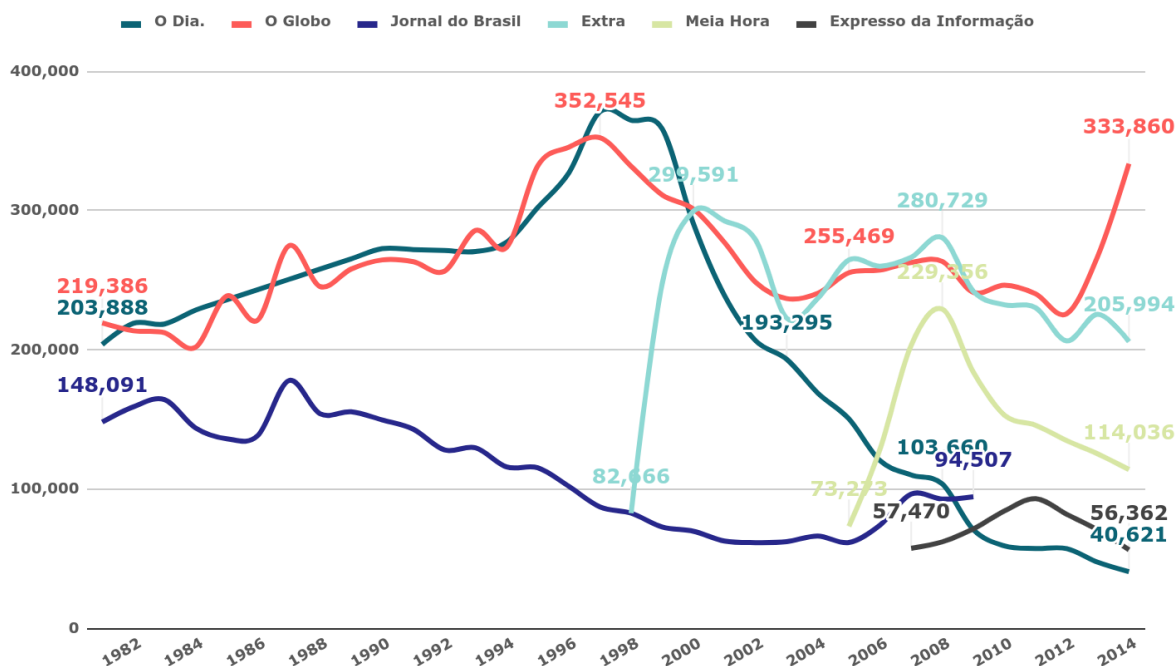
a cobertura dos dois crimes teve papel importante na construção da agenda e na formulação de propostas pelos políticos, que se utilizaram da ampla cobertura para serem visibilizados. A repercussão pública dos crimes influenciou, segundo o autor, a criação de um “clima de políticas”, que pode ser verificado pelo aumento expressivo de propostas sobre a redução da maioria penal e a flexibilização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tanto a construção da agenda, quanto o enquadramento, são importantes para compreender o debate político e a construção de políticas. Essa importância tende a ser maior quando há concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos, pois, nesse contexto, há pouca margem para agendas e enquadramentos alternativos.

No caso do Rio de Janeiro, especialmente, esse cenário se complica. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), dos 5 maiores jornais¹⁵ em circulação no Rio de Janeiro no ano de 2014, 3 pertenciam ao Grupo Globo¹⁶ (O Globo, Extra e Expresso da Informação), ocupando a 1ª, 2ª e 4ª colocação em tiragem média. Percebe-se que até o final do século passado, O Dia e O Globo disputaram o primeiro lugar em tiragem média no estado do Rio, sofrendo ambos uma inflexão no início do século. O Globo conseguiu manter sua tiragem média nos anos seguintes, mas O Dia acumulou uma queda de 89%, retirando-se gradualmente do mercado. Esse cenário de quase hegemonia do Grupo Globo levanta questões acerca da qualidade e da diversidade da informação disponível para o consumo.

¹⁵ Levou-se em consideração jornais com tiragem média de mais de 50.000 exemplares durante, pelo menos, 5 anos.

¹⁶O Grupo Globo agrega diversas empresas de comunicação: TV Globo, Globo Filmes, Globosat (com 30 canais pagos), Editora Globo, Infoglobo (jornais O Globo, Extra e Expresso da Informação, além de participação no jornal Valor Econômico), Som Livre, Sistema Globo de Rádio e o ZAP. Fonte: <http://grupoglobo.globo.com/>

Figura 1 - Tiragem Média de Jornais Impressos (Rio de Janeiro - 1981-2014)¹⁷

Nota: Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

Fonte: O autor, 2019.

Uma sociedade em que o mercado de comunicação de massa é monopolizado não oferece contexto favorável para que os diversos grupos, suas demandas e anseios, sejam expressos e estejam em circulação para o público amplo. Se entendermos que, neste contexto, os jornais agiam como gatekeepers, controlando o que será ou não conhecido pela massa de cidadãos, temos um cenário em que poucos porteiros controlam as poucas entradas e saídas no fluxo comunicativo. A emergência de novos grupos no debate público, em razão do aumento da penetração da internet, principalmente nas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, pôs em xeque a posição de gatekeeper da imprensa.

Apesar de todos os limites, que serão abordados nos próximos capítulos, as possibilidades comunicativas que a internet proporcionou para grupos antes silenciados e desautorizados a expressar suas ideias, demandas e gostos para um público amplo, modificaram, alargaram e puseram em xeque a ideia de público e do que é interesse público. Hoje, por meio das mídias sociais, podemos ter conhecimento de muitos fatos e acontecimentos ocorridos, por exemplo, na Baixada Fluminense (área que congrega municípios da Região Metropolitana do Rio de

¹⁷Alguns dados se encontravam ausentes na fonte. Para esses casos, foram usadas projeções, utilizando os dados existentes, para que o panorama não fosse comprometido. As projeções são: O Dia, 1984-1990; 1992-1993; 1996 e 1999; O Globo, 1989-1990; Jornal do Brasil, 1989 e 2009.

Janeiro, onde vivem quase quatro milhões de cidadãos fluminenses e que possuem índices ruins de saneamento básico, educação e segurança pública), área que quase não aparecia nas páginas dos jornais ditos de referência.

1.2.2. A violência enquanto notícia

Uma parte dos estudos de mídia tem interesse específico na relação entre as representações midiáticas, o crime e a violência. Há um considerável acúmulo de trabalhos com uma perspectiva criminológica que tenta estabelecer nexos causais entre as produções da mídia e o comportamento agressivo em crianças; as mudanças nas ações de infratores, como a disseminação de novas modalidades de crime; a criação de novas categorias de delitos etc. Apesar da vasta produção, os resultados encontrados na maioria das pesquisas não permitem estabelecer de forma inequívoca o papel causal da mídia nesses fenômenos sociais. As revisões de literatura regularmente possuem um tom cético, remontando a conclusão do maior estudo sobre os efeitos da mídia realizado na década de 1960:

Para algumas crianças, sob certas condições, um pouco de televisão é prejudicial. Para algumas crianças, nas mesmas condições, ou para as mesmas crianças sob outras condições, pode ser benéfico. Para a maioria das crianças, na maioria das condições, a maioria das exposições a televisão não é nem particularmente prejudicial, nem particularmente benéfico¹⁸ (SCHRAMM et al., 1961:11 apud GREER; REINER, 2012).

A jornalista inglesa Melanie Phillips (1996) critica os estudos que tentam criar uma conexão entre a violência mostrada pela mídia e a realidade, dizendo que, na verdade, as imagens midiáticas são meras “gomas de mascar para os olhos” (PHILLIPS, 1996). Já Brown (2003) conjectura se a falta de evidências sobre os efeitos não se deve a perguntas de pesquisa mal formuladas. Apesar das críticas, o campo de pesquisa sobre os efeitos da mídia sobre a violência continua expandindo seu escopo e o volume de análises e, em certa medida, traz novas questões e objetos para o debate. Para esquematizar de maneira não exaustiva o campo, serão mobilizados aqui alguns estudos focados principalmente no conteúdo e nas consequências das representações midiáticas.

¹⁸ Original: “for some children, under some conditions, some television is harmful. For some children under the same conditions, or for the same children under other conditions, it may be beneficial. For most children, under most conditions, most television is probably neither particularly harmful nor particularly beneficial”

Nos estudos sobre mídia e crime, existe uma grande convergência de resultados (REINER, 2006) principalmente em duas questões: a mídia se baseia em histórias de crime, ou seja, no relato particularizado de um fato isolado; e a relação entre a cobertura de crimes na mídia, normalmente, é inversamente proporcional às estatísticas oficiais, o que o autor denomina de “lei dos opostos” e Rolim (2006) apresenta como “realidade invertida”. Ou seja, para esses autores, a imprensa foca na produção de notícias sobre casos de mortes e violências letais e dá menor atenção a casos corriqueiros de furtos e roubos. Em comparação, roubos e furtos ocorrem em número muito superior às mortes violentas, mas quase não recebem atenção da imprensa, enquanto, no lado oposto, casos de violência letal ocorrem de forma mais esporádica, mas estão sempre presentes nas páginas dos jornais. Os que leem a notícia e formam sua ideia da realidade por meio delas, tem a impressão de que ocorrem muito mais mortes do que roubos e furtos, uma “realidade invertida”.

Estudos históricos do conteúdo da cobertura policial em dois jornais ingleses, entre 1945 e 1991, revelam que as matérias se baseavam, na maioria das vezes, em casos isolados de violência e crime, mas com uma intensificação da “lei dos opostos”, havendo maior foco em crimes violentos (ALLEN; LIVINGSTONE; REINER, 1997, 1998, REINER; LIVINGSTONE; ALLEN, 2000, 2001, 2003). Segundo os autores, a proporção de histórias sobre crimes locais dobrou após os anos 1960 e, no caso de histórias sobre o sistema de justiça criminal, também houve um crescimento nesse período na Inglaterra, fenômeno que foi denominado “politização” da lei e da ordem. Há também uma visão ambivalente da polícia, que passa a ser retratada como menos confiável e menos bem-sucedida na proteção de vítimas potenciais, apesar de haver matérias que tratam a polícia como instituição eficaz em esclarecer os crimes, principalmente os crimes violentos (MAGUIRE; MORGAN; REINER, 2012).

A partir da década de 1960 no Reino Unido, o crime recebe um novo enquadramento na mídia, como um fenômeno crescentemente fora de controle, sintoma de uma crise social ampla, podendo vir a vitimar a mais ordinária das pessoas. De acordo com Reiner (2006), três temas podem ser destacados como principais dentro da cobertura sobre a lei e a ordem na Inglaterra pós 1960: há um aumento considerável no teor negativo do crime, enfatizando-o como um problema ameaçador; a vítima se torna o centro da narrativa, dando ênfase ao seu sofrimento; perspectiva individualizada do crime, focalizada em características pessoais das vítimas como forma de criar empatia no público; foco no homicídio. É importante pontuar que essa cobertura personalizada e com o foco no sofrimento da vítima é proporcionalmente mais presente em jornais “populares” (GREER; REINER, 2012).

Alguns estudos, analisando basicamente a cobertura da imprensa europeia e americana durante o século XX, demonstram que as notícias apresentam os agressores e vítimas sensivelmente com idade e status social maior do que os que normalmente passam pelo sistema de justiça criminal (REINER; LIVINGSTONE; ALLEN, 2003; ROSHIER, 1973). Por outro lado, jornais locais tendem a focar preferencialmente minorias étnicas e pobres como grupo suspeito (BECKETT; SASSON, 2000; GAROFALO, 1981). Esse viés racial e de classe é identificado também por outro estudo segundo o qual o risco de ser reportado como vítima de um crime é maior para pessoas ricas e brancas, mulheres, crianças e idosos (BECKETT; SASSON, 2000; REINER; LIVINGSTONE; ALLEN, 2003).

Estudo feito sobre a imprensa britânica, mostrou que a polícia e o sistema de justiça criminal foram expostos pela mídia como negligentes e ineficientes em certas questões, mas essa função de watchdog da mídia não serviu para desconstruir totalmente a legitimidade das instituições de justiça criminal. As histórias de corrupção e outros desvios dentro da polícia tendem a ser cobertos como histórias localizadas em um ator, um enquadramento que conduz à interpretação de que a “maçã podre” foi retirada. Esse tipo de cobertura, em certa medida, reforça positivamente as instituições de justiça criminal, uma vez que conseguem lidar com os atores corruptos sem que haja um desmonte institucional (CHIBNALL, 1977).

Mesmo que a mídia não seja diretamente relacionada ao “medo do crime” ou outras consequências, as representações que circulam socialmente por meio dela têm importante impacto no enquadramento dos discursos públicos sobre o crime, a lei e a ordem (REINER, 2006). Um vasto corpo de pesquisas, baseadas principalmente na produção europeia e americana, identifica duas possíveis consequências das representações midiáticas sobre o delito: o comportamento criminal e o “medo do crime” (REINER, 2012). A mídia pode impactar o modo como os crimes são rotulados; os motivos, significados e oportunidades para os agressores; e os controles formais e informais de combate às infrações da lei.

Qualquer ato criminoso se enquadra em um rótulo próprio que é construído socialmente e envolve um processo de criação de uma categoria legal. Cidadãos, agentes da lei (sistema de justiça criminal) e os que compõem o Poder Legislativo são chamados a convergir sobre o que será rotulado como crime ou não. Em uma sociedade de massas, a mídia tem papel central na produção de representações sociais sobre o crime. Tal papel é o objeto da chamada teoria da rotulação. O trabalho clássico de Becker (2008) versa sobre a aprovação da US Marijuana Tax Act e o papel da mídia nesse processo. A análise de Young (1971) sobre as representações midiáticas dos traficantes de drogas revelou que os veículos deram foco principal para o caráter desviante desses infratores. Já Stuart Hall et al. (HALL et al., 1978) estudaram o pânico moral

criado pela construção social do “assalto”, que transformou uma modalidade de crime em um símbolo da suposta desintegração da identidade e nação britânica, com consequências para a legislação, justiça criminal e políticas públicas de segurança.

Um tema recorrente nos estudos das representações midiáticas sobre o crime, principalmente sobre suas consequências, é o papel desestruturador dos controles internos e externos do comportamento infrator. Controle externo se refere a sanções sociais que são aplicadas por meio da polícia, por seu caráter repressivo e ostensivo. Já o controle interno diz respeito ao papel da consciência individual. No que toca o controle externo, a mídia pode representar o sistema de justiça criminal como ineficiente e corrupto, erodindo sua legitimidade frente à sociedade. Representações desse tipo podem criar na população um sentimento de falta de integridade, injustiça, ineficiência e ineficácia da polícia. Com essa imagem difundida, é muito improvável que a população coopere com um sistema mal visto, além de dar um sinal para os potenciais agressores que a impunidade é certa, afrouxando os controles internos (MAGUIRE; MORGAN; REINER, 2012).

Cabe ainda pontuar alguns tópicos acerca dos estudos brasileiros sobre a relação entre mídia e violência. Como visto anteriormente, as questões relativas à violência urbana e à segurança pública possuem especial destaque no caso do Rio de Janeiro. A capital do estado, especialmente, foi construída historicamente como uma cidade violenta e bárbara, fato esse que se expressa na cobertura policial dos jornais de São Paulo, por exemplo, que noticiam mais crimes ocorridos no Rio de Janeiro do que aqueles cometidos em sua própria cidade (RAMOS; PAIVA, 2005a).

A análise feita por Ramos e Paiva (2005b) revelou que a cobertura de nove jornais de três estados brasileiros era pobre no que toca às fontes reportadas (a polícia foi a fonte mais utilizada, em 32,5% das notícias), majoritariamente no formato de reportagens (69,3%) e com o foco principalmente em ações das forças de segurança (40,5%). Ou seja, quando o assunto é violência e segurança pública, os jornais tendem a fazer uma abordagem monotemática, baseada em apenas uma fonte (a polícia) e rasa em termos de investigação.

Além dessas características, há ainda que se pontuar a fascinação que a violência incomum e extrema exerce nos meios de comunicação. Segundo dados levantados por Kahn (2001), para os anos de 1997 e 1998, há uma discrepância entre a presença de determinados delitos nas páginas dos jornais (Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil) e os dados oficiais (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP-SP). Enquanto os furtos apareceram entre 2,7% a 4,8% das notícias sobre crime, sua ocorrência segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo foi de 45,6%. Na outra ponta, os homicídios ganharam de

38,1% a 43,9% das notícias sobre crimes, enquanto sua ocorrência proporcional foi de 1,7%. Assim, a mídia apresenta uma “realidade invertida” (ROLIM, 2006) quando o assunto é violência, pois oferece maior espaço a casos que são extraordinários, enquanto nega espaço a crimes que ocorrem cotidianamente.

Por fim, é importante ressaltar uma última característica da cobertura da criminalidade urbana. As notícias sobre as cidades e suas questões de violência por muito tempo foram realizadas por profissionais despreparados, que confundiam sua tarefa de jornalista com a de comunicador do serviço da polícia (RAMOS; PAIVA, 2005a). Assim, era (e ainda é em muitas redações) comum a veiculação de diversas matérias pequenas sobre ações da polícia, sem contexto e com fonte única. Na sucessão descontextualizada de acontecimentos diários na mídia, há a construção de uma narrativa em que o crime é cotidiano e parece estar sempre crescendo em espiral. A unidimensionalidade do tempo na cobertura sobre violência faz com que haja apenas a soma dos novos casos aos veiculados anteriormente, tornando a sensação de insegurança sempre maior (SOARES, 1996).

A forma pela qual a mídia trata a criminalidade violenta em suas páginas, aliada ao processo de monopólio dos meios de comunicação (especificamente no Rio de Janeiro, como tratado anteriormente), contribui para que as políticas de segurança pública e as ações de polícia estejam de forma recorrente voltadas a dar resposta a questões muito particulares e restritas.

1.2.3. Outros jornalismos

Em grande parte, quando se pensa em mídia ou em veículos de imprensa, o que vem à mente são os grandes jornais ditos de “referência”, aqueles em que as grandes notícias nacionais e internacionais, políticas e econômicas são publicadas. Normalmente, são veículos antigos e com grande tiragem, voltados basicamente para os setores mais abastados da sociedade. Essa forma de fazer jornalismo foi progressivamente sendo desafiada pelas mudanças sociais ocorridas nas décadas do século XX. O aumento do público consumidor de notícias diversificou as demandas no consumo de informações: essa expansão do mercado consumidor se deu basicamente nas camadas menos abastadas da sociedade, o que implicou na necessidade de criar um tipo de jornal que fosse mais atraente para esse novo público. Surge então o jornalismo popular.

No caso brasileiro, o surgimento deste tipo de jornalismo remonta ao final dos anos 1990, quando surgiram os jornais Extra, do Rio de Janeiro, o Agora São Paulo, Primeira Hora, do Mato Grosso do Sul, Folha de Pernambuco, entre outros. Em relação ao Rio de Janeiro, como pode ser visto no figura 1, após o surgimento do Extra em 1998, outros veículos de cunho popular passaram a circular no estado fluminense: o Meia-Hora (ligado ao Grupo O Dia), o Q! (que durou quatro meses, entre 2005 e 2006¹⁹) e o Expresso da Informação (pertencente ao Grupo Globo). Estes três jornais são considerados tabloides, veículos populares, com formato e número de páginas reduzido.

Para aproximar as camadas com renda mais baixa, estes veículos produzem matérias com textos curtos, com muitas imagens, linguagem simples e didática e com forte ênfase na prestação de serviços. Por se direcionar à parcela mais pobre da população, esses veículos precisam ter um custo acessível, limite que impacta diretamente no formato, na paginação e no tamanho das matérias. A linguagem simples e acessível é uma marca desses veículos. Estudo conduzido por Finatto (2011) encontrou diferenças significativas entre jornais populares e os de referências em termos de número de palavras, incidência de adjetivos, número de parágrafos e outros.

Por se focar em leitores com menor poder aquisitivo, os jornais populares abordam questões e preocupações desse grupo: dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, dependência do sistema público de educação e saúde, dificuldade de acesso a equipamentos culturais: “Assim, o engarrafamento é coberto do ponto de vista do passageiro do ônibus, a greve do INSS é noticiada pelos prejuízos que traz à população e o aumento da gasolina interessa pelo possível aumento das passagens” (AMARAL, 2006:3).

As demandas do público popular impõem mudanças substantivas no que Wolf (1999) denominou valor/notícia. Os valores/notícia são resumidos pela seguinte pergunta: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 1999:195). Esses valores estão expressos em todo o processo do fazer jornalístico, desde a seleção (newsworthiness), o processo de confecção, edição até a publicação. Os valores/notícia também:

¹⁹ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Q!>

constituem referências, claras e disponíveis, a conhecimentos partilhados sobre a natureza e os objetos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração dos noticiários. Os valores/notícia são qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo (WOLF, 1999:196)

No caso do jornalismo popular, alguns valores/notícia se destacam pela sua importância dentro do noticiário: a possibilidade do fato entreter, a proximidade geográfica ou cultural, a sua simplicidade, a possibilidade do leitor se identificar com as personagens da história narrada e sua utilidade (AMARAL, 2006:4).

Os jornais autointitulados populares baseiam-se na valorização do cotidiano, da fruição individual, do sentimento e da subjetividade. Os assuntos públicos são muitas vezes ignorados; o mundo é percebido de maneira personalizada e os fatos são singularizados ao extremo. O enfoque sobre grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal. O público leitor, distante das esferas de poder, prefere ver sua cotidianidade impressa no jornal, e a informação é sinônimo de sensação e da versão de diferentes realidades individuais em forma de espetáculo. (AMARAL, 2018:60)

Antes de prosseguir na análise de outras formas de jornalismo, é importante indagar novamente o que são “assuntos públicos”. Amaral (2018) acredita que os jornais populares se contrapõem ao jornalismo de referência por “valorizarem o cotidiano” em detrimento do que se defende como o “assunto público”. Nesse sentido, esses jornais populares seriam expressões dos contrapúblicos subalternos, uma vez que sua gama de interesses e seu rol de valores-notícias estão em desalinho com o que aparece nas páginas dos jornais de referência.

É importante perguntar, porque, por exemplo, o esgoto a céu aberto correndo em certa viela de uma favela é um assunto menos público do que a “vala-negra” presente em uma praia da área turística. Ambos são problemas de saneamento, mas sua publicidade depende, neste entendimento, do local onde ele se apresenta. Novamente, o que é público está centrado no que importa para determinado grupo da sociedade, mas é apresentado como sendo de interesse de todos. A “vala-negra” na praia não é visto como algo do cotidiano – apesar de o sê-lo – mas como algo noticiável e de interesse geral.

Nesses veículos populares também são comuns vários espaços dedicados a publicação da fala do leitor, que vai desde reclamações e sugestões de pautas a opiniões sobre os fatos noticiados. Assim, esboça-se nesses veículos uma abertura sem precedentes à participação dos leitores não apenas como sujeitos passivos, mas como atores com certa relevância na seleção da pauta e no enquadramento das notícias. É importante pontuar que por mais que pareça ser uma solução para a relação entre veículos de imprensa e as demandas e perspectivas dos setores populares, o jornalismo popular não é garantia de bom jornalismo.

Os jornais sensacionalistas da metade do século XX carregavam dentro de seus projetos a proximidade com os setores populares da população, trazendo notícias com entretenimento, próximas aos leitores e fantásticas. Este caráter não significou, necessariamente, jornalismo baseado em fontes verificadas, relevância pública e até mesmo normas éticas. Boa parte desses veículos brasileiros ficaram conhecidos por suas capas com imagens de corpos, cenas de crimes e outros, em total acordo com a regra “if it bleeds, it leads”, tal como ficou marcado o jornalismo sensacionalista.

O jornalismo popular, apesar de focar em assuntos de interesse das camadas populares e o fazer com o uso de meios imagéticos e mais simples, mantém a relação entre cidadãos e jornalistas intacta. Há os que produzem a informação (jornalistas) e há os que consomem (cidadãos leitores). É claro que, ao ampliar o escopo das pautas, incluindo casos e questões mais presentes no cotidiano da população mais pobre, o jornalismo popular promoveu o aumento do consumo de veículos de imprensa e ajudou a produzir nessa parcela da população o hábito de ler jornais. No bojo dessas mudanças, nascem outras formas de fazer jornalismo, com interesse específico em contribuir para a melhoria da democracia.

A partir das décadas de 1960 e 1970, principalmente nos EUA, começam a surgir veículos de imprensa que subvertem a lógica e a metodologia da imprensa de referência. O movimento surge principalmente em resposta ao surgimento e à massificação das televisões nos lares americanos e a conseqüente queda no número de leitores dos jornais impressos (ABREU, 2003). Essas diversas iniciativas ficaram conhecidas como civic (ou public) journalism, que, já em seu nome, anunciam uma mudança de localização do público no fazer jornalístico. O jornalismo cívico considera:

o confronto de opiniões o motor das escolhas e da deliberação na comunidade e apresentava o jornalista como o animador dessa atividade. Esse movimento representava a democracia participativa, direta, que servia de referência nesse tipo de jornalismo. (ABREU, 2003:30)

Assim, não só o público é deslocado na relação com a imprensa, mas também o fazer jornalístico passa a incorporar algumas novas preocupações e procedimentos formais no fazer jornalístico diário. Em resumo, é esperado que os jornalistas: não tratem os indivíduos como espectadores ou vítimas, mas sim como cidadãos e participantes dos assuntos públicos; auxiliem a comunidade a pensar e agir sobre os seus problemas e não apenas se informar sobre eles; ajudar no aprimoramento da discussão pública e não assistir a sua deterioração; e, por fim, auxiliar para a melhora da vida pública (ROSEN, 1999:22).

Há uma mudança no entendimento sobre fontes a serem ouvidas para elaboração das matérias jornalísticas. Enquanto, no jornalismo de referência, as fontes muitas das vezes são

apenas as autoridades políticas, econômicas e sociais (políticos do executivo e legislativos, juízes, policiais, banqueiros, artistas etc.), no jornalismo cívico procura-se compreender quem nas comunidades são os indivíduos que agem como catalisadores, conectores e especialistas:

Catalisadores comunitários são indivíduos que ajudam a iniciar mudanças e resolver problemas. Os conectores são membros da comunidade que conseguem enxergar além dos limites da comunidade. Os especialistas da comunidade são aquelas pessoas que mantêm a memória institucional da comunidade²⁰. (KURPIUS, 2002:856)

São as fontes que dão boa parte do enquadramento da notícia, exprimem perspectivas distintas da narrativa do jornalista, relatam acontecimentos que, na maioria das vezes, presenciaram pessoalmente e, também são meios de se chegar a outras fontes. Nos casos do jornalismo popular e cívico, há a tendência de que o grupo de fontes ouvidas para uma matéria seja mais diversa e se assemelhe mais ao perfil da população do que as fontes normalmente ouvidas nos jornais de referências. Nestes, o perfil de fontes é predominantemente branco, masculino e com poder aquisitivo elevado. Esse perfil de fonte é influenciado pelas características daqueles que são autoridades políticas ou econômicas, atores e atrizes de destaque, acadêmicos, entre outros. Essas figuras que são fonte principal dos jornais de referência, em sua grande maioria, são homens brancos, o que torna o perfil dos que falam nas matérias destes veículos homogêneo e distante da composição real da população (KURPIUS, 2002). Nestes veículos, pessoas negras normalmente não aparecem como fonte, exceção para as notícias sobre crime e violência (FERREIRA VAZ; BRANDÃO TAVARES, 2003) ou como cantor e artista (CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007).

Há no jornalismo cívico um componente importante de deliberação. Esses veículos de imprensa seriam facilitadores da discussão pública de assuntos de determinada população, muita das vezes articulando várias ferramentas comunicativas e de discussão, como jornais impressos, programas de TV, rádio, encontros na prefeitura etc. Um exemplo desse tipo de jornalismo é o We the People/Wisconsin (WTPW), criado em 1992, com a missão de “facilitar a conversa e ajudar a restabelecer a relação entre as pessoas e a política” (CHRISTIANS et al, 2009:162-163).

As iniciativas de jornalismo cívico foram poucas e a sua maioria efêmera. Esse jornalismo foi rapidamente substituído por outros muitos tipos que surgiram no início dos anos 2000, como

²⁰ Original: “Community catalysts are individuals who help initiate change and problem solving. Connectors are community members with a vantage point to see across community boundaries. Community experts are those people who hold the institutional memory for the community.”

o public journalism, participatory journalism, democratic journalism, guerrilla journalism e street journalism, todos eles sinônimos do jornalismo cidadão (citizen journalism).

O jornalismo cidadão propõe a ruptura da separação entre jornalistas e cidadãos, levando este último a ser o centro da produção, da distribuição e do consumo das notícias. As notícias são produzidas e distribuídas por pessoas comuns, sem qualquer relação de trabalho com a produção dessas informações. O que proporciona essa mudança de paradigma é, principalmente, a popularização de ferramentas digitais como blogs, sites, celulares e mídias sociais. A partir dos anos 2000 em diante, a tarefa de criar e manter um blog ou um site com informações e notícias se tornou cada vez mais simples, em sua maioria sem nenhum custo para o indivíduo e com alcance muita das vezes maior do que alguns veículos da imprensa de referência.

O jornalismo cidadão se popularizou de maneira rápida e teve maior adesão do que o jornalismo cívico. No site do Knight Community News Network, há um catálogo com mais de mil projetos de jornalismo cidadão desenvolvidos entre 2005 e 2010²¹. Segundo Min, a popularidade desse tipo de jornalismo se dá principalmente pela queda das restrições impostas à maior atuação dos cidadãos na produção de notícias que outros tipos de jornalismo impunham (MIN, 2016:4).

Os jornalismo popular e cívico foram e continuam sendo importantes nas modificações estruturais pelas quais a imprensa passou nas últimas décadas. O entendimento de que o leitor pode ser mais ativo na produção das notícias impactou profundamente a relação entre estes e os jornalistas. A criação de novas formas de publicação (curtas, poucas páginas, menor tiragem) também fomentou a criação e o fortalecimento dos jornais de bairro (DORNELLES, 2012).

O jornalismo cidadão foi além e rompeu a barreira entre jornalistas e consumidores de notícias. Nesse tipo de jornalismo, qualquer cidadão é chamado a produzir informação e distribuí-la para os seus leitores e espectadores, aumentando exponencialmente o número de produtores e o volume de informações. As distâncias entre cidadãos e jornalistas que foram encurtadas pelo jornalismo popular e cívico, com o jornalismo cidadão desaparecem. Esta novidade no mundo do jornalismo inaugurada pelo avanço da internet e dos dispositivos digitais encontrou e ainda encontra certa resistência principalmente entre produtores e consumidores da grande imprensa ou imprensa de referência.

²¹Fonte: <https://kcnn.org/citi-media-site/>. Acesso em 19 fev. 2020.

As preocupações em relação ao baixo padrão jornalístico desses jornais normalmente não encontram base na realidade. Essas preocupações normalmente possuem raízes nas normas e padrões do jornalismo de referência, voltado para as elites. A crítica da grande imprensa:

tende a ser direcionada às bandeiras tradicionais da autoridade jornalística, especialmente a prestigiada imprensa de caráter nacional e certos periódicos [...] Os críticos fazem pouca esforço de levar em conta o volume total e a diversidade de fontes de informações políticas agora disponíveis. É possível que a crítica reflita mais o que Manheim (2007) chama de mitologia, e não a realidade do jornalismo. É evidente que há espaço considerável para normas alternativas de adequação e é claro que a qualidade da democracia depende da contribuição de vários parceiros diferentes além da mídia - cidadãos, empresas, políticos e atores governamentais em geral²². (CHRISTIANS et al.,2009:225)

1.3. Interesse público, perspectivas sociais e presença

Em sua crítica à teoria habermasiana da esfera pública, Fraser (1992) questiona o caráter do que seja interesse público. Segundo a autora, há uma fusão entre a deliberação e o bem comum, assumindo que a deliberação deve ser sobre o bem comum. Ocorre que esses limites são dados e construídos durante a deliberação. O que é o bem comum e o que é de interesse público são também construções do público reunido em deliberação.

Fraser (1992) critica o fato de que, em linhas gerais, a teoria habermasiana da esfera pública se baseia em um “nós”, um “público” abrangente, que está, na verdade, centrado em posições sociais específicas, deixando de fora as mulheres e outros grupos “subalternos”. A autora defende que os termos “público” e “privado” são construções culturalmente situadas e que frequentemente são utilizadas como ferramentas poderosas de deslegitimação de certos interesses, pontos de vistas e temas em detrimento de outros. De acordo com Mansbridge, citada por Fraser (1992), aqueles que estão fora desse “nós” abrangente têm dificuldade de compreender que não estão incluídos (MANSBRIDGE apud FRASER, 1992: 130).

A crítica de Fraser (1992) é fundamental para a compreensão da diferença entre o público abstrato, universal e o público idealizado, tal como discutimos no início deste capítulo. O fato é que, ao pontuar as defasagens normativas da teoria habermasiana em relação a natureza do

²² Original: “tends to be directed at the traditional flagships of journalistic authority, especially the prestigious national press and certain periodicals, and the main public service or network news channels that typically serve the political elite. Critics make little attempt to take account of the total volume and diversity of sources of political information now available. It is possible that the critique reflects more of what Manheim (2007) calls the mythology rather than the reality of journalism. There is evidently considerable room for alternative norms of adequacy, and it is clear that the quality of democracy depends on the contribution of several different partners besides the media — citizens, businesses, politicians, and governmental actors generally.”

público, a autora propõe uma teoria em que este espaço continua a ser o lugar da classe dominante e, para os excluídos, criam-se instâncias de contraposição ao público e em relação de subalternidade. A autora defende que, entre explorados e exploradores, não há bem comum compartilhado e, por isso, não há sentido em ocupar o espaço público, levando a proposta dos contrapúblicos subalternos. Assim, Fraser (1992) defende que haja construção, debate e luta sobre determinadas questões dentro dos contrapúblicos subalternos para, posteriormente, pleitear-se que esses assuntos se tornem de interesse público. Uma constatação empírica, no caso da luta feminista em relação à violência doméstica, se tornou uma defesa normativa. Defendemos que, conceitual e teoricamente, o público deve ser alargado por novas concepções, perspectivas e presenças e não que sejam criados, conceitual e teoricamente, contrapúblicos em relação de subalternidade com o público masculino e branco centrado. Esta ênfase no que é conceitual e teórico é devida ao fato de que queremos deixar bem clara a diferenciação entre a criação de entendimento conceitual e teórico (que é o que é feito por Fraser) e a criação de realidades políticas (que é o que é feito pelos movimentos sociais e políticos. Por vezes, a linguagem da teoria crítica, que é a forma de teoria praticada por Fraser, confunde os dois planos.

A inclusão de grupos fora do perfil tradicional²³ na esfera pública agrega novas perspectivas sociais ao debate. Segundo Young, perspectivas sociais são “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles²⁴” (YOUNG, 2000, p. 137). Ou seja, seu pertencimento a determinado grupo social, as relações que este grupo mantém com outros, os processos a que está submetido, todas essas dinâmicas conferem a certos indivíduos visões permeadas desta posição social em que está inserido. Não só os indivíduos “subalternos”, mas também a classe dominante possui determinadas perspectivas sociais, que não coincidem com a totalidade dos indivíduos, ou com um “público” universal.

A inclusão de novas perspectivas sociais se dá de diferentes formas. Young (2000) dá o exemplo do jornal Pittsburgh Courier, que existiu por mais de cinquenta anos e que se dedicava a publicar a perspectiva dos afro-americanos. O jornal trazia em suas páginas notícias e opiniões que expressavam uma pluralidade de interesses, nem todos compatíveis, que os negros de Pittsburgh e de outras partes dos EUA possuíam:

²³ O perfil tratado nas teorias como a de Habermas.

²⁴ Original: “Social perspective is the point of view group members have on social processes because of their position in them.”

Apesar desta variedade de interesses e opiniões, não é difícil identificar como o Pittsburgh Courier, no entanto, fala uma perspectiva afro-americana. A maioria dos eventos discutidos envolve os afro-americanos como os principais atores e ocorre em locais e instituições que são majoritariamente afro-americanas ou de alguma outra forma especificamente associadas a afro-americanos. Quando o documento discute eventos locais ou nacionais não identificados especificamente com afro-americanos, as histórias costumam fazer perguntas ou enfatizar que são particularmente informadas por questões e experiências mais específicas para afro-americanos. (YOUNG, 2000:138)

Podemos, com isso, retomar alguns entendimentos mal posicionados em relação ao jornalismo e ao que é de interesse público. Assim como o Pittsburgh Courier possuía em suas páginas a perspectiva afro-americana, os jornais ditos de referência, a grande imprensa, os jornais de grande circulação, não deixam de expressar perspectivas sociais do grupo dominante. Um exemplo empírico que ilustra este entendimento são as matérias que descrevem a prisão de jovens com certas porções de drogas ilícitas. Na medida em que esse indivíduo possui um perfil mais próximo daquele a que os jornais se referenciam, ele é tratado como o “jovem”, o “estudante”, o “usuário” ou outra designação que o descreva de forma apartada da droga ilícita com ele apreendida (ROCHA, 2016). Na outra ponta, o indivíduo negro, de periferia, ou seja, pertencente a outra posição social, será caracterizado como o “traficante”.

A inclusão de novas perspectivas sociais no debate público contribui para que os fatos narrados pela imprensa, os debates que ocorrem nos espaços públicos sejam mais plurais e reflitam de maneira mais justa as diferentes identidades e grupos sociais:

Contrariamente àqueles que consideram que políticas de diferenciação de grupos apenas criam divisões e conflitos, argumento que a diferenciação de grupos propicia recursos para um público democrático comunicativo que visa estabelecer a justiça, uma vez que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento. (YOUNG, 2006:161-162)

Essas perspectivas sociais se apresentam no debate público por meio da presença de novos atores. Phillips (1995) defende que a “política da presença” em relação a representação política é superior a denominada “política de ideias”. Segundo a autora, a ausência de grupos politicamente minoritários na esfera política acaba por reafirmar esses espaços como masculinos, brancos etc. Pessoas brancas, por exemplo, reunidas para discutir igualdade racial podem substituir pessoas negras ou indígenas, mas esse grupo pode se dizer representativo quando exclui a heterogeneidade racial existente?

Questões de presença política são em grande medida deixadas de lado, pois quando a diferença é considerada em termos de diversidade intelectual, não importa muito quem representa a classe de ideias. Uma pessoa pode facilmente substituir outra; não há o requisito adicional de que os representantes devam “espelhar” as características da pessoa ou pessoas representadas (PHILLIPS, 1995:6)

Phillips (1995) se refere à representação política, mas a política da presença pode ser extrapolada para a esfera pública. É apenas com a inclusão de pessoas excluídas do debate público que a esfera pública se torna mais diversa em termos de perspectivas sociais presentes na sociedade e, com isso, mais próxima do ideal normativo de universalidade.

A internet permitiu que, hoje, a presença de grupos antes excluídos, seja uma realidade incontornável, o que promoveu diversas mudanças no debate público, na imprensa de referência, na política e em muitas outras áreas. Na medida em que os limites para expressão daqueles grupos que não possuíam veículos de imprensa ou representação política se desfazem, a ideia do que é de interesse público se modifica, não só em temas como também em enquadramentos.

1.4. Conclusão

A presença de “jornalistas cidadãos” e ativistas de favelas, mulheres negras, militantes LGBTI+ entre outros no debate público – em sua maioria por conta da internet – impõe exigências teóricas para a análise da esfera pública como sustentamos ao longo deste capítulo. As páginas hiperlocais presentes no Facebook são uma expressão dessas novas presenças e perspectivas sociais expressas no debate público e exigem inovações conceituais e teóricas.

A internet proporcionou o surgimento de uma miríade de vozes se expressando no debate público, em fluxos caóticos e heterogêneos, que demandam novos entendimentos sobre a comunicação e a sociedade. O volume de informações que circula pelas diferentes partes da internet todos os dias torna impossível a tarefa de ter acesso a tudo, mas, em certo sentido, mesmo que não haja contato em primeira mão com determinada perspectiva social, é bem provável que outros conteúdos consumidos tenham sido afetados por essa perspectiva (MCNAIR, 2005:40). O surgimento de novas presenças e perspectivas produz impacto nos indivíduos, nos veículos de imprensa, nos debates, enfim, na esfera pública como um todo.

Não à toa, um dos grandes afetados pela emergência da internet foram os jornais tradicionais. Não é raro ouvir ou ler que a imprensa está morrendo, mas, parte do que a realidade

nos mostrou até o momento é que a imprensa teve que se adequar à nova realidade, não apenas tecnológica, mas também de novas demandas por atores que agora podem exigir e demandar. O público desses veículos passou a ser mais heterogêneo, uma vez que hoje, a principal forma de consumo de informações é por meio das mídias sociais (NEWMAN et al, 2019), espaço mais heterogêneo e cada vez mais inclusivo.

Todas as formas de jornalismo, seja o de referência, o popular ou o cívico, são afetados pelo avanço da internet e pelas mudanças que ela proporciona no consumo de notícias. De maneiras distintas, a emergência de novos consumidores ou de novos indivíduos que entram em contato com o que é produzido pelos veículos, proporciona não só a possibilidade de maior cooperação (podemos citar como exemplo a experiência do jornal Extra com o WhatsApp²⁵), mas também aumenta a exposição destes jornais a críticas e a questionamentos por parte de um público mais diverso.

É claro que novas questões e limites se impõem ao debate público mesmo no espaço da internet. Novas formas de exclusão e de auto-exclusão (bolhas e câmaras de ressonância) surgiram, novos entendimentos de ação coletiva e política, o crescimento (pelo menos percebido) da polarização na sociedade, dinâmicas de justificação e vigilantismo, entre outras. O novo contexto exige novas formas de se abordar o que é de interesse público. A maior heterogeneidade do público proporcionada pela democratização e liberalização da internet incluiu novas presenças e perspectivas que em si modificaram não só os conteúdos do que circula na esfera pública, mas também as formas de se produzir, circular, editar e consumir a informação.

²⁵ Para maiores informações: <https://glo.bo/2wMtGuN> Acesso em 11 fev. 2020

2. ESFERA PÚBLICA CONECTADA

As páginas hiperlocais surgem como expressão do avanço da Internet e das mídias sociais no Brasil, e, principalmente no Rio de Janeiro. São usos muito particulares de ferramentas construídas por corporações para outros fins, mas que ganharam formas distintas nas mãos dos fluminenses. Nestas páginas, estes indivíduos expressam suas preocupações, pontos de vistas e perspectivas sociais sobre assuntos que vão desde o entretenimento, até casos de violência e crime. A forma pela qual estas páginas são construídas propicia a emergência de novas questões e indivíduos no debate público e são, ao nosso ver, uma das mudanças mais expressivas na esfera pública do Rio de Janeiro nos últimos anos.

Há consenso sobre a importância e o impacto que a Internet e as mídias sociais tiveram e têm na vida cotidiana em sociedade em todo mundo. As mudanças rápidas impactam de maneira imprevisível, e os desafios ainda hoje são extensos. É certo que tais tecnologias afetam e transformam relações sociais, como visto brevemente no capítulo anterior, mas é importante notar que as sociedades são diferentes e, por isso mesmo, o ponto de partida e os acúmulos de anos de formação devem ser considerados. É razoável admitir que, por mais que a globalização tenha posto em xeque a noção de fronteiras e distâncias, sempre existirão determinadas marcas e singularidades nas diferentes sociedades. O acúmulo de anos tem a força de se impor mesmo frente a uma avassaladora mudança provocada pelas novas formas de se comunicar, gerir o trabalho, organizar a vida em sociedade etc.

A esfera pública não poderia passar incólume a mudanças tão drásticas promovidas pela Internet. A forma como as pessoas consomem informações, e, mais, a maneira pela qual as pessoas se reúnem e organizam ações coletivas mudou drasticamente. A Rede e sua expansão reduziram os custos para organizar a ação coletiva, trazendo efeitos muito diversos à qualidade da esfera pública. Por exemplo, podemos citar as manifestações que ocorreram no Brasil em 2013 que em pouco tempo levaram milhões de pessoas às ruas e que, basicamente, foram organizadas e disseminadas pelo Facebook (PERUZZO, 2013).

De toda sorte, é inegável que novas presenças são vistas no debate público, promovendo mudanças de enquadramento e agenda e tornando, a nosso ver, o debate público mais plural, heterogêneo e “mais público”. Para compreender essas mudanças, seus efeitos e as preocupações que surgem do avanço da Internet, analisaremos alguns trabalhos teóricos que investigam os efeitos da Internet na democracia e na esfera pública.

No caso brasileiro, vastas são as marcas que nos diferenciam de outros países. A formação enquanto colônia, a partição do território em capitanias hereditárias, o comércio e a utilização de mão de obra negra, escravizada e traficada da África, as monoculturas latifundiárias, as rebeliões contra o Império e a República – e as respostas violentas do poder central –, entre tantas outras, são traços que conformam o Brasil de hoje. A violência, sob diferentes formas, é sem dúvida um fator quase sempre presente nos mais de 500 anos de história do país:

Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação. (SCHWARCZ; STARLING, 2015:14)

Como essa violência se manifesta e se expressa no Brasil conectado? As formas de se lidar com a produção de informações sobre crime e violência, de certa forma, foi amplamente estudado pela academia brasileira. Porém, ainda há muito espaço para discutir a relação entre violência e criminalidade urbana com as mídias sociais. Na última seção, serão analisados alguns trabalhos que tem por objeto a violência urbana expressa na Internet, seja nas mídias sociais, seja em blogs e microblogs e outros formatos.

2.1. Internet e mudanças na esfera pública

A importância da Internet na atualidade é inegável. Dados atualizados²⁶ mostram que mais da metade da população mundial está de alguma maneira conectada. Diversos foram os impactos que a Rede provocou e ainda provoca, desde a facilitação do fluxo de informação entre pesquisadores universitários — um dos primeiros usos da Internet — até a conversa cotidiana com amigos e familiares ou, mais recentemente, a chamada “Internet das Coisas²⁷”.

A maioria das nossas atividades cotidianas é mediadas pela Internet (CASTELLS, 1999), seja para conversar com parentes e amigos ou mesmo ler os jornais, comprar produtos, inscrever-se no vestibular etc. Sua presença é tão marcante que são diversos os debates e

²⁶ Segundo dados do Internet World Stats, em julho de 2017, 51% da população mundial estava conectada à Internet. Fonte: <http://www.Internetworldstats.com/>. Acesso em 05 set. 2017.

²⁷ “‘Internet das Coisas’ refere-se à interconexão em rede de objetos cotidianos, que muitas vezes são equipados com inteligência ubíqua.” (XIA et al., 2012) (em tradução livre).

análises em que a Rede é vista como um elemento explicativo crucial para acontecimentos sociais. Tomando exemplos recentes: a Internet é colocada como uma das causas dos diversos protestos e movimentos que eclodiram nos países Árabes (ADAY et al., 2012; KHONDKER, 2011), na Ucrânia (KULYK, 2014) e no Brasil (ALBUQUERQUE; CARVALHO; DOS SANTOS, 2015; AVRITZER, 2016; MALINI; ANTOUN, 2013; PERUZZO, 2013); e sua presença é constante nos debates sobre os pleitos presidenciais, seja nos EUA, na discussão sobre “fake news” (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), no uso do Twitter pelos candidatos (NEIDER, 2017; OTT, 2017) ou nas questões de cibersegurança (FIDLER, 2016), e no Brasil, sobre os debates no Facebook (ALVES, 2017; MITOZO; MASSUCHIN; CARVALHO, 2014) e em relação a emergência dos haters políticos (DOS SANTOS, 2014).

A oferta de diferentes meios de consumo de informações – dos tradicionais, como jornais e rádio, aos alternativos, como as redes sociais –, permite aos indivíduos informarem-se sobre os eventos globais, enquanto continuam acompanhando o cotidiano do seu bairro, rua, vila, favela etc. Ou seja, em certa medida, a Internet permite que cada um de nós tenha acesso a informações relevantes que acontecem no estado, no país e no mundo, e ao mesmo tempo dá espaço a veículos, coletivos e atores individuais que divulgam fatos ocorridos em ruas específicas e outras pequenas escalas.

Assim, apesar da promessa que a Internet carregou de ser o caminho para globalização e para a conformação de uma aldeia global ter, em certa medida, se realizado, os meios digitais também permitiram a formação de grupos hiperlocalizados e hiperespecializados (CASTELLS, 2001:235). Dados produzidos por pesquisadores do Facebook mostram que “enquanto o grafo²⁸ do Facebook inteiro é claramente esparso, o grafo de vizinhanças e comunidades de usuários contém, surpreendentemente, uma estrutura densa” (UGANDER et al., 2011). Ou seja, diferente do que se previa – que a Internet possibilitaria a destruição completa de barreiras físicas, geográficas e identitárias – vemos também que é nesse espaço que comunidades se formam e se consolidam, laços com o espaço geográfico são fortalecidos e diferentes identidades encontram expressão (MARTEL, 2015). É a partir deste diagnóstico que o Facebook muda sua missão institucional de “tornando o mundo mais aberto e conectado” para “dar às pessoas o poder de construir comunidades e aproximar o mundo” (LANCHESTER, 2017; ZUCKERBERG, 2017).

²⁸ Um grafo é um conjunto de vértices (ou nós) e um conjunto de arestas (ou ramos) que ligam pares de vértices distintos. Em outras palavras, é um conjunto de elementos (vértices) e suas relações entre si (arestas).

Outro fator de impacto social da Internet é a velocidade com que fenômenos surgem e desaparecem. Seus efeitos foram sentidos, primeiramente, nos mercados fonográfico, fotográfico, jornalístico e cinematográfico, que foram fragilizados de forma contundente pela velocidade com que a Internet modificou as plataformas de acesso a notícias, músicas, fotos e vídeos (TAPLIN, 2017). E mesmo os fenômenos virtuais sofrem com a velocidade de mutação da Internet. Em um passado relativamente recente, um dos acontecimentos mais importantes eram os blogs, por exemplo: no Irã, em um contexto de censura estatal (DERAKHSHAN, 2015); ou no Brasil, na chamada “blogosfera policial” (RAMOS; PAIVA, 2009). Hoje, o Facebook mostra-se como o espaço preferido para a sociabilidade digital²⁹ e onde os principais acontecimentos sociais são tematizados, tendo as blogosferas perdido quase que totalmente suas importâncias.

Essas mudanças drásticas de plataformas e formas de comunicação impactaram o cenário de produção e circulação de informações. Em 1993, menos de 1% da população mundial possuía acesso à Internet; em 2005, essa proporção saltou para mais de 15%; e, em 2017, 51% da população do mundo estava conectada de alguma maneira³⁰. Dados de acesso à Internet no Brasil indicam que em 2005 apenas 17% da população acessava a Internet e, hoje, passados 13 anos, grande parcela da população está de alguma forma conectada (65,9%)³¹.

Um cenário oposto é visto ao analisar a tiragem média dos jornais impressos. Dados sobre a circulação de alguns jornais no mundo mostram uma redução generalizada. Nos EUA, de 1973 a 2015, os jornais perderam cerca de 35,1% de sua circulação³². No caso inglês, de 1980 a 2017 o Daily Mail reduziu em 22,4%, o The Sun em 55,4% e o Daily Mirror chegou a uma redução de 80,0%³³. No Brasil, para ficarmos com os números dos três principais jornais em circulação, de 2002 a 2015, O Globo teve uma redução de exemplares impressos de 27,5%, O Estado de S. Paulo reduziu 41,2% e a Folha de S. Paulo 45,3%³⁴.

²⁹ Dados do eMarketer revelam que, em 2015, 95% dos respondentes declararam utilizar o Facebook; apenas 29,7% utilizam o Twitter. Disponível em: <http://bit.ly/2SWiO5S> Acesso em 20 ago. 2017.

³⁰ Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <http://bit.ly/37Tuqe9> Acesso em 20 ago. 2017

³¹ Idem

³² Pew Research Center. “Newspapers Fact Sheet”. Disponível em: <https://pewrsr.ch/32sw1q9> Acesso em 20 ago. 2017

³³ The Sun, Daily Mirror e Daily Mail eram os 3 jornais com maior circulação na Inglaterra em 1980. Fonte: <http://bit.ly/32rpyvQ> Acesso em 20 ago. 2017.

³⁴ Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC).

As mídias sociais se transformaram não apenas nas formas mais relevantes para uma vasta parcela da população ter acesso e consumir informações, mas também transformaram o entendimento de domínio público e espaço público, local onde as opiniões e os diversos discursos são construídos (GERBAUDO, 2012; TUFEKCI, 2017). O consumo de informações, como o ocorrido com os jornais nos séculos passados, tende a promover o surgimento de grupos interessados em debater os fatos e tirar conclusões:

E, como ilustra o uso político dos jornais no século XIX, um público envolvido em comunicação aberta muitas vezes leva à formação de multidões. Hoje, as multidões são alimentadas pelo potencial difuso das redes online [...] mas as redes online também ajudam a articular os públicos.³⁵ (GONZÁLEZ-BAILÓN, 2017:67)

Essas mudanças profundas não apenas na difusão, mas no consumo e na organização de esferas públicas suscita ainda muito debate, que em muitos casos se baseiam em ideias estreitas do que seja a interação mediada por computadores, ou em ilusões relacionadas a uma “superioridade” do diálogo face-a-face. Nas próximas seções iremos discutir a teoria de Sunstein (2017) sobre a Internet e seu impacto na democracia, nos atendo, em especial, a três fenômenos que o autor enxerga como sendo nocivos para o debate público: cascatas de informação, câmaras de ressonância e polarização. Em seguida, outras teorias serão abordadas como alternativas ao entendimento da esfera pública em um contexto conectado. Por fim, serão analisados alguns estudos brasileiros focando na realidade local e na relação da Internet com a violência.

2.1.1. A #República

Sunstein (2017) expressa sua preocupação com a liberdade de expressão e com o dissenso em um mundo conectado pela Internet. Segundo o autor, um sistema de liberdade de expressão tem que garantir mais do que o combate à censura, também deveria fomentar a expressão de todos os cidadãos, e que estas possam ser acessíveis a todos. O objetivo do estudo de Sunstein (2017) é compreender quais os obstáculos que a Internet impõe para que os indivíduos não consigam ter contato com noções e visões de outras pessoas em diferentes circunstâncias

³⁵ Original: “And as the political use of newspapers in the nineteenth century illustrates, a public engaged in open communication often leads to the formation of crowds. Today crowds are powered by the diffusing potential of online networks [...] But online networks also help to articulate publics.”

(2017:8). O autor, assim, possui certa visão negativa sobre os impactos da Internet na esfera pública, que precisam ser resolvidos para que haja verdadeira liberdade de expressão.

As críticas de Sunstein (2017) às redes sociais, suas câmaras de ressonância e suas bolhas de filtragem se referem basicamente a redução do dissenso na sociedade. Em livro anterior, Sunstein (2003) faz a defesa clara de que o dissenso é benéfico e, até mesmo, fundamental para o bom funcionamento da democracia. Na verdade, ele desenvolve seu argumento colocando a conformidade como elemento de menor eficiência em empresas, de julgamentos equivocados em cortes, de decisões ruins feitas pelo executivo federal de um país etc. Nesse sentido, uma massa de cidadãos que se conforma com o status quo e segue o movimento dos outros é algo a se combater, incentivando o dissenso. A preocupação de Sunstein (2003) será reformulada após mais de uma década, período em que as redes sociais ganharam um número expressivo de usuários, algoritmos foram desenvolvidos para “filtrar” e “organizar” a grande quantidade de informações produzidas diariamente.

O centro das preocupações de Sunstein (2017) são as câmaras de ressonâncias, ou as “bolhas” como também são conhecidos estes espaços onde há homogeneidade no perfil dos indivíduos, nas perspectivas e temáticas e onde o contraditório quase não se apresenta. Segundo o autor, há uma tendência humana a homofilia, que é o desejo de estar próximo a pessoas semelhantes. Mas essa tendência seria levada ao extremo com as tecnologias digitais, seus filtros e algoritmos por conta da facilidade com que um indivíduo pode escolher o que ver e o que não ver, onde consumir informações e onde evitar, quais pessoas serão do círculo de amigos e quais estarão de fora.

Suas preocupações estão baseadas na ideia de um “Daily Me”, uma dieta diária de informações criada especialmente para cada indivíduo, baseada em seus gostos e demandas. Esta ideia dá origem a uma série de estudos que discute a possível “cyberbalkanization” da Internet (ALSTYNE; BRYNJOLFSSON, 1997), ou seja, a negação da ideia de que o mundo globalizado e conectado se transformaria numa grande aldeia global. A ideia de “Daily Me” se assemelha às páginas principais das principais mídias sociais: um conjunto de publicações organizada por ordem cronológica inversa e/ou por meio de algoritmos, que une o fluxo constante de atualizações com a participação coletiva entre os usuários. É, nesse sentido, um “espaço digital de envolvimento comunitário” (SANTAELLA e LEMOS, 2010) mesmo que cyberbalcanizado:

Na medida em que as mídias sociais nos permitem criar nossos próprios feeds e essencialmente viver neles, eles criam problemas sérios. E na medida em que os provedores são capazes de criar algo como experiências personalizadas ou condomínios fechados para cada um de nós, ou nossos tópicos favoritos e grupos preferidos, devemos ser cautelosos. Auto-isolamento e personalização são soluções para alguns problemas genuínos, mas também espalham mentiras e promovem polarização e fragmentação³⁶. (SUNSTEIN, 2017:15)

Boa parte do que se convencionou denominar web 2.0³⁷ se baseia nas mídias sociais e em suas timelines e feeds. A experiência é fundamentada na ligação entre indivíduos e na produção de conteúdo. Ou seja, se um indivíduo não possui ligações, seguidores ou amigos na sua rede social, ele não será lido e também não terá acesso ao que outras pessoas comentam e compartilham. Em certo sentido, as mídias sociais se configuram como uma “esfera pública midiática curiosa” (MALINI; AUTON, 2013): é o público quem faz o próprio veículo de informação. Como foi discutido no capítulo anterior, este é o cerne do jornalismo cidadão, aquele em que o papel de produtor de informação e seu consumidor pode ser encarnado pelo mesmo indivíduo.

Sunstein (2017) aceita os argumentos e as pesquisas empíricas que comprovam a existência de vários tipos de comportamento online que divergem da ideia de *cyberbalkanization*, mas o autor defende que o seu objetivo principal não é discutir empiria mas sim sobre “o tipo de cultura mais adequada para uma democracia que funcione bem” (SUNSTEIN, 2017:16). Segundo o autor, uma democracia saudável, com plena liberdade de expressão, deveria assegurar que as pessoas sejam expostas a conteúdos, informações, pontos de vista, perspectivas sociais que elas não necessariamente escolheram ter contato. Além disso, os cidadãos deveriam ter uma ampla gama de experiências comuns, principalmente em uma nação heterogênea.

A ideia que sustentamos no capítulo anterior, de tornar o “público” mais público com a inclusão de novas perspectivas sociais e presenças vai ao encontro das reivindicações de Sunstein (2017). Em se tendo um público mais diverso e amplo, encontros não planejados acontecerão e haverá circulação de diferentes pontos de vista, o que pode contribuir para a existência de experiências comuns. Nesse sentido, a Internet e as mídias sociais funcionam como catalisador desses encontros não esperados e menos como obstáculo. As preocupações

³⁶ Original: “To the extent that social media allow us to create our very own feeds, and essentially live in them, they create serious problems. And to the extent that providers are able to create something like personalized experiences or gated communities for each of us, or our favorite topics and preferred groups, we should be wary. Self-insulation and personalization are solutions to some genuine problems, but they also spread , and promote polarization and fragmentation.”

³⁷ Fonte: <http://bit.ly/2w3AELu> Acesso em 11 fev. 2019

de Sunstein (2017) com os filtros, as cascatas e a polarização precisam ser suavizadas uma vez que achados empíricos e novas leituras teóricas apontam cenários diferentes daqueles apresentados pelo autor. Discutiremos esses estudos nas próximas seções.

Tratando da questão do poder de filtragem que os indivíduos ganham com as mídias sociais, o autor passa a discorrer sobre o que ele denomina como “intermediários do interesse-geral”. Segundo Sunstein (2017), são os jornais, revistas e canais de TV, que aumentam de forma relevante a quantidade de experiências compartilhadas entre os indivíduos e também os expõem a conteúdos não planejados. Lendo um grande jornal, segundo o autor:

Você pode encontrar uma série de histórias que não teria selecionado se tivesse o poder de incluí-las ou excluí-las. Seus olhos podem se deparar com uma história sobre tensões sobre a imigração na Alemanha, crime em Los Angeles, práticas comerciais inovadoras em Tóquio, um ataque terrorista na Índia ou um furacão em Nova Orleans, e você pode ler essas histórias, embora dificilmente os colocou no seu feed do Twitter ou no Daily Me³⁸. (SUNSTEIN, 2017:31)

Sunstein (2017) defende que a leitura de um grande jornal, um veículo de referência, proporcionaria ao indivíduo entrar em contato com assuntos que ele não planejou consumir, e que isso é benéfico para a democracia. Em trabalho anterior, Sunstein (2003) defende que o jornalismo de referência só opera como “intermediário do interesse-geral” se este desenvolver um trabalho decente (2017:107), algo que pode ser discutido. De toda forma, por mais que um veículo de referência tenha um conjunto de informações em suas páginas que não foram selecionadas e filtradas pelo indivíduo, na maioria das vezes, esses assuntos são apresentados de um ponto de vista, de uma perspectiva social, específica, que se faz presente em todo o jornal. Relembrando o conceito de presença de Anne Phillips (1995) discutido no capítulo anterior, é possível que as ideias, os assuntos estejam nas páginas do jornal, mas as perspectivas daqueles que são objeto da matéria não estarão presentes.

Em certo momento, Sunstein (2017) defende que as mídias sociais são o terreno do lazer, do distanciamento dos assuntos políticos:

³⁸ Original: You might find a range of stories that you would not have selected if you had the power to include or exclude them. Your eyes might come across a story about tensions over immigration in Germany, crime in Los Angeles, innovative business practices in Tokyo, a terrorist attack in India, or a hurricane in New Orleans, and you might read those stories, although you would hardly have placed them in your Twitter feed or your Daily Me.

As mídias sociais geralmente não têm nada a ver com política ou democracia (na verdade, são um tipo de férias para ela) e, nessa medida, elas não acionam minhas principais preocupações aqui. Mas, mesmo que sejam totalmente apolíticos, podem criar nichos, e os nichos produzem fragmentação³⁹. (SUNSTEIN, 2017:34)

É interessante avaliar essa afirmação com os acontecimentos da história recente. Foi por meio das mídias sociais que diversas manifestações políticas foram organizadas, começando em 2010 na Primavera Árabe, passando pelas manifestações de 2013 no Brasil, em 2019 na Espanha, em Hong Kong e no Chile, além do papel crucial nas eleições americanas em 2016 e brasileiras em 2018. Não queremos discorrer sobre os méritos aqui, mas não se pode negar que as manifestações de 2013 foram grandes acontecimentos compartilhados por boa parte dos cidadãos brasileiros, sendo os maiores protestos de rua desde a redemocratização e foram coordenados e organizados por meio das mídias sociais.

Sunstein (2017) deixa de fora da lista de suas preocupações algo que nos parece fundamental para compreender a mudança na esfera pública ocorrida com a massificação da Internet e das mídias sociais e seus efeitos na emergência de novas presenças e perspectivas sociais dentro do debate público. Ao não considerar a habilidade que é dada aos indivíduos de participar e criar informação (SUNSTEIN, 2017:41), o autor deixa de fora de sua análise o fator que contribui de maneira decisiva para o aumento da heterogeneidade do público, bem como a maior possibilidade de se ter contato com fatos, visões e experiências não planejadas e também na criação de experiências compartilhadas.

2.1.1.1. Cascatas

Sunstein (2017) expressa preocupação em relação às “cybercascades”, as cascatas de informação dentro do ambiente online. Elas são o comportamento social que leva um indivíduo a seguir um comportamento online de uma outra pessoa independente das suas crenças ou opiniões. Segundo González-Bailón (2017):

³⁹ Original: “Social media often have nothing at all to do with politics or democracy (indeed, they are a kind of vacation from it), and to that extent, they do not trigger my principal concerns here. But even if they are wholly apolitical, they might create niches, and niches produce fragmentation.”

O endosso antecipado cria a vantagem inicial que é amplificada; o valor dos links, no entanto, torna-se progressivamente enviesado à medida que a dinâmica do “rico tornando-se mais rico” se desdobra. Essas são as dinâmicas que explicam por que alguns itens populares nas mídias sociais (memes, notícias, tweets) tendem a amontoar todos os outros, independentemente de como eles se comparam em qualidade (geralmente, apesar disso)⁴⁰. (GONZÁLEZ-BAILÓN, 2017:37)

Muitos fenômenos na Internet se desdobram regidos por efeitos de acumulação: quanto mais cedo um post for compartilhado, maior será o número de compartilhamentos em um dado período de tempo. Sunstein (2017) dá o exemplo de uma experiência social envolvendo uma loja de discos. Nela, vários discos estão em exposição para os participantes da experiência, que podem ouvi-los e ver a lista de músicas do álbum em uma tela. Para um dos grupos é exibido também o número de downloads de cada faixa, número incluído pelos pesquisadores e que não correspondia à realidade, e para o outro grupo não havia essa informação. Os pesquisadores descobriram que os indivíduos participantes tendiam a baixar as faixas com mais downloads do que as com baixas frequências e no caso do grupo sem essa informação, o download das faixas seguia um comportamento aleatório (SUNSTEIN, 2017:116). Segundo o autor:

Qualquer discussão sobre fragmentação social e comportamento on-line requer uma compreensão das cascatas sociais sobretudo porque elas se tornam mais prováveis quando as informações, incluindo informações falsas, podem se espalhar para centenas, milhares ou até milhões com o simples toque de um botão. As cascatas costumam ser difíceis ou mesmo impossíveis de prever, mas estão ao nosso redor e organizam nossa cultura e até nossas vidas. Cada vez mais, as cascatas são um produto das mídias sociais⁴¹. (SUNSTEIN, 2017:112)

De fato, as evidências contribuem com a constatação de Sunstein (2017) sobre a maior possibilidade de haver cascatas nas redes sociais. O questionamento que surge é: será que o comportamento de cascata é necessariamente ruim ou pode ser positivo? Quais são os seus impactos? Não há evidência que aponte para o fato de que as cascatas são em sua maioria mecanismos de espalhamento de informações falsas, rumores, ou mentiras. Elas podem servir, por exemplo, na proteção de um defensor de direitos humanos que é abordado por forças policiais e compartilha o relato pelo Twitter, ou uma pessoa que precisa de doação de sangue e seus amigos espalham o chamado pelo Facebook. Sunstein (2003; 2017) sabe disso e pontua em

⁴⁰ Original: “Early endorsement creates the initial advantage that gets amplified; the value of links, however, gets progressively biased as rich-get-richer dynamics unfold. These are the dynamics that explain why a few popular items in social media (memes, news, tweets) tend to crowd out all the others, irrespective of how they compare in quality (often, in spite of it).”

⁴¹ Original: Any discussion of social fragmentation and online behavior requires an understanding of social cascades—above all because they become more likely when information, including false information, can be spread to hundreds, thousands, or even millions by the simple press of a button. Cascades are often hard or even impossible to predict, but they are all around us, and they organize our culture and even our lives. Increasingly, cascades are a product of social media.

seus trabalhos, mas o seu foco nos efeitos negativos das cascatas deve ser assimilado como aviso das potencialidades negativas desse fenômeno na vida social.

Seguindo o argumento de Sunstein (2017), há dois tipos de cascatas: as informacionais e as reputacionais. A primeira descreve o tipo de comportamento que leva uma pessoa a descartar suas dúvidas e incertezas sobre determinado assunto para seguir a opinião numerosa de outros indivíduos expressa anteriormente. Esse último indivíduo acredita que cada uma destas pessoas tomou sua posição de forma independente (o que não necessariamente corresponde à realidade) e por isso deve ser muito improvável que todas essas pessoas estejam erradas. O segundo tipo de cascata é a de reputação, quando um indivíduo toma certa posição no debate só para não ser mal visto pelos outros. Trazendo a discussão para as mídias sociais, Sunstein (2017) aponta:

Eu tenho discutido o comportamento online em geral. E as mídias sociais? É tentador oferecer essas hipóteses sobre o Twitter em particular, consistente com minhas preocupações gerais aqui: os *feeds* das pessoas no Twitter consistem basicamente de indivíduos com a mesma opinião. Quando as pessoas *retweetam*, geralmente é porque elas concordam com o que estão *retweetando*. Como as pessoas geram seus próprios *feeds*, elas criam câmaras de eco. Sem dúvida, algumas pessoas se preocupam em dizer que um *retweet* "não é um endosso", mas na maioria das vezes você *retwita* algo porque gosta e porque deseja que seus seguidores também o vejam⁴².

Neste ponto, é importante pontuar alguns trabalhos que demonstram que o retweet muitas das vezes serve de plataforma para edição, contraposição ou mesmo desautorização do conteúdo retweetado (BOYD et al, 2010; MACSKASSY; MICHELSON, 2011). Nesse sentido, uma cascata que poderia se desenrolar em direção a concordância do tweet original, pode tomar outro rumo não esperado pelo usuário que tweetou o conteúdo.

As preocupações de Sunstein (2017) com o conformismo na sociedade conectada são relevantes uma vez que:

⁴² Original: I have been discussing online behavior in general. What about social media? It is tempting to offer these hypotheses about Twitter in particular, consistent with my general concerns here: people's Twitter feeds consist largely of like-minded types. When people retweet, it is generally because they agree with what they are retweeting. Because people generate their own feeds, they create echo chambers. To be sure, some people are at pains to say that a retweet "is not an endorsement," but most of the time you retweet something because you like it and because you want your followers to see it as well.

A esfera pública da Internet é interligada. Mas agrupamentos são, não obstante, comuns e, para a política, a polarização de grupo é um risco significativo, mesmo se apenas um pequeno número de pessoas opte por ouvir e falar com aqueles que têm a mesma opinião. Uma sociedade livre se beneficia de domínios públicos que oferecem uma ampla variedade de tópicos e posições⁴³. (SUNSTEIN, 2017:277).

O trecho em questão aponta para a preocupação que tem sido objeto de análise nesse estudo, quer seja, a possibilidade de novas perspectivas e presenças estejam em circulação no espaço público, de forma horizontal e não subalterna, para se contrapor ou até mesmo concordar com outras visões expressas no debate público. O fato é que, diferente de Sunstein (2017), sustentamos que as mídias sociais são fatores que nos aproximam desse ideal, e não nos afastam.

2.1.1.2. Filtros e algoritmos

Duas outras temáticas tratadas por Sunstein (2017) interessam a este estudo. Em primeiro lugar, o autor trata do tema da polarização como maléfica para a democracia, com potencial de desembocar em extremismo, intolerância e até mesmo violência. O autor parte do pressuposto de que existe polarização na Internet, chamando o fenômeno de “cyberpolarização” (SUNSTEIN, 2017:80):

Em geral, são precisamente as pessoas com maior probabilidade de filtrar as visões opostas que mais precisam ouvi-las. As mídias sociais facilitam que as pessoas se cerquem (virtualmente) das opiniões de outras pessoas que pensam da mesma forma e se isolem das visões concorrentes. Por esse motivo, eles são um terreno fértil para a polarização e potencialmente perigosos para a democracia e a paz social⁴⁴. (SUNSTEIN, 2017:83)

Sunstein (2017) enxerga esse comportamento de filtro também no consumo de jornais, revistas e outras fontes de informação analógicas, mas defende que no caso das mídias sociais, como o Facebook e o Twitter, as pessoas ganham maior poder de filtragem, apagando do seu campo de visão argumentos e pontos de vista que desafiam suas próprias crenças e consumindo de maneira voraz conteúdos que se assemelham aos seus valores e perspectivas. De fato, a

⁴³ Original: The Internet’s public sphere is networked. But clustering is nonetheless common, and for politics, group polarization is a significant risk even if only a small number of people choose to listen and speak with those who are like-minded. A free society benefits from public domains offering a wide variety of topics and positions.

⁴⁴ Original: “In general, it is precisely the people most likely to filter out opposing views who most need to hear them. Social media make it easier for people to surround themselves (virtually) with the opinions of like-minded others and insulate themselves from competing views. For this reason alone, they are a breeding ground for polarization, and potentially dangerous for both democracy and social peace.”

possibilidade de filtragem de conteúdos dos quais se discorda é um mecanismo presente nas mídias sociais, mas não está muito claro se essa possibilidade é maior em um contexto de massificação da Internet em relação ao mundo não conectado.

Como bem sustenta o autor, a Internet proporciona a possibilidade de reunir pessoas em torno de certos temas ou ideologias, criando grupos. Ocorre que uma mesma pessoa pode ter vários pertencimentos, e ter diferentes grupos virtuais para conversar e trocar informações com pessoas semelhantes. Por exemplo, uma jovem de 25 anos, estudante de administração, feminista, filiada ao partido XYZ, moradora de Duque de Caxias e que gasta seu tempo livre com jogos de tiro online pode estar inserida em um grupo distinto para cada um destes pertencimentos, podendo assim ser exposta a informações e perspectivas não esperadas. Seria muito comum esperar que uma comunidade no Facebook sobre Duque de Caxias incluía pessoas com diversidade de filiações partidárias ou que tenham vários tipos de profissões. Isso se dá também no ambiente familiar. É muito comum famílias conversarem e organizarem seus afazeres diários por meio das mídias sociais. Nesses ambientes, é comum circular informações sobre acontecimentos diários, receitas culinárias e outras informações que o indivíduo não necessariamente escolheria acessar, mas de forma não planejada foi exposto por meio de um grupo da família.

Além disso, como em boa medida Facebook e Twitter (para ficarmos nos exemplos dados pelo autor) são espaços abertos, nada impede que os usuários sejam confrontados com visões distintas e pensamentos opostos aos seus. É claro que existe a possibilidade de serem construídos espaços completamente homogêneos, mas não há evidência de que esse seja um cenário padrão. No caso do Facebook, é comum que nossos “amigos”, contatos dentro dessa rede, reflitam os diferentes contextos sociais a que estamos inseridos fora da rede, como a escola, a igreja, a família e outros. Nesse sentido, essa composição heterogênea de contatos de diferentes contextos sociais contribui para elevar a chance de exposição a conteúdos e perspectivas diferentes das que o usuário defende e encarna.

Além disso, por meio de comentários (Facebook) ou de respostas (Twitter), o indivíduo pode entrar em uma discussão com outros e acabar mudando de opinião sobre determinado assunto. No caso do Twitter, essa possibilidade é ainda mais verdadeira porque, excetuando os perfis privados, todos podem acessar o que cada um twitta⁴⁵. Uma pessoa X que não conhece a pessoa Y pode acabar recebendo um tweet deste último por meio do amigo W. As preocupações

⁴⁵ “Twitter” é o ato de publicar tweets no Twitter. Um “tweet” é uma postagem, um conteúdo publicado nesta rede social.

expressas por Sunstein (2017) sobre a formação de grupos e polarização parecem ser, na verdade, encontradas em um pequeno número de participantes das redes sociais (BARBERA; RIVERO, 2015).

Muito se discute também o papel dos algoritmos na vida social atualmente. No caso das possibilidades de filtragem, o “Daily Me” só é possível por meio de algoritmos que analisam as preferências e filtram os conteúdos expostos na sua página principal. No caso do Facebook, os algoritmos atuam na seleção das postagens que serão incluídas no news feed do usuário, mas também exercem um poder imaginário por serem desconhecidos do usuário em sua essência. Segundo Bucher (2016), as formas pelas quais os usuários pensam sobre a natureza dos algoritmos e seu funcionamento não só produz diferentes sensações, como desconfiança, aborrecimento e sentimentos de que se está sendo vigiado, mas também são fator importante na modulação desses algoritmos pelo Facebook, já que o mesmo utiliza técnicas de machine learning⁴⁶ para se adequar a novos contextos de interação entre os usuários.

Os algoritmos utilizados pelo Facebook substituem a tarefa tradicional do editor de jornal, ao selecionar as informações que serão ou não entregues a cada um dos usuários. A diferença crucial é que, diferente do trabalho do editor, cujas premissas são conhecidas e discutidas longamente, os algoritmos são opacos em seus valores de seleção e entrega de informações (DEVITO, 2017). Assim, além da filtragem proativa que cada usuário de Facebook pode realizar (escolhendo determinados amigos, páginas e grupos com que se relacionar), os algoritmos exercem uma seleção baseada em valores desconhecidos. Na medida em que esses algoritmos opacos passam a influenciar não só o consumo de notícias e postagens no Facebook, mas a seleção para vagas de trabalho, alocação de recursos públicos, detenções e cálculo de sentenças, entre outros, torna-se tarefa inescapável discutir formas de auditoria e de responsabilização pelos efeitos destas ferramentas (O’NEIL, 2016; SANDVIG et al., 2014; SUSSKIND, 2018).

Apesar das preocupações relevantes descritas acima, estudos empíricos sobre a circulação e exposição a informações no Facebook demonstram que o papel dos algoritmos parece ser menor do que o imaginado. Em estudo realizado nos EUA (BAKSHY; MESSING; ADAMIC, 2015), pesquisadores analisaram uma amostra de usuários do Facebook que definiram sua posição política na plataforma (liberal ou conservador). Foram analisados os conteúdos que

⁴⁶ *Machine learning*, ou aprendizado de máquina, é um sistema que pode modificar seu comportamento de forma autônoma, baseada na sua experiência no desenvolvimento de certa tarefa. No caso do Facebook, o algoritmo recebe informações durante sua atuação o que irá influenciar na modificação do próprio algoritmo posteriormente.

esses usuários compartilharam na rede social, as postagens a que eles tinham acesso em seu feed, e o engajamento dos mesmos com esses conteúdos. Descobriu-se que o componente mais importante para exposição de conteúdos relacionados a posição política contrária ao do usuário era a composição dos contatos e amigos do que os algoritmos. Além disso, os pesquisadores concluíram que:

Apesar das diferenças no que os indivíduos consomem através de linhas ideológicas, nosso trabalho sugere que os indivíduos são expostos a mais discursos transversais nas mídias sociais do que estariam sob a realidade digital prevista por alguns. (BAKSHY; MESSING; ADAMIC, 2015:1131)

Em outro estudo, que propôs um modelo ecológico para a compreensão da exposição a notícias nas mídias digitais (WEEKS; LANE, 2020), os algoritmos são um elemento de um conjunto de dezenas de componentes que concorrem para determinar a exposição ou não dos indivíduos a certos conteúdos nas mídias sociais. Nesse sentido, por mais que as preocupações em relação a filtragem extrema que poderia existir em redes sociais – onde algoritmos selecionam e recortam parcelas das informações que serão levadas para cada usuário – sejam válidas, há outros elementos em jogo, que tornam a ação de algoritmos (nesse caso em específico) mais um dos componentes que se articulam na experiência de utilização das redes sociais.

2.1.1.3. Bolhas e polarização

O conceito fundamental da argumentação de Sunstein (2017) são as câmaras de ressonância, ou as bolhas, construídas pela capacidade que a Internet e as redes sociais dão ao indivíduo de filtrar conteúdos, separando aqueles que estão em acordo com os pensamentos e as visões de mundo do indivíduo dos que estão em desacordo e que poderiam questionar essas crenças prévias. Apesar deste ser um conceito fundamental para a teoria de Sunstein (2017), o autor em nenhum momento o define de maneira clara (WEINBERGER, 2017).

Existem muitos estudos empíricos demonstrando que o efeito de câmara de ressonância ou de bolhas é menor e mais sutil do que se quer o senso comum, como também existem estudos que demonstram a eficácia e o impacto dessa filtragem no comportamento dos indivíduos. Vimos na seção anterior que os algoritmos possuem papel importante no consumo de informações nas redes sociais, mas eles não são determinantes. Por mais que possamos

ingressar em uma bolha, por exemplo, de pessoas com ideologia política de esquerda, nos engajarmos com ela nas redes sociais e fora delas, o mais provável é que tenhamos outros grupos com os quais nos relacionamos, com outras perspectivas sobre a política. Como o Facebook incentiva a conexão com pessoas, sejam da família, do trabalho, do partido político etc., é comum que usuários sejam expostos a informações e opiniões com as quais não concordam e sobre as quais não buscariam proativamente (BAKSHY; MESSING; ADAMIC, 2015).

Gostaríamos de reforçar esse ponto: As mídias sociais e o aumento do número de pessoas com acesso a Internet é um fator de aumento da pluralidade e da heterogeneidade da esfera pública, uma vez que facilita a comunicação para um número cada vez maior de pessoas e a possibilidade de que grupos antes excluídos do debate possam se expressar aumenta. Aumentam não só os conteúdos que circulam na esfera pública, mas também as perspectivas sociais sobre esses conteúdos.

Apesar disso, há certa função positiva nas bolhas. Sunstein (2017) sustenta que a deliberação em um enclave (enclave deliberation) na Internet, ou seja, o diálogo entre pessoas que pensam de forma semelhante, não é necessariamente negativo do ponto de vista normativo. É nesses espaços em que certas pessoas que se sentem inseguras em se expressar publicamente, podem dialogar e desenvolver suas posições sem temer discriminação. Além de ser entendido como um espaço “seguro”, os enclaves podem ser também lugares de disputa e contestação. Um outro exemplo possível é de um grupo de cientistas que pesquisam ondas gravitacionais e promovem revistas, encontros e congressos entre seus pares para discutir tópicos do interesse de todos sobre esse assunto compartilhado. São nestes espaços homogêneos em que muitas das vezes o progresso e as novas descobertas acontecem. De um lado, segundo Sunstein (2017), os enclaves possibilitam extremismo e até mesmo terrorismo, e por outro são espaços seguros e onde, na maioria das vezes, o avanço na ciência ou em outras áreas acontece.

Voltando aos efeitos negativos das bolhas e câmaras de eco, Sunstein (2017) reconhece que esses espaços de exclusão do dissenso podem levar a polarização, fator esse que degenera o tecido social. Alguns estudos empíricos sobre polarização mostram evidências que complexificam o tema. Os estudos de Barbera e Rivero (2015) e Shore, Baek e Dellarocas (2018), sobre as eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016, mostraram que o comportamento de polarização se deu de forma muito localizada em um pequeno grupo que não produziu grandes impactos na rede como um todo. O estudo conduzido por Messing e Westwood (2014) demonstrou que as pessoas estão mais propensas a selecionar conteúdos no Facebook não por conta da adequação aos seu ponto de vista, mas pela pessoa que publicou.

Ou seja, o estudo revelou que as pessoas se expuseram a informações contrárias a suas crenças porque um amigo ou um parente compartilhou. Por fim, estudo conduzido por Bakshy, Messing e Adamic (2015), citado anteriormente, mostrou que apesar da amostra analisada de usuários de Facebook nos EUA apresentar grande homofilia em suas redes de amigos, cerca de 30% deles consumia informações transversais, ou seja, tanto de ideologia conservadora quanto liberal.

O que explicaria então o fato de que, mesmo podendo filtrar conteúdos de acordo com seu ponto de vista, a maioria das pessoas não lança mão dessa ferramenta nas mídias sociais, como os estudos empíricos demonstram? Barbera (2019) argumenta que as pessoas se comportam na Internet de forma muito semelhante no ambiente offline, ou seja, as mídias sociais não teriam grande efeito na polarização e criação de bolhas. Adicionalmente, o autor pondera que a Internet proporciona uma maior conexão com “laços fracos” (*weak ties*), pessoas com quem um indivíduo não conversa frequentemente, que não são de certa forma próximas. Laços fortes (*strong ties*) são aquelas pessoas com quem se convive frequentemente, pais, amigos próximos, parceiros etc. A expansão da Internet proporcionou o aumento no número de contato com laços fracos, aqueles laços que Granovetter (1973) demonstrou serem os responsáveis por novas descobertas e por expor o indivíduo a novas informações.

Os nós fortes normalmente estão concentrados em clusters, revelando grande fluxo de informações entre nós com afinidades. Por exemplo, se um grafo for desenhado baseado na estrutura de uma universidade, e cada indivíduo da comunidade (alunos, professores e técnicos) for um nó, e cada conversa for representada por uma ligação entre nós, teremos certamente clusters em cada um dos departamentos, onde estes indivíduos desenvolvem a maior parte das suas relações cotidianas. Os nós fracos, por outro lado, não possuem muitas ligações dentro do cluster, mas possuem grande influência na rede globalmente. Ou seja, os alunos que não possuem ligações muito forte com seus colegas e professores do departamento, possuem relações outras com outros departamentos, em sua maioria relações também fracas, mas de certa forma, servem como pontes que ligam esses dois clusters condensados:

Laços fracos podem criar pontes que mantêm a rede unida e ajudam a integrar diferentes esferas sociais; mas eles também agem como firewalls para difusão porque, sendo fracos, são ativados apenas ocasionalmente⁴⁷. (GONZÁLEZ-BAILÓN, 2017:111)

Os laços fracos têm especial papel na argumentação de Sunstein (2017) e para este trabalho. A Internet possibilita o aumento de contatos entre pessoas com laços fracos, ou seja, aquelas pessoas com quem possivelmente não se teria uma conversa ou debate. Em se tratando do Facebook ou do Twitter, baseados no formato de feeds, é muito provável que um indivíduo veja um conteúdo de um parente distante e com quem quase não se tem contato pessoal, com ponto de vista não conhecido ou em desacordo com a crença deste usuário.

O pressuposto de que as redes sociais são espaços que incentivam a criação de grupos e enclaves baseados em pontos de vista e, por isso, contribuem inevitavelmente para o aumento da polarização e dos extremismos necessita ser contrastado com os achados empíricos expostos anteriormente. Como mostram os estudos, as redes sociais promovem encontros entre indivíduos com laços fracos, momentos responsáveis por novas descobertas ou exposição a informações não conhecidas. Os indivíduos estão mais expostos a diversidade de perspectivas nas mídias sociais do que fora delas (BAKSHY; MESSING; ADAMIC, 2015; FLETCHER; NIELSEN, 2017; BARNIDGE, 2017), e também é maior o engajamento em interações com pessoas de outro espectro ideológico (BARBERÁ et al, 2015). Inclusive, estudo realizado nos EUA revelou que o crescimento da polarização política entre os americanos se deu de forma mais acentuada entre aqueles que não são usuários frequentes das mídias sociais (BOXELL; GENTZKOW; SHAPIRO, 2017).

Aqui é preciso fazer uma ponderação. Boa parte desses estudos citados utiliza dados vindos de redes sociais como o Facebook e Twitter. De fato, nesses sites a possibilidade de se entrar em contato com pessoas distantes, aumenta a chance de se ter contato com informações novas e diferentes do ponto de vista do indivíduo. Esses achados são importantes para este estudo também. Mas é importante chamar atenção que são poucos os estudos tendo como objeto de análise o Whatsapp. Como é uma plataforma fechada, ou seja, não existe uma timeline, um repositório onde se pode encontrar os usuários, o WhatsApp tem elementos que podem contribuir para uma maior homofilia nas interações do que nas redes sociais. Ou seja, os encontros acidentais com informações não esperadas deve se reduzir nessa plataforma. De toda forma, aplicativos de mensagens, redes sociais, jornais online etc., estão articulados e formam

⁴⁷ Original: “Weak ties might create the bridges that keep the network together and help integrate different social sphere; but they also act like firewalls to diffusion because, being weak, they are only activated occasionally.”

um ecossistema, uma ecologia (MAIA; REZENDE, 2015) de informação. Se não há exposição a pontos de vistas diversos pelo WhatsApp, provavelmente o indivíduo estará exposto no Facebook, Twitter ou em veículos de informação.

Steinert-Threlkeld e Barberá (2019), analisando as possibilidades de uso das mídias sociais para a ciência política, mostram que as evidências empíricas apontam que a inclusão de pessoas no debate público por meio das mídias sociais é uma realidade. Pessoas antes sem recursos, hoje conseguem se expressar e se engajar em questões sociais, movimentos e pautas políticas.

2.1.2. Pós-Habermas

A coletânea “*After Habermas - New Perspectives on the Public Sphere*”, lançada no início dos anos 2000, é composta por vários artigos que refletem sobre a teoria habermasiana e sua adequação ao contexto empírico do século XXI. Um dos trabalhos mais influentes é de autoria de James Bohman (2004), que discute a expansão do diálogo por meio da Internet e as perspectivas para uma democracia transnacional. O autor defende que as esferas públicas e as instituições democráticas não existem separadamente e, na verdade, têm estado em relação de interdependência durante a história (BOHMAN, 2004:132). Assim, a emergência da Internet e o potencial de inclusão de novos atores, aumentando o público incorporado na esfera pública, impõe reflexões sobre a viabilidade dessas reivindicações, os modos de uso da Internet e a possibilidade de que se configure uma esfera pública que ultrapasse as barreiras dos países.

Bohman (2004) discute algumas das atribuições da esfera pública e as possibilidades que a Internet possui de sediá-la. Para o autor, esfera pública não necessariamente significa um local físico, mas sim um “espaço social” em que indivíduos podem expressar seus pontos de vista e ouvir as falas, opiniões e preocupações de outros. Esse é um ponto controverso, porque há argumentos que depreciam a comunicação mediada por computadores em relação aos encontros face-a-face, são visões negativas, que serão retomadas por Dean (2003). A outra atribuição ou condição para que a Internet seja entendida como uma esfera pública, é a possibilidade de igualdade entre os indivíduos, ou seja, cada pessoa pode falar e escutar o outro de maneira igual e intercalada. Não é uma relação de apenas escuta ou apenas de fala, mas os atores em diálogo

devem revezar os papéis com a segurança de que serão aceitos e poderão exercer cada uma dessas ações de maneira igual (BOHMAN, 2004:133).

Por fim, Bohman (2004) pontua que qualquer esfera pública, seja ela face-a-face ou digital, necessita estar direcionada a uma audiência indefinida. Ou seja, o autor entende que para ser uma esfera pública, a mesma deve comportar o “público” que, por definição, não comportaria exclusões:

a comunicação deve abordar um público indefinido. Nesse sentido, qualquer exclusão social mina a existência de uma esfera pública. Essa indefinição é necessária mesmo para a interação face-a-face, uma vez que uma conversa é pública, não apenas porque pode ser ouvida por outros, mas na medida em que pode ser usada para se referir a qualquer um⁴⁸. (BOHMAN, 2004:134)

Ou seja, se, normativamente, o público é inclusivo, não lida com preconceitos ou repulsa estar situado em posições sociais específicas, então seu espaço deve ser indefinido, ou, amplo o bastante para dar conta da demanda de inclusão vinda de qualquer indivíduo. Neste sentido, o ponto do autor complica o argumento dos que pleiteiam a superioridade do diálogo presencial, contra o pressuposto tomado por Dean (2003) em sua argumentação sobre a possibilidade de se compreender a Internet como uma esfera pública. Esse ponto se liga a discussão presente no capítulo anterior, sobre publicidade e a natureza do público. Uma vez aceitos os ideais de igualdade e inclusão, a cada grupo que se soma ao público há um aumento de publicidade neste.

Bohman (2004) acredita que é inevitável a expansão do público e da esfera pública com a inclusão de novos atores pela massificação da Internet. As possibilidades comunicativas criam novos espaços sociais a despeito de qualquer controle, e espaços construídos para abarcar certo tipo de expressão ou comunicação pode ser transformado pelos usuários de maneira criativa e não prevista (BOHMAN, 2004:136). Assim, fóruns de Internet foram utilizados como espaços de investigação de crimes⁴⁹, site criados como imageboard⁵⁰ relacionados a cultura japonesa são subvertidos e dão lugar a fóruns de extrema direita, fascismo, racismo e misoginia⁵¹ etc.

O autor identifica a possibilidade de haver diferentes públicos e esferas públicas que se relacionam e se sobrepõem, sem que haja qualquer tipo de hierarquia ou distinção. O ideal de

⁴⁸ Original: “communication must address an indefinite audience. In this sense, any social exclusion undermines the existence of a public sphere. This indefiniteness is required even of face-to-face interaction, since a conversation is public not simply because it could be heard by others but to the extent that it could be taken to address anyone.”

⁴⁹ “StolenSidekick”. Disponível em: <https://www.evanwashere.com/StolenSidekick/>. Acesso em 22 jan. 2020.

⁵⁰ Site baseado em publicação de imagens com comentários.

⁵¹ “Moot On The Origin Of 4Chan And The Evolution of Memes”. Disponível em: <https://techcrunch.com/2011/04/02/founder-stories-poole-moot-4chan-memes/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

publicidade permanece intacto, sendo acessível a qualquer indivíduo a participação em uma destas esferas públicas:

Pode haver, portanto, muitos públicos e esferas públicas sobrepostas. As instituições de uma cidade podem criar uma esfera pública local, mas esse público se sobrepõe e interage com outros públicos. Nesse sentido, é indeterminado a quem uma reclamação é endereçada ou a quem se espera que atenda, dada a indefinição da audiência. Quando uma esfera pública interage com um conjunto de instituições, o conjunto de participantes é potencialmente estendido além das restrições de membros ou constituintes, sempre que uma reivindicação ou enunciado é aceito e considerado relevante⁵². (BOHMAN, 2004:137)

A possibilidade de haver diversas esferas públicas que se referem a várias instituições e não somente ao estado, possibilita o surgimento de diálogos entre indivíduos distintos em suas identidades, bem como geograficamente: a viabilidade de surgimento de esfera públicas globais torna-se real com a Internet. Apesar deste ser um ponto relevante para o autor, vamos nos ater a outros aspectos de seu estudo.

Outra questão importante é o anonimato nas redes. A crítica posta é que não há reciprocidade na relação de diálogo quando os outros indivíduos não sabem com quem estão falando. Este ponto é interessante e o autor chama atenção para o fato de que não foi a Internet que inventou a possibilidade de participação na esfera pública de forma anônima. Locke em seu Segundo Tratado optou por não revelar sua identidade, assim como o artista Banksy que tem uma vasta produção sobre questões políticas e de Direitos Humanos, mas não se identifica. Diferente das interações face-a-face, o anonimato é componente estrutural da Internet e por isso, não se pode ter a expectativa normativa do conhecimento do outro embasado em expectativas de encontros presenciais.

A questão do anonimato é relevante não só do ponto de vista da governança da Internet, mas também da perspectiva daqueles que utilizam esse instrumento como forma de denunciar violências que acometem populações e grupos específicos da sociedade. Recuperando a discussão presente no capítulo dois: por meio da Internet, novas presenças e perspectivas encontram expressão no debate público. São grupos e pessoas, em sua maioria marginalizadas, que por meio das ferramentas digitais podem se expressar e atingir um público amplo. Nesse sentido, a possibilidade do anonimato pode servir como uma ferramenta importante de autoproteção. Ao lançar mão do anonimato, não se busca modificar a relação entre indivíduos

⁵² Original: "There may, then, be many publics and overlapping public spheres. A city's institutions may create a local public sphere but that public overlaps with and interacts with other publics. In this sense, it is indeterminate to whom a claim is addressed or who is expected to respond, given the indefiniteness of the audience. When a public sphere interacts with a set of institutions, the set of participants is potentially extended beyond the restrictions of membership or constituency, whenever a claim or utterance is given uptake and considered relevant."

iguais e livres na esfera pública, muito pelo contrário: o exercício do anonimato é muita das vezes uma forma de se conseguir a igualdade no que tange a livre expressão. Muitos indivíduos, perseguidos e subalternizados, só conseguem expressar suas ideias e opiniões por meio da sua não identificação. É importante ter isso em mente. Na medida em que novos atores são incluídos no debate, novas necessidades se impõem. Na maioria das vezes o anonimato é visto como um expediente que pode ser utilizado para atacar pessoas, cometimento de crimes e toda sorte de mal comportamento online etc., e isso é um fato. Vários são os usos do anonimato para fins escusos. Mas não se pode perder de vista que em muitos casos o uso do anonimato é fundamental para alguns indivíduos perseguidos e criminalizados.

Bohman (2004) demonstra preocupação com o papel das corporações na publicidade da Internet. Estas podem ser agentes de enfraquecimento dos ideais do espaço público uma vez que podem reorganizar e modular o espaço digital com fins ao lucro e não a manutenção de espaços livres e abertos para o diálogo. Sua influência na confecção de certos espaços digitais pode restringir a comunicação de maneira profunda. Nesse sentido, o autor defende que toda esfera pública requer contra-intermediários, ou seja, indivíduos ou grupos que disputem com as corporações e defendem a publicidade da rede (BOHMAN, 2004:143). O autor denomina esses espaços de “contra-espaços públicos”, o que guarda certa semelhança com a teoria de Fraser (1992), mas que na verdade possuem um objetivo muito específico: defender a publicidade da Internet contra os interesses individuais de corporações que controlam certos espaços digitais. Esse é o ponto em que os debates acerca da governança da Internet se atêm, e há uma série de implicações para a privacidade e para a publicidade dos indivíduos⁵³. Ainda há muita discussão sobre os intermediários garantidores da manutenção da publicidade da Internet, porque, de certa forma, eles ainda não estão estabelecidos. Segundo Bohman (2004), cabe às organizações sociedade civil “que se preocupam com a publicidade do espaço eletrônico e buscam criá-lo, institucionaliza-lo, expandi-lo e protegê-lo” (2004:143) o papel de intermediárias neste processo.

Bohman (2004) finaliza seu artigo fazendo a defesa de sua proposta de democracia transnacional baseada em múltiplas esferas públicos policêntricas e pluralistas. Gostaríamos de inverter a direção desse vetor, e pensar em como a Internet propicia a emergência de “novos públicos” no debate público. Na medida em que a Baixada Fluminense, São Gonçalo e o

⁵³ Para mais detalhes sobre governança da Internet, ver: MUELLER, Milton L. Networks and states: The global politics of Internet governance. MIT press, 2010; MUELLER, Milton L. Ruling the root: Internet governance and the taming of cyberspace. MIT press, 2009; DENARDIS, Laura. The global war for Internet governance. Yale University Press, 2014.

Complexo do Alemão conseguem, através da Internet, expressar e debater o que ocorre no seu dia-a-dia, demandar mudanças e políticas públicas para solucionar problemas comunitários, entre outros, o Rio de Janeiro se “torna mais Rio de Janeiro”, pois parcelas da população e perspectivas sociais que compõem o estado encontram expressão e passam a fazer parte do debate público.

2.1.2.1. Neodemocracias

O tema da esfera pública voltou a ser influente no debate com a emergência de novas formas de comunicações mediadas por computadores, e com a possibilidade da emergência de uma esfera pública mundial. Alguns, como Buchstein, acreditaram que a massificação do acesso à Internet produziria as condições necessárias para uma esfera pública global, baseada na teoria de Habermas (2014):

Se aceitamos as alegações dos otimistas, a nova tecnologia parece corresponder a todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas da esfera pública democrática: é um modo de interação universal, anti-hierárquico, complexo e exigente. Por oferecer acesso universal, comunicação sem coerção, liberdade de expressão, agenda irrestrita, participação fora das instituições políticas tradicionais e gerar opinião pública através de processos de discussão, a Internet parece ser a situação ideal ao discurso⁵⁴. (BÜCHSTEIN apud DEAN, 2003:97)

Para Dean (2003) existem dois grupos de pensadores neste tema: uns que acreditam que falta a Internet o básico de uma conversação, que é estar face-a-face com seu interlocutor; outros que defendem que a Internet encarna o ideal de esfera pública habermasiano. Para os primeiros, as comunicações mediadas por computadores são muito menos “ricas” do que os diálogos presenciais, onde se pode ver a pessoa, seus gestos, sua forma de pronunciar as frases etc. Ou seja, é como se essas comunicações fossem solitárias, entre um indivíduo e a máquina: a mediação por PCs tornaria a comunicação pobre. Dean (2003) afirma que esse grupo comete um equívoco na medida em que idealiza a comunicação presencial, acreditando que não há mediação. A autora chama atenção para que todas as comunicações são mediadas e não há,

⁵⁴ Original: “If one accepts the claims of the optimists, the new technology seems to match all the basic requirements of Habermas’s normative theory of the democratic public sphere: it is a universal, anti-hierarchical, complex, and demanding mode of inter-action. Because it offers universal access, uncoerced communication, freedom of expression, an unrestricted agenda, participation outside of traditional political institutions and generates public opinion through processes of discussion, the Internet looks like the most ideal speech situation.”

neste sentido, maior superioridade no encontro de indivíduos para o diálogo do que na comunicação mediada por computadores. Além disso, podemos imaginar que, de certa forma, a comunicação mediada por computadores ameniza certas disparidades e barreiras que são impostas a determinados indivíduos. Um pesquisador brasileiro que estuda o comércio exterior da China, muito provavelmente só irá conseguir dialogar com pesquisadores chineses do mesmo tema de forma sistemática fazendo uso de dispositivos digitais para a comunicação. Outros exemplos além das barreiras geográficas são as discriminações cotidianas que são impostas a certos indivíduos, como a população negra no Brasil que dificilmente consegue acessar certos espaços de diálogo sem que haja, em muitas situações, barreiras e interditos à sua fala e sua participação. A menor riqueza de percepções, como pontua Dean (2003), pode ser um elemento de facilitação da participação de um maior número de pessoas, e não o oposto. Neste sentido, teoricamente, reduzindo os elementos necessários para comunicação, em comparação com a interação face-a-face, a Internet reduziria o que Young (2002) denomina como exclusões externas, “as várias maneiras pelas quais indivíduos e grupos que devem ser incluídos são propositalmente ou inadvertidamente deixados de fora dos foros para discussão e tomada de decisão⁵⁵.” (2002:54).

Outra parcela de estudiosos coloca a Internet como o espaço ideal para a existência da esfera pública aos moldes de Habermas (2014). Ou seja, é um ambiente em que há inclusão de todos, unidos por um “senso comum” e onde o diálogo racional prevalece. Porém, a inclusão de todos acaba trazendo teorias conspiratórias e outras crenças, segundo Dean (2003). Para esse grupo de autores, este problema seria superado com “alfabetização” em Internet e nas tecnologias envolvidas na Rede. Dean (2003) chama atenção que esse tipo de visão sobre a Internet é elitista e se baseia em princípios e normas regidas pelos “especialistas” ou pelos “bem informados”. Ao não dar conta de que a inclusão de todos é também a introdução de uma diversidade de assuntos, atores, formas e meios de fala, esta linha que trata a Internet como a esfera pública habermasiana encarnada acaba por reproduzir uma visão de público centrado em determinadas posições sociais.

Dean (2003) aponta essas duas frentes de análise da Internet como deficitárias por imaginar que as novas tecnologias corrompem as comunicações humanas, tornando as trocas comunicativas estéreis e qualitativamente piores dos que as relações presenciais ou por acreditar demais nas promessas de que a Internet seria para todos, um ambiente racional e público. A

⁵⁵ Original: External exclusion names the many ways that individuals and groups that ought to be included are purposely or inadvertently left out of fora for discussion and decision-making.

autora pontua que na verdade, o que se vê no início dos anos 2000 (ano em que ela publica o artigo) é um “capitalismo comunicativo”:

As novas mídias se apresentam para e como um público democrático. Eles se apresentam para um público democrático em sua oferta ansiosa de informações, acesso e oportunidade. Eles se apresentam como um público democrático quando o próprio fato de comunicações em rede passa a significar democratização, quando se pressupõe que expansões na infra-estrutura da sociedade da informação são representações de demos. Mas, como está se tornando cada vez mais claro, a expansão e intensificação das redes de comunicação e entretenimento não produz democracia, mas algo completamente diferente: capitalismo comunicativo⁵⁶. (DEAN, 2003:102)

A autora defende que as promessas de que a Internet seria um espaço de liberdade de pensamento, de equidade distributiva, de modos de vida e práticas não se concretizou, tornando-se um ambiente de concentração e exploração financeira. Não iremos entrar na discussão sobre o mercado relacionado à Internet e as mídias sociais. Há diversos estudos importantes nessa área que podem ser consultados⁵⁷ e, por mais que seja um assunto relevante, não é o tema deste trabalho.

O ponto importante para esta discussão é que, mesmo em plataformas privadas, onde dados pessoais são coletados, tratados e vendidos, com certa rigidez em relação a formatos e modos de utilização, os usuários encontraram formas de subverter algumas das regras impostas pelas empresas, criando formas não imaginadas de se utilizar as mídias sociais. Esta tese discute um dos exemplos que pode ser dado: às páginas hiperlocais, construídas a partir das páginas de Facebook (originalmente propostas para servir a empresas, personalidades e marcas). Estas páginas se transformaram em verdadeiros centros de informação sobre os bairros do Rio de Janeiro, entregando notícias em tempo real e permitindo que a própria audiência participe, construa e descubra fatos novos e informações relevantes sobre determinados acontecimentos tratados na página. É importante deixar claro que este fato não anula a pertinência da discussão

⁵⁶ Original: “New media present themselves for and as a democratic public. They present themselves for a democratic public in their eager offering of information, access, and opportunity. They present themselves as a democratic public when the very fact of networked communications comes to mean democratization, when expansions in the infrastructure of the information society are assumed to be enactments of a demos. But, as is becoming increasingly clear, the expansion and intensification of communication and entertainment networks yields not democracy but something else entirely: communicative capitalism.”

⁵⁷ Para uma discussão sobre o mercado da Internet e das mídias sociais ver: GOLDSMITH, Jack e WU, Tim. *Who Controls The Internet? Illusions of a borderless world*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.; WU, Tim. *The Attention Merchants: From the Daily Newspaper to Social Media, How Our Time and Attention Is Harvested and Sold*. London : Atlantic Books, 2017; TAPLIN, Jonathan. *Move Fast and Break Things: How Facebook, Google and Amazon Have Cornered Culture and What It Means for All of Us*. London: Macmillan, 2017.; GARCÍA MARTÍNEZ, Antonio. *Chaos Monkeys: Inside the Silicon Valley Money Machine*. London: Ebury Press, 2017.

sobre descentralização da Internet e das redes sociais⁵⁸, muito pelo contrário. Dados de usuários são vazados e comercializados todos os dias, legislações são criadas em vários países para garantir a privacidade dos indivíduos etc.

Dean (2003) defende que a Internet:

fornece um espaço abrangente em que o antagonismo social é simultaneamente expresso e obliterado. É um espaço global em que se pode reconhecer a si mesmo como conectado a todos os outros, como ligado a tudo o que importa. Ao mesmo tempo, é um espaço de redes conflitantes e redes de conflito tão profundas e fundamentais que até falar em consenso ou convergência parece um ato de ingenuidade, na melhor das hipóteses, de violência na pior. Ambas as dimensões da convergência e do conflito mantêm-se sem se anularem ou solucionarem em um processo de legitimação, ou algum tipo de formação de vontade que carrega consigo uma suposição de racionalidade⁵⁹. (DEAN, 2003:106)

A autora defende que a *Web* é um local de conflito (DEAN, 2003:107) e que a convergência de pensamento é ingenuidade ou violência. Nesse sentido, Dean (2003) defende que os indivíduos possuem suas crenças, valores e ideologias formadas antes do contato com a Internet e, neste espaço, vão defendê-las de visões divergentes. A Web então seria um campo de conflito entre as diferentes visões de mundo, não-conciliáveis, onde as pessoas se expressariam de maneira aberta e livre. A autora então sustenta o conceito de “neodemocracias”, um conjunto de espaços que “são configurados através de contestação e conflito. Elas rejeitam a fantasia de um público e, em vez disso, trabalham com os antagonismos que animam a vida política⁶⁰.” (DEAN, 2003:109). Diferente da ideia de “público” habermasiano que, em sua leitura, defende a “fantasia da unidade”, as redes neodemocráticas seriam o espaço de contestação e engajamento em torno de questões significativas para os indivíduos.

Nos parece acertada a proposta de entender a Internet como uma rede conectada, onde há fluxos diversos de informação, e onde há inclusão e certa equidade. Mas discordamos da visão

⁵⁸ Para uma discussão mais aprofundada ver: YEUNG, Ching-man Au et al. Decentralization: The future of online social networking. In: W3C Workshop on the Future of Social Networking Position Papers. 2009. p. 2-7.; CUTILLO, Leucio Antonio; MOLVA, Refik; STRUFE, Thorsten. Safebook: Feasibility of transitive cooperation for privacy on a decentralized social network. In: 2009 IEEE International Symposium on a World of Wireless, Mobile and Multimedia Networks & Workshops. IEEE, 2009. p. 1-6.

⁵⁹ Original: “It provides an all-encompassing space in which social antagonism is simultaneously expressed and obliterated. It is a global space in which one can recognize oneself as connected to everyone else, as linked to everything that matters. At the same time, it is a space of conflicting networks and networks of conflict so deep and fundamental that even to speak of consensus or convergence seems an act of naïveté at best, violence at worst. Both these dimensions of convergence and conflict hold without canceling each other out or resolving into a process of legitimation or some sort of willformation that carries with it a supposition of rationality.”

⁶⁰ Original: “Neodemocracies are configured through contestation and conflict. They reject the fantasy of a public and instead work from the antagonisms that animate political life.”

de que essas redes seriam essencialmente contestatórias, em que indivíduos previamente informados e com posições claras no debate, discutem e defendem seus pontos de vista em contraposição a outros grupos. Neste sentido, nos parece que é um entendimento que se assemelha aos contrapúblicos subalternos de Fraser (1992): grupos ligados por suas identidades, que constroem formas e esferas públicas próprias para criação de narrativas e argumentos de contestação a outros indivíduos e grupos (ver Capítulo 2). Apesar da semelhança, no caso de Dean (2003) não há um público a que outros grupos irão contestar, mas sim vários agrupamentos concorrentes e antagônicos, defendendo seus pontos de vista. Como já discutido, essa visão não dá conta da possibilidade sempre existente de que indivíduos construam e reconstruam seus pontos de vista de acordo com suas experiências cotidianas. Além disso, as redes neodemocráticas estão assentadas em uma dinâmica basicamente política e identitária, ficando de fora outros usos, como lazer, organização de grupos de trabalho, relações afetivas, coordenação de ação coletiva (ver próxima seção) etc. Segundo Dean (2003) “Nem toda opinião importa. O que importa é compromisso e engajamento de pessoas e organizações em rede em torno de questões em disputa⁶¹. (ibid.:109).

Dean (2003) termina sua argumentação pontuando que a “fantasia da unidade” é despolitizadora e precisa ser superada, tirando o foco dos indivíduos para dar atenção às questões. Com esse foco, é possível reconhecer os antagonismos e os debates existentes na sociedade. O que seria uma questão em disputa para Dean (2003)? Não fica claro se a autora se refere a grandes debates, como política de cotas para universidades públicas ou questões mais cotidianas. A autora também não deixa claro o papel de questões complexas, que se desmembram em várias outras questões (no caso das cotas, pode se discutir a adequação constitucional, o orçamento das universidades, as formas de definir se um candidato se enquadra em determinada cota etc.). De toda forma, a autora discute a possibilidade de se compreender o debate público na Internet como uma rede descentralizada, complexa, caótica e inclusiva. Esse ponto será retomado no último capítulo.

⁶¹ Original: “Not every opinion matters. What does matter is commitment and engagement by people and organizations networked around contested issues.”

2.1.2.2. Esfera pública digital alternativa

Antes de prosseguirmos, é importante analisar outra proposta de compreensão das redes sociais enquanto esferas públicas e sua relação com a ideia de público. Gutiérrez (2018) investiga os conceitos de esfera pública habermasiana e neodemocracia de Dean (2003), procurando compreender qual tipo de abordagem favorece o entendimento das mudanças que a Internet proporcionou nas relações comunicacionais e no ativismo.

O ponto de partida da autora são as novas formas de ativismo baseados em dados e possibilitado pelas ferramentas da Internet. Há muito tempo que os movimentos de contestação, ativismos e mobilizações se beneficiaram com a criação da Internet e sua expansão. Podemos localizar o início dessa relação entre ativismo político e Internet no movimento zapatista do início da década de 1994 (BEZERRA; GRILLO, 2014), quando houve a ligação entre os grupos mobilizados no sul do México com outros indivíduos em outras partes do mundo, que cooperavam criando sites, traduzindo documentos de reivindicação, entre outras atividades. Gutiérrez analisa a iniciativa “Ayuda Ecuador”, lançada em 2016, e que tinha por objetivo oferecer ajuda emergencial, de forma remota, a cidadãos equatorianos que sofriam com as consequências de um terremoto que matou mais de 600 pessoas. Por meio da plataforma, ativistas de todo mundo ajudaram a mapear dados relevantes, necessidades logísticas e outras informações.

Dean (2003), citada por Gutiérrez (2018), defende que não se pode compreender a Internet enquanto uma esfera pública, porque a mesma não responde as regras da esfera pública habermasiana de inclusividade, transparência, equidade e racionalidade (GUTIÉRREZ, 2018:57). Dean (2003) cria o conceito de neodemocracias, que se baseia em conversações por meio da Internet, surgidas por conta de um problema específico, buscando credibilidade e hegemonia, e tendo uma duração específica (ibid.). Segundo a crítica de Dean (2003), não se pode utilizar o conceito de esfera pública habermasiana nas trocas comunicacionais na Internet porque tal conceito pressupõe um local físico, um objetivo e um meio:

Entendo que a arquitetura da esfera pública se baseia nos seguintes componentes: local, objetivo, meios, normas e meio. O que Habermas tem em mente com seu relato da esfera pública e o que tende a ser assumido, mesmo que apenas tacitamente, em invocações do público, são atores que se encontram frente a frente de acordo com procedimentos deliberativos legais ou racionais para chegar a um acordo sobre uma questão de interesse nacional⁶². (DEAN, 2003:96)

Esse nos parece ser um entendimento limitado do conceito de esfera pública de Habermas (2014) na medida em que tal teoria foi concebida com os olhos voltados para as mudanças dos séculos XIX e XX e, por isso adaptações são necessárias para o emprego de tal conceito no ambiente digital. Não parece haver impedimento para imaginarmos que a deliberação na esfera pública habermasiana possa se dar no espaço digital. Vários estudos já demonstraram as capacidades e limitações da deliberação online (BEIERLE, 2011; FRANGONIKOLOPOULOS, 2012; SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2011). Acreditamos que com certas modulações exigidas pelas especificidades trazidas pela Internet, podemos transportar o conceito de esfera pública para o ambiente digital. Segundo Bohman (2004):

parece provável que a comunicação em rede eletrônica e mediada por computador possa expandir o escopo de certos recursos da interação comunicativa no espaço e no tempo, resolvendo alguns dos problemas de escala inerentes à esfera pública literária e as limitações de deliberação nas instituições de democracia representativa⁶³. (BOHMAN, 2004:132)

Voltando ao trabalho de Gutiérrez (2018), a autora apresenta o conceito de ativismo de dados (data activism), que pode ser considerado como uma forma avançada de ativismo por estar ligada intrinsecamente as novas tecnologias, tanto na produção das informações (coleta e sistematização de dados etc.) quanto na sua disseminação. Portanto, Gutiérrez defende que o ativismo de dados “emprega tecnologia para gerar novas esferas públicas para advocacia transnacional e humanitarismo⁶⁴” (GUTÉRREZ, 2018:59).

A autora ainda faz ponderação acerca do trabalho de Fraser (1992) sobre os contrapúblicos. Segundo Gutiérrez (2018) a sua esfera pública digital alternativa (doravante, EPDA) pode ser compreendida como subalterna na medida em que são arenas discursivas

⁶² Original: “I understand the architecture of the public sphere to be based on the following components: site, goal, means, norms, and vehicle. What Habermas has in mind with his account of the public sphere and what tends to be assumed, even if only tacitly, in invocations of the public, are actors meeting face to face according to legal or rational deliberative procedures in order to come to agreement on a matter of national interest.”

⁶³ Original: “it seems likely that electronic and computer-mediated network communication may well expand the scope of certain features of communicative interaction across space and time, solving some of the problems of scale inherent in the literary public sphere and the limitations on deliberation in the institutions of representative democracy.”

⁶⁴ Original: “employs technology to generate novel public sphere(s) for transnational advocacy and humanitarianism.”

paralelas em relação ao “público”, lugar de construção de contradiscursos de oposição àqueles vindos das elites dominantes. Gutiérrez (2018) define as EPDAs como:

AS EPDAs são “alternativas” porque envolvem atores alternativos (ou seja, não especialistas, vítimas e pessoas vulneráveis) na produção de contra-narrativas, usando tecnologias de maneiras não convencionais (ou seja, a infraestrutura de dados empregada criticamente) e, às vezes, alterando a dinâmica de poder revertendo o monopólio do mapeamento e do processo de dataficação. Eles propõem formatos, atores e sujeitos fora das normas estabelecidas⁶⁵. (GUTÉRREZ, 2018:65)

Apesar de subscrever a crítica de Fraser (1992) bem como sua teoria de contrapúblicos, Gutiérrez (2018) abandona estes conceitos para seguir sua argumentação utilizando as teorias de Habermas (2014) e o conceito de neodemocracia de Dean (2003).

Assim, entre estas duas teorias e a proposta das EPDAs, Gutiérrez (2018) enxerga três tensões no que se refere ao modo pelo qual as teorias lidam com o local, o objetivo e o meio de cada conceito. As tensões em relação ao local se dão basicamente nas novas possibilidades surgidas com a Internet. Para Gutiérrez (2018) – seguindo o entendimento de Dean (2003) – a esfera pública habermasiana se dá no encontro físico entre indivíduos iguais. Nas EPDAs e nas neodemocracias, os “encontros” dos indivíduos envolvidos nas trocas comunicativas se dão por meio da Internet, no nível local e global. As EPDAs baseadas no ativismo de dados proporcionam uma divisão do trabalho geograficamente orientada. Ou seja, um grupo de ativistas, os especialistas em ações “digital humanitárias” (GUTÉRREZ, 2018:61) desenvolvem ações de suporte remoto, podendo estar no país onde ocorreu o desastre humanitário, em outro ponto do continente ou do outro lado do mundo. Os outros dois grupos são formados por pessoas que foram afetadas ou pertencentes a ajuda humanitária, que contribuem com seus dados e também usam as informações. Para Gutiérrez (2018), a possibilidade de congregar indivíduos local e globalmente configura uma distinção das EPDAs com o conceito de esfera pública e com as neodemocracias, que funcionariam baseadas na Internet.

Aqui é importante chamar atenção para a distinção entre neodemocracia e EPDA. A diferença entre o local onde se dão as ações têm um componente subjacente que é a própria natureza da deliberação e seu propósito. Enquanto Dean (2003) enxerga neodemocracias existindo na Internet como espaços de deliberação e de construção de narrativas, Gutiérrez

⁶⁵ Original: “The APSs are ‘alternative’ because they engage alternative actors (i.e. non-experts, victims and vulnerable people) in producing counter-narratives, using technologies in unconventional ways (i.e. the data infrastructure employed critically), and sometimes altering power dynamics by reversing the monopoly of maps and the datafication process. Namely, they propose formats, actors and subjects outside the established norms.”

(2018) enxerga novas formas de ativismo, coordenando espaços de deliberação com tomada de ação em campo. Aqui, nos parece, reside a diferença fundamental da proposta das EPDAs em relação à neodemocracia. As primeiras são criadas buscando ação tangível (GUTÉRREZ, 2018:61), o que não surpreende haja visto que são colaborações entre indivíduos buscando dar respostas a uma crise humanitária. Para Dean (2003), as neodemocracias buscam a contestação como um ideal normativo:

De fato, uma teoria democrática construída em torno da noção de redes de questões poderia evitar a fantasia da unidade que tornou a publicidade na tecnocultura tão profundamente despolitizante. Reconhece que fissuras, antagonismo, são o que confere à democracia sua força política (algo que Maquiavel reconheceu há muito tempo)⁶⁶. (DEAN, 2003:111)

Segundo Dean (2013), ter contestação é o que torna a democracia mais forte. Concordamos com esse ponto, que foi abordado na discussão do trabalho de Sunstein (2003; 2017) sob outra formulação. Como analisado no capítulo anterior, a teoria de Fraser (1992) apesar de sua ênfase na multiplicidade de atores, não concorria para contestação do status quo. Ao posicionar os contrapúblicos como subalternos ao público idealizado por Habermas (2014), Fraser (1992) reproduz em sua teoria a subalternização de determinados grupos do espaço público, localizado-os em esferas próprias. Ao não disputar o sentido do que seja o “público” habermasiano, sustentamos que estas diferentes teorias concorrem para cristalizar as divisões e as hierarquias existentes.

Voltando a tensão de objetivo, segundo Gutiérrez (2018), as EPDAs são propositivas e pragmáticas, e, por isso, são efêmeras:

Enquanto isso, os EPDAs gerados pelo ativismo pró-ativo de dados exibem um pragmatismo teleológico propositivo, como visto no mapeamento ativista de crises. Isso torna eficientes as iniciativas proativas de ativismo de dados: elas são criadas apenas como resposta a uma crise ou a um problema percebido como problemático, que procuram destacar, elucidar e até resolver⁶⁷. (GUTÉRREZ, 2018:62)

São efêmeras porque tendem a dissolver-se da mesma forma como surgem, assim como as crises humanitárias que as motivam. A efemeridade das EPDAs pode ser questionada com alguns exemplos empíricos. O *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED) é um projeto de coleta de dados, análise e mapeamento de crise existente desde 2013 e que cobre

⁶⁶ Original: “Indeed, a democratic theory built around the notion of issue networks could avoid the fantasy of unity that has rendered publicity in technoculture so profoundly depoliticizing. It recognizes that fissures, antagonism, are what give democracy its political strength (something Machiavelli recognized long ago).”

⁶⁷ Original: “Meanwhile, the APSs generated by proactive data activism exhibit a propositive teleological pragmatism, as seen in crisis and activist mapping. This makes proactive data activist initiatives ephemeral: they are created only as a response to a crisis or to an issue perceived as problematic, which they seek to highlight, elucidate and even solve.”

eventos ocorridos em países de quatro continentes⁶⁸. Sua especificidade se dá por cobrir eventos ocorridos em contexto de guerra (como Síria e Iêmen), mas também por reunir dados que dificilmente são produzidos por organismos estatais e internacionais (greves, manifestações, violência contra civis etc.). Pela sua natureza, abrangência e pelo tipo de dado reunido, a iniciativa não tende a ser efêmera, apesar de todas as semelhanças com as EPDAs. Há sempre questões de violação de direitos humanos e ambientais que não encontram respostas satisfatórias no aparato dos Estados e dos organismos internacionais, sendo cada vez mais necessário que a sociedade civil atue na produção e análise de dados⁶⁹.

Por último, a tensão do meio separa as teorias discutidas por Gutiérrez (2018). A esfera pública habermasiana se dá na interação dos atores incluídos, ou seja, são o seu meio. No caso das neodemocracias, elas são estruturadas pelas questões, porque as redes são formadas ao redor de questões. Nesse sentido, as EPDAs de Gutiérrez (2018) estão mais próximas das neodemocracias, uma vez que seu meio são as crises, ou seja, problemas que estão atingindo determinadas populações em certo tempo. Apesar da proximidade, Gutiérrez (2018) pontua que por mais que as redes se estruturam em torno de um problema, nem todo problema desencadeará uma iniciativa de ativismo de dados (2018:63).

Diferente da esfera pública habermasiana e das neodemocracias, as EPDAs não operam dentro da lógica da inclusividade, na medida em que os três grupos envolvidos (atingidos pela crise, a ajuda humanitária e os especialistas em mapeamento de crise) são muito específicos. O grupo de especialistas é o único grupo que permite incluir indivíduos fora do raio da crise, mas as exigências relativas ao uso de ferramentas de mapeamento e produção de dados são um impedimento para a inclusão de quaisquer indivíduos nas EPDAs. As EPDAs são “regidas pela impermanência e inclusão qualificada⁷⁰” (GUTÉRREZ, 2018:64).

As EPDAs são públicas não porque o diálogo e as trocas são acessíveis por qualquer pessoa pela Internet (se há um site, ou fórum onde ativistas de dados, vítimas e ajuda humanitária deliberam), mas sim porque elas poderiam estar endereçadas a qualquer um. Ou seja, “eles são públicos porque são o resultado das atividades sociais feitas por indivíduos que

⁶⁸ Fonte: <https://acleddata.com/>. Acesso em 11 fev. 2020.

⁶⁹ Gutiérrez (2018) compreende a importância das iniciativas de produção de dados pela sociedade civil dentro de um contexto de falta de transparência, mas não defende que esse é um objetivo importante por si só.

⁷⁰ Original: “APs are ruled by impermanence and qualified inclusion”

compartilham representações simbólicas e emoções comuns na publicidade⁷¹” (GUTÉRREZ, 2018:66). É interessante notar que neste ponto, Gutiérrez (2018) posiciona as EPDAs como sendo públicas, entendida como aplicável a qualquer pessoa, mesmo que no decorrer do texto a autora defenda que as EPDAs devam ser compreendidas pela chave de contrapúblicos subalternos ou “alternativos”. Assim, ao não incluir este aspecto na discussão sobre as tensões acerca da inclusividade, Gutiérrez (2018) dificulta a compreensão da real natureza das EPDAs: se apenas os três grupos estão incluídos, a pressão de outros grupos internacionais se utilizando das deliberações e dados produzidos pela EPDA não estão incluídas dentro do desenho teórico? Ao não incluir espaço para outras formas de engajamento nas crises que são objetos das EPDAs (indivíduos no Twitter e Facebook que discutem o caso e pressionam governantes a se posicionar), a autora limita o alcance do ativismo produzido por estas.

Em sendo a principal forma de comunicação e articulação do trabalho coletivo, a Internet se transformou em uma necessidade para todo aquele que quer expressar e realizar alguma ação de impacto público. Essa é uma nova forma de desigualdade, na medida em que nem todas as pessoas, a despeito dos grandes avanços dos últimos anos, têm acesso a rede. Essa desigualdade não afeta apenas o que conhecemos ou aquilo que incluímos em nossa representação mental da realidade, mas também impacta nossa pesquisa acadêmica (GONZÁLEZ-BAILÓN, 2017:139). A Internet, por mais que funcione como uma plataforma onde certas perspectivas sociais e presenças podem se expressar e participar do debate público, também reproduz certas desigualdades, se não no acesso à rede, nas ferramentas e conhecimentos imprescindíveis para alguns procedimentos. Ao dividir o trabalho de contar dramas humanitários entre três grupos, Gutiérrez (2018) cristaliza esta divisão do trabalho, e posiciona os especialistas (detentores das linguagens e dos métodos) fora dos contextos dos atingidos.

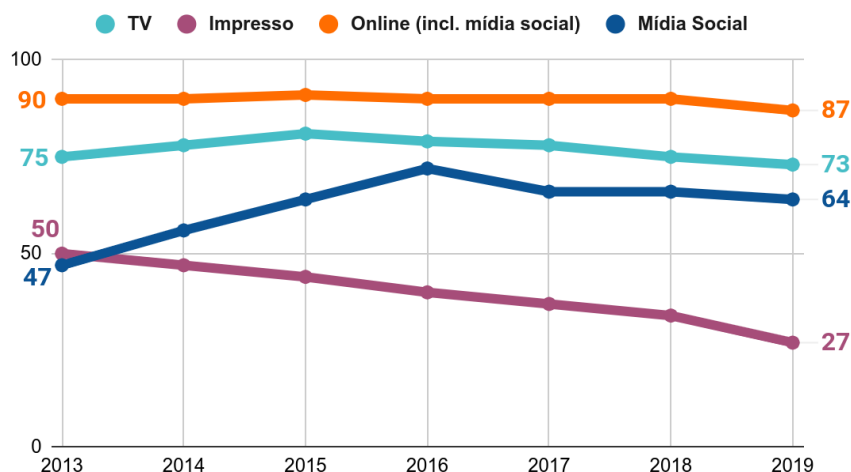
2.2. #RioDeJaneiro conectado e violento

Hoje, a maioria dos brasileiros se informa através de fontes online, em grande parte nas redes sociais. No último relatório da Reuters Institute (NEWMAN et al., 2019), fica claro que o processo de consumo de notícias se consolidou no espaço digital. A maioria dos brasileiros

⁷¹ Original: “That is, they are public because they are the result of the social activities made by individuals sharing symbolic representations and common emotions in publicness”.

entrevistados (87%) relatou que consome notícias online⁷², enquanto os que dizem que consomem notícias por meio de jornais impressos são parcela cada vez mais diminuta (27% em 2019).

Figura 2 - Fontes de notícias - Brasil (%) (2013-2019)



Fonte: NEWMAN et al, 2019

Um dos fatores que explicam o aumento no consumo de informações pelas mídias sociais no Brasil é o aumento do mercado consumidor de smartphones. Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), 83% da população brasileira declarou possuir um telefone celular em 2018. Destes, 74% declarou ter utilizado o celular para acessar a Internet nos três meses anteriores à pesquisa. Dos que utilizam a Internet, 89% o fazem todos os dias ou quase todos⁷³.

Uma das inovações trazidas pelas mídias sociais é o empoderamento relativo do usuário, que se torna um produtor autônomo de conteúdo ao compartilhar seus próprios textos, vídeos, imagens e áudios com sua rede. Assim, há a possibilidade de cada indivíduo provido de um celular reportar crimes, acidentes e outros eventos da vida cotidiana para seus amigos e contatos. De fato, as mídias sociais, por meio dos smartphones, criaram uma rede de milhões de indivíduos que publicam, comentam e documentam os acontecimentos cotidianos que vivenciam.

⁷² O “consumo online” é composto pelas redes sociais e o acesso aos jornais online.

⁷³ Disponível em: <http://bit.ly/2VmXyIm>. Acesso em 20 ago. 2017.

Na outra face desse cenário, o mercado dos jornais impressos de grande circulação tem resistido a mudanças em sua cobertura⁷⁴, estando em suas páginas em certa medida os mesmos atores e fontes de sempre. Apesar disso, a forma pela qual são produzidas e circuladas notícias sobre violência urbana no Rio de Janeiro mudou de forma profunda devido à Internet. Entretanto, o que se verifica é que a maior parte dos estudos, principalmente os brasileiros, ainda privilegiam os jornais impressos (CAMPOS, 2009; NJAINE; MINAYO, 2002; RAMOS; PAIVA, 2007) ou os noticiários televisivos (OLIVEIRA, 2011; VARJÃO, 2016). Apesar de sua inegável presença na vida cotidiana e nas discussões acadêmicas, a Internet e as mídias sociais⁷⁵ são mencionadas de maneira tímida quando o assunto é violência urbana e crime.

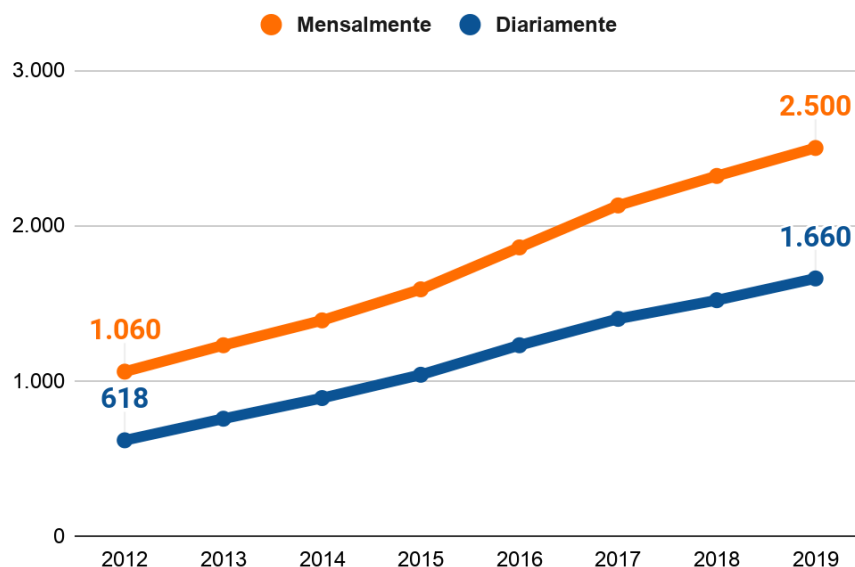
As redes sociais mostraram ser um canal inesgotável de informações para a imprensa, que diariamente investiga denúncias, publica vídeos e imagens e entrevista “personagens” que ganharam atenção por meio dessas redes. Também foram abertos canais de relacionamento entre uma parcela de consumidores de notícias e a imprensa, tornando essa interação muito mais próxima e também mais complexa. É interessante notar que, em se tratando da relação com o consumidor, o que se pode defender é que com a Internet tornou-se mais fácil comunicar-se diretamente com um público maior (por meio do WhatsApp, Facebook etc.). Mas de certa forma, alguns consumidores de jornais de referência já possuíam uma relação próxima com esses veículos. Os jornais de referência sempre foram “próximos” do seu público consumidor, as classes mais altas, uma vez que não é raro ver nas colunas sociais festas e eventos, cenas íntimas e detalhes da vida desses personagens. Neste sentido, a mudança está mais centrada na capacidade de se comunicar com um público maior de maneira mais simples e na redução dos custos de se conseguir informações de atores distantes do centro e das áreas mais abastadas.

Tratando-se de mídias sociais, o Facebook cresce em número de usuários ativos constantemente desde 2012, contando atualmente com cerca de 2,50 bilhões de contas ativas mensalmente, das quais 1,66 bilhão está ativa todos os dias:

⁷⁴ Segundo dados da pesquisa “*Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?*” foram poucas as mudanças na cobertura de crime e violência urbana nos jornais impressos.

⁷⁵ Definimos “mídia social” como a forma de comunicação eletrônica que permite aos usuários consumirem e compartilharem conteúdos (textos, fotos, vídeos, links etc.) e ideias com uma comunidade online (TROTTIER; FUCHS, 2015).

Figura 3- Usuários do Facebook ativos (em milhões)



Nota: Dados do Facebook Investor Relations.
 Fonte: O autor, 2019.

Atualmente, as páginas do Facebook são fontes de informação para seus usuários, sejam páginas de grandes jornais como O Globo e Folha, sejam as de empresas, organizações e coletivos, como as páginas do IESP, do CESeC e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mas também existem páginas de iniciativas de comunicação local, como as páginas de bairros⁷⁶ do Rio de Janeiro, que cumprem um papel importante no que se refere ao consumo de informação sobre eventos, serviços públicos, violência e crime no cotidiano dos moradores da cidade.

Para alguns cariocas e fluminenses, é importante acompanhar a produção de informação dessas páginas no Facebook pela falta de visibilidade que algumas regiões da cidade e do estado possuem dentro do noticiário da imprensa tradicional. Os resultados da pesquisa “Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?” (RAMOS; PAIVA; NUNES, 2016) revelam que a produção de notícias sobre violência continua a ter como foco prioritário os territórios considerados de maior interesse pelos veículos de imprensa – como, por exemplo, os bairros mais afluentes, onde residem os assinantes de jornais e revistas. Decorre, então, que grande parte da população busca informações relevantes para si em outros meios. E o Facebook, por

⁷⁶É importante relembrar a experiência da Lei Seca no Rio de Janeiro. Esse esquema de *blitz* policial que visa coibir o consumo de álcool pelos motoristas fez com que usuários do Twitter criassem uma conta (@LeiSecaRJ) para relatar os locais das *blitzes* em tempo real. Assim, os motoristas que tivessem consumido bebida alcoólica poderiam adotar caminhos alternativos fugindo da multa.

sua popularidade e facilidade em sua utilização, tornou-se um repositório de páginas dedicadas a noticiar eventos locais, com foco em um bairro, uma favela ou até um condomínio.

2.2.1. Dos jornais de bairro à Favela.com

Definimos “páginas hiperlocais” ou “produtores de informações hiperlocalizadas” como iniciativas que buscam produzir conteúdo “sobre uma comunidade, um bairro, uma rua, ou até mesmo um quarteirão específico” (ZAGO, 2009:1). Ou seja, essas “páginas hiperlocais” dão conta de histórias e detalhes cotidianos de um território muito restrito, normalmente situado em um bairro, conjunto habitacional, ou mesmo cidades pequenas (SHAW, 2007). Além disso, é importante pontuar que essas páginas operam com a lógica colaborativa, onde produtor e consumidor da notícia muitas vezes se confundem (LE MOS; PEREIRA, 2011), baseada em certo sentido no jornalismo cidadão, discutido no capítulo anterior. A marca do cotidiano comunitário e próximo configura não só o alcance da audiência e o conteúdo das páginas, mas também a forma e os mecanismos pelos quais se produz a informação.

Estas páginas hiperlocais ao mesmo tempo que representam uma forma popular, eficaz e construtiva de circular informações de interesse de camadas populares da população, de autoproteção contra crimes e violências a que estão expostos esses espaços e de articulação para ação coletiva com vias a melhoramentos do espaço público, mobilização em relação de políticas públicas etc., também são canais que possibilitam o justicamento, linchamento e a disseminação do racismo e outras discriminações. A redução do custo de coordenação de grupos para ação coletiva, tem seus benefícios, mas, a outra face da moeda apresenta formas de violência que podem ser fatais para alguns. Elas serão abordadas nos próximos capítulos.

Podemos dizer que suas origens remontam aos jornais de bairro e rádios locais, que existem nas favelas e periferias do Rio de Janeiro desde a década de 1980. Nas favelas que pertencem ao bairro da Maré, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, circulava o jornal comunitário União Maré pelo menos desde 1982 (NASCIMENTO, 2018). O jornal ficou conhecido como o primeiro a ser feito pelos próprios moradores da região, inaugurando uma história de mobilização entorno de veículos de comunicação. Na década seguinte, o Centro de

Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) cria o jornal O Cidadão⁷⁷ e em 2009 foi lançado o Maré de Notícias⁷⁸.

A trajetória da Maré não é a única. Em pesquisa realizada em 2011, foram identificados 104 veículos de comunicação presentes em favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio. Destes, 18 eram jornais impressos e 12 rádios comunitárias (SILVA; ANSEL, 2012). Boa parte destes veículos já possuíam presença online na forma de sítios web. Valladares (2005) pontua que já no início dos anos 2000, a realidade da comunicação popular em favelas era bem diversa, não só pelos inúmeros sites de Ongs importantes, de projetos sociais e escolas de samba, mas também por conta do surgimento de agências de notícias populares (Agência de Notícias das Favelas, Central Única das Favelas) e vários jornais populares que conquistaram espaço na Internet (VALLADARES, 2005:153).

Desde a década de 1980, iniciativas das favelas e periferias fluminenses procuraram criar uma esfera pública local, com base nas perspectivas e interesses presentes no cotidiano dos moradores e tratando as questões locais como o centro das preocupações públicas. Neste sentido, o jornalismo de favelas procurou à sua maneira construir uma outra imagem destes territórios, muito diferente do veiculado pelo jornalismo de referência, que olha de fora a realidade e, na maioria das vezes, reproduz a imagem de que esses territórios são o local da violência e dos problemas da cidade. Apesar de sua origem ser antiga, pouco se estudou a produção comunicativa das favelas do Rio, seja por que a própria academia reproduz os preconceitos e distanciamentos que vemos nos jornais de referência, afinal de contas, ambas fazem parte da elite do estado. Mas também porque o cotidiano e as demandas dos moradores de favelas, muitas das vezes, não são considerados assuntos públicos ou de interesse público, e sim como algo específico àquela realidade, de menor relevância do ponto de vista político. As iniciativas de jornalismo local procuraram romper com essa ideia e acreditamos que as páginas hiperlocais e a presença destes atores nas mídias sociais propiciam mudanças de enquadramento, introdução de novas questões e perspectivas no debate público.

⁷⁷ Disponível em: <<http://jornalocidadao.net/sobre/>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/maredenoticiasoficial/?ref=page_internal>. Acesso em: 8 mar. 2020.

2.2.2. A violência urbana nas redes como objeto de estudo

O primeiro fenômeno relevante que modificou o mercado de comunicação não só no Brasil, mas no mundo inteiro, foi o surgimento dos blogs. Esses sites pessoais se definem, de forma simplória, como diários digitais, onde o autor publica textos, imagens e vídeos, que são apresentados em ordem cronológica. Boa parte dos blogs se dedicava a vida cotidiana de pessoas comuns, mas uma parcela de indivíduos enxergou nesse novo instrumento uma forma de expressar suas opiniões e revelar fatos e notícias que não ganhavam as páginas dos jornais. Um dos pontos-chave para entender a importância dos blogs principalmente no início dos anos 2000 foi o atentado nas Torres Gêmeas. Naquele momento, os blogs foram os primeiros a noticiar em tempo real os desdobramentos do atentado, com rapidez e fluidez que faltaram aos canais de Televisão e os jornais de referência (MALINI, 2008).

No caso do Brasil, a blogosfera (termo utilizado para nomear os diferentes blogs existentes na internet e que, de certa forma, se relacionam por meio de links e comentários). Em específico, ficou conhecido no início dos anos 2000 a chamada “blogosfera policial”, ou seja, blogs de policiais onde expressavam suas opiniões e contavam um pouco de suas rotinas. O estudo de Ramos e Paiva (2009) demonstrou que a blogosfera policial representou uma revolução na cobertura da segurança pública no Rio, trazendo questões ausentes das páginas de jornais, como política salarial e condições de trabalho policial. A blogosfera policial trouxe, de certa forma, a presença do policial da ponta para o debate:

Uma característica comum a vários depoimentos é a ideia de que no passado muito se falou sobre a polícia e os policiais, mas quase nada foi dito pelos próprios agentes de segurança. O debate era sempre entre os profissionais de meios de comunicação, os especialistas e os governantes. O crescimento acelerado da blogosfera mostra a urgência que os policiais estão construindo um espaço onde é possível falar, tomar a palavra e elaborar conclusões, sempre na primeira pessoa. (RAMOS; PAIVA, 2009:9)

Com o crescimento das mídias sociais, o papel da blogosfera diminuiu. Ainda existem blogs importantes e influentes, mas sua importância no debate foi reduzida pelas facilidades das mídias sociais. Hoje, os blogs que ainda existem estão articulados com outras mídias sociais como o Facebook, Twitter e WhatsApp, que são utilizados, na maioria das vezes, como ferramentas de difusão dos conteúdos publicados nos blogs. Como visto no início desta seção, atualmente, o brasileiro se informa principalmente por mídias sociais e para continuar sendo lido, assistido e escutado, o blogueiro precisa difundir seus conteúdos pelas mídias sociais.

Já no contexto da *Web 2.0* – a segunda geração de serviços oferecidos na Internet, basicamente ancorada em aplicativos baseados em mídias sociais e tecnologia da informação –, a produção acadêmica brasileira sobre violência urbana e Internet ainda é incipiente. Apesar da violência urbana fazer parte do cotidiano de boa parte da população, vivenciada de diferentes maneiras, e as mídias sociais sendo o principal meio de informação, ainda há pouca produção sobre a forma pela qual esta violência é retratada e circula pela população. Basicamente, os principais estudos que analisam, mesmo que tangencialmente, a violência urbana nas redes sociais tem por objeto as manifestações de 2013. Durante este ano, diversos protestos e passeatas ocorreram em várias cidades brasileiras, tendo levado às ruas um contingente enorme de pessoas, passando das cifras dos milhões de participantes. Durante esses protestos, a violência esteve presente, seja na reação violenta das forças de segurança nas ações de contenção e dissipação das aglomerações, seja pela ação de grupos que empregaram táticas *black blocs*, com a depredação de vitrines, prédios públicos, mobiliário urbano etc.

Um dos grandes marcos das manifestações de 2013 foi a emergência do chamado *midialivrisimo*, ou seja, um movimento que:

vale-se do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e da estrutura rizomática das redes digitais para comunicar-se diretamente com “a massa”, evitando hierarquias que reproduzam a velha lógica um-todos que dominou a comunicação da grande indústria da informação no século XX. (BEZERRA;GRILLO, 2014:196)

O *midialivrisimo* propiciou uma mudança na esfera pública, reduzindo a importância da grande imprensa, uma vez que os ativistas se colocavam na posição de espectadores oculares dos acontecimentos, transmitindo de dentro da manifestação e em primeira mão todo desenrolar. A disseminação de *smartphones* transformou cada manifestante em um potencial produtor e difusor de imagens dos protestos, sendo esse um fator determinante para a reconfiguração da ação policial:

Nesse novo contexto, os policiais não podiam mais simplesmente eliminar seus opositores em “autos de resistência” como fazem em favelas, pois estavam nas áreas centrais da cidade, desconheciam a origem social de seus inimigos e não podiam se esquecer das poderosas e onipresentes câmeras espalhadas em posse dos manifestantes. Estas introduziram a garantia de que a Constituição e os tratados internacionais de direitos humanos fossem respeitados (pelo menos até certo ponto). (BEZERRA;GRILLO:200)

As manifestações de 2013 foram as primeiras expressões de relevo a conectar ativismo nas redes sociais com demonstrações públicas em forma de protestos e passeatas, conectando atuação online e offline. Neste sentido, os dois âmbitos se retroalimentaram de forma simbiótica: não haveria manifestações daquela monta sem que houvesse essa imbricação entre as redes sociais e a rua:

Uma gigantesca faixa portada por manifestantes no Rio de Janeiro com os dizeres ‘Somos a rede social’ e cartazes com a inscrição ‘Saímos do Facebook’, cujas imagens circularam massivamente no Brasil e em outras partes do mundo no período das manifestações, enunciavam polissemicamente essa porosidade entre o mundo social e o digital e a fluidez de fronteiras entre eles. (SANTOS; BRITO; STEINBRENNER, 2013:4)

A cobertura da imprensa de referência foi a todo tempo confrontada por imagens e vídeos feitos pelos próprios manifestantes que, muitas das vezes, eram transmitidas online, sem cortes. Nesse sentido, havia o protesto das ruas – contra a precarização dos serviços públicos⁷⁹ – e também um conflito de narrativas – com as milhares de imagens sendo produzidas pelos manifestantes em contraposição a cobertura da imprensa. O jornalismo cidadão, nos termos discutidos no capítulo anterior, entrou em disputa com o jornalismo de referência.

Não só manifestantes e outros comunicadores passaram a utilizar as mídias sociais para sua comunicação com os cidadãos. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) desde pelo menos 2015 tem investido em comunicação direta com a população por meio de páginas no Facebook e grupos no WhatsApp⁸⁰. Além de abrirem um canal com a população, para receberem denúncias e sugestões, os policiais utilizam as informações que circulam nas redes para direcionar o policiamento. Segundo o à época tenente-coronel Márcio Oliveira Rocha:

Se surge uma denúncia nesses grupos, no nosso perfil no Facebook ou no nosso Whatsapp, posso despachar uma viatura de forma urgente ou usar a informação posteriormente, enviando uma equipe à paisana para checar, por exemplo. Outra coisa é que os dados coletados pelas redes nos servem para pensar e repensar nossas estratégias. Onde reforçar o policiamento, horários, maior ocorrência de crimes, dentre outras coisas. (PUFF, 2015)

Não há notícia de que os diferentes batalhões de polícia militar ou delegacias de polícia civil no Rio de Janeiro utilizem de maneira sistemática as informações que circulam nessas páginas e grupos no Facebook ou em outras mídias sociais. Apesar disso, sabemos que o uso é frequente, mas não há protocolos de uso nem mesmo avaliações que mensuram a eficácia desse tipo de expediente no policiamento. A possibilidade de que quaisquer cidadãos discutam e demandem ações das polícias em relação a crimes cometidos em seus bairros de moradia é uma novidade para boa parte das áreas fora do eixo central e da zona sul da cidade. E, como veremos no próximo capítulo, os moradores dos bairros do Rio de Janeiro produzem muita informação

⁷⁹ Para outras informações sobre as manifestações de 2013 ver: SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013; SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Aug. 2014.

⁸⁰ PM do Rio aposta em Whatsapp e Facebook para denúncias e lança manual para as redes. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706_pm_rio_face_jp>. Acesso em: 15 out. 2019.

sobre acontecimentos violentos e crimes ocorridos em sua vizinhança, e podem ser muita das vezes utilizados como termômetro dos acontecimentos diários e, principalmente, da sensação de segurança dos moradores.

Em análise de página sobre segurança pública de Porto Alegre, Schaeffer (2016) pontua que a grande maioria dos usuários que participavam desta página se expressavam com palavras positivas ao se referirem à Polícia Civil e à Brigada Militar⁸¹ do Rio Grande do Sul. Nessas redes sociais, predominam termos positivos em relação às forças policiais, e os negativos se concentram principalmente em histórias de crimes e violências ocorridas na cidade. Chama atenção também a forte presença de termos relacionados a religião como “Deus”, “Oração”, indicando que a fé religiosa está muito presente nas expressões relacionadas a violência urbana.

Em artigo que discute um caso de uma chacina ocorrida em Belém do Pará, Ferreira Júnior (2016) apresenta a forma pela qual novos atores nas redes sociais, se mobilizaram e discutiram o caso de violência ocorrido na periferia da cidade. Segundo Ferreira Júnior (2016):

Paralela e concomitantemente à chacina dos dias 4 e 5 de novembro, outro fenômeno, de ordem midiática, delineou-se, com particular ocorrência, nas mídias sociais, como Facebook, Twitter e WhatsApp, em descompasso com as mídias tradicionais, que não dispunham de informações sobre a chacina. Nas mídias sociais na internet, circularam informações de toda ordem, vindo supostamente da polícia, dos moradores e dos “bandidos”. Ficção e realidade se misturaram nas postagens. (FERREIRA JÚNIOR, 2016:156)

Como nos casos de violência ocorridos nas favelas do Rio de Janeiro, a chacina ocorrida em novembro de 2014 não recebeu atenção dos jornais de referência do Pará, mas sua história foi contada minuto a minuto pelos vários usuários de mídias sociais, entre policiais, criminosos, moradores e parentes de vítimas. Por meio dessas trocas comunicacionais o caso pôde ser contado, de diversos pontos de vista e perspectivas, por meio de atores que possivelmente não ganhariam espaço nas páginas dos jornais.

Analisando uma página no Facebook dedicada a temática da violência, Leon (2014) diz que o perfil das postagens é simples e superficial. O autor seleciona um caso reportado pela página, de um acidente de trabalho, situação em que não há um autor de crime, mas apenas uma vítima. Mesmo com a ausência do criminoso, aquele normalmente enquadrado como o “inimigo”, os usuários usaram a área de comentários para imputar na vítima a culpa pelo seu acidente:

⁸¹ Diferente dos outros estados, o Rio Grande do Sul não possui uma Polícia Militar, mas sim uma Brigada Militar.

Digitar a repulsa, manifestar o ódio pelas mídias sociais torna-se, de uma certa forma, uma libertação de amarras sobre determinadas condutas que, no mundo offline, poderiam ser interpretadas como autoritárias. É a violência estética das imagens e da discursividade narrativa que se conectam a uma violência simbólica da interatividade. (LEON, 2014:13)

Parte dessas páginas dão vazão a certos tipos de comportamentos baseados no ódio, na busca por justicamento, ou seja, “fazer justiça com as próprias mãos” e outras reações violentas. É muito comum, como dito anteriormente neste capítulo, que parte desses novos atores se dediquem a fomentar discursos de ódio, que podem se desdobrar em casos de linchamento e vigilantismo. Ao lidar com a violência e com o crime, essas páginas são espaço onde os indivíduos expressam seus medos e suas desesperanças com relação a sua segurança e a de seus próximos. É muito recorrente o discurso que desacredita o poder público como um agente capaz de solucionar os problemas de segurança pública, sendo preciso tomar atitudes e ações na busca de autoproteção.

2.3. Conclusão

Neste capítulo foram discutidas teorias que buscam analisar o impacto das mídias sociais e da internet como um todo na esfera pública, e, em última instância, na democracia. As preocupações de Sunstein (2017) com relação a polarização, câmaras de ressonância e difusão de informações falsas precisam ser cotejadas com algumas pesquisas empíricas que suavizam o papel dos algoritmos e das redes sociais na produção desses efeitos negativos.

Ao localizar na internet e nas redes sociais graves ameaças, Sunstein (2017) defende em algumas passagens que o jornal de referência seria superior e benéfico à democracia. Nas páginas do jornal, segundo o autor, os indivíduos se encontrariam com o inesperado e com fatos que não seriam do seu interesse. Esses encontros inesperados seriam benéficos para a democracia, na medida que contribuiriam para maior diversidade de assuntos na esfera pública. Nesse ponto é relevante retornar o ponto de Fraser (1992) ao chamar atenção para a construção do que é chamado “interesse público”, que deixou de fora dos debates públicos, por muito tempo, a violência doméstica. Neste sentido, Sunstein (2017) credita aos jornais de referência uma superioridade no que se refere a qualidade e diversidade da informação veiculada, mas que deixa de fora perspectivas sociais importantes e relevantes para o debate público.

Como veremos nos próximos capítulos, as páginas hiperlocais dedicadas aos acontecimentos diários de bairros, favelas e periferias do Rio de Janeiro foram causadores de mudanças profundas na esfera pública do estado. O jornalismo de referência por muitos anos tratou como de interesse público os acontecimentos e perspectivas de apenas um espaço limitado da cidade. Assim, parte da cidade que só se informava por meio dos jornais impressos de grande circulação possuía uma compreensão de cidade e de estado muito limitado e distante do que acontecia todos os dias nas periferias.

O aumento e o conseqüente barateamento da oferta de internet e de smartphones foi um fator que causou mudanças profundas no espaço público, no mercado de jornalismo e na vida cotidiana de cidadãos. Ao não se enxergar assuntos relevantes nos jornais, os cidadãos da periferia construíram seus veículos e suas formas de comunicação, adequada aos seus cotidianos e realidades. Não à toa hoje seja comum grupos de WhatsApp onde se reportam confrontos armados, como estratégia de proteção, páginas de Facebook onde se denuncia o descarte irregular de lixo, e contas no Twitter que divulgam ofertas de emprego em determinadas regiões.

Ao se tornarem cada vez mais relevante e eficiente, esses veículos das periferias impuseram ao jornalismo de referência certas pautas e enquadramentos que antes eram negligenciados ou tidos como assuntos fora do interesse público. Hoje em dia, jornalistas consomem diariamente essas páginas, fazem contato com moradores, publicam conteúdos veiculados nesses grupos, ou seja, são fonte indispensável para compreender o que acontece com a cidade e com o estado, seus dilemas e demandas.

Nos próximos capítulos iremos analisar uma das expressões dessas novas presenças no espaço público, que são as chamadas páginas hiperlocais. Sua produção e difusão de informações são um dos fatores que melhor explica as mudanças ocorridas na esfera pública em relação às demandas das periferias, suas perspectivas e sua agenda própria. Apesar de abordarem diversos assuntos, neste trabalho serão privilegiados os temas relacionados a crimes e violências. São conteúdos que estão presentes em todas as páginas, mobilizam e engajam número expressivo de usuários e fazem parte de um cotidiano que muitas das vezes impactam em todas as esferas da vida dessas pessoas. Procuraremos mostrar também como os usuários reagem aos conteúdos publicados pelas páginas, investigando suas formas de cooperação, seus sentimentos expressos no uso de determinadas palavras e seu engajamento.

3. PÁGINAS HIPERLOCAIS NO FACEBOOK E AS PERSPECTIVAS SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Nos capítulos anteriores, foram discutidas teorias da esfera pública e suas adaptações para o contexto de uma sociedade conectada. As páginas hiperlocais, como defendido anteriormente, promovem um alargamento do público pela inclusão de novas presenças e perspectivas sociais. Neste capítulo serão analisadas estas páginas, suas localizações geográficas, o engajamento dos seus “fãs” e os tipos de conteúdos que veiculam.

Esse estudo baseia-se na análise de 236 páginas de Facebook, que produzem informações sobre o contexto cotidiano de cidades e bairros do estado do Rio de Janeiro, promovendo não só informação hiperlocalizada, mas também, debates e discussões sobre os principais temas do dia-a-dia. São 120 as páginas dedicadas a contextos maiores, como cidades e mesmo regiões (Baixada Fluminense, por exemplo) e 116 páginas que focalizam bairros específicos, não só da cidade do Rio, mas também de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Para caracterizar as páginas em questão, foram extraídos todos os posts do ano de 2018 de cada uma das páginas, totalizando um total de 90.338 posts. As análises que se seguem envolvem uma série de técnicas e metodologias que podem soar muito confusas para o leitor não interessado em detalhes metodológicos. Por isso, neste capítulo, serão abordados aspectos metodológicos básicos para o entendimento dos resultados expostos. Detalhes dos procedimentos metodológicos adotados podem ser conferidos no anexo.

3.1. A vizinhança digital

Para compor o grupo de análise, buscamos por páginas do Facebook referentes aos bairros cariocas e aos outros municípios da RMRJ⁸², identificando quais encontravam-se ativas na

⁸² Diferente do que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, os outros municípios possuem um menor número de páginas dedicadas à bairros específicos, sendo mais costumeiro encontrar páginas dedicadas ao município como um todo. Isso se deve, a meu ver, aos custos relacionados a manutenção de uma página, barreira que proporciona a existência de páginas maiores dedicadas a um território maior, ao menor acesso a internet em municípios mais pobres.

época da pesquisa (dezembro de 2018), as que possuíam certo número de indivíduos inscritos, ou, como se denomina nesta rede social, as que possuíam certo número de “curtidas”, e também foram selecionadas as páginas com produção de conteúdo voltado a questões locais, excluindo assim páginas meramente comerciais, dedicadas a propagandas de estabelecimentos comerciais.

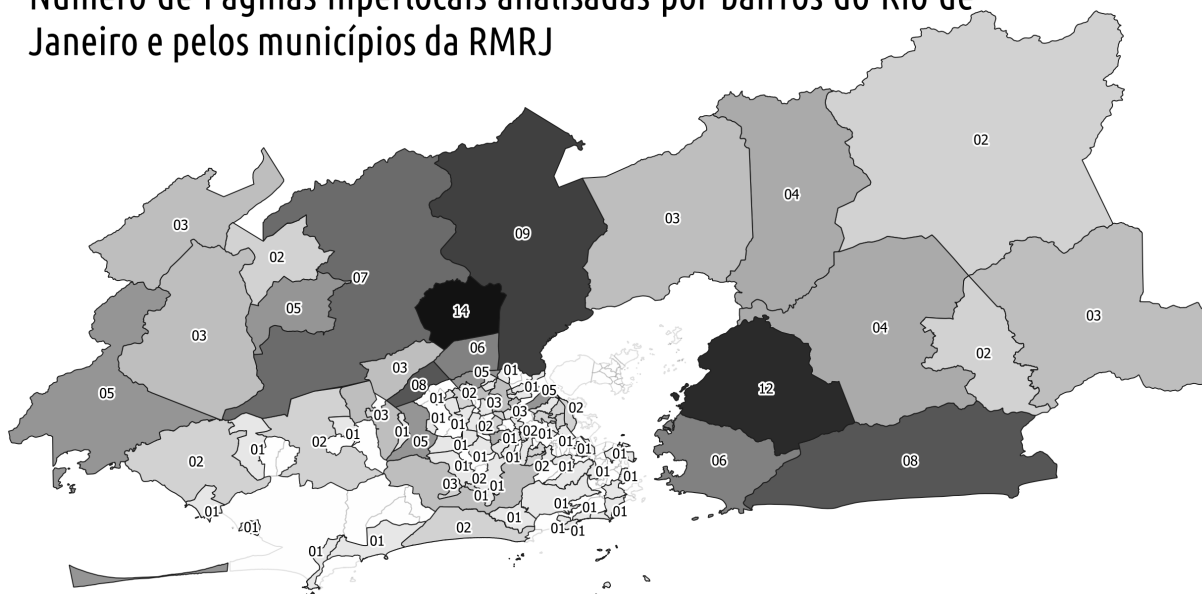
Dos 162 bairros⁸³ que compõem a cidade do Rio, 80 estão representados em 136 das páginas analisadas (alguns bairros possuem mais de uma página). Apesar da busca exaustiva para encontrar páginas referentes a todos os bairros da cidade, muitos deles não as possuíam ou não se encaixavam nos requisitos expostos anteriormente. Mesmo que o número de páginas esteja distante do número total de bairros, há boa representação em todas as zonas da cidade, captando assim as diferenças entre zona oeste, zona norte e outras. Além disso, 16 páginas que não possuem dedicação exclusiva a um bairro específico foram incluídas, sendo possível assim, comparar sua produção voltada à cidade como um todo com as páginas hiperlocais.

No caso dos municípios que compõem a RMRJ, todos possuem ao menos uma página dedicada a região na análise. Os casos mais expressivos são Belford Roxo (14) e São Gonçalo (12) e os municípios com menos páginas possuem ao menos duas. No mapa abaixo é possível observar a distribuição das páginas analisadas no território da RMRJ. Os municípios e bairros possuem cores mais escuras quanto maior for o número de páginas analisadas e mais claras quando o número for menor. É importante notar também as áreas em que não foram encontradas páginas, como a área das Vargens Grande e Pequena, área da Zona Oeste de expansão recente, bem como alguns bairros do centro do Rio de Janeiro e das outras Zonas da cidade.

⁸³ Fonte: <http://bit.ly/2UhpNZH> Acesso em 01 jan. 2019.

Figura 4 - Número de páginas hiperlocais analisadas por bairros do Rio de Janeiro e pelos municípios da RMRJ

Número de Páginas hiperlocais analisadas por bairros do Rio de Janeiro e pelos municípios da RMRJ



Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

3.2. Conteúdo, alcance e preferências

As páginas analisadas apresentaram um volume grande de atividade durante todo o ano de 2018. De janeiro a novembro, as páginas publicaram de 6 mil a 8 mil fotos, vídeos, links e outros conteúdos. Em dezembro, houve um pico de postagem, somando 17.292 posts naquele mês. Algumas hipóteses para essa diferença são a ação de páginas mais novas, criadas no meio do ano de 2018; também pode ser explicado por uma questão sazonal, uma vez que a temporada de férias e festividades pode proporcionar aumento dos assuntos; maior disponibilidade dos moderadores para publicarem conteúdos, e há também a possibilidade de “desaparecimentos” de postagens do Facebook, como relatado por Villegas (2016).

Figura 5 - Número de posts por mês (2018)

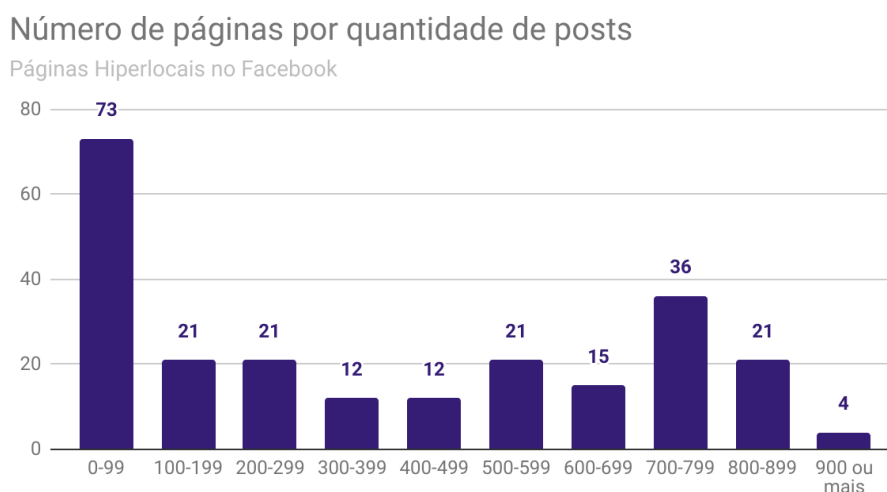


Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

As páginas possuem nível de atividades muito distintos, como pode ser visto no gráfico abaixo. O maior número de páginas (73) publicou entre 1 e 99 posts durante 2018, seguido das páginas que publicaram entre 700 e 800 posts (36). A mediana mensal foi de 6.314 posts. Como se vê, existe muita heterogeneidade entre as atividades das páginas, o que pode apontar para diferentes perfis: a página é mantida por um ou por um grupo de moderadores?; é aberta a postagens dos leitores?; os leitores se engajam com o conteúdo postado?; possui grupos no Facebook e WhatsApp onde recebem material a ser postado?; utilizam algum tipo de mecanismo automatizado? Como será visto, as páginas também possuem perfis diferentes relacionado ao seu conteúdo, o que parece ser um fator relevante para compreender essas diferenças em volume de postagens.

Figura 6 - Número de páginas por quantidade de posts

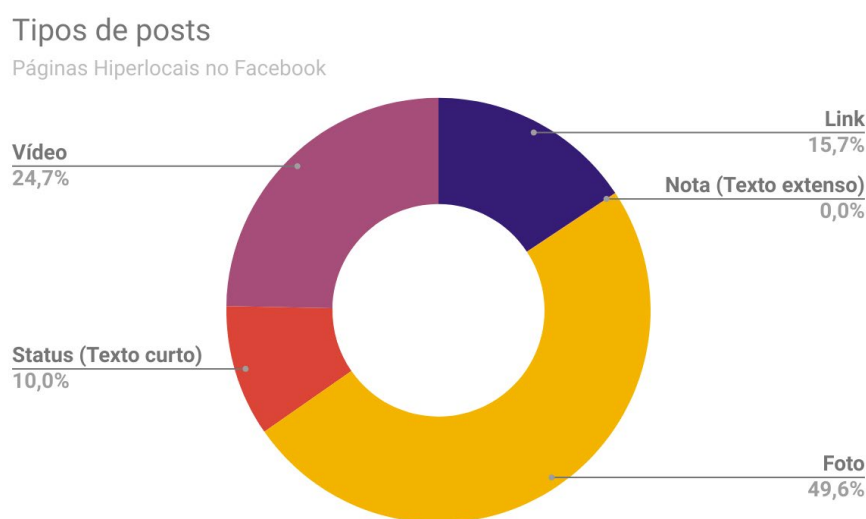


Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

As páginas hiperlocais são em sua grande maioria dedicadas ao conteúdo audiovisual. No gráfico seguinte, é possível analisar a proporção de cada tipo de postagem feita pelas páginas fluminenses. A maioria dos posts foram fotos (49,6%) seguido dos vídeos (24,7%). Impressiona o número relativamente baixo de links compartilhados (15,7%), normalmente matérias de jornais online, e os status (10%). Esses números vão ao encontro das pesquisas sobre jornalismo comunitário e/ou popular, focados principalmente na fotografia como forma de comunicação prioritária (BARBOSA, 2004).

Figura 7 - Tipos de posts



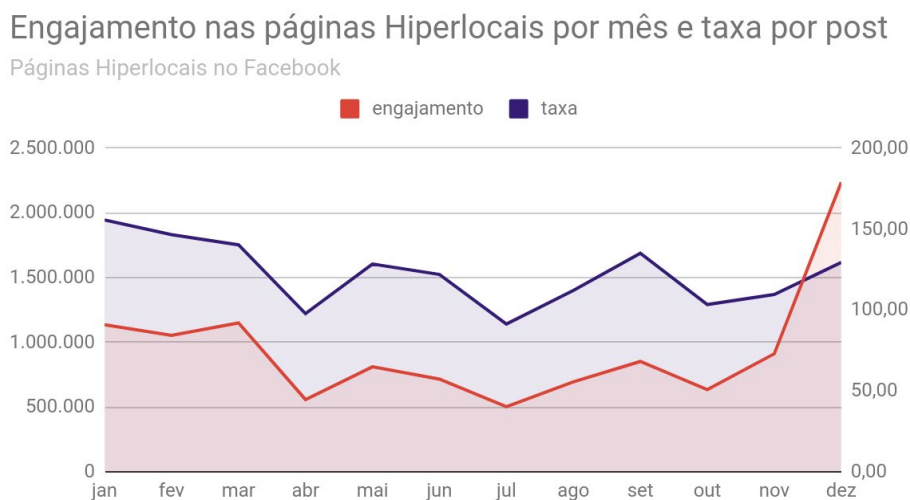
Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Uma das questões levantadas acima pode ser escrutinada com o gráfico abaixo. Um dos incentivos para que um moderador publique determinados conteúdos é o engajamento dos leitores o tipo de material. Ou seja, os leitores se interessam pelo que é postado? Se sim, o moderador se sentirá mais disposto a postar outros conteúdos semelhantes. O interesse (ou *engajamento*) é medido através das “curtidas” (*likes*), comentários e compartilhamentos dos posts. A métrica de *engajamento* será utilizada como uma forma de medir quais conteúdos mais atraem a atenção do leitor. A curtida é um sinal de que o leitor recebeu o conteúdo e se interessou por ele. Normalmente quer dizer que o leitor gostou do conteúdo, apesar de não haver consenso sobre isso (BONSÓN et al, 2015; CHO et al, 2014; PLETIKOSA CVIJKJ; MICHAHELLES, 2013; ABBRUZZESE, 2017). É diferente do comentário e do compartilhamento, ações em que o leitor se transforma em autor, uma vez que ele pode publicar sua visão do assunto, pode editar ou ressignificar o conteúdo postado na página etc. Essas duas

últimas medidas são importantes para se dimensionar o tipo de engajamento que essas páginas engendram, assunto do próximo capítulo.

Figura 8 - Engajamento nas páginas hiperlocais por mês e taxa por post

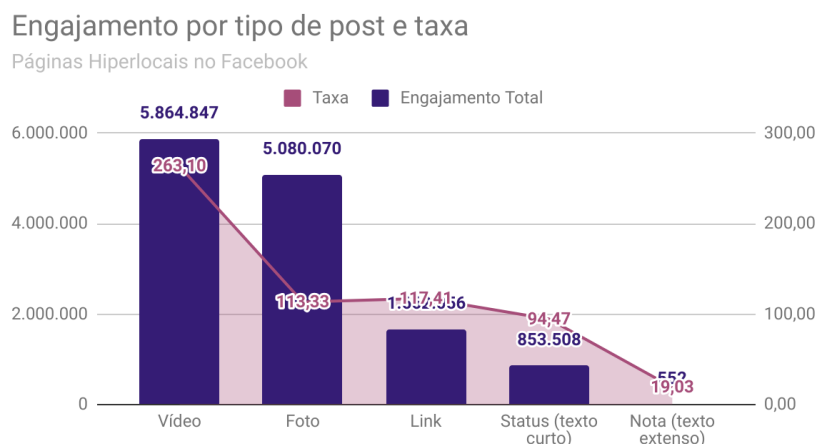


Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Durante a maior parte do ano, o *engajamento* com as postagens das páginas foi alto, somando mais de 500 mil *likes*, comentários e compartilhamentos a cada mês, culminando em dezembro, quando houve 2.235.910 engajamentos. Mas quando compara-se com o número de postagens através da taxa (*engajamento/posts*), vê-se que apesar de dezembro ter registrado o maior número de postagens e de engajamentos, a taxa não foi a maior do período. Enquanto em janeiro cada *post* conquistou em média 155,49 de engajamento, em dezembro esse número ficou em 129,30, demonstrando que o número de postagens não necessariamente se correlaciona com o engajamento do leitor.

Figura 9 - Engajamento por tipo de post e taxa



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

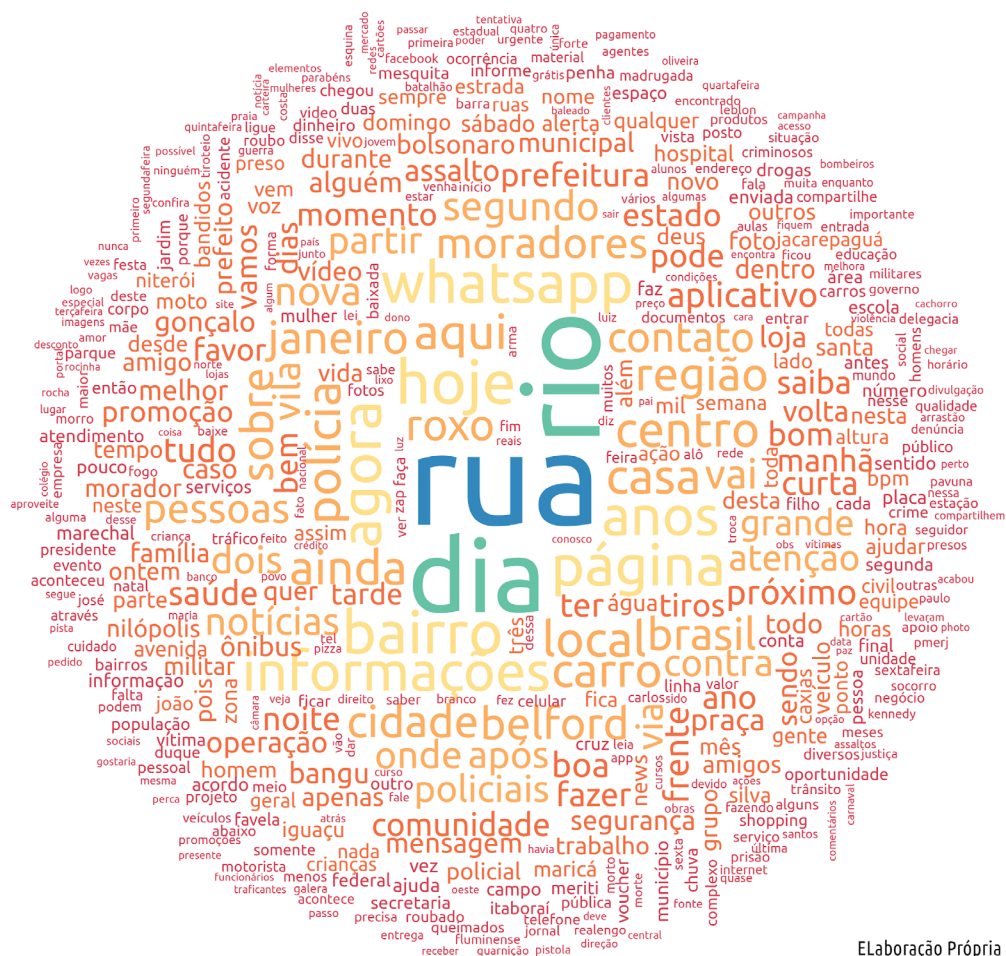
Como visto anteriormente, o conteúdo postado por essas páginas é principalmente visual: fotos e vídeos compõem 75% de todo o conteúdo veiculado em 2018. Quando analisados os dados referentes ao engajamento que cada tipo de conteúdo conquistou, vê-se que vídeos e fotos registraram engajamento maior do que os outros tipos de conteúdos. Contudo, quando calcula-se a taxa, ou seja, o número do engajamento dividido pelo número de postagens de cada um dos tipos, vê-se que apesar das fotos terem sucesso em números absolutos, elas conquistam menor taxa de engajamento do que os links postados. Esse dado é interessante uma vez que há um movimento de consolidação das plataformas de vídeo (Instagram Stories, YouTube, TikTok etc.) como as mídias mais populares, principalmente entre os mais jovens e nos mercados emergentes, como Brasil, Índia e China⁸⁴. Também aponta para a questão abordada por Young (2000), sobre os tipos de expressão dentro de uma deliberação. A imposição de uma deliberação com argumentos racionais, tal como formulado por Habermas (2014), impõe certo tipo de expressão que opera clivagens que distancia a deliberação de certos grupos. Compreender novas formas de expressão como legítimas dentro de uma deliberação é primordial para alargar a compreensão de público, tal como defendido por Young (2000), sendo as páginas hiperlocais um exemplo desse tipo de expressão que se impõe no debate público.

Analisados os números mais gerais das frequências dos posts e do *engajamento* dos usuários, parte-se agora para o conteúdo propriamente dito. A soma dos mais de 90 mil posts, analisados através da frequência de palavras utilizadas, ilustra alguns dos temas mobilizados por essas páginas. A figura abaixo é uma “nuvem de palavras”: cada palavra ganha um tamanho,

⁸⁴ “Teens, Social Media & Technology 2018”. Disponível em: <http://bit.ly/2ZmlVpb> Acesso em 21 abr. 2019.

uma cor e uma posição referente a frequência com que a mesma aparece nos textos. Quanto maior, mais ao centro e mais azul, maior é o número de vezes em que a palavra foi utilizada. Do outro lado, quanto menor, mais próximo do limite da figura e mais vermelho, menor é a presença de tal palavra no conteúdo.

Figura 10 - Nuvem de palavras de todos os posts



Elaboração Própria

Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

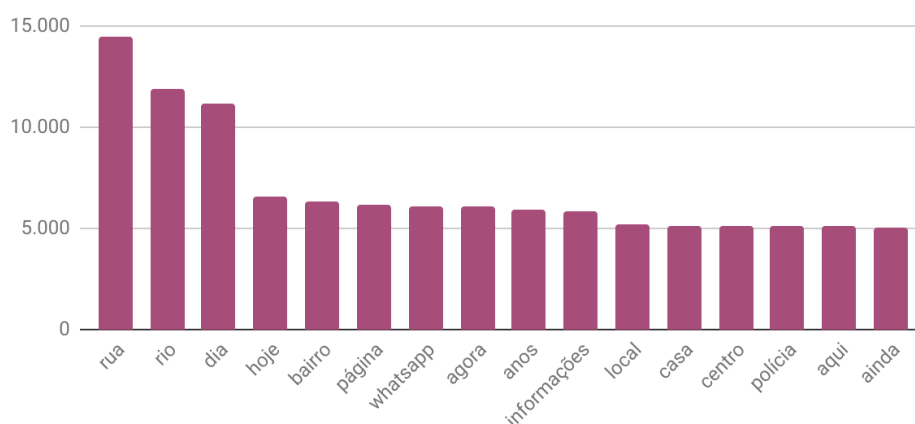
Pela análise da nuvem de palavras, pode-se constatar que três palavras se destacam: “Rua”, “Rio” e “Dia”. Não é à toa, as páginas hiperlocais se notabilizam pela produção sistemática de conteúdo local, diariamente, em diversos bairros do Rio de Janeiro e de outras cidades da RMRJ. Outras palavras utilizadas, como “informações”, “bairro”, “agora”, “local” confirmam o que se pode chamar de característica fundamental dessas páginas. Termos ligados a questão da violência e da segurança pública também se destacam, como “polícia”, “operação”,

“tráfico” e “assalto”. Na figura abaixo são apresentadas as 16 palavras mais utilizadas pela sua frequência no texto:

Figura 11 - As 10 palavras mais utilizadas

Palavras mais frequentes nos posts analisados

Páginas Hiperlocais no Facebook



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Com a análise da frequência de palavras é possível identificar alguns dos temas ou campos temáticos em que estão localizados os textos analisados. Para exemplificar, apresentaremos alguns dos posts com maior engajamento para que se possa ilustrar a forma pela qual esses temas presentes na nuvem de palavras se apresentam em unidades do corpo textual (*corpus*⁸⁵).

O *post* com maior *engajamento* foi um vídeo, publicado pela página “Alerta Botafogo”, somando 23.665 *likes*, 4.500 comentários e 100.534 compartilhamentos, e mostra a cena de um supermercado em que todos os funcionários param seus afazeres para cantarem juntos músicas natalinas, provocando surpresa dos clientes. O vídeo foi publicado no dia 14 de dezembro, bem próximo da época natalina, o que pode explicar o *engajamento*. O segundo *post* com maior *engajamento* é de autoria da página “Notícias de Belford Roxo”, e conta a história de uma grávida que foi baleada na cabeça, em janeiro de 2018, seu parto de emergência e o reencontro com o filho. A postagem teve 18.939 *likes*, 9.126 comentários e 4.685 compartilhamentos. O terceiro *post* é um vídeo mostrando a suposta ordem de um grupo de traficantes de Belford Roxo para que fossem retiradas propagandas eleitorais do, na época, candidato Jair Bolsonaro. No vídeo, um homem mostra um outro retirando um adesivo do candidato, sob alegação de que

⁸⁵ Corpus é o conjunto de textos que serve como base de análise.

o tráfico local havia ordenado a proibição de propaganda eleitoral de Jair Bolsonaro. O vídeo teve 16.599 *likes*, 10.453 comentários e 51.907 compartilhamentos.

Com os três exemplos é possível identificar certo perfil do que mais chama atenção e atrai o usuário da rede. Histórias de violência com gestantes ou crianças pequenas, causam comoção e identificação, ações comerciais que investem na carga emocional de determinado período (como no caso do natal), ações do tráfico e/ou milícias, que impõem mudanças no cotidiano dos moradores de uma região, todos esses exemplos podem ser vistos com certa regularidade nesse tipo de página do Facebook, mudando apenas alguns nomes, locais e datas.

3.3. Crime e Segurança Pública nas páginas do Facebook

Por conta do grande volume de dados analisados nesta tese (mais de 90 mil postagens), utilizamos uma série de algoritmos para identificar estruturas temáticas escondidas na coleção de textos. No caso deste estudo, foi utilizado o chamado *Topic Modelling*, normalmente traduzido como *Modelagem de Tópico*, que se utiliza de um algoritmo (*Structural Topic Model* ou sua sigla *STM*) para determinar os principais tópicos abordados pelo conjunto de textos⁸⁶. Em linhas gerais, a modelagem de tópico toma uma coleção de texto e descobre uma série de tópicos temáticos, normalmente apresentados em *clusters* de palavras⁸⁷. Cada documento pode apresentar mais de um tópico e o trabalho do algoritmo é identificar qual o principal tópico mobilizado por cada unidade analisada.

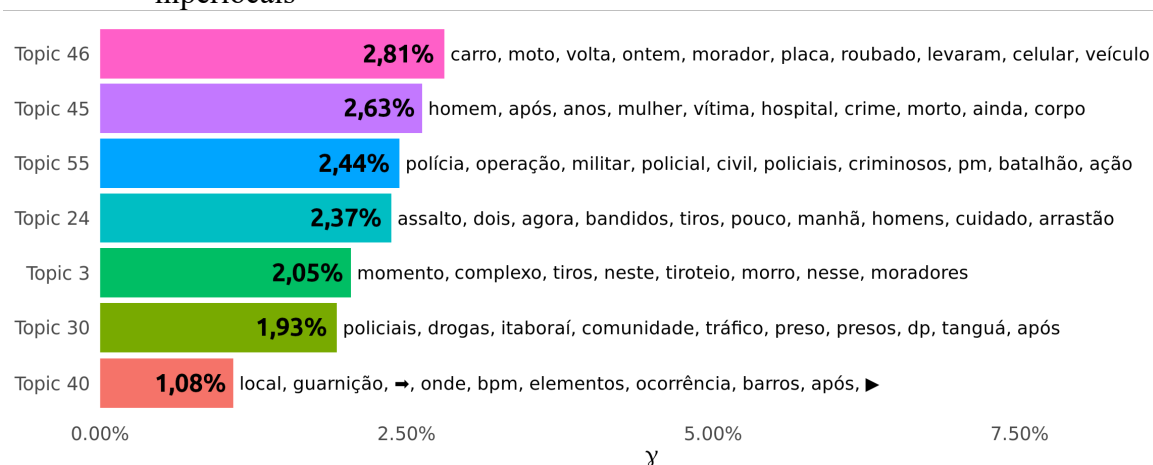
O volume de textos analisados foi classificado em 60 tópicos diferentes (as razões para a escolha do número de tópicos podem ser encontradas no anexo 1). Os assuntos são diversos, desde palavras e frases utilizadas para saudações padrão (como “fala morador!”), passando por denúncias e fiscalização de serviços públicos até temáticas relacionadas à assaltos, homicídios e outros crimes. Para determinar os assuntos mais presentes nas publicações, é preciso analisar as probabilidades “por-documento-por-tópico” (*per-document-per-topic probabilities*), que são apresentadas pela letra grega γ , ou “*gamma*”.

⁸⁶ Para mais detalhes sobre a metodologia, veja Apêndice A.

⁸⁷ Fonte: <http://miriamposner.com/blog/?p=1335>. Acesso em 01 abr. 2019.

Os tópicos com maior prevalência nos textos analisados foram o de número 49 e 38 e podem ser classificados como textos de “saudações”, tendo como palavras componentes “boa”, “favor”, “noite”, “tarde” etc. O terceiro tópico em proporção se dedica a divulgar promoções de estabelecimentos comerciais locais. O quinto tópico mais presente nos textos se dedica a relatos de crimes, com palavras como “ontem”, “morador”, “roubado”, “levaram”, “celular”. Esse tipo de relato/denúncia é mobilizado frequentemente nestas páginas, muitas das vezes com fotos e vídeos dos suspeitos de cometerem tais crimes, o que colabora para uma cultura de justiça (NUNES, 2017). Outros seis tópicos estão relacionados com questões sobre violência, crime e policiamento, e juntos eles compõem 15,3% dos textos analisados. Numa proporção aproximada, é como dizer que quase 14 mil postagens sobre crime e violência foram publicadas em 2018 nessas páginas. A seguir, o gráfico 7 apresenta os sete tópicos sobre crime, suas proporções dentro do conjunto de posts analisados e as principais palavras e termos mobilizados por eles:

Figura 12 - Os sete tópicos sobre violência e segurança pública nos posts das páginas hiperlocais



Nota: Dados extraídos do Facebook.

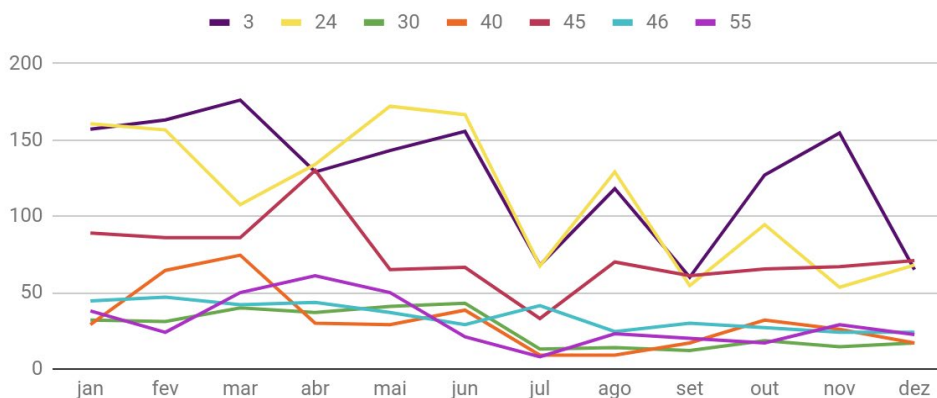
Fonte: O autor, 2019.

Como se pode ver rapidamente pelos exemplos de palavras, os seis tópicos abordam temas como roubo de carros e celulares, homicídios e feminicídios, operações e ações das polícias militar e civil, trocas de tiro, arrastões, ações de combate ao tráfico de drogas e notificações sobre ocorrências. Essas, de modo geral, podem ser lidas como as principais preocupações dos moderadores e, de forma lateral, dos leitores das páginas hiperlocais analisadas.

Figura 13 - Engajamento mensal nas páginas hiperlocais por tópicos

Média de engajamentos mensais nos posts dos tópicos selecionados

Páginas hiperlocais do Facebook (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Quando analisados os números de engajamento nas postagens onde cada um dos temas é mais presente⁸⁸, pode-se analisar o impacto de cada uma das temáticas em suas redes. Pode-se definir dois grupos de tópicos baseado no engajamento mensal registrado: os três tópicos com os mais altos valores foram 3, 24 e 45 ou, respectivamente, violência armada, roubos e crimes contra a vida; e registrando menor engajamento, o grupo formado pelos tópicos 40, 55, 46 e 30 ou, respectivamente, “boletins de ocorrência digitais” (o termo será retomado mais à frente), operações policiais, roubo de veículos e patrulhamento.

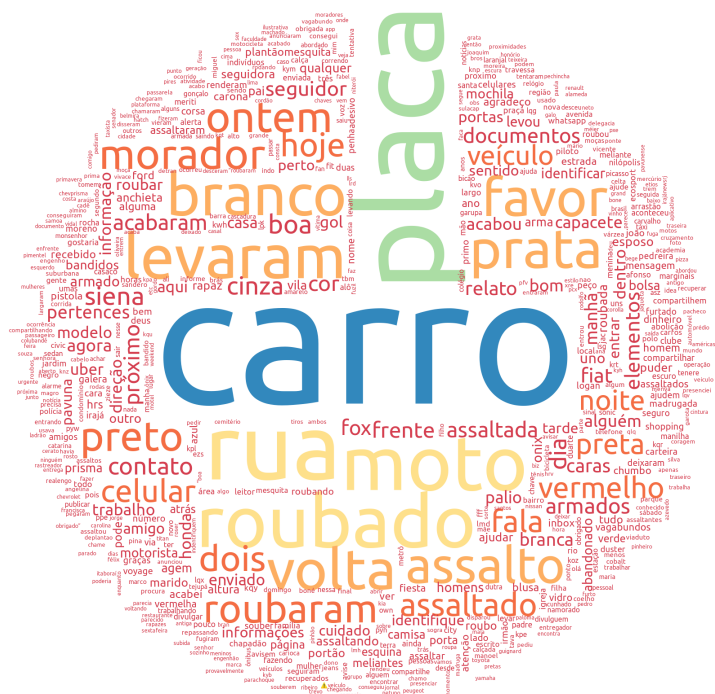
Cada um dos tópicos apresenta uma preocupação específica em relação às questões de segurança pública e violência urbana, que podem ser caracterizados pelas palavras mobilizadas e o seu contexto. A seguir, serão analisados cada um dos tópicos em termos das palavras mobilizadas e também apresentaremos posts para ilustrar melhor o tipo de conteúdo veiculado por essas páginas.

⁸⁸ Para realizar a análise, selecionou-se os mil posts com maiores valores de gamma para cada um dos tópicos analisados. Para mais detalhes, ver anexo 1.

3.3.1. Roubo de veículos

O tópico 46 pode ser definido como um conjunto de textos sobre roubos de veículos, tal como fica evidente nas palavras “carro” e “placa”, as mais frequentes, mas também “moto”, “roubado”, “assalto” etc. Esse tipo de crime é objeto de preocupação dos cidadãos comuns, uma vez que possuir um automóvel é cada vez mais comum no Rio de Janeiro.

Figura 14 - Nuvem de palavras - Tópico 46



Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

Segundo dados de 2017, o estado do Rio já contava com sete milhões de veículos, sendo quase cinco milhões os carros de passeio e mais de um milhão de motos⁸⁹. Números do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que em 2018 foram mais de 52 mil os veículos roubados e mais de 15 mil os furtados no estado do Rio, uma taxa de 969,8 veículos furtados e roubados para cada 100 mil da frota. Como comparação, o estado de São paulo possui uma frota de mais

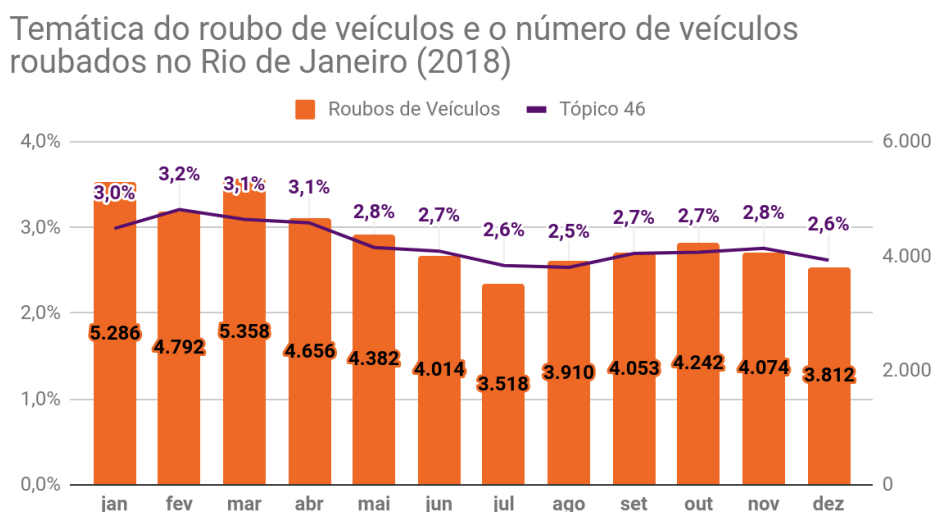
⁸⁹ Fonte: <http://www.detran.rj.gov.br/estatisticas/veiculos/02.asp> Acesso em 1 fev. 2019.

de 29 milhões de veículos⁹⁰ e 157.134 casos de furtos e roubos em 2018 (segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo), uma taxa de 538,8 veículos furtados ou roubados para cada 100 mil. Os dois estados estão no topo do ranking de registros de roubos de veículos no Brasil⁹¹.

Neste tópico, as páginas trazem relatos desde a descrição de casos de assaltos e roubos de veículos, até lista de placas de carros recuperados por policiais após operações. Também são encontradas fotos de veículos roubados ou recuperados, capturas de tela do aplicativo Sinesp Cidadão⁹², que possibilita a consulta de placas para verificar se as mesmas constam nos registros policiais como pertencentes a um veículo roubado ou furtado.

Quando analisados os números gamma do tópico 46 juntamente com os registros de roubos de veículos no Rio de Janeiro, verifica-se que os números apresentam comportamento semelhante com o tempo, registrando altas e baixas de forma concomitante. Apesar de haver correlação entre os valores, não se pode afirmar causalidade entre eles, uma vez que seria necessário controlar outras variáveis que podem influenciar no interesse das páginas hiperlocais em publicar esse tipo de conteúdo.

Figura 15 - Temática do roubo de veículos e o número de veículos roubados no Rio de Janeiro (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).
Fonte: O autor, 2019.

⁹⁰ Fonte: <http://bit.ly/2Uukpm7> Acesso em 1 fev. 2019.

⁹¹ Fonte: SINESP. Disponível em: <http://bit.ly/2Iyhvp2> Acesso em 1 fev. 2019.

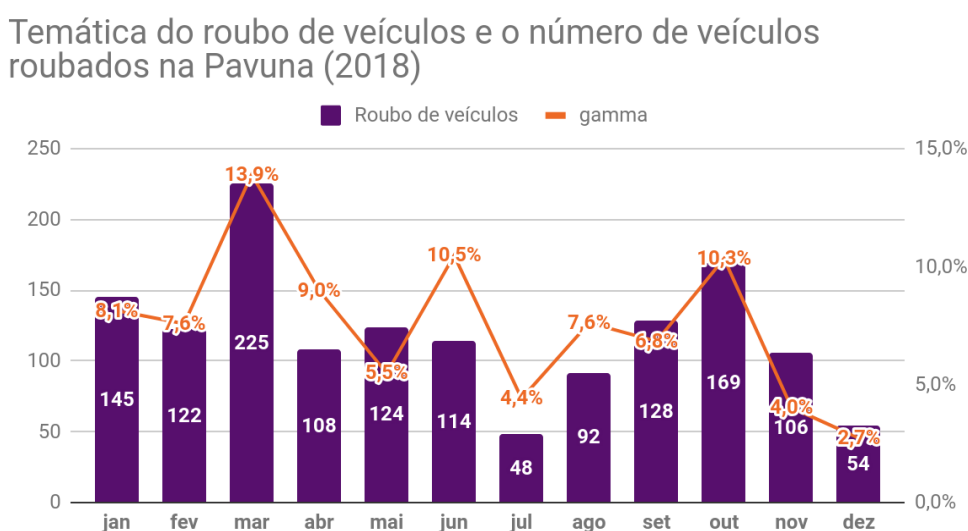
⁹² O aplicativo Sinesp Cidadão, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) pode ser baixado por qualquer celular com sistema Android ou iOS. Fonte: <http://bit.ly/2Z8oxGS> Acesso em 15 abr. 2019.

Esse é um dado relevante e contra intuitivo, uma vez que se tratamos as páginas hiperlocais como uma espécie de veículo de imprensa, ou como produtoras de conteúdo, o esperado seria um comportamento de “espelho invertido”, tal como definido por Rolim (2006). Se não um comportamento simetricamente contrário, um cenário onde os valores não encontrariam uma correlação forte entre si.

Quando analisamos o componente local da atenção das páginas hiperlocais em relação ao roubo de veículos, verificamos que os municípios de São Gonçalo, Itaboraí e São João de Meriti apresentaram os maiores valores médios de *gamma* para o tópico analisado. Quando analisados os números de registros de roubos de veículos anuais, vê-se que há correspondência entre os bairros que possuem maior atenção ao tópico 46 no Facebook. Rankeados os municípios, os cinco primeiros em valor de *gamma* estão entre as dez cidades com maiores registros dessa ocorrência.

No nível dos bairros, os principais em termos de atenção ao tema do roubo de veículos são, em ordem: Pavuna, Abolição, Vila da Penha, Irajá e Jacarepaguá. Chama atenção o fato de quase todos pertencerem à Zona Norte da cidade, à exceção de Jacarepaguá, bairro da Zona Oeste. O caso da Pavuna é interessante:

Figura 16 - Temática do roubo de veículos e o número de veículos roubados na Pavuna (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).
Fonte: O autor, 2019.

Da mesma forma que os números gerais, os valores referentes ao bairro da Pavuna apresentaram comportamento muito semelhante com o passar dos meses, registrando picos quase sempre sincronizados. Apesar de não podermos afirmar causalidade entre os valores de gamma registrados nas páginas hiperlocais do Facebook e os registros de ocorrência policial, o dado aponta para uma diferença substancial em relação ao valor-notícia. Como visto no capítulo 2, os valores-notícias guiam as redações dos jornais de referência no processo de selecionar e enquadrar os fatos da realidade. No caso das páginas hiperlocais, o interesse por reportar os casos cotidianos de veículos roubados e furtados é grande, casos que não encontram espaço na mídia tradicional, que se opta por publicar o “exótico”, aquele fato que rompe com a normalidade cotidiana.

Como dito anteriormente, o roubo de veículo tem se tornado uma preocupação do cidadão fluminense. É bom recordar os incentivos dados à aquisição de automóveis nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo mecanismo principal foram as reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos e a criação de linhas de créditos especiais para esse fim. O aumento da frota atrelado às altas taxas de roubos, que assistem a aumentos anuais desde 2011, são possíveis explicações para a grande atenção prestada pelas páginas hiperlocais ao assunto.

Gostaríamos de recuperar a crítica endereçada ao jornalismo popular em comparação ao jornalismo de referência. Segundo os críticos, o jornalismo popular seria menos interessado em grandes questões nacionais, racionais e de impacto “relevante” no cotidiano. O jornalismo popular se interessaria em pequenos fatos do dia-a-dia, em uma sucessão de eventos sem muita importância para além dos afetados por eles. Assim, retornando para as páginas hiperlocais, o interesse em reportar toda informação de roubo de carro, com detalhes básicos e objetivos, aproximaria este material produzido pelas páginas hiperlocais às críticas a que o jornalismo popular é imputado. É interessante comparar, por exemplo, com a incessante publicação das oscilações do dólar e euro, ou as valorizações e desvalorizações do barril de petróleo, que são produzidos de maneira frenética, minuto a minuto. Podem objetar: mas as oscilações de moedas estrangeiras e o preço do petróleo tem impactos grandes na sociedade como um todo, algo que não ocorre com os roubos de veículos.

Gabriel Feltran (2018) em sua análise da história do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que nasceu em São Paulo e que hoje possui braços em vários estados do Brasil e em outros países, lança luz a toda uma cadeia envolvida no roubo de veículos, que liga o pequeno assaltante que comete este crime a redes internacionais de tráfico de armas e drogas:

Mas o que acontece com um veículo quando roubado, ou mesmo quando apenas se diz que foi roubado, fraudando a seguradora? Esses veículos saem rapidamente da mão de quem os roubou ou furtou e se tornam mercadoria. Acionam de forma direta ou indireta, e essa diferença é importante, a rota que os leva a três grandes mercados: o de desmontagem para venda de autopeças, o de revenda de veículos usados e o de tráfico de drogas e armas. (FELTRAN, 2018:109)

O que ocorre nas periferias e favelas são vistos na maioria das vezes como um não-assunto, uma não-notícia, visão que possui um verniz de “objetividade” em termos como valor-notícia, noticiabilidade etc. Os acontecimentos diários ocorridos nas periferias são tão importantes para compreender o contexto do estado e do país quanto às oscilações do dólar ou do petróleo.

3.3.2. Os crimes contra a vida

O Rio de Janeiro é um dos estados com as maiores taxas da chamada letalidade violenta (homicídios, latrocínios, lesão corporal seguida de morte e mortes em decorrência de ação de agente do Estado) do Brasil. Em números absolutos, em 2017 foram 6.749 Mortes Violentas Intencionais (MVI) ocorridas no Rio de Janeiro, atrás apenas do estado da Bahia, que registrou 6.915 no mesmo ano. Em relação a taxa, o Rio de Janeiro registrou o número de 40,4 mortes por cem mil habitantes, 11º lugar no ranking de estados brasileiros com as maiores taxas de MVI. Em 2018 foram 6.714 mortes violentas, uma pequena redução em relação a 2017, mantendo ainda assim o Rio de Janeiro como um dos estados mais violentos do país. Neste ano, o estado estava sob Intervenção Federal na Segurança Pública, comandada por um general, e que, em relação às mortes violentas, não produziu efeitos relevantes⁹³.

O segundo tema mais mobilizado pelas páginas hiperlocais se refere aos crimes contra a vida, casos de homicídios, feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e encontro de cadáveres. A nuvem de palavras abaixo apresenta palavras relacionadas ao perfil da vítima (“anos”, “vítima”, “homem”, “jovem” etc.) com as maiores frequências, mobilizando também termos referentes ao local do crime (“casa”, “bairro”, nomes de bairros e outros locais etc.).

⁹³ Para uma análise do impacto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro ver: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>. Acesso em 20 fev 2020.

Figura 17 - Nuvem de palavras - Tópico 45



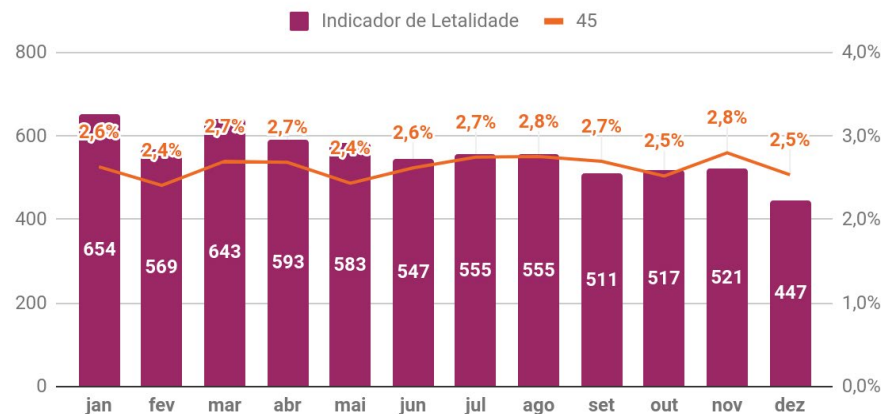
Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Os *posts* com esta temática normalmente contam casos de balas perdidas, crimes passionais ou assassinatos decorrentes de dinâmicas criminais, como disputas entre facções ou latrocínios. Durante o ano de 2018, os crimes englobados no indicador de letalidade violenta foram diminuindo mensalmente de forma quase uniforme, enquanto a atenção das páginas hiperlocais para a temática teve comportamento distinto:

Figura 18 - Temática dos crimes contra a vida e a Letalidade violenta no Rio de Janeiro (2018)

Temática dos crimes contra a vida e a Letalidade Violenta no Rio de Janeiro (2018)

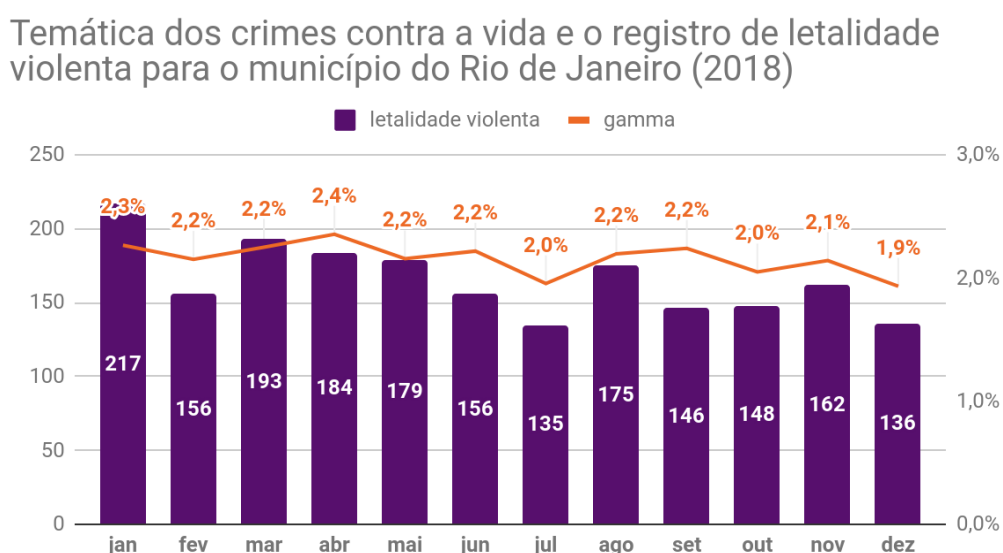


Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Fonte: O autor, 2019.

Diferente do ocorrido nos crimes relacionado a automóveis, a atenção das páginas hiperlocais não acompanhou a oscilação dos registros de letalidade violenta. No caso dos municípios, São Gonçalo, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados e Maricá apresentaram maior atenção ao tema dos crimes contra a vida, e a maioria também figura no topo dos municípios com maiores valores para letalidade violenta em 2018. Vale notar que também em 2018 o Atlas da Violência apontou Queimados como sendo a cidade brasileira mais violenta, com taxa de 134,9 mortes por cem mil habitantes⁹⁴. No caso da cidade do Rio de Janeiro, os valores analisados apresentaram comportamento um pouco mais próximo do que o registrado para a RMRJ como um todo.

Figura 19 - Temática dos crimes contra a vida e o registro de letalidade violenta para o município do Rio de Janeiro (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).
Fonte: O autor, 2019.

Os bairros, representados por suas páginas hiperlocais, que mais mobilizaram o tema dos crimes contra a vida foram, respectivamente: Realengo, Bangu, Santa Cruz, Campo Grande e Padre Miguel. Excetuando Padre Miguel, todos os outros bairros registraram números altos de casos de letalidade violenta.

O estado do Rio de Janeiro convive com um número grande de mortes violentas há anos. Essa realidade é composta por uma série de fatores que, aliados, produzem um contexto de violência e de altas taxas de mortes que poderiam ser evitadas. Não surpreende, assim como no

⁹⁴ Fonte: <https://glo.bo/2Zhd3AZ> Acesso em 1 fev. 2019

caso dos roubos de veículos, que as páginas mais preocupadas com o tema dos crimes contra a vida sejam justamente as que se dedicam a municípios e bairros com os maiores números de pessoas mortas violentamente. Mais uma vez, a teoria do “espelho invertido” e todas as outras análises da relação entre a mídia de referência e a violência, parecem inócuas para explicar a produção e circulação de informações por essas páginas.

Na pesquisa “Mídia e violência: dez anos depois”, Ramos, Paiva e Nunes (2016) fazem análise de conteúdo nos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. O tipo de evento mais reportado nos jornais são as ações policiais, acontecimentos que estão em terceiro lugar em proporção nas páginas hiperlocais, e em segundo lugar são os chamados “atos violentos”, dentro deles os homicídios. Alguns podem pontuar que os homicídios são os crimes mais graves de todos, e não à toa são reportados com destaque nos jornais. É importante notar que das matérias analisadas pelos pesquisadores, mais de 83% narrava acontecimentos do Rio de Janeiro, enquanto a Baixada Fluminense aparecia em apenas 5,5% das reportagens. Esta região acumula um terço de todos os homicídios ocorridos no estado do Rio, mas possui espaço residual na imprensa de referência. A gravidade do homicídio, que poderia colocá-lo no topo das preocupações da imprensa é ressignificado pelo local onde tal crime ocorreu.

3.3.3. Operações policiais

Uma das peculiaridades da segurança pública do Rio de Janeiro é a ocorrência diária de operações policiais, em sua maioria deflagradas pela Polícia Militar (RAMOS; PAIVA; NUNES, 2016), que consistem na entrada de favelas e bairros pobres de um número relativamente grande de agentes, muitas vezes com o uso de veículos blindados, tais como os chamados “caveirões” terrestres e, mais recentemente, os aéreos. Quase todas essas operações são realizadas com o objetivo de combater o tráfico de drogas local, sendo infrequente o cumprimento de mandados de prisão ou de busca e apreensão (HIRATA; GRILLO, 2019). Aos moradores dessas regiões-alvo, sobra o medo dos confrontos violentos e a certeza de que pouca coisa mudará em seu cotidiano por conta das operações realizadas pela polícia.

Essa peculiaridade fluminense e, mais especificamente, carioca pode ser explicada por diversos fatores. Assim como pontuado por Athayde e Soares (2005), os traficantes escolheram as favelas cariocas como local do varejo das drogas, em sua maioria, porque essas foram construídas em locais de difícil acesso, o que dificulta a ação do poder público no controle e

internacional da cocaína. Naquela época, o tráfico da droga trazia grandes dividendos, fomentando assim o tráfico local e as disputas de território para o comércio varejista.

O termo “guerra” é facilmente encontrado tanto nos discursos oficiais de governantes, passando pelas próprias forças policiais, grupos de traficantes e até mesmo o cidadão comum. A caracterização é de tal forma mobilizada que produz adesões quase imediatas, justificando em última análise ações violentas por parte do estado, não só com seu braço armado, mas também sob a forma de remoções e desalojamentos, tal como analisado por Nunes (2012). A ineficiência do poder público em dar solução ao contexto de violência que impera em parcelas do território da cidade promoveu a construção de uma “cultura do medo”, que, em última análise, promoveu o apartamento social “que redefiniu as relações dos cariocas com o território urbano e com seus concidadãos, alterando-lhes a sociabilidade” (LEITE, 2000).

Os municípios das páginas mais preocupadas com o tema das operações policiais foram São Gonçalo, Belford Roxo, Queimados, Tanguá e Nova Iguaçu. Belford Roxo foi o segundo município em número de operações monitoradas pelo Observatório da Intervenção⁹⁵ (iniciativa da sociedade civil que monitorou a Intervenção Federal), enquanto São Gonçalo esteve em 4º lugar no ranking. Os outros municípios tiveram menos operações monitoradas, ou nenhuma, como é o caso de Tanguá. Esse pequeno município de pouco mais de 30 mil habitantes⁹⁶, assistiu seu contexto tranquilo ser modificado por conta da migração de criminosos, dedicados principalmente ao roubo de cargas, da área de São Gonçalo para suas terras⁹⁷. Assim, em 2018, o município teve aumentos em quase todos os tipos de crime, dos contra a vida aos contra o patrimônio. Apesar disso, a região continuou esquecida e nenhuma ação estruturada foi desenvolvida no local para evitar a migração de criminosos ou para coibir a ação dos já estabelecidos na região. Nem mesmo a imprensa de referência se preocupou com o novo cenário de violência que se impôs à Tanguá.

No nível dos bairros cariocas, Rio Comprido, Jacarepaguá, Praça Seca, Bangu e Realengo foram os que tiveram maior atenção devotada por suas páginas para o tema das operações. O bairro da Praça Seca, palco de uma disputa acirrada entre milicianos e grupos do tráfico de drogas, teve oito operações policiais monitoradas pelo Observatório da Intervenção, a maior

⁹⁵ Para mais informações sobre o Observatório da Intervenção ver: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/>. Acesso em 20 fev. 2020.

⁹⁶ Fonte: IBGE. Brasil em síntese. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 abr. 2019.

⁹⁷ Para uma análise sobre os índices criminais de Tanguá durante a Intervenção Federal ver: https://drive.google.com/file/d/1MB8rshox_wecNNkvj4PKNGp8xipUSp9h/view. Acesso em 20 fev. 2020.

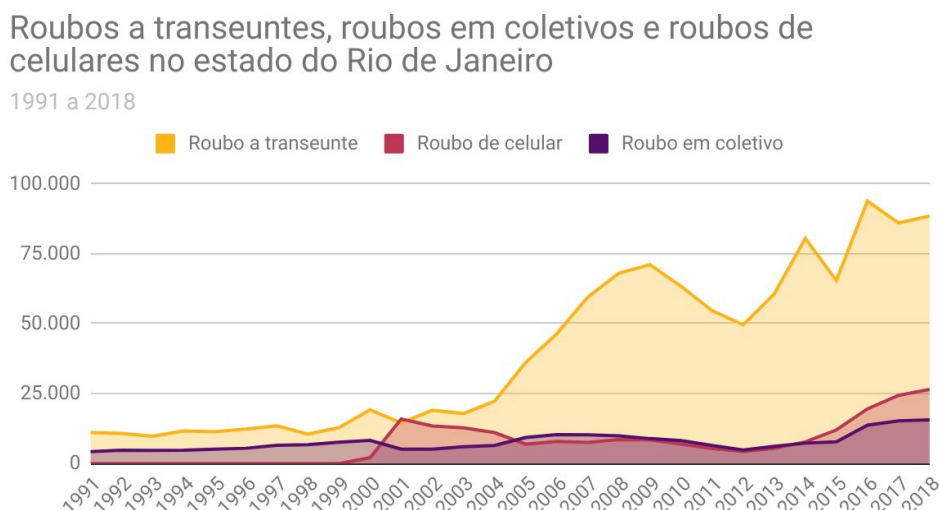
frequência registrada no mês e a segunda maior registrada no ano de 2018. Nesse mesmo mês, as páginas da região dedicaram quase 10% dos seus *posts* à temática das operações policiais.

As operações policiais fazem parte do cotidiano da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Os que sofrem com a violência desencadeada por essas ações têm suas rotinas desestruturadas e a suspensão de qualquer previsibilidade, não sendo possível saber se será possível sair de casa, ir ao trabalho ou escola, ser atendido pelo sistema de saúde local etc. Para os que não moram nessas regiões, os relatos das operações trazidos pela imprensa ou mesmo pelas páginas hiperlocais e outras mídias sociais, contribuem para atualização da “cultura do medo”, que modifica a experiência territorial do cidadão fluminense e sua solidariedade com seus concidadãos.

3.3.4. Roubos e arrastões

Em 2018, foram registrados mais de 130 mil roubos de rua⁹⁸ no estado do Rio de Janeiro. Os crimes que compõem o indicador explodiram nos últimos anos e o patamar alcançado em 2018 foi o maior da série histórica, que compreende registros desde 1991:

Figura 21 - Roubos a transeuntes, roubos em coletivos e roubos de celulares no estado do Rio de Janeiro.

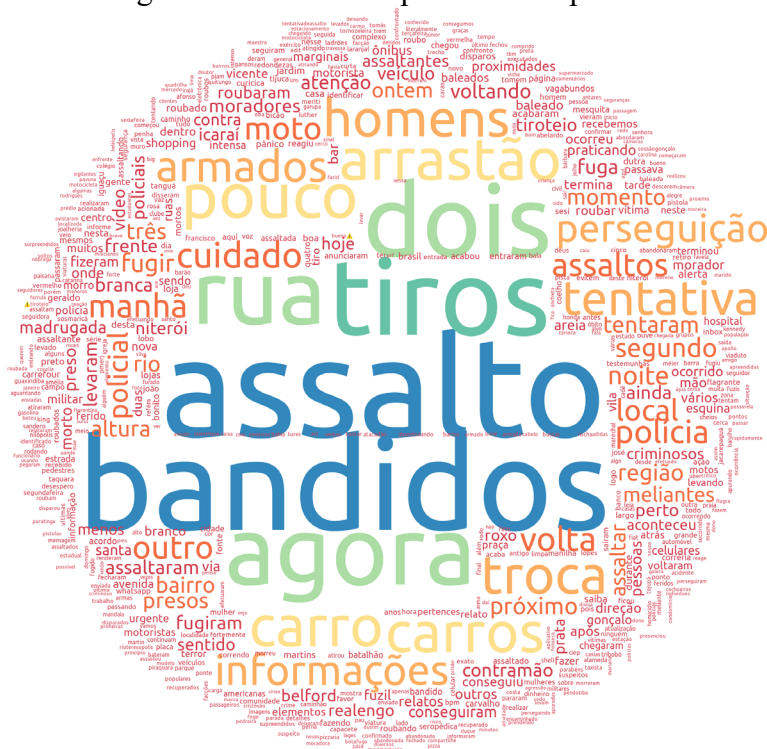


Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).
Fonte: O autor, 2019.

⁹⁸ Somatório de incidências de roubo a transeunte, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular.

Apesar dos roubos de celulares só começarem a ser registrados em título próprio pelo ISP a partir do ano 2000, essa mudança não explica o aumento explosivo nos registros, principalmente a partir do ano de 2005. Desde 2006 os roubos de rua permanecem acima do patamar de 60 mil por ano, a exceção do ano de 2012, ano este que registrou reduções em quase todos os títulos criminais. Boa parte dessas reduções se explicam pelo programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), cujo início data de 2008 e por anos foi responsável pela redução de crimes e conflitos na cidade (BORGES; RIBEIRO; CANO, 2012).

Figura 22 - Nuvem de palavras - Tópico 24



Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

Na nuvem de palavras é possível ver as palavras “bandidos”, “assalto”, “tiros”, “dois”, “agora” e “rua” em destaque, apontando para dinâmicas conhecidas, sendo algumas delas parte do cotidiano popular, por assim dizer. É o caso de “dois homens em uma moto”, dinâmica de roubo que virou piada e memes:

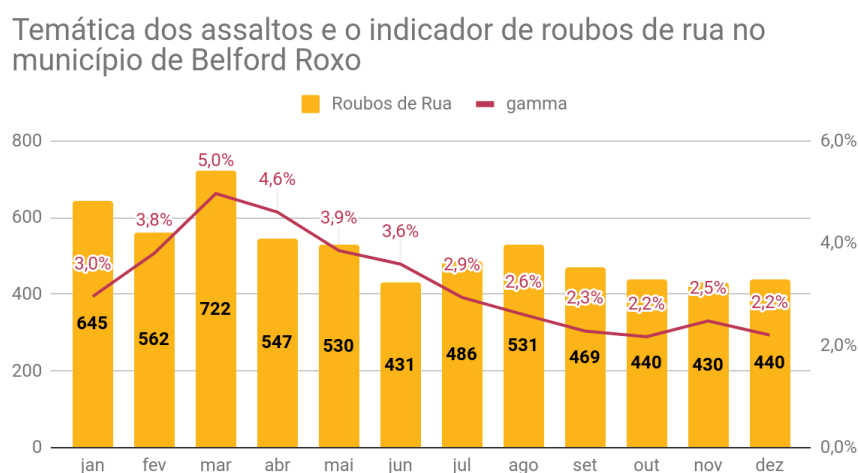
Figura 23 - Meme postado em página hiperlocal



Fonte: Facebook, 2019

Os municípios em que esta preocupação foi mais presente, segundo as páginas hiperlocais, foram São Gonçalo, Belford Roxo, Niterói, Nilópolis e Itaboraí. No caso do município de Belford Roxo, foi encontrado comportamento semelhante ao que já foi apresentado nas seções anteriores: o gamma das páginas hiperlocais oscilando de maneira semelhante aos registros policiais.

Figura 24 - Temática dos assaltos e o indicador de roubos de rua no município de Belford Roxo



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Instituto de Segurança Pública (ISP).
Fonte: O autor, 2019.

No caso dos bairros do município do Rio, os cinco que registraram maior atenção a temática dos assaltos foram Vila da Penha, Pavuna, Irajá, Jacarepaguá e Cascadura. Novamente, a Zona Norte aparece em destaque, seguida da Zona Oeste. Porém, os bairros que mais registraram esse tipo de ocorrência em 2018 foram o Centro da Cidade, seguido de Bangu e Campo Grande, além de Tijuca e Barra da Tijuca.

É importante pontuar que o medo de assaltos é um sentimento compartilhado por boa parte dos cariocas, sem diferenças significativas entre as áreas da cidade (mesmo que a incidência desse tipo de crime seja localizada em certos locais). Segundo pesquisa de vitimização realizada no início de 2018, cerca de 89% dos cariocas disseram ter medo de terem objetos pessoais de valor roubados⁹⁹.

Com este, são dois tópicos entre os mais mobilizados pelas páginas hiperlocais que apontam uma preocupação com crimes envolvendo patrimônio. Essa é uma das preocupações que encontram pouco espaço na cobertura da mídia impressa: dados reunidos por Ramos, Paiva e Nunes (2016) mostram que roubos e furtos, somados, compõem 22% das matérias analisadas, enquanto que nas páginas hiperlocais a atenção a esses crimes está no topo dos temas mobilizados pelas postagens, figurando entre os quatro primeiros tópicos em proporção.

3.3.5. Tiroteios e disparos de armas de fogo

O Rio de Janeiro, especialmente a cidade, convive com uma realidade que não encontra similar em outro local no Brasil: o alto nível de violência armada vivenciada cotidianamente. São diversos os registros de disparos e trocas de tiro em várias áreas da cidade, sendo possível dizer que boa parte da população já escutou o estampido de um disparo de arma de fogo. A violência armada, mesmo quando não vítima, causa transtornos aos atingidos, suspendendo boa parte das atividades dos moradores, além de contribuir para o sentimento de insegurança da população. Em pesquisa de opinião realizada com os cariocas, 92% disseram ter medo de se ver em meio a um fogo cruzado entre policiais e criminosos e cerca de 30% dos entrevistados disseram já ter experienciado este medo pessoalmente¹⁰⁰. Apesar do papel central que a violência armada possui para os fluminenses, o poder público não monitora esses números.

Buscando suprir a ausência de informação qualificada sobre os disparos e tiroteios registrados no Rio de Janeiro, foi criada pela sociedade civil uma iniciativa de monitoramento. O “Fogo Cruzado” se define como um “laboratório de dados, uma plataforma digital

⁹⁹ Rio sob Intervenção. Disponível em: <http://bit.ly/2ZpBRqB> Acesso em 21 abr. 2019

¹⁰⁰ Idem.

colaborativa que registra a incidência de violência armada”¹⁰¹, ou seja, seu funcionamento se baseia nos conceitos de “*crowdsourcing*”, “*data activism*” e “*crisis mapping*” mobilizados por Gutierrez (2018) e abordados no capítulo dois. Além de monitorar, o “Fogo Cruzado” divulga relatórios mensais sobre a violência armada na RMRJ e outros relatórios temáticos, como a análise dos números para o período de intervenção federal na segurança pública do Rio¹⁰² e o estudo sobre violência armada nas proximidades de escolas¹⁰³.

Figura 25 - Nuvem de palavras - Tópico 3



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Pela nuvem de palavras gerada pelos posts das páginas hiperlocais relativos ao tópico 3, vê-se pelo menos duas dinâmicas relacionadas com a temática da violência armada. A primeira e mais frequente é o relato dos tiroteios e disparos em certas regiões. Muita das vezes, as páginas hiperlocais acabam compartilhando os avisos publicados pelo “Fogo Cruzado” ou pelo “Onde

¹⁰¹ Fonte: <https://fogocruzado.org.br/sobre/>. Acesso em 18 abr. 2019.

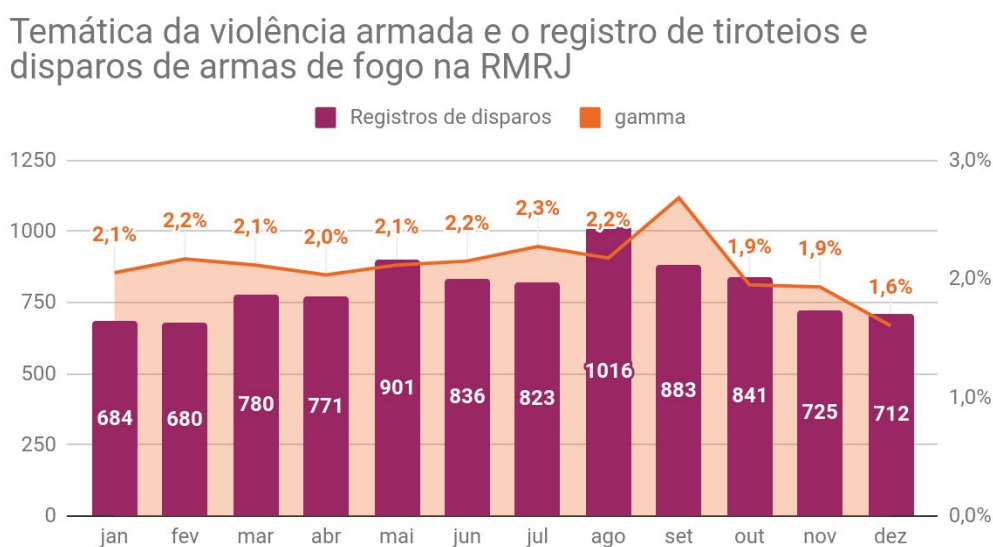
¹⁰² Fonte: <http://bit.ly/2Gxafsk> Acesso em 18 abr. 2019.

¹⁰³ Fonte: <http://bit.ly/2GuJKDJ> Acesso em 18 abr. 2019.

Tem Tiroteio”¹⁰⁴ em suas páginas. A principal função desse tipo de “alerta” é definido pela expressão corriqueira “evite a região”, palavras que também aparecem em destaque na figura 25. A segunda dinâmica se refere ao contexto posterior ao caso de violência armada, quando as páginas divulgam os resultados das trocas de tiro e disparos, que normalmente deixam crianças sem aulas e impedem o funcionamento de outros serviços públicos. Para essa dinâmica é possível destacar as palavras “centenas” e “estudantes” que expressa um cenário comum para os alunos das redes pública e particular do Rio de Janeiro.

As cidades em que essa temática esteve mais presente nas páginas hiperlocais foram Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Belford Roxo e São João de Meriti, principais locais em registros de tiroteios monitorados pelo Fogo Cruzado:

Figura 26 - Temática da violência armada e o registro de tiroteios e disparos de armas de fogo na RMRJ



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Fogo Cruzado.
Fonte: O autor, 2019.

É interessante notar que nesse caso, os picos de atenção e registro de disparos quase coincidem, localizando-se em setembro e agosto, respectivamente. Ou seja, os registros de disparos coletados no mês de agosto foi seguido de uma atenção maior das páginas da RMRJ à temática. Na semana de 13 a 19 de setembro de 2018, a RMRJ registrou 254 tiroteios e disparos de armas de fogo, 31% do total do mês (830). Os bairros das páginas que mais publicaram sobre

¹⁰⁴ O Onde Tem Tiroteio (OTT) é outra iniciativa da sociedade civil de monitoramento da violência armada, aliado ao sistema de alertas para os usuários tanto do seu aplicativo próprio quanto os que participam de seus grupos no WhatsApp e Telegram.

violência armada em setembro foram Vicente de Carvalho, Complexo do Alemão e Vila Kennedy. Abaixo, é possível ver os relatos sobre os tiroteios naquela semana, nas três áreas atingidas. Esses exemplos são boas ilustrações do tipo de comunicação das páginas hiperlocais com seus usuários: alertam sobre a insegurança do contexto, pontuando os locais mais inseguros; e ainda convocam os moradores a darem mais informações sobre os casos. Esse tipo de relação entre página e usuário será melhor analisado no próximo capítulo:

Está acontecendo uns dos piores episódio do mês. Um terrível tiroteio sem espaçamento de tempo...

Moradores que estiverem fora da comunidade, não volte. Os que estão não sair de casa.

Oremos pela nossa comunidade...

(Vicente de Carvalho da Depressão, Vicente de Carvalho, 14 set. 2018)

14h10- #TIROS - Complexo do Alemão.

Tenham cuidado na área das Casinhas, Canitar, Relicario e Fazendinha. O blindado está rodando pela favela e há confrontos acontecendo em alguns pontos.

Não deixem as crianças na rua, infelizmente o final de semana não está para lazer! 😞😡

COMO ESTÁ SUA ÁREA???????

(Coletivo Papo Reto, Complexo do Alemão, 15 set. 2018)

2 CAVEIRÕES rodando na Vila Kennedy.

00:10hrs- Tiros neste momento em varias partes da Comunidade, o clima que era de aparente tranquilidade, se transformou em um novo campo de guerra.

Agora a pouco chegaram na Vila Kennedy, 2 Caveirões e Policiais da BOPE, juntamente com a chegada dos policiais, os tiros iniciaram intensamente.

(VOZ da Vila Kennedy, Vila Kennedy, 18 set. 2018)

Como dito acima, os bairros que mais registraram preocupação com o assunto foram o Complexo do Alemão, Acari, Rio Comprido, Vila Kennedy e Maré. Interessante que no assunto diretamente ligado a temática da violência armada, saem os bairros da Zona Norte do Rio e figuram agora os bairros em que se localizam favelas e complexos mais conhecidos e também os que mais sofrem com a insegurança e a violência armada. Vila Kennedy, que registrou 368 disparos de arma de fogo em 2018, bairro com mais registros, foi considerado como o “laboratório da intervenção” federal no Rio de Janeiro. O bairro da Zona Norte do Rio recebeu diversas operações das Forças Armadas logo no início da intervenção federal, nos meses de fevereiro e março de 2018. As ações envolviam patrulhamento e retirada de barricadas, barreiras construídas pelo tráfico para evitar ou controlar a circulação de veículos. O que melhor sintetizou a ação do Exército na Vila Kennedy foram as retiradas das barricadas pela manhã e sua recolocação pelo tráfico durante a noite, mostrando que as ações das forças de segurança estavam sendo inócuas em produzir uma mudança no contexto local.

Gostaríamos de ressaltar mais uma vez a importância deste tipo de relato para a compreensão não só da realidade em que estão submetidas as favelas e periferias do Rio de

Janeiro, mas também a cidade e a região metropolitana como um todo. Em primeiro lugar, não se pode minimizar a relevância que esses relatos possuem na construção de estratégias de proteção pessoal e de familiares e amigos, uma vez que dinâmicas de balas-perdidas são, infelizmente, comuns: em 2018, 225 pessoas foram atingidas por balas perdidas na RMRJ¹⁰⁵. Em segundo lugar, o registro de trocas de tiros apontam para a geografia do crime, a forma pela qual o território é disputado e controlado por facções do tráfico de drogas e grupos de milicianos e como as forças policiais operam em cada um desses espaços: há preponderância de tiroteios entre grupos criminais e as policiais em áreas dominadas pelo tráfico, em detrimento de regiões sob o domínio de milícias¹⁰⁶. Por fim, a vivência intensa em meio à violência armada tem impacto em uma série de serviços públicos e direitos básicos, como escolas: dados geolocalizados mostraram que as escolas que possuem alta taxa de violência armada em seus arredores registraram notas inferiores na prova Brasil em comparação com escolas que não vivenciam esse tipo de violência¹⁰⁷. Todas essas dimensões da violência armada ajudam na compreensão da realidade do Rio de Janeiro, no nível tanto individual em relação aos que moram nas periferias, quanto em dinâmicas maiores e mais estruturais.

3.3.6. Patrulhamento e pequenas operações

No tópico “Operações policiais” foram reunidas postagens relativas a grandes operações policiais que mobilizam muitas vezes centenas de agentes, veículos e armamentos. Além dessas operações, outro tipo de ação policial se desenrola cotidianamente nos bairros fluminenses, mas nem sempre ganha atenção do público mais amplo. É o que será chamado de ações de “patrulhamento” ou “pequenas operações”, que se definem como ações desenvolvidas pelos batalhões locais, mobilizando poucos agentes e sem contar com veículos blindados.

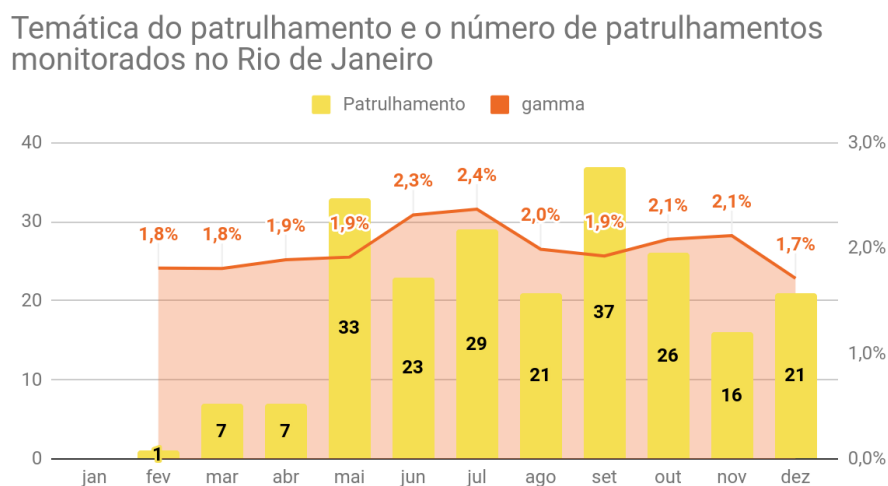
¹⁰⁵ Fonte: <https://fogocruzado.org.br/regiao-metropolitana-do-rio-registrou-quase-10-mil-tiros-em-2018/>. Acesso em 20 fev. 2020.

¹⁰⁶ Fonte: <https://bit.ly/2yWhNDZ> Acesso em 20 fev. 2020.

¹⁰⁷ Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1FvcNTZhWhJb-xNMjC3fEuP6sroUZOW5s/view>. Acesso em 20 fev. 2020.

Durante a intervenção federal, o Observatório da Intervenção monitorou 221 ações de patrulhamento no estado do Rio de Janeiro, sendo os meses de maio e setembro os que registraram os maiores números:

Figura 27 - Temática do patrulhamento e o número de patrulhamentos monitorados no Rio de Janeiro.



Nota: Dados extraídos do Facebook e do Observatório da Intervenção.
Fonte: O autor, 2019.

Quando analisada a nuvem de palavras gerada com o texto das postagens das páginas hiperlocais sobre o assunto, vê-se que as palavras “policiais”, “comunidade”, “drogas” e “bpm” se destacam, palavras-chave para a definição dessas ações.

Figura 28 - Nuvem de palavras - Tópico 30



Nota: Dados extraídos do Facebook
 Fonte: O autor, 2019.

Grande parte das atividades ostensivas desenvolvidas pelos batalhões de polícia militar no Rio de Janeiro são voltadas ao combate ao tráfico de drogas local. A chamada “guerra às drogas” consome boa parte do tempo e do efetivo da polícia militar, que desenvolve ações para coibir o comércio varejista das drogas, o pequeno traficante nas favelas do Rio. Esse investimento focado no combate ao tráfico ostensivo e varejista contribui para a reprodução dos estereótipos relativos ao “traficante”, como também colabora para a reprodução do perfil dos que morrem por homicídio¹⁰⁸ e dos que são encarcerados no Brasil¹⁰⁹: jovens, negros, moradores das periferias brasileiras.

Assim como no caso das operações policiais, a temática do patrulhamento também é mobilizado fortemente pelas páginas de perfil mais geral, que não possuem um bairro específico, mas se dedicam a noticiar casos de municípios ou mesmo do estado como um todo. É o caso do *post* abaixo, publicado pela página “Baixada ao vivo Rj” (dedicada a região da

¹⁰⁸ Atlas da Violência 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2UMWRZv> Acesso em 21 abr. 2019.

¹⁰⁹ Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização 2016 - Junho de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2UPOHQn> Acesso em 21 abr. 2019.

Baixada Fluminense), noticiando a apreensão de armas e drogas por policiais do 7º Batalhão (São Gonçalo) na área do Complexo da Mangueirinha, em Duque de Caxias:

Figura 29 - Postagem da página “Baixada ao vivo Rj”



Fonte: Página do Facebook “Baixada ao vivo Rj”, 23 nov. 2018.

As postagens sobre patrulhamento podem ser caracterizadas por três elementos básicos: normalmente são textos padrões, muitas das vezes copiados das páginas oficiais da polícia militar (vê-se pelo uso frequente de *hashtags* como “#PMERJ” e “#ServireProteger”, sendo a última a missão da PMERJ, muito utilizada em suas redes sociais); fotografias de policiais que realizaram a apreensão (frequentemente com seus rostos escondidos, como no exemplo acima); e o material apreendido. Esse tipo de produção das páginas hiperlocais funciona como uma espécie de apêndice da comunicação oficial dos batalhões da polícia militar e mesmo os canais oficiais da corporação. Essa forma de veicular esse tipo de conteúdo, rígida e frequente, talvez explique o baixo engajamento dos usuários com esse tipo de postagem.

Neste tópico, as informações vindas de policiais e canais da PMERJ são as principais fontes, seguindo o padrão do jornalismo de referência (RAMOS; PAIVA; NUNES, 2016; RAMOS; PAIVA, 2005). O destaque são os comentários que muita das vezes agregam novas informações e outras faces do mesmo evento, algo que ocorre de forma minoritária no

jornalismo de referência: 59,4% das matérias analisadas possuíam nenhuma ou apenas uma fonte, na maioria das vezes, a polícia (RAMOS; PAIVA; NUNES, 2016).

3.3.7. Boletins de Ocorrência Digitais

Os policiais também fazem parte dessas redes. Eles se envolvem em discussões, criam grupos, fomentam discussões, da mesma forma que outros grupos profissionais. Na verdade, a atuação de policiais na internet, na construção de uma narrativa e estética próprias vem desde a era dos blogs (RAMOS; PAIVA, 2009), época de expansão da internet no Brasil. Anos depois, os agentes não ficaram alheios às mudanças tecnológicas, tendo criado redes extensas e bem articuladas. Pode-se dizer que o smartphone, assim como transformou vários aspectos da vida cotidiana de todos cidadãos, também provocou profundas modificações na polícia e em suas ações. Muitas companhias destacadas e até mesmo batalhões utilizam o WhatsApp como ferramenta principal de comunicação¹¹⁰ entre os grupamentos e seus superiores ; as páginas de batalhões no Facebook para recolher críticas, sugestões e informações dos moradores da região e uma série de outros usos (comentamos alguns estudos que abordaram o uso das redes sociais pelas policiais no capítulo dois).

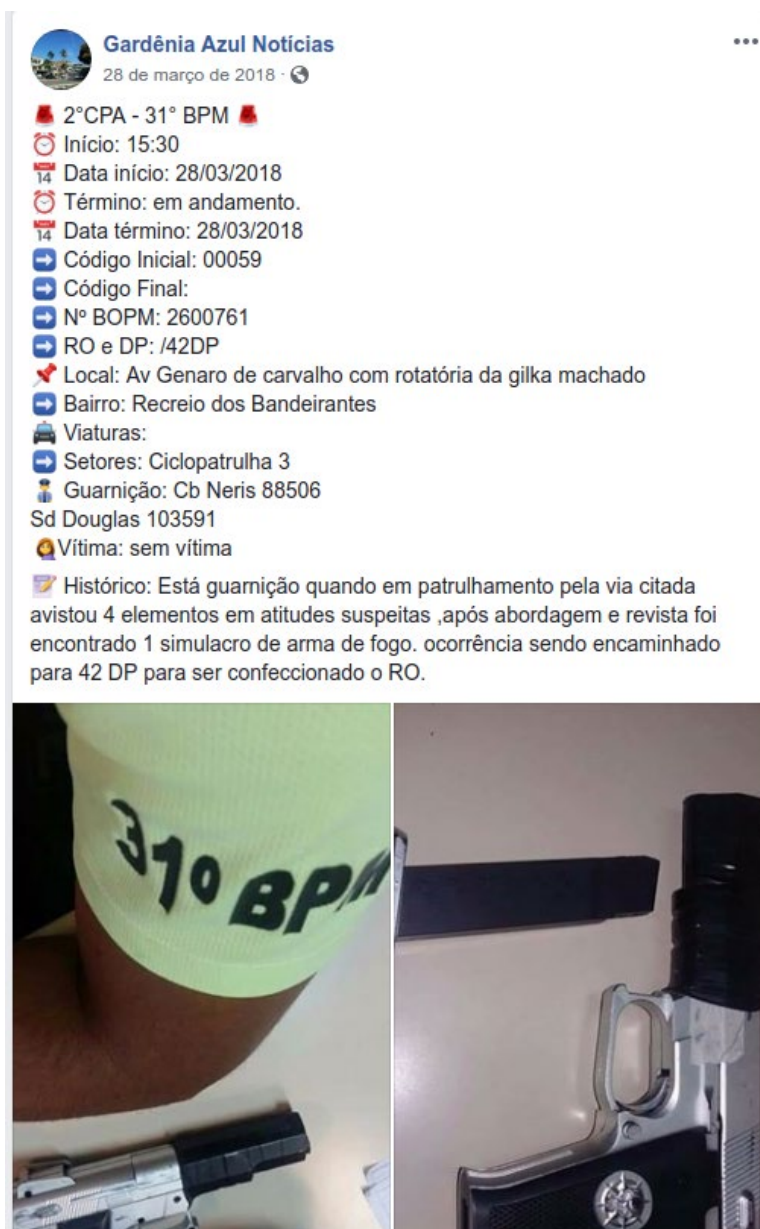
Uma produção típica da atuação de policiais são notificações de ocorrências policiais que seguem um padrão como de um formulário e que circulam tanto nas páginas hiperlocais quanto nas redes de WhatsApp. Serão chamados de “boletins de ocorrência digitais” uma vez sua estrutura é inspirada nos Boletins de Ocorrência (BOPM)¹¹¹ utilizados pelos policiais militares para notificarem as ações policiais. Nos BOPM são preenchidos local, data e hora da ocorrência, os envolvidos, o tipo de crime cometido, se houve apreensão de armas e drogas e um espaço aberto para a chamada “dinâmica da ocorrência” ou apenas “histórico”.

¹¹⁰ Em experiência de avaliação da Companhia Integrada de Policiamento de Proximidade, a dependência do WhatsApp para comunicação diária ficou evidente, como expresso na fala de um policial entrevistado: “*Nós temos um grupo no WhatsApp, então, na mesma hora, eu abro o WhatsApp, coloco: ‘Olha, atenção aí, guerreiros da CIPP – que é o nome do grupo –, atenção aí, guerreiros, está acontecendo muito roubo, e a descrição é mais ou menos essa, está acontecendo dessa forma...’ Eu mando pro grupo, em geral, só algumas coisas que eu acho mais relevantes. Para me comunicar com os policiais eu tenho a tira, tenho o WhatsApp, tenho o Facebook; e também criei no Facebook a Fanpage da CIPP*”. Disponível em: <http://bit.ly/2ZpVb71> Acesso em 21 abr. 2019.

¹¹¹ A estrutura de um BOPM pode ser conferida em: <http://bit.ly/2UKSSge> Acesso em 21 abr. 2019

Esses são os mesmos elementos utilizados pelo “boletim de ocorrência digital”, como se pode ver no exemplo abaixo publicado por uma página hiperlocal do bairro da Gardênia Azul:

Figura 30 - Postagem da página Gardênia Azul Notícias



Fonte: Página do Facebook “Gardênia Azul Notícias”, 28 mar. 2018.

Apesar de serem semelhantes, as postagens relativas ao patrulhamento e pequenas operações se diferem dos “boletins de ocorrência digitais” principalmente por serem relativos a ações mais planejadas e melhor preparadas, enquanto os “BOPM digitais” normalmente dão conta de ocorrências de crimes cotidianos, que originam chamados aos policiais. Exemplos

desse tipo de chamado são crimes como assaltos a comércio, encontro de cadáver, acidentes de trânsito etc.

A nuvem de palavras deixa evidente essa estrutura, ao destacar as palavras-chave para descrever uma ação policial, como “guarnição”, “local”, “material”, “elementos” (forma de referir-se aos suspeitos de praticarem ato criminoso), “ocorrência” e outros.

Figura 31 - Nuvem de palavras - Tópico 40



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

As cidades que mais mobilizaram esse tipo de discurso foram São Gonçalo, Tanguá, Mesquita, Itaboraí e Nilópolis e os bairros foram Jacarepaguá, Centro da cidade do Rio, Realengo, Cascadura e Pavuna. É interessante notar que a quase totalidade desses locais estão sob o controle de grupos milicianos. Como apontado em outro trabalho (NUNES, 2017), páginas hiperlocais que mimetizam o discurso, a escolha de tema e a estética das redes de policiais possuem forte correspondência com a geografia do controle das milícias na cidade do Rio de Janeiro.

As páginas hiperlocais contam com informações e a participação de policiais como fontes de informações, como membros ativos que comentam as postagens publicadas, ou até mesmo como moderadores e proprietários das páginas. O interessante é notar que nesses espaços a

hegemonia das forças policiais enquanto fontes únicas é quebrada para dar lugar a conteúdos mais plurais e complexos, fruto da inclusão de outras fontes de informações e por contarem, principalmente, com a participação ativa de moradores e outros interessados nos conteúdos publicados.

3.4. Comunidade das páginas hiperlocais

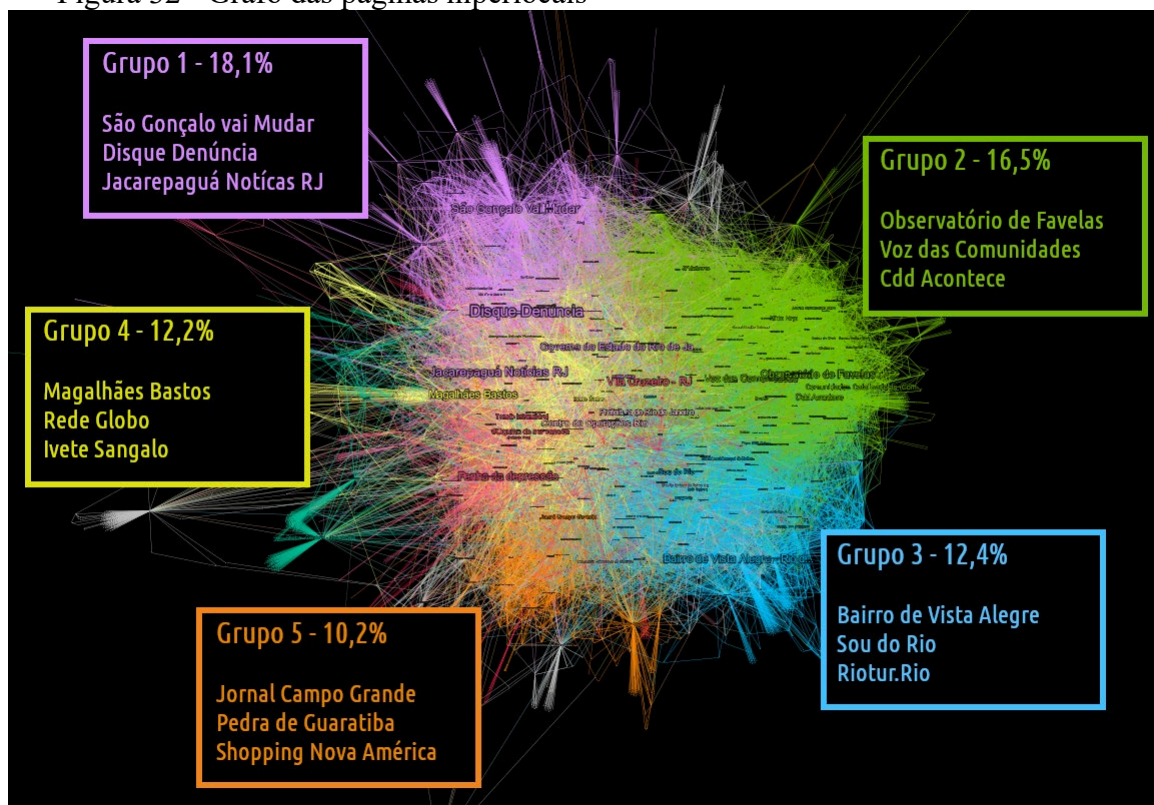
Como visto nas seções anteriores, as páginas hiperlocais se dedicam a diversos temas que se refletem pela grande quantidade de tópicos temáticos mobilizados nas postagens analisadas. Apesar da violência não ser o tema único de discussão destas páginas, é sem sombra de dúvidas parcela importante do conteúdo publicado diariamente.

Para compreender melhor as afinidades que aproximam e distanciam cada uma dessas páginas umas às outras (GONZÁLEZ-BAILÓN, 2017:37), utilizamos o *grafo*, que é um recurso visual para mensurar a interação das páginas estudadas, construindo assim um “mapa de afinidades” (NUNES, 2017). O *grafo* é um elemento visual composto de duas unidades: o *nó* ou *vértice*, que representa cada unidade analisada, no caso desse estudo cada nó representa uma página de Facebook; e as *arestas*, que representam as ligações entre os nós, dadas pelo “curtir”. Cada página de Facebook tem o atributo de “curtir” outras páginas de interesse, representando assim afinidade com a página ou com o tema dela.

Ao analisar a rede formada por essas pequenas ações de cada um dos elementos do *grafo* é possível visualizar a comunidade expandida onde as páginas do estudo se localizam e formam grupos de afinidades. Tais grupos de afinidade são representados no *grafo* através das cores e são identificados por meio da análise de *modularidade*, que identifica as subcomunidades mais densamente conectadas (BLONDEL et al., 2008), ou seja, aquelas em que as ligações por afinidade são mais abundantes. Por fim, o tamanho do nome de cada *nó* é estabelecido pela frequência com que o elemento articula diferentes conjuntos de nós, atuando como ponte de ligação entre subcomunidades diferentes. É a denominada “centralidade de interação” (BARTHÉLEMY, 2004). Esses nós são os denominados “nós fracos” (abordados no capítulo dois) aqueles que possuem pouca relação interna às comunidades, mas mantêm ligações importantes entre os diferentes grupos (GRANOVETER, 1973). São esses nós que muitas vezes são os responsáveis por novas descobertas e que, de certa forma, “furam as bolhas” em que

cada comunidade constrói (BARBERA, 2019). O *grafo* abaixo representa a comunidade articulada pelas páginas hiperlocais:

Figura 32 - Grafo das páginas hiperlocais



Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

A análise reuniu as 236 páginas hiperlocais e todas as páginas que cada uma delas curtiu, reunindo assim 4.295 nós interligados por 27.257 arestas. A análise da modularidade identificou 79 comunidades diferentes, das quais destacam-se as cinco comunidades que agregam mais de 69% do número de nós reunidos no *grafo*.

O grupo com maior número de elementos é o de número um, reunindo 18,1% de todos os nós, dentre eles 51 páginas hiperlocais estudadas. É importante pontuar que nesse grupo estão reunidos as páginas da PMERJ e de seus batalhões, do Disque Denúncia (o nome que se destaca pela sua “centralidade da interação”), várias páginas de jornais locais, como o “Jornal O Fluminense”, que cobre principalmente a área de São Gonçalo e Niterói, além de páginas de instituições, partidos ou políticos, como Flávio Bolsonaro, Alerj e o Partido Militar Brasileiro. É nesse conjunto muito heterogêneo de interesses que se situa o maior grupo de páginas hiperlocais, principalmente aquelas de perfil mais factual, dedicada a compartilhar ocorrências violentas, fotos de suspeitos e vídeos de ações policiais.

O segundo grupo de certa forma representa o contraponto ao primeiro, no que se refere a narrativa sobre crime e violência urbana. O grupo reúne 16,5% de todas as páginas, e 15 das hiperlocais analisadas nesse estudo. O nó articulador da rede é a página do Observatório de Favelas, ONG com sede na favela da Maré e que atua no tema das favelas, segurança pública e Direitos Humanos desde 2001¹¹². Das 15 páginas pertencentes a esse grupo, seis são dedicadas ao Complexo do Alemão, Maré e Cidade de Deus (duas páginas cada) e duas dedicadas a Manguinhos e a Rocinha (uma cada), o que ilustra a concentração da atuação de Ong's e projetos com a temática dos Direitos Humanos em algumas favelas cariocas. Além dessas, são outras as páginas pertencentes a esse grupo: Witness (Organização dedicada a proteção de defensores dos direitos humanos), UNESCO, Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ e outras iniciativas ligada às pautas de defesa de direitos.

O grupo três é ligado principalmente a páginas dedicadas às artes, como a Riotur.Rio, Parque Lage, Theatro Municipal do Rio e páginas dedicadas a artistas. São quatro as páginas hiperlocais incluídas nesse grupo, e mais de 12% do total de nós reunidos no grafo. O grupo quatro também possui diversos elementos ligados às artes, mas também há outras páginas voltadas a esportes, notadamente o futebol, além de veículos de imprensa como a Revista Exame e Veja, e o jornal Gazeta do Povo. São 13 as páginas hiperlocais neste grupo que representa 12% do total. Por último, o grupo cinco que também possui 13 das páginas hiperlocais e representa 10% de todos nós, com diferentes temáticas, destacando-se as páginas de shoppings do Rio e outras marcas comerciais.

Para o objetivo desta tese, é importante retornar aos dois primeiros grupos, que em si encarnam certa visão polarizada que o tema da segurança pública e dos direitos humanos ganhou desde o início da redemocratização, mas que atualmente vem ganhando nova roupagem. A narrativa que vê no criminoso um inimigo do Estado a ser exterminado encontra raízes na doutrina de segurança nacional que imperou no país durante a Ditadura Militar e que opôs Segurança Pública e Direitos Humanos. Desde o início da década de 1970, as brutalidades cometidas pelo Estado durante a ditadura começaram a vir a público, principalmente pela flexibilização gradual da censura, fazendo com que os excessos e os crimes contra os Direitos Humanos ocorridos nos quartéis viessem a tona. Nesse processo, as violações cometidas e a forma violenta de agir incrustaram-se no chamado “aparelho repressor” do Estado, que em contexto democrático fica encarnado principalmente nas polícias (SOARES; SENTO-SÉ, 2000). A separação entre segurança pública e Direitos Humanos estruturou não só as

¹¹² Disponível em: <http://of.org.br/apresentacao/>. Acesso em 21 abr. 2019.

corporações policiais e as narrativas sobre crime e violência, mas também causou certo afastamento dos setores progressistas dos temas de segurança pública e polícia (SOARES, 2015).

Essa dualidade, como visto acima nas diferentes análises, também se apresenta nas relações entre as páginas hiperlocais, criando comunidade de elementos que aderem a cada uma dessas visões sobre direitos e violência urbana. É importante notar que se essas esferas, por um lado, encarnam a dualidade que há décadas vem estruturando o tema da segurança pública, também é possível identificar pontes de ligação, possíveis de criar mediações entre esses dois pólos. As comunidades que se localizam na interseção entre esses dois grupos são um sinal de que por mais que haja polarização quando o assunto é segurança pública, há espaço para temas intermediários entre esses dois pólos.

3.5. Conclusões

Neste capítulo foram analisadas as páginas hiperlocais, lendo-as como parte da esfera pública, onde qualquer membro pode ter acesso ao conteúdo ali produzido e pode apresentar seus pontos de vista e seus interesses. Foi visto também que essas páginas produzem volume considerável de informação, tendo engajado seus usuários e leitores permanentemente durante todo o ano de 2018.

Na análise do conteúdo postado, foi possível verificar a existência de grupos temáticos, desde textos relacionados a projetos sociais e promoções de comerciantes locais, até mesmo publicações sobre operações policiais, crimes ocorridos na vizinhança e dinâmica dos grupos criminais. Foram destacados para a análise sete temas mobilizados pelas páginas hiperlocais, que podem ser agrupados em: Crimes contra o patrimônio; crimes contra a vida e contexto violento; operações e ações policiais.

No grupo dos crimes contra a vida, foram analisados dois tópicos. O primeiro dedica-se a discutir os casos de homicídio, feminicídio e encontro de cadáveres, temas que chamam atenção da opinião pública e que normalmente ganham maior destaque na cobertura da imprensa tradicional (ROLIM, 2006; RAMOS & PAIVA, 2007; RAMOS et al., 2017).

Nos crimes contra o patrimônio foram reunidos os tópicos relativos aos roubos de veículos, principal tema de segurança pública mobilizado pelas páginas hiperlocais, e a temática dos roubos e arrastões. Como discutido nas seções dedicadas aos dois tópicos, os roubos de

veículos e roubos de rua vem crescendo no Rio de Janeiro, e a preocupação da população com a possibilidade de ser roubado é frequente.

Por fim, os tópicos dedicados às ações da polícia, notadamente a militar, encerram o grupo de tópicos de segurança pública mais relevantes dentro do material estudado. As postagens sobre operações policiais foram frequentes durante o ano de 2018, ano em que a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro mobilizou grande efetivo de agentes, veículos e armamentos nas operações policiais. Os patrulhamentos, que são a face mais cotidiana das ações planejadas pelos batalhões de polícia militar, e seguem, como visto, formato padronizado, também mobilizaram um número considerável de postagens. Por fim, os “boletins de ocorrência digitais” encerram a lista de temas analisados por esse estudo, sendo a face mais evidente da forma de comunicação das instituições policiais dentro do universo das páginas hiperlocais.

Cabe aqui uma reflexão comparativa. Em estudo anterior, Nunes (2017) analisou páginas hiperlocais da cidade do Rio de Janeiro e sua produção em 2016. Mesmo com todas as ressalvas que devem ser feitas às diferenças metodológicas daquele estudo para este, é interessante verificar que no primeiro, a temática das disputas entre as diferentes facções era tema recorrente das páginas, cenário não verificado neste presente estudo. Nem mesmo o termo “tráfico”, tão frequente quando o assunto é segurança pública, teve relevância nas análises realizadas, aparecendo de maneira mais evidente dentro do tema dos patrulhamentos, associado à apreensão de drogas.

Esse é um dado relevante. Possivelmente é reflexo da “colonização” do debate e das conversas sobre segurança pública pela intervenção federal. Durante os dez meses em que vigorou, a intervenção mobilizou grande número de agentes e veículos para deflagrar mais de 700 operações durante o período. Além dos “grandes números” referentes às operações, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF) dedicou-se sistematicamente a mobilizar a opinião pública, sendo frequentes as declarações e entrevistas à imprensa, mesmo que sob circunstâncias controladas¹¹³. Gerar engajamento da opinião pública foi um dos objetivos da Intervenção Federal, fator explicativo que deve ser levado em consideração ao analisar o interesse das páginas hiperlocais às ações de policiamento.

Por fim, analisou-se a “comunidade” de páginas hiperlocais através do *grafo* de suas relações. Foi possível identificar que a “esfera pública digital” em certa forma, mimetiza a polarização existente no debate sobre segurança pública e Direitos Humanos no Brasil. De fato,

¹¹³ “Interventor do Rio manda repórteres baixarem e desligarem as câmeras e todos obedecem”. Disponível em: <http://bit.ly/2GxwPkg> Acesso em 21 abr. 2019.

os dois grupos de afinidades mais presentes no *grafo* se articulam nas chaves do combate ao crime versus a promoção de direitos, mas é possível identificar elementos que se interseccionam, apontando para possíveis conexões entre esses “dois mundos”.

Analisadas as páginas hiperlocais, as esferas públicas digitais, passa-se a investigação dos indivíduos que movimentam esses espaços. No próximo capítulo serão investigados os usuários das páginas hiperlocais e as formas de articulação criadas por esse público, nas diferentes temáticas abordadas nesses espaços.

4. O ENGAJAMENTO DOS “MORADORES” E OS USOS DAS PÁGINAS HIPERLOCAIS

No capítulo anterior, foram analisadas as páginas hiperlocais do Facebook, focando principalmente na produção de informações feita pelos seus mantenedores. Os “curtidores” das páginas são chamados a engajar-se com esse conteúdo, dando “likes”, comentando ou compartilhando essas postagens. Nesse processo de engajamento, os próprios usuários vão criando novas informações e conteúdos, sendo por meio de comentários diversos sobre as temáticas postadas, sendo também em compartilhamentos, quando podem, de certa forma, “editar” a informação para refletir melhor seu posicionamento sobre elas, entre outras.

Em certo sentido, a democratização da internet e a popularização das mídias sociais proporcionaram não só surgimento dessas páginas de informações hiperlocais, mas também alteraram de forma muito profunda a relação entre emissor e receptor das informações. Na mídia tradicional (jornais, TV’s, rádio etc.), o receptor das informações possui um papel predominantemente passivo na relação: seu papel fundamental é receber e assimilar aquela informação. É bem verdade que a mídia tradicional, em grande medida, sempre reservou espaço para manifestações dos seus consumidores, espaço conhecido como “cartas do leitor”, ou similares. Alguns movimentos dentro do jornalismo também procuraram aumentar o espaço das demandas dos leitores em suas páginas, como visto no capítulo um. Mas essa manifestação, de toda forma, é filtrada e mediada pelo próprio veículo, o que reforça a hierarquia entre emissor e receptor.

Com as redes sociais e o surgimento das páginas hiperlocais, essa relação vertical é amenizada (não extinta), e o usuário passa a ter maior participação na construção, elaboração e reelaboração das informações publicadas. De certa forma, as páginas hiperlocais se assemelham ao chamado jornalismo cidadão, por unir o leitor e o produtor da informação no mesmo indivíduo, tal como abordado no capítulo um. Com o engajamento, os usuários, em tempo real, indicam os conteúdos mais relevantes para si mesmos, adicionam informações por meio dos comentários, em um processo de apuração dos fatos, além de amplificar o conteúdo por meio dos compartilhamentos. Com a maior horizontalidade, a legitimidade na produção da informação se desprende do papel do emissor e passa a ser compartilhado também com os usuários.

É importante notar que é na precariedade dessas páginas hiperlocais enquanto um veículo de informação que cresce a relevância e legitimidade do usuário enquanto produtor de informação. Precariedade porque a maioria dessas páginas não possuem financiamento e nem equipe numerosa para cobrir e apurar as informações. São usuários que passam a fazer parte de uma “grande redação” das páginas hiperlocais, compartilhando com os moderadores certos fatos ocorridos, engajando-se na apuração de determinados acontecimentos, por meio da caixa de comentários, e promovendo o conteúdo hiperlocal por meio do compartilhamento com sua rede de amigos e conhecidos.

Neste capítulo, serão analisadas as formas de envolvimento dos usuários com os conteúdos presentes nas páginas hiperlocais, pontuando aspectos relativos ao engajamento dos usuários com as postagens (medidos em “likes”, compartilhamentos e comentários); analisando a hipótese de que o efeito de cascata informacional impacta o engajamento dos indivíduos com os conteúdos; investigando os “sentimentos” dos usuários expressos nos comentários das postagens; e, por fim, examinando o que será denominado como “engajamento forense”, a forma pela qual os usuários de páginas hiperlocais constroem e investigam casos de violência.

Para realizar as análises listadas acima, serão analisados os 90.338 posts das 236 páginas de Facebook que foram abordadas no capítulo anterior. Além disso, para as análises do efeito de cascata informacional, análise de sentimentos e “engajamento forense”, serão utilizados os comentários destes posts, um total de 2.124.452. Baseado na divisão por tópicos realizada e exposta no capítulo anterior, serão realizadas divisões e análises em separado desses comentários, para investigar se há diferenças no engajamento, na cascata informacional, nos “sentimentos” e no “engajamento forense” em cada um dos tópicos relacionados a temática da violência e segurança pública.

4.1. O engajamento nas páginas hiperlocais

O capítulo anterior analisou rapidamente o engajamento nas páginas hiperlocais em relação ao tempo, deixando evidente que o número de participações dos usuários cresceu substancialmente no fim do ano, apesar de sua taxa ter mantido o mesmo patamar de meses anteriores (ver “Figura 8 - Engajamento nas páginas hiperlocais por mês e taxa por post” no capítulo 4). O engajamento é a soma dos “likes”, com os comentários e os compartilhamentos,

além das chamadas “reações”¹¹⁴. O Facebook não vê cada um desses atos da mesma forma ou com o mesmo peso (CALERO, 2013). Cada uma dessas reações é usada para calcular o chamado EdgeRank¹¹⁵, fórmula usada pelo Facebook para escolher quais conteúdos de quais páginas serão apresentadas para cada usuário. Esse algoritmo opera de diferentes maneiras no que se refere a exposição de conteúdos aos usuários, mas apesar das preocupações válidas acerca de seu papel na criação de bolhas e, conseqüentemente, na polarização, discutimos no capítulo dois que seu efeito é um dos componentes envolvidos no processo de consumo de informações no Facebook. A fim de compreender melhor a experiência dos usuários com as páginas, o engajamento será dissecado em suas unidades.

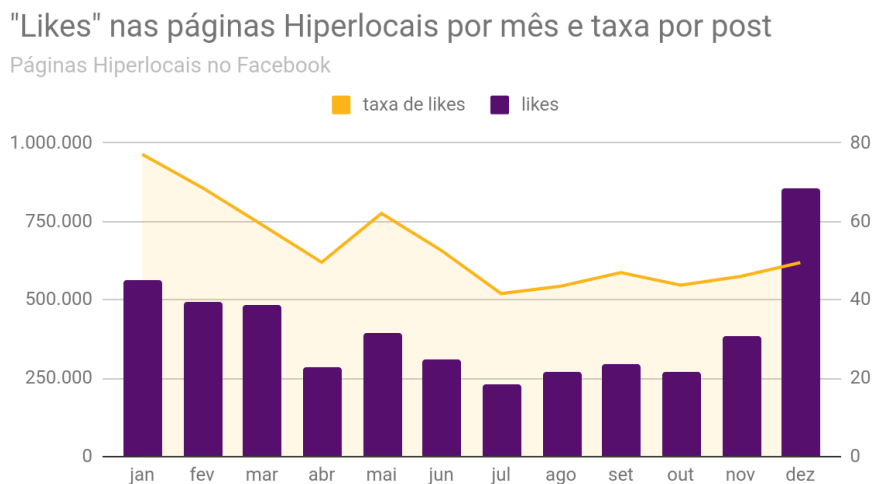
A primeira forma de engajamento, e também a mais popular no Facebook, é o botão “curtir” ou “like” no inglês. O recurso é tão popular que muitas das vezes sua forma gráfica é utilizada para representar a plataforma como um todo. O “curtir”, em poucas palavras, significa o interesse do indivíduo naquele conteúdo, com uma inclinação a ter uma opinião positiva ou por querer agradar a outras pessoas (LEE; HANSEN; LEE, 2016). Além disso, o uso do “like”, por ser a mais simples das ações de engajamento (demanda apenas que se dê um clique), sugere um ato impulsivo do usuário (KIM & YANG, 2017). Conteúdos audiovisuais tendem a ser mais “curtidos” por impactarem de forma mais imediata os sentidos do usuário (idem), e, no caso dos posts analisados nesse estudo, pode-se ver no “Figura 9 - Engajamento por tipo de post e taxa” do capítulo três que os conteúdos fotográficos e de vídeos possuem maior engajamento que os outros conteúdos textuais. O espaço para exprimir descontentamento, discordância ou outras reações ao conteúdo publicado ficava restrito aos comentários, aos compartilhamentos ou nas reações.

Os posts das páginas hiperlocais somaram em 2018 o total de 4.823.997 de “likes”. A taxa de curtidas por post oscilou entre 41 e 77 likes, o valor mais alto, registrado em janeiro:

¹¹⁴ Lançadas em 2016, “As Reações são uma extensão do botão Curtir para oferecer às pessoas mais formas de compartilhar reações a uma publicação de uma maneira fácil e rápida. Entre a coleção de Reações, temos: Curtir, Amei, Haha, Uau, Triste e Grr.” Fonte: <https://pt-br.facebookbrand.com/assets/reactions-32/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

¹¹⁵ Fonte: <https://mklnd.com/33UQt0>. Acesso em 23 ago. 2019.

Figura 33- “Likes” nas páginas Hiperlocais por mês e taxa por post



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

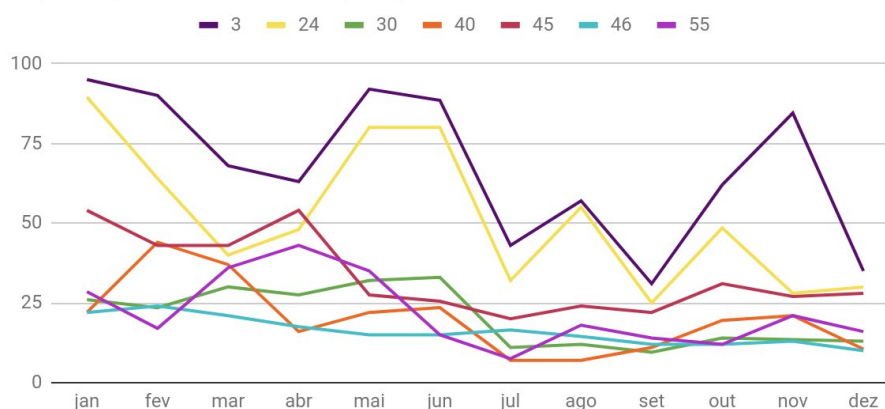
Nota-se que no contexto geral das páginas analisadas, o número de “likes” foi decrescendo paulatinamente até meados de julho, quando volta a crescer de maneira lenta para depois crescer severamente em dezembro. Quando analisada a taxa por post, vê-se que o crescimento vertiginoso no último mês do ano é explicado pelo aumento do número de posts naquele período, como visto no capítulo três. De certa forma, quando analisados apenas os tópicos com temáticas de interesse desse estudo, o comportamento do engajamento por meio de likes se assemelha, guardando também algumas peculiaridades.

Os tópicos selecionados no capítulo três foram: o tópico 3 que reúne mensagens sobre violência armada, ou seja, tiroteios e disparos de armas de fogo, que são postadas como forma de alertas aos moradores da região para se protegerem; o tópico 24 descreve casos de roubos e arrastões e outros crimes cometidos em espaço público; o tópico 30 sobre patrulhamentos policiais e pequenas operações; o tópico 40 onde são postados os chamados “boletins de ocorrência digitais”; o tópico 45 reúne informações sobre os crimes contra a vida, como homicídios latrocínios e mortos pela polícia; o tópico 46 relata casos de roubos de veículos; e, por fim, o tópico 55 relata o dia-a-dia das operações policiais ocorridas no Rio de Janeiro.

Figura 34 - Média de “likes” mensais nos posts dos tópicos selecionados

Média de "likes" mensais nos posts dos tópicos selecionados

Páginas hiperlocais do Facebook (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook.

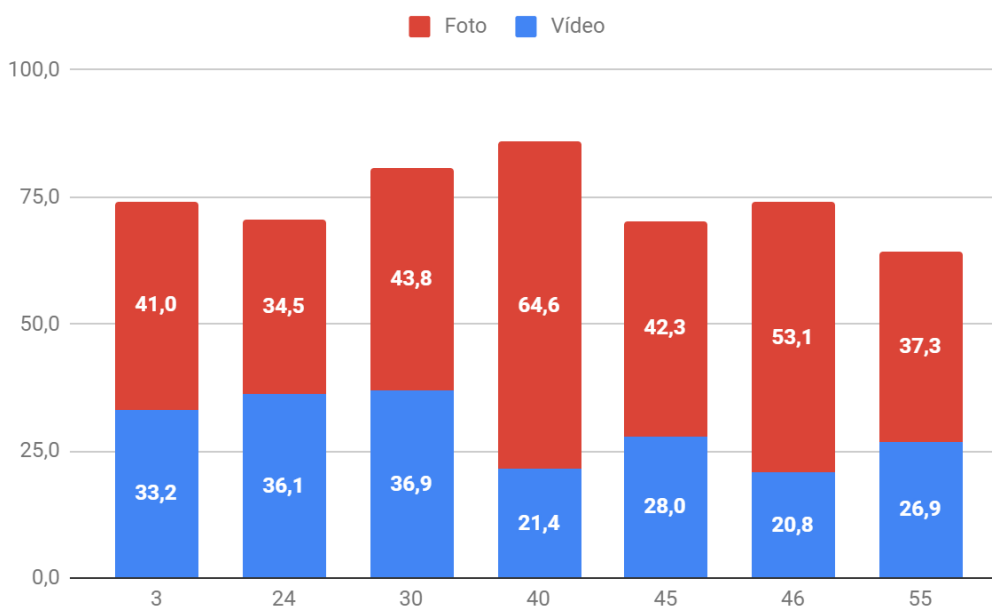
Fonte: O autor, 2019.

O gráfico acima apresenta as médias de “likes” mensais para cada um dos tópicos estudados. Os dois tópicos com o maior número de curtidas são o 3 e o 24, tópicos que tratam de violência armada e crimes de rua, respectivamente. Suas médias permanecem superiores aos tópicos restantes em quase todo o ano de 2018, com especial destaque para o tópico 3. É bom lembrar que 2018 registrou recordes de tiroteios e disparos de armas de fogo e esse contexto de insegurança e violência impacta de maneira direta a vida e o cotidiano dos moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro (para mais detalhes, ver capítulo três). Era também esperado que o envolvimento com relatos de crimes de rua fosse alto, uma vez que é esse o tipo de crime que mais acomete a população (idem). Para exemplificar, o post que mais recebeu curtidas do tópico 3, apesar de não se referir diretamente a violência armada, apresenta uma foto com um morador da Vila Kennedy sendo fotografado (“sarqueado”¹¹⁶) por um militar. A imagem, que ficou muito conhecida na época, ganhou as capas dos principais jornais e veículos de imprensa, mostrando o contexto de privação dos direitos mais fundamentais dos moradores da Vila Kennedy, ocupada por tropas das Forças Armadas desde o início da intervenção federal.

Excetuando os tópicos 3 e 24 que se destacam por terem registrado média de likes de quase 100 por mês, os outros tópicos raramente alcançaram marcas acima de 50 likes por mês. É interessante notar que, apesar do que foi exposto anteriormente sobre as motivações envolvidas no ato de curtir uma postagem, os tópicos que registraram os maiores valores não são os que publicaram mais conteúdo audiovisual proporcionalmente:

¹¹⁶ “Sarquear” é um termo policial para o processo de averiguação de antecedentes criminais.

Figura 35 - Proporções dos tipos de postagem por tópicos



Nota: Dados extraídos do Facebook.

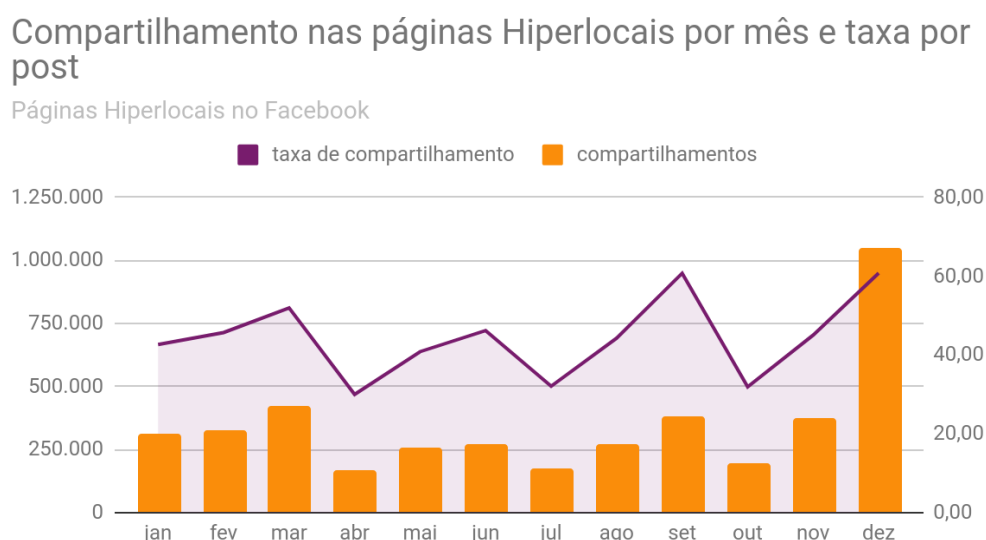
Fonte: O autor, 2019.

Esses tópicos estão relacionados de maneira mais direta com estratégias de autoproteção e segurança, haja visto que, como analisado no capítulo anterior, alertas de trocas de tiro e áreas perigosas onde ocorrem assaltos, são os principais conteúdos produzidos nas postagens reunidas nestes tópicos. O tópico que registrou maior proporção de conteúdos de fotos e vídeos foi o 40, que reúne o que denominamos como Boletins de Ocorrência Digitais. Não causa estranhamento o perfil mais imagético neste tópico, uma vez que essas postagens, na grande maioria das vezes, são ilustradas com fotos de materiais apreendidos e dos policiais envolvidos na operação, como descrito no capítulo anterior. Também não causa estranhamento o fato de que esse tópico não tenha tido destaque em número de curtidas, uma vez que são resumos de acontecimentos ocorridos, de maneira protocolar e não muito atrativa para o público. Fatos em desenvolvimento ou pouco esclarecidos chamam maior atenção dos usuários e implicam num maior envolvimento por meio de comentários como será visto mais a frente.

Outro componente do engajamento no Facebook são os compartilhamentos. Compartilhar demanda maior envolvimento do usuário com a postagem em relação ao ato de curtir e, por isso, um comentário tem o peso equivalente a 14 “likes” no cálculo do EdgeRank (CALERO, 2013). Além disso, quando um indivíduo compartilha uma postagem, independente da sua opinião, ele inclui aquele tema como parte da sua auto-representação (KIM & YANG, 2017), em um uso estratégico de construção da sua auto-imagem digital (VAN DIJCK, 2013). Isso se dá porque cada um dos compartilhamentos é apresentado na página pessoal do usuário,

construindo um fluxo de elementos informativos que dão forma aos interesses, sentimentos e preferências daquele indivíduo. Mesmo que o compartilhamento de um dado post seja acrescentado de um texto crítico ou negativo pelo usuário, o mesmo está incluindo o tema daquela postagem como um elemento importante e sobre o qual ele possui uma opinião ou perspectiva.

Figura 36 - Compartilhamento nas páginas hiperlocais por mês e taxa por post



Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

Diferente do engajamento por meio de “likes”, os compartilhamentos mantiveram taxa oscilando entre 40 e 60 em quase todo o ano de 2018, com crescimentos expressivos em setembro e dezembro. Ou seja, pode-se inferir que os usuários utilizam as postagens das páginas hiperlocais de forma homogênea no tempo para a construção das suas auto-imagens na rede social, sendo possível enxergar no gráfico ciclos trimestrais de altas e baixas na taxa de compartilhamentos. Não deveria ser diferente, uma vez que essas páginas têm como principal característica sua hiperproximidade, produzindo conteúdos hiperlocalizados, feito por pessoas semelhantes ao indivíduo e lidando com temáticas que interessam os moradores desses bairros do Rio de Janeiro. Assim, é coerente que usuários de redes sociais, moradores de determinados bairros do Rio de Janeiro, se utilizem desses elementos informacionais provenientes dessas páginas do Facebook como forma de construir seus interesses e preferências em seus perfis online.

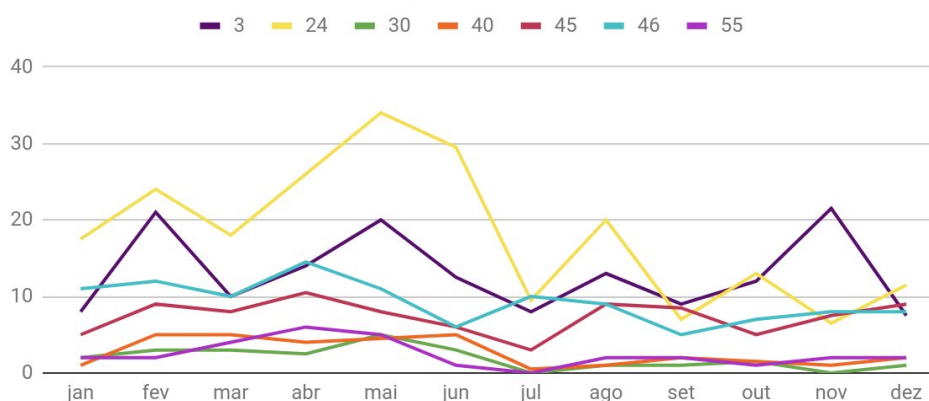
Além disso, como os compartilhamentos em parte das vezes são acompanhados de comentários dos indivíduos, o conteúdo passa a ter um contraponto ou mesmo um argumento

em concordância com o que foi publicado pela página hiperlocal, aumentando assim a heterogeneidade de perspectivas. Infelizmente não foi possível analisar o conteúdo dos compartilhamentos veiculados com as postagens das páginas hiperlocais, uma vez que a plataforma do Facebook proibiu a coleta de informações dos perfis de indivíduos na rede. Importante notar também, como esse comportamento se apresenta em cada uma das temáticas sobre violência e crime:

Figura 37 - Média de compartilhamentos mensais nos posts dos tópicos selecionados

Média de compartilhamentos mensais nos posts dos tópicos selecionados

Páginas hiperlocais do Facebook (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

De maneira semelhante aos “likes”, os compartilhamentos também são mais presentes nos tópicos 3 e 24, que tratam de violência armada e crimes de rua, respectivamente. É verdade que as diferenças entre as médias dos outros tópicos não são tão grandes quando comparados com o número de likes, mas mesmo assim, os dois tópicos se destacam. Há um destaque especial para o tópico 24, que permanece por quase todo o ano em primeiro lugar no número médio de compartilhamento, apontando para a importância do tema na construção da auto-representação dos usuários. Para exemplificar, a postagem que mais recebeu compartilhamentos (24.135) em relação ao tópico 24 foi um vídeo de câmera de vigilância onde um homem sequestra uma criança que caminhava pela rua. Apesar dessa não ser a principal temática do tópico, o fato do crime ter sido cometido em espaço público e ter como alvo uma criança, comoveu e indignou boa parte dos quase 25 mil perfis que compartilharam o vídeo. A grande maioria das postagens que mais receberam compartilhamentos são conteúdos de vídeo e foto, mostrando casos de crimes em ruas e espaços públicos do Rio de Janeiro, como arrastões, sequestros, roubos etc.

4.1.1. Efeito cascata na caixa de comentários

Após análise dos “likes” e dos compartilhamentos, resta um último aspecto do engajamento para investigar. Os comentários, como postulam Kim e Yang (2017), são o tipo de engajamento calcados em interações mais racionais. Nos comentários, o indivíduo agrega informações, discorda ou concorda com o que já foi postado, inclui textos, imagens e vídeos que possam somar a discussão etc. É a forma mais interativa de engajamento, que reúne não só os mantenedores das páginas, mas também os usuários. A área de comentários é o lugar do debate público, onde as ideias são expostas quase¹¹⁷ livremente por qualquer usuário do Facebook e pode ser compreendido como a área de maior exposição de perspectivas diferentes sobre um mesmo assunto ou fato.

Como analisamos no capítulo dois, as “cascatas informacionais” se expressam em diferentes aspectos da vida social, incluídas as redes sociais. Em linhas gerais, um indivíduo tende a se engajar em determinado assunto, espaço ou ação que já foi comentado, ocupado ou realizado por outro indivíduo posteriormente (BIKHCHANDANDI, 1992). Cass Sunstein (2017) cita o experimento realizado por Salganik et al. (2006), abordado no capítulo dois. Em resumo, os pesquisadores verificaram que as faixas mais baixadas eram as mais escolhidas pelos participantes da pesquisa, aumentando assim o número de downloads. Ou seja, pouco importava a qualidade das músicas disponibilizadas, os participantes se sentiam mais seguros de ouvir as músicas já escolhidas por outras pessoas, evitando se expor ao que era desconhecido pelos outros.

Esse fenômeno é observado também nas redes sociais. Dotey, Rom e Vaca (2011) analisaram como as “cascatas virais” se desenvolvem no ambiente do Twitter, baseado em análises da estrutura dos grupos e no efeito do tempo em relação ao tamanho da cascata. Cha et. al (2008) examinaram o efeito no Flickr, encontrando evidências de que uma foto favoritada por um contato naquela rede social influencia a escolha do indivíduo em seguir o comportamento do seu contato. Bao et. al (2013) encontrou evidências de cascatas sociais no

¹¹⁷ É possível que os moderadores das páginas criem regras de conteúdo para os comentários. Muitas das vezes, a quebra dessas regras significa a exclusão do conteúdo postado pelo usuário na caixa de comentários. De toda forma, respeitando as regras estabelecidas por cada uma das páginas, é possível dizer que esse é o espaço onde o usuário pode se expressar de maneira livre e se colocar em uma discussão aberta.

microblog Sina Weibo¹¹⁸, uma espécie de Twitter da China. Burke et al. (2009) encontraram evidências de que novos usuários de uma rede social tendem a participar mais com conteúdo quando encontram uma rede mais ativa. Lampe e Resnick (2004), analisando a moderação da caixa de comentários de um site, e Velasquez (2012), analisando um site de discussão política, verificaram que a “meia-vida”, ou seja, a mediana do número de comentários, de um post é antecipado caso o primeiro comentário seja feito o mais próximo da data e hora da postagem.

Assim, para analisar o efeito de cascata nas páginas hiperlocais, foram coletadas as datas e horários do primeiro comentário¹¹⁹ em cada uma das mais de 90 mil postagens analisadas, calculando assim a diferença entre o horário do comentário e o da postagem. Essa diferença foi analisada em conjunto com o número de comentários à época da coleta dos dados. Dessa forma, a hipótese da cascata é: quanto mais cedo uma postagem receber um comentário, maior será o número total de comentários. Ou seja, quanto mais rápido uma postagem receber atenção de um indivíduo, maior será o engajamento dos outros indivíduos com a postagem, causando assim uma cascata. Em seguida será analisada a meia-vida dos comentários nas postagens, buscando confirmar a hipótese de que quanto mais cedo começam os comentários maior é o efeito de cascata, ou seja, mais rápido outros usuários se interessam e engajam-se na postagem.

A figura 38 apresenta gráficos de dispersão, cujo eixo horizontal (eixo x) baseia-se na diferença entre o tempo do primeiro comentário e o da postagem, e o eixo vertical (eixo y) apresenta a quantidade de comentários recebido pela postagem. Percebe-se que, no conjunto total das postagens, há uma correlação negativa entre os dois valores, ou seja, quanto menor a diferença de tempo entre o primeiro comentário e a hora da postagem maior será o número de comentários registrados. Como pode ser visto na figura, há muitos casos extremos cujo valor de engajamento não se explica somente pelo efeito cascata. Outras variáveis que explicam o engajamento, como já visto no capítulo três, são o tipo de conteúdo postado e o mês da postagem. Essas variáveis e seu efeito no engajamento das postagens serão investigadas em trabalhos futuros.

Percebe-se pela figura 38 que o tempo do primeiro comentário impacta o engajamento da postagem. Esse efeito é pequeno para as menores diferenças, mas incrementa ao passo que a

¹¹⁸ O Sina Weibo foi criado em 2009 e em 2013 já possuía mais de 600 milhões de usuários. A título de comparação, o Twitter registrou 326 milhões de usuários por mês em 2018. Fontes: <http://bit.ly/33NNZUq> e <https://glo.bo/2KRFSIG>. Acesso em: 23 ago. 2019.

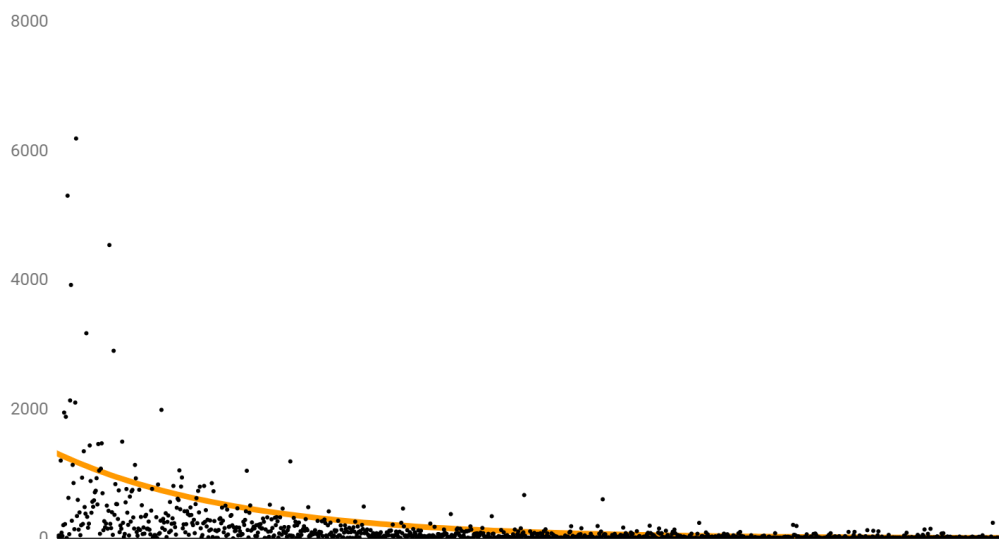
¹¹⁹ Foram utilizados os comentários por motivos técnicos. O Facebook não disponibiliza os horários de cada um dos likes e compartilhamentos.

diferença entre a publicação do comentário e a data da postagem cresce um pouco e posteriormente vai reduzindo seu efeito gradativamente até ser quase nulo.

Figura 38 - Cascata social nas páginas hiperlocais do Facebook

Todas as postagens

Número de comentários pela diferença em segundos entre a hora do primeiro comentário e a hora da publicação



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

O efeito de cascata é mais intenso nas postagens relacionadas à violência armada, tiroteios e disparos de arma de fogo. Esse tipo de postagem, que muitas das vezes funciona como um alerta, rápido, objetivo e sem muitas informações, abre espaço para que os usuários agreguem conteúdo e explicações para o relatado. Por exemplo:

Figura 39 - Post e comentários da página Voz das Comunidades



Fonte: Página do Facebook “Voz das Comunidades”, 17 de nov. 2018

A página Voz das Comunidades fez o alerta de que o “caveirão” (veículo blindado) da Polícia Militar estava circulando por uma região do Complexo do Alemão. Logo em seguida os moradores começaram a publicar comentários, dando mais informações (“Isso é na área 5...”), fazendo perguntas (“dar (sic) para passar no campo do seu zé ou na rua 2”) ou se lamentando pelo cotidiano de violência vivenciado (“o povo aqui não tem o direito de tomar café...”). Essa cascata de informações é parte de um processo de “investigação” realizado pelos próprios usuários com a utilização de diversas fontes. Essa forma de participação será abordado na próxima seção.

Outros tópicos como o 45 que trata dos crimes contra a vida, possuem vários comentários mais opiniosos quando comparados com o que ocorre no tópico 3. As pessoas expressam na caixa de comentários seu assombro com tal morte, justificam em alguns casos a morte de criminosos, refletem sobre as leis brasileiras que seria fonte de impunidade etc. Os casos que mais engajaram os usuários em relação a este tópico foram os feminicídios. O crime de feminicídio, a morte de mulheres “por razões da condição de sexo feminino”, foi regulamentado pela lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal. Desde então, o tema passou a ser debatido de maneira sistemática pelos meios de comunicação, pela academia, os poderes legislativo e executivo e organizações de defesa dos direitos humanos.

Figura 40 - Post da página Vila da Penha Notícias



Fonte: Página do Facebook “Vila da Penha Notícias”, 19 de nov. 2018.

Como visto acima, o caso da Fernanda Siqueira, morta pelo ex-marido com o uso de uma faca¹²⁰, gerou comoção e revolta expressas pelos comentários. Alguns usuários relatam laços que possuíam com a vítima, demonstrando surpresa e indignação com o seu assassinato. Outros questionam o papel das leis brasileiras, alguns usuários expressam seu descontentamento pela forma como as mulheres agem, colocando a vítima como possível fonte da agressividade que levou o ex-marido a assassiná-la, entre outros. Esse tipo de cascata se explica mais pelos casos rumorosos, alguns com requintes de crueldade, que acabam mobilizando os indivíduos a discutir e dar sua opinião sobre.

Em todos os tópicos, essas duas formas de comportamento da cascata se conjugam. Cada forma de engajamento possui diferenças em seus conteúdos que são originados por características dos usuários participantes. Há o componente do local que leva a usuários moradores ou aqueles que estiveram nos locais onde crimes se desenrolaram a contribuir com informações e perspectivas sobre o ocorrido. Há o fator de conhecimento, quando alguns usuários expressam seus laços com as vítimas, comentando sobre seu temperamento, sobre casos anteriores ao crime etc., em um movimento que, para os casos de vítimas fatais, se

¹²⁰ Fonte: <https://glo.bo/32nuFvT>. Acesso em: 28 ago. 2019.

assemelha à técnica de autópsias psicossociais¹²¹, quando pessoas próximas das vítimas são questionadas sobre suas características e sobre os seus últimos momentos em vida.

As cascatas informacionais, no caso das páginas analisadas neste estudo, ampliam as características deste fenômeno indicadas no capítulo dois, uma vez que operam como instrumentos de autoproteção (no caso de violência armada, quando “mapeiam” os locais com conflitos em determinado momento) e de “investigação” informal de crimes, agregando informações de diversas fontes ao caso publicado pela página.

4.1.2. Apurando os fatos

Os usuários são membros efetivos das páginas hiperlocais. Membros ativos, produtores e editores do conteúdo ali postado, além de divulgadores. Em certo sentido, ao incluir um número grande de indivíduos, a internet criou uma massa de usuários interessados em consumir uma infinidade de conteúdos, entre eles, informação. As redes sociais, de certa maneira, construíram as ferramentas para que essa massa de indivíduos pudesse se organizar e produzir conteúdo, aumentando assim o número de perspectivas sociais no debate público.

Essa redução de custos de organização e de expressão é um dos pontos de Shirky (2012) em seu estudo sobre os efeitos da internet para a ação coletiva. Para ilustrar um dos pontos do texto, o autor relata o caso do furto de um celular, no início dos anos 2000, que desencadeou uma série de acontecimentos. Em resumo, o amigo da jovem furtada criou um fórum na internet para divulgar o caso e reunir informações que pudessem levar a recuperação do aparelho. Em pouco tempo a história ganhou uma grande repercussão, levando milhares de indivíduos a discutir aspectos diversos, tanto morais, quanto jurídicos e factuais. Inclusive, policiais de Nova Iorque passaram a colaborar com informações internas que antes da repercussão do caso eram negadas pelo departamento de polícia. Após intensa investigação realizada no fórum, o celular foi encontrado e devolvido a sua dona.

¹²¹ É uma técnica utilizada para conhecer as circunstâncias da morte de um indivíduo, os fatos relevantes e seu contexto sociocultural e relacional. As informações são coletadas por meio de relatos dos parentes, amigos e conhecidos da vítima. Normalmente a técnica é aplicada a vítimas de suicídio. A técnica é utilizada desde os anos 1950, e foi criada por Norman Farberow, Norman Farberow, Robert Litman e Edwin Sneedman, do Centro de Prevenção de Suicídio de Los Angeles. Para mais informações, ver: MIRANDA, Dayse (org.). Por que policiais se matam? Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2016, 1ª ed.

Esse tipo de ação coletiva é verificado também nas páginas hiperlocais. Não apenas voltado para a recuperação de objetos furtados, mas também na construção da informação divulgada, em uma espécie de *crowdsourcing*, ou seja, uma iniciativa que conta com um número grande de pessoas, que estão disposta a resolver um problema, que se beneficiam pelo reconhecimento social e por um senso de participação nos problemas de suas vidas em comunidade, articuladas em um processo online (ESTELLÉS-AROLAS; GONZÁLEZ-LADRÓN-DE-GUEVARA, 2012). Existem postagens que mobilizam grande número de comentários, seja por uma chamada explícita por parte do administrador da página (é comum alguns posts terminarem com algo como “Com a palavra o morador”), seja por vontade própria de cada indivíduo que se sente motivado a comentar (por afinidade com o tema, por ter informações sobre determinado caso etc.). O fato é que em nenhum momento da história das mídias tradicionais foi possível contar com um número tão grande de indivíduos engajados a apurar os fatos de interesse do veículo.

Dessa característica decorre um problema: ao aumentar imensamente o número de pessoas envolvidas na deliberação sobre determinada questão ou acontecimento, como chegar a uma resposta final? Se todos são iguais, se a horizontalidade é o padrão, como definir a resposta correta quando diferentes versões são introduzidas? Os exemplos que serão analisados a seguir trarão elementos para que esses questionamentos sejam respondidos. Foram selecionados os posts com maior número de comentários de cada um dos tópicos analisados neste estudo.

Em 6 de fevereiro de 2018, a página Maré Vive postou uma foto com crianças agachadas no chão de uma casa, com as mãos nos rostos e cabeças, e na legenda a descrição de mais uma operação que se desenrolava no conjunto de favelas da Zona Norte do Rio. O texto publicado informava que a operação policial se desenrolava por 10 horas, com três pessoas baleadas e duas mortas. O primeiro comentário da postagem foi da própria página:

Maré Vive: Gente, leiam a postagem. To cansado já.. nos ajudem ai. Respondam as pessoas nos comentários, nos passem as informações dos locais que estão tendo confrontos... tamo precisando dessa moral! é muita gente.. (Facebook, 6 fev. 2018)

O comentário foi respondido por mais de 50 pessoas, dando informações sobre os locais onde havia conflitos armados. O Complexo da Maré, formado por 16 favelas, possui mais de 130 mil habitantes¹²², se localiza entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, duas das principais vias da cidade, e costuma ser alvo de operações das Polícias Militar e Civil. O uso da caixa de

¹²² Fonte: <http://bit.ly/2ZPKYni> Acesso em 05 ago. 2019.

comentários pela rede de usuários da página Maré Vive possibilitou a rápida circulação de informações sobre o desenvolvimento dos conflitos armados durante as operações para um grande número de moradores, sendo uma ferramenta de autoproteção.

Quando o assunto é violência armada (tópico 3), outras páginas dedicadas à informações de favelas e bairros do Rio se comportam da mesma forma: um post é publicado dando informações básicas sobre operações ou confrontos entre facções e, em seguida, os comentários começam a aparecer com mais informações, fotos e vídeos dos tiroteios ou dos resultados dos confrontos (paredes com marcas de tiros, escolas fechadas, moradores escondidos para se protegerem etc.).

Em publicações sobre crimes de rua (tópico 24), foi comum encontrar usuários postando comentários de indignação com a situação atual, fazendo análises e comparações com locais ou épocas diferentes, ou com possíveis soluções para combater a criminalidade e aumentar a sensação de segurança:

Usuário 1: Se tem pouco policiais no batalhão de Belford roxo e só o comandante pedir reforço de outros batalhões pede ao enterventor¹²³ da segurança pública o que não pode é essa pouca vergonha de bandidos desfilarem com fuzis pra fora do carro como se fosse na Síria.

Usuário 2: eu já trabalhei de cobrador em uma dessas empresas que faz ponto final ai na rodoviária do Bom Pastor, e digo que isso ai não é novidade não. o tráfico sempre desfilou tranquilamente lá dentro, mas na época, há mais de dez anos atrás, os caras só andavam de pistolas. hoje em dia estão muito mais pesados. já hoje passei na Vila Paulina, e vi três elementos de motos armados com pistolas, no meio da rua. foi a primeira vez que vi isso lá. (Facebook, 2 abr. 2018)

Os comentários se referem a um vídeo, postado pela página “Jornal de Belford Roxo”, que mostra um grupo de jovens em carreta, empunhando armas de grosso calibre, como fuzis e submetralhadoras, com seus corpos para fora das janelas do automóvel enquanto faziam gestos com as armas para cima. A cena chocou os leitores da página, sendo possível notar pelo conteúdo dos comentários presentes na postagem. Mas nem todas as manifestações são de lamento ou demanda por endurecimento no policiamento e na repressão. Foi possível ver nessa postagem que os moradores se articularam para demonstrar, de maneira cidadã, sua insatisfação com o descaso na segurança pública do município, por meio de uma manifestação em frente ao Ministério Público:

¹²³ As grafias foram mantidas como no original.

Figura 41 - Chamado à manifestação em Belford Roxo



Fonte: Página do Facebook “S.O.S Belford Roxo”, 2 abr. 2018

Esse tipo de ciberativismo, de certa forma, tem sido recorrente no Brasil desde 2013 (como abordado no capítulo dois) quando grandes manifestações foram organizadas e convocadas principalmente com o uso do Facebook como ferramenta (MALINI; ANTOUN, 2013). Nesse caso, a imagem exposta acima foi divulgada em várias postagens sobre violência e crime nas páginas do município de Belford Roxo.

Algumas postagens produzem interesse e captam a atenção dos usuários que passam acompanhar o caso. Posts que veiculam ocorrências policiais por meio do “boletim de ocorrência digital” (tópico 40), apesar de não provocarem tanto engajamento quanto postagens de outros tópicos, muitas vezes instigam os usuários a contrapor a versão “oficial” da polícia. Em uma das postagens deste tópico, veiculada na página “Tanguá Acontece”, foi relatada a execução de duas pessoas que teriam roubado um veículo em Itaboraí. As informações são acompanhadas de uma foto com a cena da execução, imagem esta que foi “borrada”¹²⁴ pelo

¹²⁴ O Facebook limita a visibilidade de conteúdos que foram sinalizadas por conter conteúdo sensível. A sinalização desses conteúdos fica a cargo de uma equipe de moderadores, cujo trabalho tem sido por um lado criticado por excessos ou omissões, mas também tem sido revelado o alto nível de estresse e adoecimento mental dessas pessoas que precisam visualizar conteúdos muitas vezes violentos várias vezes por dia. O The Guardian revelou alguns dos critérios utilizados pelo facebook para fazer a moderação de conteúdo (<https://www.theguardian.com/news/2017/may/21/revealed-facebook-internal-rulebook-sex-terrorism-violence>). O tema voltou ao debate recentemente com a criação de um board independente de vinte especialistas em internet que irão funcionar como um comitê de apelação para decidir casos de moderação e censura de conteúdos na plataforma (<https://www.nytimes.com/2020/05/06/opinion/facebook-oversight-board.html>).

Facebook para evitar que usuários que não desejam se expor à violência gráfica tenham contato com o conteúdo. Na caixa de comentários há muitos lamentos pelas famílias dos homens mortos, bem como outros usuários parabenizando os policiais pelas mortes. E há também vários pessoas que comentaram “ac”. Essa abreviação de “acompanhando” é postada para que a cada nova informação e comentário incluídos na postagens, uma notificação seja enviada ao usuário. É uma forma de se manter informado mesmo que não se tenha nada de relevante para comentar na postagem.

Em diversos posts analisados, os usuários apenas expressam sua indignação, seu medo, suas angústias com relação aos casos de violência e com as ocorrências de crimes nas regiões onde residem. É importante notar que 2018 foi um ano com eleições para presidente da República e governadores, sendo muito corriqueiro também encontrar menções a políticos que fizeram suas campanhas com discurso de “tolerância zero” com o crime ou falas que desacreditam nas eleições como forma de modificar os rumos das políticas públicas voltadas à segurança. Dessa forma, estão expressos nos comentários um conjunto complexo de sentimentos, que serão analisados a seguir.

4.2. Os sentimentos dos “moradores” nos comentários

Pelo conteúdo publicado pelas páginas hiperlocais, espera-se que parte considerável desses comentários expresse sentimentos negativos, como medo, raiva, indignação etc., uma vez que crimes, violência e, principalmente, a forma pela qual esses casos são publicizados, tendem a criar um ambiente de insegurança e medo. Podemos analisar cinco crenças de perigo, ou seja, o que embasa um indivíduo a sentir perigo e medo, tal como analisado por Borges (2011):

“a crença de que se é um alvo atrativo; a crença de que um determinado ambiente é perigoso; a crença de que há muita criminalidade e violência; a crença de que se está desprotegido; a crença sobre a presença de um potencial ofensor.”
(BORGES, 2011:84)

Os conteúdos das postagens analisadas no capítulo anterior nos possibilitam imaginar que as crenças listadas acima podem gerar medo e sensação de perigo ao usuário que consome as informações das páginas hiperlocais. Ao retratar as vítimas com um perfil semelhante ao do usuário, alimenta a sensação de que se é um alvo atrativo; as diversas publicações de operações policiais, trocas de tiro, roubos violentos etc., constroem a imagem de que esses bairros são

perigosos e são lugares onde há muita criminalidade; a sensação de impotência em relação aos acontecimentos violentos, alimenta nesses usuários a sensação de descrença no poder público como um agente que poderia dar soluções ao problema de segurança pública; a ampla divulgação de imagens de “suspeitos” nas páginas hiperlocais, sujeitos que são em sua grande maioria jovens negros, perfil abundante nas periferias e favelas do Rio, colabora com a sensação de que um potencial agressor está sempre à espreita. Há motivos para suspeitar que o conteúdo publicado por essas páginas possa ter um efeito direto nas crenças do medo e do perigo dos usuários que são expostos a essas informações. Analisar este impacto, apesar de sua relevância, não está dentro do escopo deste trabalho e será investigado em trabalho posterior.

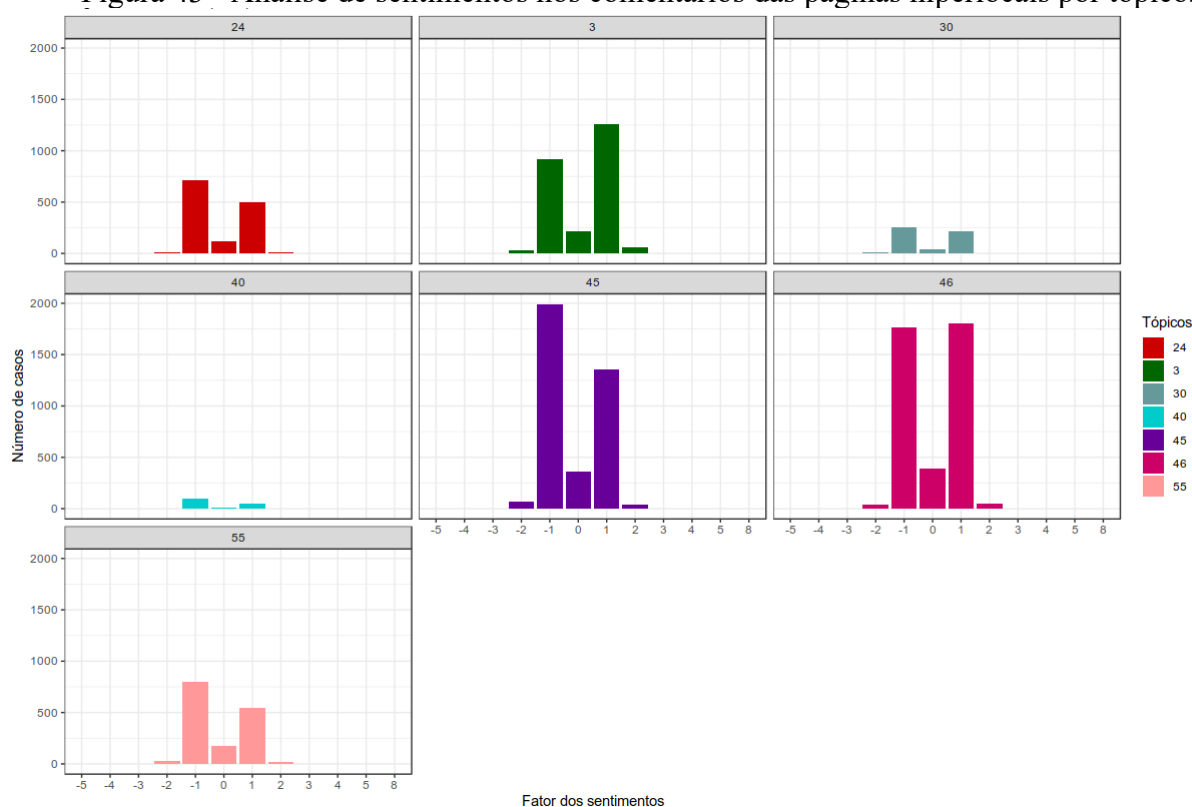
As diferentes “falas” sobre o crime e segurança pública Caldeira (2011), nesse sentido, cooperam para a construção e reconstrução do cotidiano daqueles a que atingem, promovendo alterações de rotas, horários e rotinas. Esta violência, que tolhe e suprime direitos, promove o incremento do sentimento de insegurança, uma vez que soluções dentro do Estado Democrático parecem falhar em garantir o direito básico à segurança e à vida, restando assim soluções dramáticas, quando não ilegais, como é o caso dos grupos de extermínio e justiceiros, bem como está no cerne do comportamento leniente em relação ao avanço das milícias.

Para se aproximar da percepção dos usuários das páginas hiperlocais do Facebook, foi realizada a análise de sentimento com os textos publicados nos comentários das postagens. A análise de sentimentos baseia-se em um dicionário que atribui um índice para indicar a polaridade de uma palavra, que pode ser negativo, positivo ou neutro. Quanto menor o número, mais negativa a palavra dentro do dicionário e vice-versa. Foi utilizado o dicionário *LexiconPT*¹²⁵, que atribui valores a cada palavra, em seguida foram realizadas análises de contexto e temporais, além da divisão por tópicos.

A figura 42 apresenta a nuvem de palavras utilizadas nos comentários das postagens selecionadas, definindo em cores as polaridades e apontando a frequência de uso pelo tamanho. Vê-se que na polaridade positiva, palavras ligadas a um cotidiano “tranquilo” e “respeitoso” são bastante utilizadas, bem como “educação”, “democracia” e “segurança”. No campo negativo, destaca-se palavras como “bandido”, “vergonha”, “vagabundo”, “safado”, referindo-se a adjetivos bastante frequentes em falas indignadas com casos de crime, mobilizando sentimento de impotência frente ao ato. As palavras “bom” e “melhor” que se destacam pela frequência são normalmente utilizados em cumprimentos cotidianos, que são muito frequentes nas páginas, como visto no capítulo três.

¹²⁵ Fonte: <https://cran.r-project.org/web/packages/lexiconPT/README.html>. Acesso em 28 ago. 2019.

Figura 43 - Análise de sentimentos nos comentários das páginas hiperlocais por tópicos



No quadro abaixo, é possível verificar a proporção da presença de palavras com cada uma das polaridades nos comentários dos tópicos estudados. Percebe-se que, em linhas gerais, os comentários tendem a mobilizar palavras de polaridade negativa em maior proporção do que as positivas, a única exceção é o tópico 3, que trata de violência armada. O tópico cujos comentários são mais negativos é o 40, que veicula o chamado “Boletim de ocorrência digital” (ver capítulo três).

Tabela 2 - Proporção de palavras por polaridade para os tópicos selecionados

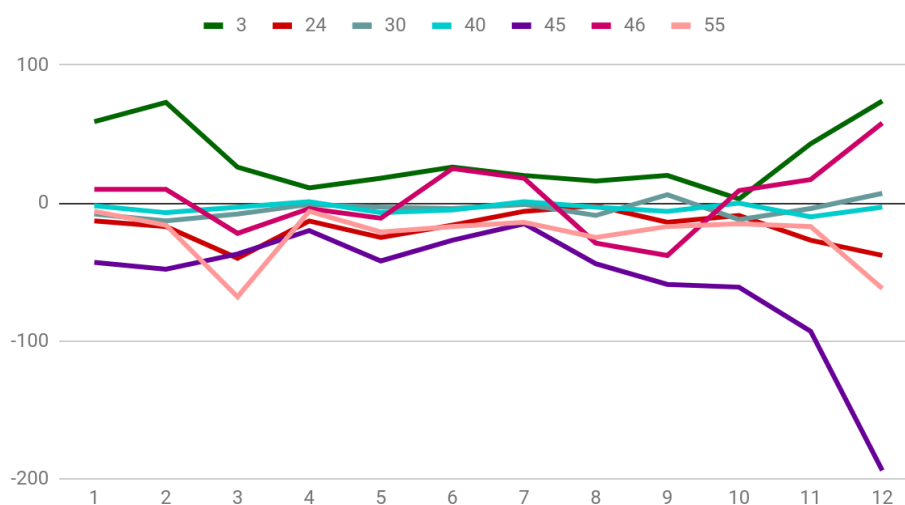
Tópicos	Negativo	Neutro	Positivo
3	38.32%	8.84%	52.84%
24	53.50%	8.77%	37.73%
30	50.19%	8.52%	41.29%
40	58.58%	8.88%	32.54%
45	53.84%	9.54%	36.62%
46	44.64%	9.62%	45.75%
55	53.11%	10.80%	36.09%

Nota: Dados extraídos do Facebook.
Fonte: O autor, 2019.

É contraditório o resultado em relação ao tópico de violência armada. Único assunto em que os comentários usam mais de 50% de palavras com polaridade positiva, esses comentários, a primeira vista, deveria versar sobre a realidade de insegurança e medo. No entanto, como em muitos casos, esses posts são alertas que vão sendo atualizados no decorrer do tempo, a positividade relativa dos comentários pode apontar para o desfecho de um evento violento. Também há uma série de menções ao então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, como sendo a esperança para resolver os problemas de criminalidade e insegurança. A atuação de eleitores de Bolsonaro nas páginas hiperlocais foi intensa durante o ano de 2018 e impactou todos os resultados desta pesquisa. Por mais que este fator se imponha, o mesmo será investigado de maneira mais profunda em estudos posteriores.

Quando as polaridades são analisadas no decorrer do ano de 2018, temos as curvas presentes na figura 44:

Figura 44 - Soma das polaridades das palavras utilizadas nos comentários em cada tópico por mês (2018)



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Vê-se que na maior parte do ano, as curvas se localizam de forma mais próxima ao eixo zero, que representa a neutralidade. A exceção são as curvas dos tópicos 45, 3 e 46. A curva acentuada do tópico 45 no último trimestre do ano, refere-se basicamente a casos rumorosos de feminicídios, um deles visto na seção anterior deste capítulo. O tópico 3 se mantém por todo o ano na polaridade positiva, mas não apresenta números extremos como no caso do tópico 45. O tópico 46, relativo aos roubos de rua, de veículos, possui altos e baixos no decorrer do ano, apresentando uma curva acentuada em direção ao pólo positivo no último trimestre.

Em um mesmo post, que conta um caso de crime ou violência, a caixa de comentários pode apresentar um contexto mais negativo no início e mudar para o polo positivo, e vice-versa. Isso se dá em grande medida porque os casos reportados pelas páginas hiperlocais estão sempre em atualização, a espera de novas contribuições. Esta é uma característica que distanciam a chamada mídia tradicional, ou seja, jornais impressos, TV, rádio etc., das redes sociais e o seu uso como fonte de informação. Na medida em que cada um dos usuários é um consumidor e um produtor de informação em potencial, os casos dificilmente encontram uma conclusão, um final. Não há nas redes sociais uma figura que possui a legitimidade de concluir um assunto, expondo às conclusões últimas daquele caso.

4.3. Conclusão

O papel dos usuários das páginas hiperlocais é central. Ele é consumidor, produtor e editor do conteúdo ao mesmo tempo. É ele que irá reportar casos de violência armada, operações policiais em desenvolvimento, crimes e atos de violência ocorridos na região etc. Neste sentido, além de canais de informação, as páginas hiperlocais são como grandes redações de jornal, onde todo leitor é também partícipe do processo de confecção, edição e divulgação do produto.

Abordamos neste capítulo o engajamento dos usuários nas páginas hiperlocais, investigando as razões por trás das “curtidas” e compartilhamentos, além de analisar o maior ou menor engajamento. Os tópicos que chamam atenção são os que tratam da violência armada (tópico 3) e o que retrata casos de crimes ocorridos no espaço público (tópico 24). Tais assuntos são recorrentes no Rio de Janeiro e também despertam preocupações quanto a segurança pessoal e de seus bens. Como pontuado no capítulo anterior, o medo de se ver no meio de um confronto armado, ou ser vítima de uma “bala perdida” é a maior preocupação dos moradores da cidade do Rio em relação a sua segurança. No caso dos bens, especialmente os automóveis, o grande volume de ocorrências alimenta a sensação de que o perigo de ter seu carro roubado é algo iminente.

Em boa parte das postagens analisadas nesta tese pudemos verificar a ocorrência de cascatas informacionais. Este tipo de efeito tem sérios impactos na disseminação de notícias falsas e boatos, mas também pode suscitar engajamentos em torno de temas urgentes, como a “investigação” de uma chacina ou o desaparecimento de uma criança. Neste sentido, em se tratando de populações que muitas das vezes não encontram suas demandas expressas na mídia

de referência ou tem seus apelos atendidos pelo poder público, este tipo de engajamento rápido e “viral” pode significar que respostas concretas e ágeis serão dadas a determinadas problemas.

Essa é uma face da moeda. O sentimento de impotência em relação aos casos de violência e criminalidade ocorridas nas periferias da RMRJ está assentado na baixa confiança que os cidadãos possuem em relação às Forças Policiais. A falta de esperança na resolução dos problemas de segurança do bairro é terreno fértil para que casos de justicamento e linchamento proliferem. Alguns casos já foram registrados no Rio de Janeiro, tendo seu início em páginas hiperlocais (NUNES, 2017). A grande circulação de fotografias de “suspeitos”, jovens e negros, suscitam não só a sensação de que o perigo está sempre à espreita, mas também casos de violência contra pessoas que cometeram os crimes e também inocentes.

Não surpreende então que a maior parte das palavras utilizadas nos comentários das postagens analisadas sejam mais negativas do que positivas em quase todos os tópicos. A esperança, simbolizada por palavras mais positivas, esteve ligada a temática da violência armada, onde, em muitos casos, eleitores de candidatos que prometeram “tolerância zero” contra a criminalidade expressaram sua expectativa de resolução dos problemas de segurança da sua vizinhança.

CONCLUSÃO

Ao final da leitura deste trabalho, esperamos ter evidenciado alguns problemas conceituais que enxergamos no arcabouço teórico utilizado no estudo da esfera pública ao não só revisitar teorias e suas críticas, mas também com a apresentação de um fenômeno empírico que desafia certos entendimentos do que seja esta esfera, seus temas e seus membros.

Como visto na introdução e na análise das postagens das páginas hiperlocais, certas áreas do Rio de Janeiro enfrentam situações de violência que se perpetuam por décadas. Ora na ação violenta da polícia nestes territórios, que vitima um número inadmissível de pessoas todos os anos, ora pela leniência do Estado que permite que grupos armados dominem territórios e controlem a vida dos moradores. A maior parte da população que reside nestes espaços, que é vitimada e violada em seus direitos, é negra e a situação a que são submetidos de certa forma é tolerada pelo resto dos cidadãos e pelo jornalismo de referência.

Por décadas, os jornais fluminenses estampam em suas páginas fatos, temas e perspectivas de uma parcela muito restrita da sociedade, tal como abordado nos primeiros capítulos deste trabalho. São os residentes das áreas mais abastadas que costumam se ver representados pelas matérias veiculadas, os que são ouvidos como fontes, os que têm suas demandas publicadas pela imprensa. Neste sentido, para resgatar um exemplo presente no capítulo dois, a vala negra próximo de uma praia da Zona Sul é tema de reportagem e vira algo “público”, enquanto os valões e rios não tratados em uma periferia são tidos como assuntos de menor importância pública e que, por meio de continuado silenciamento jornalístico, é politicamente particularizado como um problema mais setorizado, menos público.

Em certa medida, ao não dar voz ou não colocar luz nestas violações, a imprensa de referência pratica o que chamarei de “desrespeito societal dos direitos humanos”. Thomas Pogge (1995), resumidamente, destaca algumas formas pelas quais o Estado recai em um “desrespeito oficial dos direitos humanos” (em que oficial remete a estatal), ao legislar e interpretar leis que autorizam a violação de direitos humanos pelos oficiais de seu aparato e ao ser sistematicamente omissos diante de violações praticadas por seus funcionários e por agentes não-estatais. Acreditamos que, ao não colocar as diversas situações a que são submetidas certas áreas e parcelas da população, situações essas que constituem violações de direitos, a grande imprensa e a esfera pública informada pela imprensa de referência recai em certo “desrespeito societal dos direitos humanos”, uma vez que sua omissão em relação a essas áreas e parcelas

da população silencia, invisibiliza, particulariza e, assim, fazem parte do que constrói maior vulnerabilidade e permite que as violações se reproduzam mais facilmente. Ao concordarmos que o direito à vida é um direito de todos enquanto as mortes cotidianas que ocorrem em favelas e periferias não são pauta da imprensa nem da esfera pública como um todo, incorremos societalmente em certo desrespeito aos direitos humanos, que converge com o desrespeito oficial estatal teorizado por Thomas Pogge. As violações de direitos de qualquer grupo social precisam ser abordadas e tematizadas pela sociedade, uma vez que a omissão em relação a esses fatos significa que tais violações não são importantes ou podem ser toleradas. Se o direito à vida, ao ir e vir, a propriedade, são direitos fundamentais devidos a todos, não se pode tolerar que alguns não os usufruam.

Este tema se liga à discussão sobre a natureza da ideia de público nas teorias analisadas nos primeiros capítulos desta tese. Habermas (2001) ao analisar uma esfera pública baseada em um público hétero, branco e masculino centrado, excluiu as mulheres e outros grupos. Fraser (1995), ao incorporar essas populações em contrapúblicos subalternos, lançou luz a esses espaços em que certas violências eram assunto de debate.

Expandir a ideia de público é fundamental não só para remover normatividades do conceito que reduzem seu poder explicativo, mas também é importante do ponto de vista dos direitos humanos. As páginas hiperlocais, procuramos demonstrar, provocam a reflexão sobre o caráter do que é considerado assunto público no Rio de Janeiro, revelando quais as violações que permanecem há anos invisibilizadas pela seletividade da cobertura da imprensa. Ao emergir com voz, temas e formatos próprios, essas páginas têm contribuídos, junto com diversos movimentos sociais, para a produção mudanças na esfera pública e, também, na imprensa, que, pouco a pouco, têm se aberto para essas perspectivas e para essas novas presenças.

Além destas reflexões que procuraram evidenciar o caráter normativo do conceito de esfera pública, que de certa forma reduz o seu potencial explicativo e normativo, também buscamos apresentar nesta tese análises empíricas do fenômeno das páginas hiperlocais. É importante pontuar nesta conclusão que, por mais que a temática da violência e da segurança pública tenha sido destacada pelos motivos já apresentados, estas páginas têm a potencialidade, em certa medida e em alguns momentos realizada, de trazer ao debate público várias outras questões que estariam cobertas pelo véu da seletividade da grande imprensa. Ao utilizar esses canais como plataformas de publicização de problemas vivenciados por moradores destas áreas, esses comunicadores e a comunidade construída em torno destas páginas, se fazem ouvir, articulam campanhas e mobilizações e responsabilizam o poder público pelas suas omissões ou por suas ações violadoras de direitos.

O tema da segurança, que por vezes tem sido pontuado como o principal problema do Rio de Janeiro, é tratado de maneira muito distinta nestas páginas, em relação ao veiculado na imprensa tradicional. No capítulo três, abordamos detidamente sobre os assuntos mobilizados por essas páginas, seu impacto em relação aos leitores (como se engajam com esses conteúdos) e as redes de afinidades que elas mantêm entre si. Fica claro que, por mais que este não seja um tema presente na cobertura da imprensa de referência (excetuando os roubos de carga, que foram o foco de atenção da Intervenção Federal), os crimes contra o patrimônio mobilizam de maneira muito expressiva estas páginas e seus seguidores. É relevante que se estude mais detidamente as razões pelas quais este tipo de crime ganha tanta atenção destas iniciativas locais de comunicação. Como pontuamos naquele capítulo, além do drama pessoal daquele que é roubado, certos crimes que parecem banais, como roubos de veículos, podem estar dentro de uma cadeia criminal complexa e extensa.

Foi chamada a atenção também para os crimes contra a vida, principalmente as mortes de mulheres por violência de gênero. Os feminicídios têm recebido atenção especial, por se tratarem muitas vezes de crimes de ódio, cometidos com requintes de crueldade, tortura e, muitas vezes, antecedido por estupro. Outro tema relevante tratado pelas páginas foi a violência armada que atinge estes lugares, onde tiroteios e disparos de armas são quase parte do cotidiano. Essa relação com as armas é especialmente peculiar no Rio de Janeiro, havendo registros de volumes assombrosos de eventos armados e que, muitas vezes, não ocasionam mortos e feridos. É um fenômeno que se concentra principalmente na capital do estado, sendo um pouco distinto na região da Baixada Fluminense, onde as balas vitimam mais. De toda forma, esse nível de violência armada produz, quando não vítimas, um sentimento de insegurança e impotência que causa adoecimento mental, expresso, por exemplo, em infartos e AVC's¹²⁶. O poder público, muito frequentemente um causador direto (e não apenas por omissão e desrespeito oficial) dessa violência, não possui um monitoramento da frequência e dos impactos dessas trocas de tiro nas favelas, nem ao menos possui um controle eficiente da quantidade de munição utilizada por policiais, acompanhado de mecanismos de redução desses números para desincentivar a ação violenta por parte dos agentes. Coube a sociedade civil elaborar um sistema de acompanhamento deste tipo de violência, que se utiliza basicamente de informações produzidas por pessoas nos territórios, boa parte delas provenientes das páginas hiperlocais.

¹²⁶ “Fisioterapeuta cuida grátis de sequelas da vida nas favelas do Alemão, no Rio”. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1897315-fisioterapeuta-cuida-gratis-de-sequelas-da-vida-nas-favelas-do-alemao-no-rio.shtml>> Acesso em 20 de abr. 2020.

É importante pontuar o papel do Estado na perpetuação desta violência que assola esses espaços há décadas. As operações e patrulhamentos destacados pelas páginas deste estudo dão um panorama da falta de atenção que o poder público tem para com os moradores de favelas e periferias. São nas postagens no Facebook que os moradores ficam sabendo quando e onde cada operação está ocorrendo, se é seguro sair de casa, deixar as crianças na escola, ir ao posto de saúde, bem como quais foram os impactos da ação policial em termos de vítimas e prejuízos ao patrimônio dos moradores. Os “boletins de ocorrência digitais”, que operam como apêndice da comunicação oficial das policiais, circulam nessas páginas como peças que compõem um cenário mais completo da ação da polícia, além de alimentar discursos permissivos frente à violência do Estado, enxergando ser ela a solução para os problemas vivenciados nas favelas.

Apesar deste cenário polarizado ao primeiro olhar, a análise das redes de relações entre as páginas hiperlocais evidencia que há espaços de diálogo. Por anos as visões de luta por direitos foram confrontadas com discursos de incentivo à repressão do Estado por meio de suas polícias, levando ao distanciamento da sociedade civil organizada das discussões acerca das forças policiais, sua atuação e estrutura. Neste sentido, o que podemos verificar brevemente na análise é, por mais que tal divisão esteja mimetizada no grafo de relações destas páginas, o mesmo evidencia campos de relações possíveis, e que podem ser trabalhados de maneira aprofundada em trabalhos posteriores.

Por fim, buscou-se evidenciar, no último capítulo, as formas pelas quais os moradores/leitores se engajam com o conteúdo e como produzem informações novas por meio da ação desenvolvida nos comentários das postagens. Infelizmente, por limites técnicos, não foi possível realizar algumas análises, como a rede de relações dos usuários (quem são os nós mais conectados, sobre que tipo de postagem esses nós atuam de forma mais relevante, quais são as comunidades de usuários expressas nas respostas, réplicas e tréplicas nos comentários etc.), o perfil de interesse desses usuários em relação às páginas hiperlocais (usuários que participam de uma página, tendem a participar também de outras? Quais as possíveis relações entre as páginas seguidas por esse usuário?), o nível de relevância de usuários (vários indivíduos gerando algumas cascatas, ou apenas alguns gerando várias cascatas?), entre outras análises que seriam reveladoras da atuação e das relações destes indivíduos dentro de cada página.

De toda forma, por meio de análises quantitativas, mas também qualitativas, mostramos como se dão algumas das relações nas caixas de comentários, chamando atenção especial para a maneira pela qual um evento violento é “investigado” por essa comunidade hiperlocal. Os usuários destas páginas, como a maior parte da população, possuem várias filiações institucionais (trabalho, educação) e estão inseridos em diversos grupos (família, amigos de

escola, do futebol etc), de onde conseguem diversas informações que são incluídas nas caixas de comentários (assim como falado no capítulo dois). De posse de tanta informação, os usuários podem agregar fatos ao que foi publicado pela página, trazendo maior clareza ao acontecimento. Adicionalmente, também demonstramos como as caixas de comentários são instrumentos que expandem as ferramentas de autoproteção, sendo os espaços onde cada pessoa dá sua informação em tempo real sobre os locais seguros e quais localidades devem ser evitadas.

Neste ponto, é importante fazer uma reflexão acerca dessas páginas e de como os moradores lidam com essas informações. Muitas vezes são instrumentos benéficos e importantes para jogar luz sobre os problemas destes espaços e para municiar os usuários com informações que irão auxiliá-los no decorrer do seu dia-a-dia. Ocorre que essas páginas também expressam certa desconfiança sobre o poder público enquanto solucionador de conflitos, o que em alguns casos pode levar a espancamentos, linchamentos e até mortes de pessoas. Em 2017, por exemplo, um casal foi perseguido por moradores de Araruama que acreditaram no boato de que os mesmos eram sequestradores de crianças¹²⁷.

As informações trazidas pelas análises destas páginas revelam sua importância para a esfera pública do Rio de Janeiro, sendo um fator de alargamento do conceito de interesse público, com inclusão de novos temas e novos atores no debate, em processo de aprofundamento do caráter público do público e do caráter democrático do público. É evidente que tais iniciativas possuem suas limitações, mas não são desprezíveis os seus efeitos. Será importante para os trabalhos futuros, compreender quais os papéis de outras formas de comunicação (Twitter e WhatsApp) neste contexto, uma vez que representam uma ecologia complexa (MAIA; REZENDE, 2015). Por fim, futuramente, almejamos estudar que tipos de impactos essas novas presenças e perspectivas produziram no jornalismo de referência, por meio da mudança no perfil de sua cobertura, enquadramento, bem como composição das equipes.

¹²⁷ “Boato em rede social faz multidão tentar linchar casal no RJ”. <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2017/04/boato-em-rede-social-faz-multidao-tentar-linchar-casal-no-rj.html>> Acesso em 20 mai. 2020.

REFERÊNCIAS

- ABBRUZZESE, J. In search of meaning for the Facebook Like. **Mashable**, 2017. Disponível em: <<https://mashable.com/2017/06/06/what-does-a-facebook-like-mean/>>. Acesso em 20 fev. 2020.
- ABREU, A. A. DE. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 3, p. 25–40, 2003.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153–172, 2007.
- ALEXANDER, J. C. The mass news media in systemic, historical and comparative perspective. *In: Mass media and social change*. Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 17–51.
- ALLEN, J.; LIVINGSTONE, S.; REINER, R. The Changing Generic Location of Crime in Film. **Journal of Communication**, v. 47, n. 4, p. 1–13, 1997.
- ALLEN, J.; LIVINGSTONE, S.; REINER, R. True Lies: Changing Images of Crime in British Postwar Cinema. **European Journal of Communication**, v. 13, n. 1, p. 53–75, 1998.
- ALSTYNE, Marshall Van; BRYNJOLFSSON, Erik. **Electronic Communities: Global Village or Cyberbalkans?** (working paper, MIT Sloan School, Cambridge, MA, 1997), Disponível em: <http://bit.ly/2T9JbnW>. Acesso em 11 nov. 2019.
- AMARAL, M. F. **Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?** Brasília: [s.n.].
- AMARAL, M. F. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BAKSHY, E.; MESSING, S.; ADAMIC, L. A. **Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook**. *Science*, [s.l.], v. 348, n° 6239, p. 1130–1132, 2015.
- BAO, P. et al. Cumulative Effect in Information Diffusion: Empirical Study on a Microblogging Network. **PLoS ONE**, v. 8, n. 10, 2013.
- BARBERÁ, P. et al. **Tweeting From Left to Right**. *Psychological Science*, [s.l.], v. 26, n° 10, p. 1531–1542, 2015.
- BARBERA, P. **Social Media , Echo Chambers , and Political Polarization Digital technologies and political echo chambers**. [s.l.], p. 1–20, 2019.

BARBERA, Pablo; RIVERO, Gonzalo. **Understanding the political representativeness of Twitter users**. *Social Science Computer Review* 33(6):712–729. 2015.

BARBOSA, Marialva. *Jornalismo popular e o sensacionalismo*. Rio Grande do Sul, 2004. In: **Verso e Reverso/Revista da comunicação**, Ano XVIII, 2004/2, n.º 39.

BARNIDGE, M. **Exposure to Political Disagreement in Social Media Versus Face-to-Face and Anonymous Online Settings**. *Political Communication*, [s.l.], v. 34, n.º 2, p. 302–321, 2017.

BARTHÉLEMY, M. Betweenness centrality in large complex networks. **Eur. Phys. J. B.** 38: 163, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1140/epjb/e2004-00111-4>. Último acesso: setembro de 2017.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and instability in American Politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKETT, K.; SASSON, T. **The politics of Injustice**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

BEIERLE, T. C. **Digital deliberation: Engaging the Public through online policy dialogues**. *Democracy online: the prospects for political renewal through the Internet*. New York: Routledge, 2004.

BEZERRA, A. C.; GRILLO, C. C. **Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações**. *Liinc em Revista*, [s.l.], v. 10, n.º 1, p. 195–210, 2014.

BLEI, D. M. Topic Modeling and Digital Humanities. **Journal of Digital Humanities**, v.2, n. 1, 2012. Disponível em: <http://journalofdigitalhumanities.org/2-1/topic-modeling-and-digital-humanities-by-david-m-blei/>. Acesso em 20 fev. 2020.

BLONDEL, V. D. et al. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, v. 2008, n. 10, p. P10008, 2008.

BOHMAN, J. **Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy**. In: CROSSLEY, N.; ROBERTS, J. M. (Orgs.). *After Habermas: New Perspectives on the Public Sphere*. Oxford, UK ; Malden, MA: Blackwell, 2004.

BONSÓN, E.; ROYO, S.; RATKAI, M. Citizens' engagement on local governments' facebook sites. an empirical analysis: The impact of different media and content types in western europe. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 52–62, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2014.11.001>.

BORGES, D. **O Medo do Crime na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2011.

BORGES, D.; RIBEIRO, E.; CANO, I. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

BOXELL, L.; GENTZKOW, M.; SHAPIRO, J. M. **Greater Internet use is not associated with faster growth in political polarization among US demographic groups**. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [s.l.], v. 114, n° 40, p. 10612–10617, 2017.

BOYD, D.; GOLDBERGER, S.; LOTAN, G. **Tweet, Tweet, Retweet: Conversational Aspects of Retweeting on Twitter**. 43rd Hawaii International Conference on System Sciences. Anais. IEEE, jan. 2010. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/document/5428313/>>

BROWN, S. **Crime and Law in Media Culture**. Buckingham: Open University Press, 2003.

BUCHER, T. The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information Communication and Society**, v. 20, n. 1, p. 30–44, 2017.

BURKE, M. et al. Feed me: Motivating newcomer contribution in social network sites. Conference on Human Factors in Computing Systems - Proceedings. **Anais...** . p.945–954, 2009. New York.

CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3º ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CALERO, A. **Likes vs. comments vs. shares**, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/33UhB2I>
Acesso em 23 ago. 2019.

CAMPOS, M. DA S. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 478–509, 2009.

CHA, M.; MISLOVE, A.; ADAMS, B.; GUMMADI, K. P. Characterizing social cascades in Flickr. **Proceedings of the ACM SIGCOMM 2008 Conference on Computer Communications -1st Workshop on Online Social Networks, WOSP'08**, p. 13–18, 2008.

CHIBNALL, S. **Law-and-order News**. London: Tavistock, 1977.

CHO, M.; SCHWEICKART, T.; HAASE, A. Public engagement with nonprofit organizations on Facebook. **Public Relations Review**, v. 40, n. 3, p. 565–567, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.01.008>>.

CHRISTIANS, C. G. *et al.* **Normative theories of the media: journalism in democratic societies**. Champaign: University of Illinois Press, 2009.

CHRISTOFOLETTI, R.; BASSO, M. K. J. O preto no branco: democracia midiática no Brasil e presença de negros nas fotos dos jornais. **Estudos em Comunicação**, n. 2, p. 111–125, 2007.

DAVIS, A. Whither Mass Media and Power? Evidence for a Critical Elite Theory Alternative. **Media, Culture & Society**, v. 25, n. 5, p. 669–690, 30 set. 2003.

DEAN, J. Why the Net is not a Public Sphere. **Constellations**, [s.l.], v. 10, nº 1, p. 95–112, 2003.

DEVITO, M. A. From Editors to Algorithms: A values-based approach to understanding story selection in the Facebook news feed. **Digital Journalism**, v. 5, n. 6, p. 753–773, 2017.

DORNELLES, B. O local em destaque: jornais de bairro x cadernos de bairros. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 1, p. 244–259, 2012.

DOTEY, A.; ROM, H.; VACA, C. **Information diffusion in social media**. 2011.

eBIKHCHANDANDI, S. et al. A Theory of Fads, Fashion, Custom, and Cultural Change as Informational Cascades. **Journal of Political Economy**, v. 100, n. 5, p. 992–1026, 1992.

ESTELLÉS-AROLAS, E.; GONZÁLEZ-LADRÓN-DE-GUEVARA, F. Towards an integrated crowdsourcing definition. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 2, p. 189–200, 2012.

FACEBOOK INVESTORS RELATIONS. **Contém press releases da empresa com os números de audiência**. Disponível em: <<https://investor.fb.com/investor-news/default.aspx>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

FELTRAN, G. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Testando a Hipótese do Contrapoder: A cobertura das eleições de 1998 e 2014**: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA). Rio de Janeiro: [s.n.].

FERREIRA VAZ, P. B.; BRANDÃO TAVARES, F. DE M. **O negro-mestiço e a narrativa fotojornalística: um outro discurso nos cadernos Cidade**. Belo Horizonte: [s.n.].

FILHO, C. DE B.; PRAÇA, S. Agenda Setting, Newsmaking e a espiral do silêncio. *In: Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014.

FINATTO, M. J. B. *et al.* **Características do jornalismo popular: avaliação da inteligibilidade e auxílio à descrição do gênero**. Cuiabá: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.aclweb.org/anthology/W11-4506>>.

FLETCHER, R.; NIELSEN, R. K. **Are News Audiences Increasingly Fragmented? A Cross-National Comparative Analysis of Cross-Platform News Audience Fragmentation and Duplication**. *Journal of Communication*, [s.l.], v. 67, nº 4, p. 476–498, 2017.

FRANGONIKOLOPOULOS, C. A. **Global civil society and deliberation in the digital age.** *International Journal of Electronic Governance*, [s.l.], v. 5, n° 1, p. 11–23, 2012. ISSN: 17427517, DOI: 10.1504/IJEG.2012.047440.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *In: Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992. .

FUCHS, C. **Theorising social media, politics and the state: An introduction.** In: TROTTIER, D.; FUCHS, C. (Orgs.). *Social Media, Politics and the State: Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube*. Londres: Routledge, 2014.

GAROFALO, J. Crime and the Mass Media: A selective review of research. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 18, n. 2, p. 319–50, 1981.

GERBAUDO, P. **Tweets and the streets: Social Media and contemporary activism.** New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GITLIN, T.; TUCHMAN, G. Making News: A Study in the Construction of Reality. **Contemporary Sociology**, v. 9, n. 1, p. 99, jan. 1980.

GONZÁLEZ-BAILÓN, S. **Decoding the Social World: Data Science and the Unintended Consequences of Communication.** Cambridge: The MIT Press, 2017.

GORDON, E.; MANOSEVITCH, E. **Augmented deliberation: Merging physical and virtual interaction to engage communities in urban planning.** *New Media and Society*, [s.l.], v. 13, n° 1, p. 75–95, 2011. ISBN: 1461444810, ISSN: 14614448, DOI: 10.1177/1461444810365315.

GRANOVETTER, M. S. **The Strength of Weak Ties.** *American Journal of Sociology*, [s.l.], v. 78, no 6, p. 1360–1380, 1973.

GREER, C.; REINER, R. Mediated mayhem: media, crime, criminal justice. *In: The Oxford handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2012. .

GUTIÉRREZ, M. **Data Activism in Light of the Public Sphere.** In: VELDEN, L. VAN DER; MILAN, S. Reversing Data Politics: An Introduction to the Special Issue. *Krisis*, [s.l.], n° 1, 2018.

GUTIÉRREZ, Miren. Data Activism in Light of the Public Sphere Miren. **Krisis**, [s. l.], n. 1, 2018. Disponível em: <www.krisis.eu>

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HALL, S.; CRITCHER, C.; *et al.* **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London: The Macmillan Press Ltds, 1978.

HERBST, S. Public Expression Outside the Mainstream. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 546, n. 1, p. 120–131, 8 jul. 1996.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible? How television frames political issues**. Chicago: University Of Chicago Press, 1991.

KAHN, T. **Cidades blindadas: ensaios de criminologia**. São Paulo: Conjuntura, 2001.

KATZ, E. (2001). Lazarsfeld'S Map of Media Effects. **International Journal of Public Opinion Research**, 13(3), 270–279. <https://doi.org/10.1093/ijpor/13.3.270>

KIM, C.; YANG, S. U. Like, comment, and share on Facebook: How each behavior differs from the other. **Public Relations Review**, v. 43, n. 2, p. 441–449, 2017. Elsevier Inc. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.02.006>>.

KINGDON, J. W. Como chega a hora de uma idéia. *In: Políticas Públicas - Coletânea*. Brasília: ENAP, 2007. v. 1.

KURPIUS, D. D. Sources and Civic Journalism: Changing Patterns of Reporting? **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 79, n. 4, p. 853–866, 26 dez. 2002.

LAMPE, C.; RESNICK, P. Slash(dot) and burn: Distributed Moderation in a Large Online Conversation Space. **Proceedings of the 22nd Annual SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems**. Anais... . p.543–550, 2004. New York: ACM.

LAZARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The people's choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1944.

LEE, S. Y.; HANSEN, S. S.; LEE, J. K. What makes us click like on Facebook? Examining psychological, technological, and motivational factors on virtual endorsement. **Computer Communications**, v. 73, p. 332–341, 2016. Elsevier Ltd. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.comcom.2015.08.002>>.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 15, n. 44, 2000.

LIMA, V. A. DE. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MACSKASSY, S. A; MICHELSON, M. **Why Do People Retweet ? Anti-Homophily Wins the Day !** Proceedings of the Fifth International Conference on Weblogs and Social Media ICWSM '11, n. February, p. 209–216, 2011.

MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. **The Oxford handbook of criminology**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, v. 0, n. 34, p. 492, 2015.

MALINI, F. **Por uma Genealogia da Blogosfera : considerações históricas (1997 a 2001)**. In: *XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013, 278p.

MARTEL, Frederic; MARQUES, Clóvis. **Smart: O que você não sabe sobre a internet: O que você não sabe sobre a internet**. 1ª edição. [s.l.]: Civilização Brasileira, 2015.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. **The Agenda-Setting Function of Mass Media Public opinion quarterly**, 1972.

MCNAIR, B. What is journalism? In: BURGH, H. DE (Ed.). . **Making journalists: Diverse models, global issues**. New York: Routledge, 2005. .

MELO, R. REPENSANDO A ESFERA PÚBLICA: ESBOÇO DE UMA TEORIA CRÍTICA DA DEMOCRACIA. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 94, p. 11–39, abr. 2015.

MESSING, S.; WESTWOOD, S. J. **Selective Exposure in the Age of Social Media: Endorsements Trump Partisan Source Affiliation When Selecting News Online**. *Communication Research*, [s.l.], v. 41, nº 8, p. 1042–1063, 2014.

MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. **Dados**, v. 46, n. 2, p. 289–310, 2003.

MIN, S.-J. Conversation through journalism: Searching for organizing principles of public and citizen journalism. **Journalism**, v. 17, n. 5, p. 567–582, 2016.

MORRIS, C. R. **The trillion dollar meltdown: Easy money, high rollers, and the Great Credit Crash**. New York: Public Affairs, 2008.

NASCIMENTO, D. S. **Jornais comunitários, Lazer e favela: A construção do meu lugar**. In: *41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Joinville: [s.n.], 2018.

NEWMAN, N.; FLETCHER, R. KALOGEROPOULOS, A.; NIELSEN, R. **Reuters Institute Digital News Report 2019**. [s.l.]: [s.n.], 2019.

NEWMAN, Nic et al. **Reuters institute digital news report 2019**. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019.

NUNES, P. Crime e polícia no #riodejaneiro: relatos em páginas do Facebook. **Boletim Segurança e Cidadania**, v. Outubro, n. 24, 2017.

O'NEIL, C. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown, 2016.

O'NEILL, O. Ethical Reasoning and Ideological Pluralism. **Ethics**, v. 98, n. 4, p. 705–722, 1988.

OLIVEIRA, Pablo Nunes De. A “Guerra” e a “Paz” no discurso midiático sobre segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. **CIDADES , Comunidades e Territórios**, [s. l.], v. 25, p. 68–82, 2012.

PERUZZO, C. Social movements, virtual networks and alternative media in the june “when the giant awoke”(?). **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 73, 6 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69407>>.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. New York: Oxford University Press, 1998.

PHILLIPS, M. The Observer Review. **The Observer**, p. 2, 1996.

PLETIKOSA CVIJKI, I.; MICHAHELLES, F. Online engagement factors on Facebook brand pages. **Social Network Analysis and Mining**, v. 3, n. 4, p. 843–861, 2013.

POGGE, T. W. How Should Human Rights be Conceived? **Annual Review of Law and Ethics**, v. 3, 1995.

PUFF, Jefferson. **PM do Rio aposta em Whatsapp e Facebook para denúncias e lança manual para as redes**. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706_pm_rio_face_jp>. Acesso em: 15 out. 2019.

RAMOS, S.; PAIVA, A. A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao twitter. **Debates CI**, [s.l.], p. 51, 2009.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Mídia e violência - como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Boletim Segurança e Cidadania**, v. 4, n. 10, p. 1–16, 2005b.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMOS, S.; PAIVA, A.; NUNES, P. **Mídia e Violência: O que Mudou em uma década. Relatório preliminar de análise de jornais impressos**. Disponível em: <http://bit.ly/2ZpG1O4>. Acesso em 21 abr. 2019.

RAMOS, S.; PAIVA, A.; NUNES, P. **Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?** Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia_2016_Versao4.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RECUERO, Raquel. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer. (Org.). **Lo que McLuhan no previó**. 1ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223.

REINER, R. Media, crime and law and order. **The Scottish Journal of Criminal Justice Studies**, v. 12, n. Julho, p. 5–21, 2006.

REINER, R.; LIVINGSTONE, S.; ALLEN, J. Casino culture: Media and crime in a Winner-Loser society. In: **Crime, Risk and Justice**. Cullompton: Willan, 2001. .

REINER, R.; LIVINGSTONE, S.; ALLEN, J. From law and order to Lynch Mobs: Crime news since the Second World War. In: **Criminal Visions**. Cullompton: Willan, 2003. .

REINER, R.; LIVINGSTONE, S.; ALLEN, J. No more happy endings? The media popular concern about crime since the Second World War. In: **Crime, Risk and Insecurity**. London: Routledge, 2000.

ROCHA, João Victor Pacifico Damasceno. **Diferenciação racial de traficantes de drogas na mídia: um estudo de análise de discurso crítica**. 2016. [18] f., il. Monografia (Bacharelado em Letras Português)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROSEN, J. The Action of the Idea: Public Journalism in Built Form. In: **The idea of Public Journalism**. New York: Guilford Press, 1999. .

ROSHIER, B. The selection of crime news by the press. In: **The manufacture of News**. London: Constable, 1973. .

SALGANIK, M. J.; DODDS, P. S.; WATTS, D. J. Experimental Study of Inequality and Cultural Market. **Science**, v. 311, n. 5762, p. 854–856, 2006.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. **Participation and Deliberation on the Internet: A Case Study of Digital Participatory Budgeting in Belo Horizonte**. *The Journal of Community Informatics*, [s.l.], v. 7, nº 1–2, p. 1–22, 2011.

SANDVIG, C. et al. Auditing Algorithms -- Sandvig -- ICA 2014 Data and Discrimination Preconference. **“Data and Discrimination: Converting Critical Concerns into Productive Inquiry,” a preconference at the 64th Annual Meeting of the International Communication Association**. May 22, 2014; Seattle, WA, USA., p. 1–23, 2014.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais, a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, J.; BRITO, R.; STEINBRENNER, R. **Política , juventude e rede # vempraruá em Belém**. [s.l.], p. 1–18, 2013.

SCHAEFFER, C. L. **Monitoramento de mídias sociais no processo de análise da percepção dos usuários sobre a segurança de Porto Alegre**. 2016. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHIN, S.-Y.; SUH, C.-K. Discovering Platform Government Research Trends Using Topic Modeling. **Model and Data Engineering: 9th International Conference, MEDI 2019**. Toulouse: Springer International Publishing, 2019. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-32065-2>>.

SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SHORE, J.; BAEK, J.; DELLAROCAS, C. **Network structure and patterns of information diversity on twitter**. *MIS Quarterly: Management Information Systems*, [s.l.], v. 42, nº 3, p. 849–872, 2018.

SILGE, J. **Training, evaluating, and interpreting topic models**. Disponível em: <<https://juliasilge.com/blog/evaluating-stm/>>. Acesso em 1 jan. 2019.

SILGE, J.; ROBINSON, D. **Text Mining with R a Tidy Approach**. [S.l: s.n.], 2017. Disponível em: <<http://tidytextmining.com/>>.

SILVA, F. C. DA. Habermas e a esfera pública: Reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 35, p. 117–138, 2001.

SILVA, J. de S. e; ANSEL, T. A. **Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares**. Rio de Janeiro: Observatório de favelas, 2012.

SOARES, G. A. D. Ciência Política e Segurança Pública. **Ciência Política no Brasil: história, métodos, conceitos**. p.1–22, 2015.

SOARES, L. E. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.

SOARES, L. E.; SENTO-SÉ, J. T. Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. **Projeto Mare-Capes - Reforma do Estado e Proteção Social - Subprojeto Segurança Pública**, 2000.

SOUZA, M.; VIEIRA, R. Sentiment Analysis on Twitter Data for Portuguese Language. In: CASELI, H. et al. (Org.). . **Computational Processing of the Portuguese Language. PROPOR 2012. Lecture Notes in Computer Science, vol 7243**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2012. p. 241–247. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/11338>>.

STEINERT-THRELKELD, Z. C.; BARBERÁ, P. **How to Use Social Media Data for Political Science Research (prelo)**. *The SAGE Handbook of Research Methods in Political Science and International Relations*. [s.l.]: [s.n.], 2019. p. 1–36.

SUNSTEIN, C. R. **#Republic : divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

SUNSTEIN, C. R. **Why societies need dissent**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SUSSKIND, J. **Future Politics: Living together in a world transformed by tech**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TUFEKCI, Z. **Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest**. London: Yale University Press, 2017.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAN DIJCK, J. “You have one identity”: Performing the self on Facebook and LinkedIn. **Media, Culture and Society**, v. 35, n. 2, p. 199–215, 2013.

VELASQUEZ, A. Social media and online political discussion: The effect of cues and informational cascades on participation in online political communities. **New Media and Society**, v. 14, n. 8, p. 1286–1303, 2012.

VILLEGAS, E. B. Facebook and its Disappearing Posts: Data Collection Approaches on Fan-Pages for Social Scientists. **The Journal of Social Media in Society** 5(1), v. 5, n. 1, p. 160–188, 2016. Disponível em: <<http://www.thejsms.org/tsmri/index.php/TSMRI/article/view/142/72>>.

WEEKS, B. E.; LANE, D. S. The ecology of incidental exposure to news in digital media environments. **Journalism**, p. 146488492091535, 23 abr. 2020. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884920915354>>.

WEINBERGER, David. **Pointing at the Wrong Villain: Cass Sunstein and Echo Chambers**. Los Angeles Review of Books, 20 July 2017. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/pointing-at-the-wrong-villain-cass-sunstein-and-echo-chambers/>. Acesso em 11 fev. 2020.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press Inc., 2000.

YOUNG, J. **The Drug-Takers**. London: Paladin, 1971.

ZALLER, J. **The nature and origins of mass opinion**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992.

APÊNDICE - Notas metodológicas

As páginas selecionadas nas análises desta tese foram escolhidas adotando alguns critérios: que fossem dedicadas a lugares dentro da RMRJ; que possuíssem atividade recente à época (final de 2018), para uniformizar a análise; e que não fossem páginas dedicadas à instituições, como associações de moradores, partidos políticos, batalhões de polícia etc. Assim, partiu-se de um número de páginas utilizada em trabalhos anteriores (NUNES, 2017), estendendo a seleção pela busca manual de páginas com a utilização dos nomes de bairros e municípios: por meio da área de busca do *Netvizz*¹²⁸ foram imputados os nomes dos bairros e municípios e a partir da lista de resultados, foram selecionadas novas páginas para agregar à análise. Chegou-se assim ao total de 236 páginas selecionadas, dedicadas a bairros e municípios como apresentado na figura 4.

A utilização de dados do Facebook para análises acadêmicas tem sido um desafio. A Application Programming Interface (API), canal pelo qual se pode extrair informações da rede social, tem sido cada vez mais restrita sob as demandas por mais privacidade e segurança¹²⁹ na utilização desses dados. Foi a partir de brechas na API que a Cambridge Analytica conseguiu extrair dados de mais de 70 milhões de pessoas¹³⁰, mesmo aquelas que não entraram em contato com a aplicação desenvolvida pela empresa.

Em 2018, o sistema já estava bastante restritivo, sendo necessário para a coleta dos dados utilizados nesta tese uma aplicação de terceiros, o *Netvizz*, que ainda possuía acesso aos dados. Apesar de todos os dados terem sido extraídos naquela data, em vários momentos posteriores foi necessário consultar algumas informações que não puderam ser sanadas pela descontinuação do acesso do *Netvizz* aos dados das páginas. Outra fonte de problemas foi o próprio desaparecimento de algumas páginas. Grande parte dos fenômenos que ocorrem na internet são efêmeros e por isso difíceis de analisar.

Foram extraídos os metadados das páginas, as informações dos posts, os comentários e as páginas que cada página “curtia” por meio do *Netvizz*. Os metadados se referem a

¹²⁸O *Netvizz* foi um aplicativo interno do Facebook que utilizava a API Graph (interface de programação de aplicativos) da rede social, um software que fornece acesso aos dados. O *Netvizz* organizava esses dados em planilhas csv e oferecia as ferramentas de busca de páginas, extração de metadados, extração de posts e construção da rede de relações por meio do botão curtir. Essa última função foi utilizada na elaboração dos grafos.

¹²⁹ Fonte: <https://theconversation.com/facebooks-data-lockdown-is-a-disaster-for-academic-researchers-94533>. Acesso em 20 mar. 2020;

¹³⁰ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cambridge_Analytica. Acesso em 20 mar. 2020.

informações como nome, ID (código de identificação) da página, tipo de página (se dedicada a comércio, educação, comunicação etc.), número de fãs e seguidores. Nas planilhas com os dados dos posts havia informação sobre data e hora da postagem, o conteúdo propriamente dito, a ID de do usuário (apesar da variável estar presente na planilha, as informações foram substituídas por um código padrão, por meio do qual a API garantia o anonimato dos usuários), a quantidade de likes, comentários, compartilhamentos e reações, e outros dados. O banco de dados de comentários possuía estrutura semelhante ao dos posts.

De posse de todos os bancos, o material foi tratado com o auxílio do RStudio¹³¹, aplicação baseada na linguagem de programação R¹³², que permite coletar, sistematizar e analisar dados. Foram realizadas limpezas em algumas variáveis e padronizações principalmente nas variáveis de data e hora, que originalmente possuem um formato diferente do necessário para efetuar algumas análises. Análises de frequência de posts, médias, engajamentos e outros gráficos, foram produzidos com o uso do Google Sheets¹³³.

Para as nuvens de palavras, em primeiro lugar o conteúdo textual dos posts foi transformado em corpus textual (corpo de informação a que são aplicadas análises de texto), as pontuações foram removidas, os espaços em branco em excesso, e uma lista de *stopwords*¹³⁴, palavras que normalmente não possuem sentido próprio, são conectivos, artigos etc. Foram selecionadas as 500 palavras mais frequentes para compor a nuvem, que possui diferentes cores e tamanhos para indicar a maior frequência de cada termo.

A análise de *Topic Modelling* demandou alguns ajustes extras em relação ao texto e a identificação de cada postagem. Formalmente, “um tópico é uma distribuição de probabilidade sobre os termos” (BLEI, 2012). Por meio do pacote *stringr*¹³⁵ foram removidas resquícios de códigos provenientes de emojis e outros elementos, links e outros resquícios de códigos em *html*. Em seguida o texto foi tokenizado, o processo de transformar textos em *tokens*, a unidade significativa de texto (SILGE; ROBINSON, 2017). Para avaliar qual o número de tópicos seria

¹³¹ Para mais informações: <https://rstudio.com/>. Acesso em 20 mar. 2020.

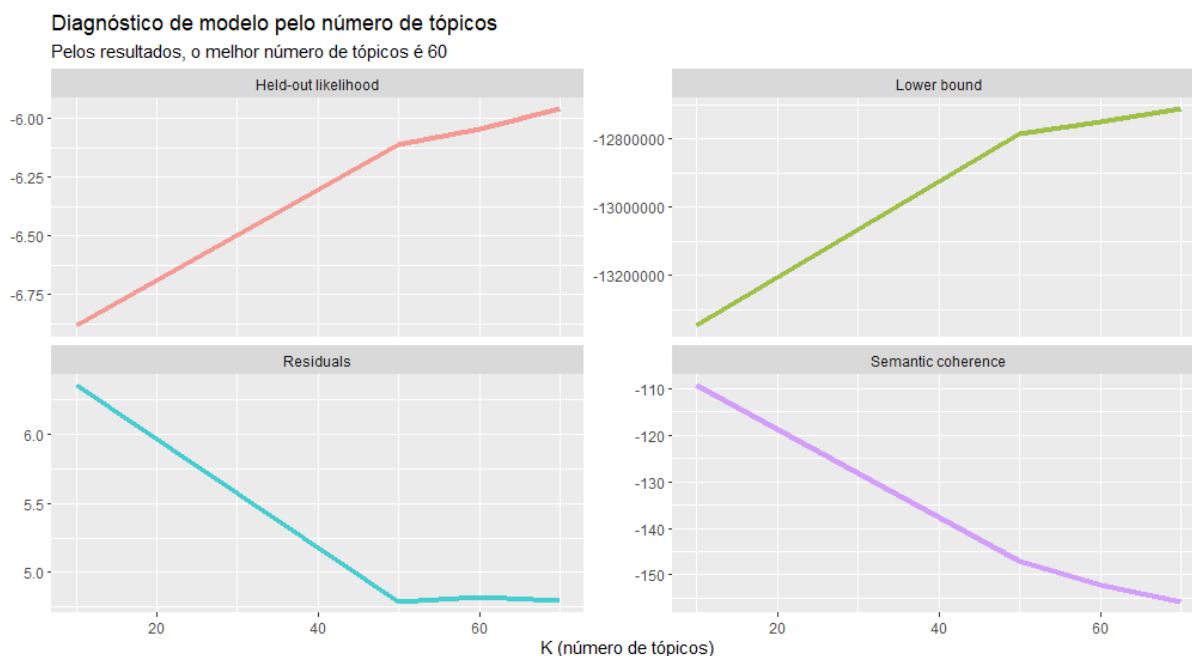
¹³² Para mais informações: <https://www.r-project.org/>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³³ “O Google Sheets é um programa de planilha incluído como parte de um pacote de escritório de software gratuito baseado na Web oferecido pelo Google em seu serviço Google Drive. O serviço também inclui o Google Docs e o Google Slides, um processador de texto e um programa de apresentação, respectivamente.” Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Google_Sheets. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³⁴ Para uma lista de todas as stopwords utilizadas, ver: <http://snowball.tartarus.org/algorithms/portuguese/stop.txt>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³⁵ Fonte: <https://www.rdocumentation.org/packages/stringr/versions/1.4.0>. Acesso em 20 mar. 2020.

mais indicado para a compreensão do material analisado, realizamos avaliações dos modelos com a utilização dos pacotes *stm*¹³⁶ e *furrr*¹³⁷. Foram analisados modelos com 20, 40, 60 tópicos:



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Os quatro parâmetro analisam a probabilidade que o modelo tem de generalização, a coerência semântica, ou seja, se os termos com maior valor de gamma em cada tópico ocorrem no texto e os resíduos do modelo. Uma explicação pormenorizada pode ser encontrada no trabalho de Shin e Suh (2019) e Silge (2018).

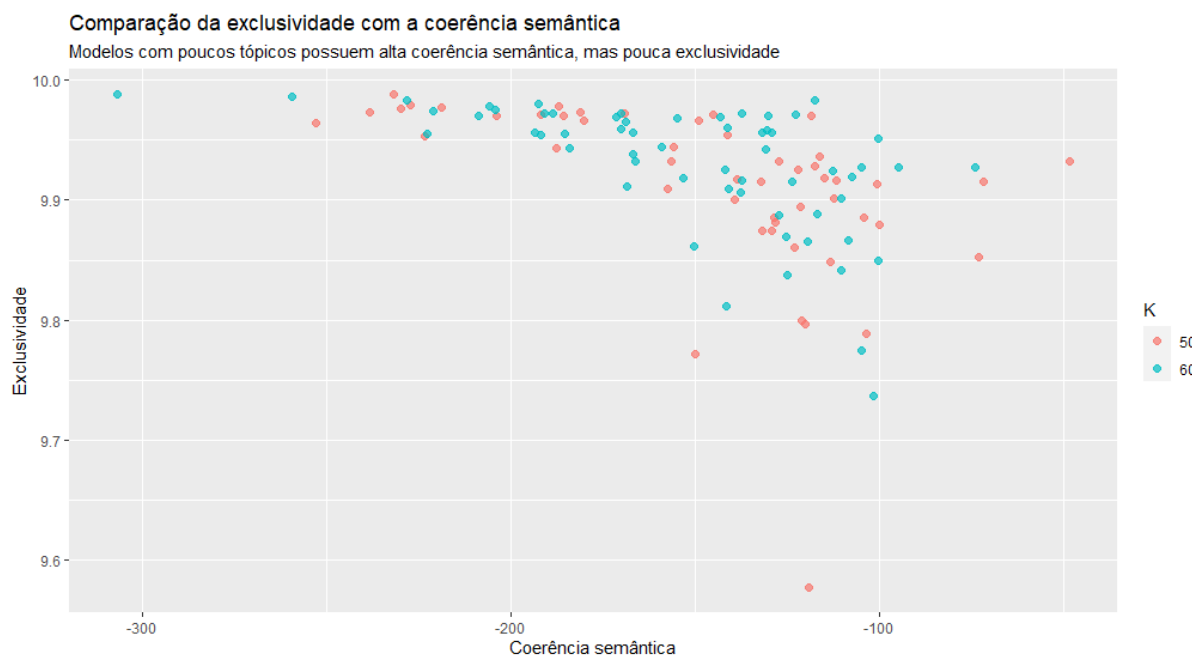
O valor de held-out likelihood é maior entre os tópicos 50 e 80, e os resíduos são menos numerosos entre esses valores, o que nos levou a selecionar esse intervalo como o melhor em termos explicativos dos textos publicados pelas páginas hiperlocais. Por fim, analisamos a coerência semântica dos modelos com 50, 60 e 80 tópicos. A coerência é maximizada quando um as palavras com maior probabilidades em um dado tópico ocorrem em conjunto, apontando para o fato de que dado modelo produz tópicos coerentes internamente. Como é simples ter coerência semântica elevada, uma vez que poucos tópicos dominam quase todas as palavras mais comuns, analisamos também a exclusividade de palavras em cada tópico¹³⁸. Como

¹³⁶ Fonte: <https://www.rdocumentation.org/packages/stm/versions/1.3.5>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³⁷ Fonte: <https://cran.r-project.org/web/packages/furrr/index.html>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³⁸ Para maiores detalhes sobre a coerência semântica, ver: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/2145432.2145462>. Acesso em 20 mar. 2020.

demonstra a figura abaixo, o modelo com maior exclusividade de palavras e com maior coerência semântica foi o que possui 60 tópicos.



Nota: Dados extraídos do Facebook.

Fonte: O autor, 2019.

Com o modelo escolhido, foram analisados os tópicos relativos a temática da violência, chegando aos sete tópicos apresentados na figura 12. As probabilidades referentes a cada tópico foram calculadas para cada documento, ou seja, para cada postagem, gerando os valores de gamma analisados no capítulo três. A partir de então, com o cálculo do gamma foram incluídas variáveis relativas às localidades de cada uma das páginas, os valores de engajamento e as informações acerca da data e hora da publicação.

O grafo da figura 32 foi produzido com a base de dados proveniente do *Netvizz*, onde constavam os ID das páginas e as relações de curtir com suas semelhantes. Cada página possuía uma planilha independente, sendo necessário reunir as 236 documentos em um só. Com o documento pronto, a análise de grafo foi realizada com o *Gephi*¹³⁹, ferramenta de visualização e análise de redes. Calculamos o diâmetro da rede (15), a Modularidade (0,457), que gerou 80 comunidades coloridas com cores distintas e, por fim o comprimento médio de caminho, ou *betweenness centrality distribution* (4.77), responsável por identificar quais nós estão mais conectados a comunidades diferentes, ou seja, servem de ponte entre os clusters. O

¹³⁹ Fonte: <https://gephi.org/>. Acesso em 22 mar. 2020.

comprimento médio de caminho é indicado pelo tamanho dos nós na figura 32. O grafo final é composto de 4.295 nós e 27.757 arestas.

A análise de sentimentos presente no capítulo quatro foi realizada com o pacote *lexiconPT*, baseado no trabalho de Souza e Vieira (2012). O pacote possui um dicionário de palavras em português e os valores em termos das valências negativa, neutra e positiva. A partir do cálculo das três valências, o pacote estima a variável “sentimento” da palavra. Para gerar a figura 42, foram selecionadas 300 palavras com os maiores valores da variável “sentimento”. Cada tópico foi analisado em termos dos “sentimentos” mobilizados por seus posts, e produzimos gráficos analisando o desenvolvimento de cada um dos tópicos no tempo em relação às palavras mobilizadas nos comentários.